



PUC Minas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

I Love my White:
mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas

Lucia Lamounier Sena

Belo Horizonte
2015

Lúcia Lamounier Sena

I Love my White:
mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Alessandra Sampaio Chacham

Belo Horizonte
2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S4741 Sena, Lucia Lamounier
I Love my White: mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas / Lucia Lamounier Sena. Belo Horizonte, 2014.
187 f.:il.

Orientadora: Alessandra Sampaio Chacham
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Prisão - Mulheres. 2. Prisioneiras - Aspectos sociais. 3. Tráfico de drogas.
4. Crime e abuso de drogas. 5. Diferença (Filosofia). 6. Amor. I. Chacham,
Alessandra Sampaio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 343.914

Revisão ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor

Lúcia Lamounier Sena

I LOVE MY WHITE:
mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Alessandra Sampaio Chacham – (Orientadora) – PUC Minas

Manuela Ivone Cunha – UNIVERSIDADE DO MINHO

Claudia Mayorga – UFMG

José Luiz de Amorim Rattón – UFPE

Juliane Jayme – PUC Minas

Luis Flavio Saporì – PUC Minas

Belo Horizonte, 27 de Fevereiro de 2015

**Para a minha mãe, Albanita, que só teve filha mulher e
para a minha filha, Alice, que tem uma mãe menino.**

AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos a todas as pessoas e instituições que contribuíram, desde o início, para trilhar esse caminho, muito maior do que o resultado do estudo, aqui apresentado.

Como ponto de partida, meu imenso agradecimento e respeito a todas as mulheres que aceitaram participar deste estudo. Atuantes, não atuantes, ou com posições indefinidas nas redes de comercialização. Agentes e técnicos em segurança pública. Mães, filhas, namoradas, prostitutas, militantes políticos. Poderosas, impotentes, livres, encarceradas, violadas, dignas... Tudo isso e mais um pouco do que há, em cada uma das mulheres, com as quais me deparei, ao longo desses anos de pesquisa. Experiências, que ora nos aproximaram ora nos distanciaram, pelos mais diversos sentidos e formas do que se pode nomear como mulher.

Registro meu agradecimento a todos os demais participantes da pesquisa, pela possibilidade que me foi proporcionada, de entender um pouco da complexidade do objeto aqui tratado. As contribuições dadas, individualmente por todos, a despeito de não estarem expostas no texto na sua amplitude, foram de alguma forma incorporadas.

Agradeço a todas as instituições, que possibilitaram a realização deste estudo em várias etapas. Às diretoras e toda a equipe técnica dos Complexos Penitenciários Estevão Pinto e José Gonçalves Abranches, pela forma sempre gentil e prestativa, como me receberam e atenderam às minhas demandas, para coleta de dados nessas instituições. À Capes, pela bolsa, que me possibilitou a realização de estágio de doutoramento na Universidade do Minho, onde tive a honra de ser orientada pela professora Manuela Ivone Cunha. O contato com seu trabalho, a argúcia das suas observações foram marcos decisivos para os rumos da pesquisa, tomados a partir da sua orientação. A toda a equipe de funcionários da Universidade do Minho, pela simpatia portuguesa e o suporte dado no período, quando por lá estive. À PUC Minas, através do Programa de Capacitação Docente e à Associação dos docentes da PUC Minas, ADPUC, pela concessão de bolsa parcial, suporte fundamental para a realização deste estudo.

Agradeço às professoras e professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pela seriedade e compromisso com a formação dos alunos. De forma especial à minha orientadora, professora Alessandra Chacham, pela orientação da tese e amizade que construímos, durante essa caminhada.

Aos funcionários da secretaria de curso, pela paciência e gentileza como sempre me atenderam, nos momentos mais complicados. A todos os colegas de turma, pela partilha do conhecimento, risadas, desesperos e amizade, que tornaram esse caminho muito mais leve.

À Tia Edith e Alzira Quiroga, pelas exaustivas correções do texto, recheado de “entremettes que nunca chegavam aos finaismes”. À Helô, pela ajuda nas correções finais e todas as risadas que ela me proporcionou nesse momento, nem sempre muito fácil.

Agradeço de coração à “Carlota Joaquina” e à querida Neide, pela inestimável contribuição, no momento da construção do banco de dados; e ao Lucas Van der Mass, brilhante ex-aluno, pelos testes estatísticos realizados.

A todos os alunos e alunas, que estagiaram ou contribuíram de alguma forma, para a consolidação do Centro de Pesquisa em Segurança Pública da PUC Minas, projeto idealizado há 8 anos, pelo professor Luis Flavio Saporì. Sonho dia a dia construído, por todos que por lá passaram, seja para discutir um texto, pedir ajuda na elaboração de um projeto, tomar um cafezinho, participar dos grupos de estudos, conversar fiado. Nesse Centro de Pesquisa nasceu esta tese e, espero, que possa contribuir com outras empreitadas desta natureza.

Agradeço ao “clã das Lamounier” pelo estímulo, o afeto e cumplicidade.

A todos os amigos, que souberam perdoar o meu sumiço; e pela paciência de me escutarem falar deste estudo, repetidamente, mesmo quando não estavam tão interessados.

Aos queridos Celtas, malta portuguesa literária, agradeço, pelas dezenas de livros lidos nas noites insones de Braga; pelas discussões intermináveis regadas a vinho e o refinamento dos textos de João Zamith; pelos almoços metodológicos do Cics, carinhosamente preparados pela querida Sheila Khan; pela seriedade bem humorada do Rui, que aquecia a mais chuvosa e fria das manhãs, passadas no laboratório; pela renovação do laço histórico, através do afeto, construído em todos os dias que juntos estivemos.

Finalmente, o meu mais profundo agradecimento à professora e amiga Ione Grossi, pela partilha generosa da sua inteligência e perspicácia nas tardes animadas, que passamos no Café Kalua falando sobre “essas mulheres”; pelas confidências regadas a um vinho comedido na Cantina do Lucas; pela severidade das suas críticas aos rumos apaixonados, dados ao trabalho de campo; pela sua orientação e leitura cuidadosa do projeto à versão final da tese. Enfim, pelo muito que há dela neste estudo.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo apresentar um estudo sobre a questão da diferença de gênero e a criminalidade, a partir dos diversos registros de participação das mulheres nas redes de comercialização de drogas ilegais. No Brasil, nos anos 2000, entrou em curso um debate sobre a crescente presença das mulheres em âmbitos diversos, tais como no mercado de trabalho, na ampliação das chefias domésticas, nas taxas mais altas de escolaridade em relação aos homens, mas, também, no tráfico de drogas e na criminalidade, até então tipificada como masculina, devido às práticas violentas que lhe são correlatas. Esse avanço parece evidente se tomamos como base somente as séries históricas dos dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça. O proclame do avanço das mulheres na criminalidade e/ou tráfico (por vezes tratados como um mesmo referente) tem acionado discursos opostos. Por um lado, a vitimização feminina, derivada de um processo de debilidade de natureza socioeconômica, ou de coautoria em nome dos afetos. Por outro lado, os argumentos supõem uma mulher diferenciada cuja potência exacerba-se na especificidade de participação na criminalidade violenta, típica do crime do tráfico (que nega uma histórica tipificação criminal feminina). Guardadas as devidas proporções, essas duas situações convergem para uma questão histórica, no campo da criminalidade cujo eixo centra-se na discussão das razões diferenciais de sexo em termos de motivação, forma de participação e tipos de práticas no crime. A diferença, seja ela derivada da natureza biológica, social ou cultural, é dada como fato. Buscando seguir um caminho que aponta a diferença nas práticas criminais, não como fato, mas como um sentido constituído pelas próprias práticas e dinâmicas específicas, este estudo estabelece uma possível relação entre os argumentos de Judith Butler (2008) e Brah Avtar sobre a constituição política da essência e a diferença. Quanto aos mercados de drogas ilícitas, a questão colocada por este estudo é: O que possibilita a constituição de um sujeito político, atrelado à sua prática ilícita (“a mulher no tráfico”)? Estas indagações, que percorrem todo este estudo, dialogam com algumas abordagens do campo teórico feminista e com a criminologia feminista, sobre a questão da diferença de gênero no crime, tomando-a não como um *a priori*, mas como contextos específicos de experiência, que especificam as práticas e posicionam diferencialmente os agentes. O estudo buscou demonstrar as diversas formas de expressão da diferença, a partir das experiências das, e entre as mulheres, que em algum momento da sua trajetória, participaram (ou permanecem participando) das redes de comercialização de drogas ilícitas. Dessa forma, o estudo apontou que é no âmbito das práticas das redes de comercialização do tráfico ilegal de drogas que se cruzam os significados relativos aos atributos (adquiridos ou herdados) dos agentes conectados às redes de comercialização de drogas ilícitas, atrelando-os a uma experiência que constrói os sentidos para a diferença e gênero. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um trabalho de campo qualitativo, de caráter etnográfico, entre os anos de 2011 a 2013, cruzando-se os dados das observações e entrevistas com bases de dados quantitativos do Armazém de Dados, InfoPen, do Ministério da Justiça e com dados de enquadramentos criminais de três complexos penitenciários da capital mineira e Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Gênero. Crime. Diferença. Tráfico ilegal de drogas. Funcionalidade moral.

ABSTRACT

This thesis aims to present a study on the issue of gender difference and criminality, from various records of women's participation in marketing networks of illegal drugs. In Brazil, in the 2000s, started an ongoing debate about the growing presence of women in various areas, such as in the labor market, in the expansion of domestic leaders, in the highest rates of schooling compared to men, but also in drug traffic and criminality, up to that point typified as masculine, due to violent practices related to it. This breakthrough seems evident if we take as a basis only historical series of integrated Information System Data Penitentiaries (InfoPen), from the Brazilian Ministry of Justice. The proclaim of women's advancement in crime and/or traffic (sometimes treated as a common referent) has triggered opposing speeches. On one hand, the female victimization, derived from a process of socio-economical nature, or weakness of co-authorship on behalf of affections. On the other hand, the arguments assume a nuanced woman whose power rages on specificity of involvement in violent crime, typical of traffic crime (which denies a historic female criminal typification).

Taking into consideration the due proportions, those two situations converge for historical sake, in the crime field whose axis focuses on the discussion of the reasons sex differentials in terms of motivation, form of participation and types of practices in crime. The difference, be it derived from biological, social or cultural nature, is given as fact. Seeking to follow a path that points to a difference in criminal practices, not as fact, but as a sense constituted by their own practices and specific dynamics, this study establishes a possible relationship between the arguments of Judith Butler (2008) and Brah Avtar on the political constitution of the essence and the difference. In relation to illicit drug markets, the question raised by this study is: What does it make the constitution of a political subject, coupled to its unlawful practice ("the woman in traffic")? Those inquiries, that run through all this study, dialogue with some field approaches feminist theorist and feminist criminology, on the issue of gender difference in crime, taking it not as an *a priori*, but as specific contexts of experience, which specify practices and positioning differentially agents. The study tried to show the various forms of expression of difference, from the experiences of, and among women, which at some point in their career, participated in (or stay in) marketing networks of illicit drugs. In this way, the study pointed out that it is within the practices of marketing networks of illegal drug traffic that intersect the meanings related to attributes (acquired or inherited) of the agents connected to networks of illicit drug marketing, bundling them into an experience that builds the senses for the difference and gender. The research was developed from a qualitative field work, with ethnographic character, from 2011 to 2013, crossing data from observations and interviews with quantitative databases of the data warehouse, InfoPen, from the Brazilian Ministry of Justice and with data from three criminal penitentiaries of the capital (Belo Horizonte) and metropolitan region of Belo Horizonte.

Keywords: Gender. Crime. Difference. Illegal drug traffic. Moral functionality.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1	
Total da população encarcerada no Brasil, por sexo, taxa de crescimento por sexo e variação percentual por sexo – 2006, 2011	46
TABELA 2	
Faixa etária da população encarcerada no Brasil, por sexo, taxa de crescimento e variação percentual – 2006, 2011	47
TABELA 3	
Escolaridade da população encarcerada, 2011, e população Brasil, 2010, por sexo	47
TABELA 4	
Cor/Etnia da população encarcerada no Brasil, por sexo, taxa de crescimento e variação percentual – 2006-2011	48
TABELA 5	
Categoria de crime e encarceramento no Brasil, por sexo, taxa de crescimento e variação percentual – 2006, 2011	49
TABELA 6	
Número de enquadramentos, por crime, da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin	71
TABELA 7	
Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin segundo enquadramento em tráfico, por enquadramento em crimes violentos	71
TABELA 8	
Número de enquadramentos, por artigo da Lei de Tóxicos*, da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin	72
TABELA 9	
Número de indivíduos, proporção por sexo e significância para Teste do Qui-quadrado para crimes mais frequentes da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin	73
TABELA 10	
Número de indivíduos por Artigos da Lei de Tóxicos, proporção por sexo e significância para Teste do Qui-quadrado da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin	75

TABELA 11

Regressão Logística Binomial para chance de enquadramento em tráfico, crimes violentos e crimes não violentos da população carcerária das penitenciárias

Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin (N = 1.821)..... 77

TABELA 12

Regressão Logística Binomial para chance de enquadramento em tráfico, crimes violentos e crimes não violentos da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin

com pelo menos um enquadramento em Tráfico (N = 941) 79

QUADRO 1

Variáveis testadas por modelo 76

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1

Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto,
José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, por sexo e faixa 69

FIGURA 2

Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto,
José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, por sexo e escolaridade 70

FIGURA 3

Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto,
José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, por sexo e estado civil 70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.2	Letras e números: estratégia de integração de métodos e dados.....	12
1.2.1	<i>Os números</i>	12
1.2.2	<i>As letras</i>	15
1.3	O material.....	23
2.	O FEMININO, A DIFERENÇA E O CRIME: CRUZANDO OS TERMOS DO DEBATE	27
2.1	Essências, subordinações e moralidades contextuais	30
2.2	Subordinações, interseções e dinâmicas criminais no tráfico de drogas	37
2.3	Os termos da diferença: dados do encarceramento brasileiro	46
2.3.1	<i>Mulheres e tipificações criminais</i>	48
3.	FUNCIONALIDADE MORAL: OUTROS TERMOS PARA SE FALAR DAS DIFERENÇAS	53
3.1	Redes e dinâmica de comercialização de drogas ilegais.....	54
3.1.2	<i>Redes e padrões de conexão</i>	58
3.2	Funcionalidade moral e conexões femininas.....	66
3.3	Mapeando as diferenças: análise de dados da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Gonçalves Abranches e José Maria Alckmin	68
3.3.1	<i>Dados sobre a população carcerária pesquisada</i>	68
3.4	Aplicação do teste Qui-quadrado.....	72
3.5	Aplicação de regressão logística binomial.....	75
3.6	Diálogo entre os dados.....	79
4	<i>I LOVE MY WHITE!</i>	91
4.1	A essência como recurso: transações e moralidades.....	98
4.1.2	<i>“A fiel”</i> : <i>ocultamento e visibilidade</i>	103
4.1.3	<i>A fidelidade oculta</i>	110

5	“DURAR É MUDAR”: MOVIMENTOS EM TATÁ	118
5.1	Tatá nas conexões de uma rede de empreendedores de bocas	121
5.2	Tatá, os afetos e contextos de conexão	129
5.3	Desligamentos e novas conexões.....	135
6	“EU NÃO SOU ÍNDIO, EU ESTOU ÍNDIO”: O SER E O ESTAR DOS EMPREENDEDORES	139
6.1	Redes e diferenças	140
6.2	Atributos em relação: as redes e seus agentes.....	142
6.2.1	<i>Sentidos de um recurso: a escolaridade</i>	145
6.2.2	<i>Sentidos de um acesso: o trabalho</i>	151
6.2.3	<i>Redes e empresariamentos: disposições, recursos e controles</i>	157
7	“MULHERES NO REGISTRO DO TRÁFICO DE DROGAS”	170
8	REFERÊNCIAS	172
	ANEXO 1	184
	ANEXO 2	186

1 INTRODUÇÃO

No texto introdutório da **História das mulheres no Ocidente**, sob a direção de Georges Duby e Michelle Perrot (1990), os autores indagam, ironicamente, se seria possível ou se haveria realmente uma história das mulheres para ser narrada. Essas personagens sem voz, não são contabilizadas nos grandes feitos que “fizeram e fazem a história”, devotadas ao recôndito dos lares e dos ofícios sagrados da maternidade ou, quando atuantes, coadjuvantes dos heróis ou bandidos, suas amantes ou carpideiras. Essa afirmação crítica fez grande sentido para mim somente após ter participado, entre os anos de 2006/2008, de uma pesquisa sobre o Crack e a violência, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Contudo, nessa investigação focada na complexidade do mercado das drogas, em termos das dinâmicas comerciais e seus agentes centrais, sequer questionou-se o lugar das mulheres. Tudo indicava ser uma seara, predominantemente, masculina. No entanto, nas redes pesquisadas, a centralidade da participação dos jovens do sexo masculino, no exercício das atividades relacionadas ao tráfico de drogas, não obscureceu o fato da participação das mulheres ser, também, um fenômeno presente, ainda que não muito evidente para mim, até então. Essa presença, por vezes, era mencionada pelos próprios participantes do estudo na figura das esposas, namoradas, mães, companheiras ou amigas. No entanto, nunca referenciadas claramente, como integrantes da rede de comercialização.

A despeito desse silêncio, não foram poucas as situações em que a atividade das mulheres aparecia de forma curiosa ou trágica. Um relato trágico foi o assassinato da integrante de uma das redes que eu pesquisava. Era uma jovem, grávida de sete meses, cuja morte se deveu a vários problemas. Segundo meus interlocutores, o problema central era o fato de sua recorrente incapacidade de saldar as obrigações financeiras com o seu fornecedor. Sua gravidez avançada me causou surpresa, mas, de maneira impassível, a explicação dada era de que, apesar de endividada, essa jovem havia rompido uma moralidade própria do tráfico: dera “um derrame” na droga,¹ ampliando sua própria dívida e a do fornecedor. Nessa cobrança fatal não havia nenhuma marcação de diferença. Homens e mulheres igualavam-se quando das transgressões, na dinâmica das redes.

¹ Dar “derrame” é uma expressão utilizada nos mercados do tráfico de drogas ilegais para os revendedores que consomem parte, ou a totalidade, da droga que deveria ser destinada à venda. A pessoa que dá o “derrame” encontra-se em um estágio avançado de vício e sua inadimplência é um processo que se arrasta até gerar uma resolução extrema, por parte do fornecedor.

Nas atividades de sociabilidade que frequentei durante a pesquisa de campo, tais como festas e encontros em bares, as mulheres sempre estavam presentes, geralmente, “vestidas para matar”. A presença delas era muito marcante. Mas o fato mais curioso dessa presença, e decisivo à investigação que o estudo aqui apresenta foi quando, ainda pesquisando o Crack, em 2008, deparei-me com Anjo², um jovem, na época com 22 anos, gerenciador de uma rede ampla de crimes, incluindo o tráfico de drogas, em uma cidade da RMBH. Em um de nossos encontros ele me relatou em tom marcadamente moralista a forma como as mulheres, segundo ele, eram “usadas no tráfico” (inclusive por ele) e sobre uma jovem, que estava à frente de um ponto de venda de drogas, pertencente à rede por ele comandada. Segundo seu relato, essa jovem havia abandonado o mercado do tráfico devido a uma visão de Nossa Senhora. Os incríveis detalhes da narração dessa história, verdadeiros ou não, me afetaram, em um ponto absolutamente relevante: a posição ocupada por essa jovem no tempo que antecedeu à visão redentora. Ela gerenciava um ponto de comercialização, em uma conhecida favela de Belo Horizonte, local marcado por conflitos belicosos entre grupos de negócios.

A história dessa jovem, que eu nunca consegui encontrar a despeito das promessas de Anjo de me colocar em contato com ela, acendeu a primeira luz para esse estudo. Representada, de antemão, como uma prática masculina, como poderia então ser tratada a presença feminina nesse tipo de crime? O que explicaria a incursão feminina, as motivações para o investimento, no reverso de um suposto domínio de gênero? Quão diferente era uma “mulher no tráfico” em relação aos homens? A subordinação das mulheres nesse mercado era algo já suposto? A possibilidade de uso do espaço doméstico para a prática do crime era um elemento diferenciador para a participação feminina? Era um domínio facilitador ou dificultava uma participação equitativa entre homens e mulheres?

Desde o estudo anteriormente realizado (SAPORI; SENA; SILVA, 2008), foi possível identificar, no mercado das drogas ilícitas, uma série de atividades que podem ser exercidas no âmbito doméstico, tais como armazenamento, preparação, a própria transação comercial, os contatos. Nesse sentido, há uma relativa flexibilidade em termos do tempo e forma de atuação de um agente no mercado, podendo caracterizar-se tanto como uma ocupação principal, quanto uma atividade exercida de forma complementar, na renda da família. Assim, a questão a ser elucidada dizia respeito à forma como a interdependência entre o domínio público e o privado, nas ocupações das mulheres, operava nas redes dos mercados de drogas ilegais.

No entanto, algumas dessas indagações iniciais apresentaram-se à partida como uma armadilha. Na busca pelos sentidos da participação feminina no tráfico de drogas, o pilar foi

² Todos os nomes referentes à pessoas atuantes ou ex-atuantes em redes de comercialização são fictícios.

erguido por princípios da diferença, entendida como oposição. O tráfico de drogas ilegais é uma prática que, apesar de não ser enquadrada como crime violento, tem uma dinâmica marcadamente violenta. Uma vez identificada, um recorte para a marcação de gênero como um princípio de diferença em si, minhas questões partiam da certeza de estar lidando com um fenômeno, que a despeito das suas especificidades, era semelhante em termos das históricas desigualdades, tais como a divisão social do trabalho em termos das relações de classes e sexo. Era uma diretriz segura rumo à diferença, bastando-me mapear seus pontos de evidência.

Seguindo a trilha das obviedades, as questões estruturais indicavam-me uma hipótese de que esse fenômeno representava o clássico arranjo feminino, entre o espaço público e privado, as formas pelas quais as mulheres, através da comercialização de drogas, dão conta de um histórico arranjo definido pela divisão social do trabalho. O encadeamento perfeito entre a dimensão dos atributos socioeconômicos e a dinâmica das relações de gênero presentes no domínio do mercado de trabalho, e o espaço doméstico privado, de maneira “evidente” parecia-me uma oferta como um instrumental plausível para articular essa diferença.

O propalado avanço da participação das mulheres brasileiras em espaços públicos diversos coloca cada vez mais em questão as relações de gênero, em termos das implicações desse avanço para a estreita relação com a esfera privada, o domínio da família, o espaço oculto de uma jornada de tarefas somada às demais, enfim, uma divisão sexual do trabalho. Partindo de um conceito clássico da teoria marxista, o trabalho na sociedade ocidental moderna é significado como um bem privado, disponível para negociação e materializado nos corpos, a mercadoria força de trabalho. A constituição desse bem, cujo valor é dado pela sua utilidade social (valor de uso) e troca (tempo de trabalho social incorporado ao seu valor de utilidade), constituiu, também, uma dimensão de diferença presente nas medidas distintas de valor, calcadas nas representações binárias de gênero dessas mercadorias. Nessa divisão social do valor da mercadoria trabalho, algumas ocupações foram sendo representadas como típicas “de mulheres” ou “típicas de homens”. Essa representação ganhou substância, não só em termos das especificidades das atividades negociadas no mercado de trabalho, sob essa marcação, mas, sobretudo, nos seus valores de troca.

A predominância feminina, no Brasil, em ocupações ligadas ao trabalho doméstico e seus derivativos (babás, diaristas, cuidadoras, manicures, cabeleireiras, sacoleiras, revendedoras de produtos etc.); a forte presença nas profissões relacionadas à educação infantil e ensino fundamental, ou à área da saúde (com destaque para enfermeiras), consagrou socialmente ocupações, cuja natureza associa a interação trabalho e casa à representação dos ofícios femininos “geradores de serviços mais do que de mercadorias, são valores de uso mais do que valores de troca” (PERROT, 2005, p. 253).

Essa tensão, entre as atividades exercidas no espaço doméstico e o trabalho fora desse domínio, tem uma matriz de desigualdade histórico-estrutural proeminente. Nathalie Itaboraí, (2003), destaca que a atribuição de valor negativo do trabalho assalariado feminino esteve, por muito tempo, associada à sua representação como atividade necessária à sobrevivência e demarcava a ausência de um companheiro, socialmente vinculado à figura de provedor de uma mulher. Até os anos de 1970, a mulher no Brasil estava fortemente referenciada pela esfera doméstica, afirmação balizada no estudo de Adalberto Cardoso (2010), sobre a reduzida taxa de atividade feminina: entre mulheres com até 22 anos nesse período, apenas 28% trabalhavam, sendo que 64% delas estavam fora, tanto da escola, quanto do mercado de trabalho naquele momento. As mudanças do padrão produtivo brasileiro, aliadas a um escopo variado de transformações culturais, ocorridas nas décadas seguintes à de 1970, colocam o trabalho no patamar positivo de representação de conquista da autonomia feminina. Mas, de maneira distinta dos homens, “(...) as possibilidades de satisfação das mulheres, além dos imperativos próprios do ‘mundo do trabalho’ são mediadas, também, por suas condições internas à família” (SCALON, 2006, p. 47). O controle sobre o destino pessoal e profissional feminino está estruturalmente correlacionado ao padrão familiar e a posição que nele se ocupa, às decisões (nem sempre tão autônomas) e oportunidades oferecidas pelo espaço doméstico a uma mulher. No limite, pode-se afirmar que há uma relação estreita entre o domínio privado onde uma mulher está inserida e a autonomia para o padrão de acesso (ou exclusão) aos recursos necessários para a participação no mercado de trabalho, sobretudo para as mulheres pobres.³ No estudo de Lena Lavinias (2006), dos 40% ocupados mais pobres em 2004, 56,7% eram mulheres e “das famílias que se situavam no decil de renda inferior (4,6 milhões em 2004), 37% tinham como pessoa de referência uma mulher sem cônjuge”, sendo que a jornada de trabalho semanal era de 26h e um tempo superior a isso em atividades domésticas: 29h (LAVINAS, 2006). Em 2009, das 35,2% famílias chefiadas por mulheres, 17,3% eram mulheres sem cônjuge e com filhos. Segundo relatório do IPEA, em 2010, 46,6% das famílias, de mulheres sem cônjuge e com todos os filhos menores de 16 anos possuíam renda de até meio salário mínimo; nesse período, nas famílias em que as mulheres eram chefes de casal com filhos, a jornada média de trabalho com atividades domésticas praticamente se igualava ao tempo gasto com a jornada de trabalho (30,3 e 36,5h respectivamente).

Esse panorama mostrava-se promissor para o estabelecimento de uma ligação com o fato de que a existência desses dois domínios, como interdependentes na trajetória de ocupação

³ A referência ao conceito de pobres, segundo o IBGE, diz respeito àquela pessoa ou família que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência. No estudo apresentado por Lavinias (2006), refere-se às pessoas ou famílias que estão situadas nos quatro primeiros *decis* da distribuição de renda.

feminina, não se restringiria às inserções nos mercados formais, informais ou marginais, ou seja, estender-se-iam também para a seara do crime. Da mesma forma parecia sugerir que, se há uma opção entre uma conciliação do trabalho com a casa, através de atividade ilegal ou considerada criminosa, essa estratégia seria acionada, de maneira predominante, pelos estratos de mulheres mais pobres. A proposta seria fazer um estudo, sobre as formas da presença da mulher, seu envolvimento com uma atividade ilegal/criminosa e a relação desse tipo de criminalidade com as questões estruturais que mobilizam os arranjos femininos, entre o espaço doméstico e o trabalho.

No entanto, as certezas iniciais revelaram-se pequenas armadilhas, em termos teóricos e empíricos. Ambos foram sendo descobertos, de maneira sobreposta; e na medida em que um se mostrava mais saliente (o empírico, por exemplo), o outro já não correspondia de maneira exata, “alguma coisa estava fora da ordem”. A não pertinência da minha hipótese começou a fazer mais sentido quando, a partir de 2011, passei a frequentar algumas reuniões de um Grupo de Luta Antiprisional, de Belo Horizonte e tive acesso a uma pluralidade de pessoas, dentre as quais, Diva, uma mulher que havia comandado uma rede de comercialização, com extensões internacionais, inclusive tendo seu companheiro em uma posição subordinada a ela. A diversidade de posições ocupadas pelas mulheres foi sendo ampliada, quando meu campo se estendeu, tanto para as redes de comercialização na classe média, pelas intermediações de contatos estabelecidos através de alunos na Universidade e amigos, quanto pelos contatos evidenciados nos complexos penitenciários femininos, Estevão Pinto (em Belo Horizonte) e José Abranches (RMBH), onde uma parte da coleta de dados foi realizada. Travar conhecimento com algumas dessas mulheres derrubou, de maneira inclemente, um dos pilares que sustentavam a minha tese: o suposto de que a participação das mulheres representava um arranjo feminino, conciliador do trabalho com o espaço doméstico. A própria ideia de um espaço doméstico e um espaço do trabalho, como âmbitos claros e demarcados das experiências pessoais, para muitas, não fazia o menor sentido.

Aliado a esse desmonte, ao participar de um grupo de leitura orientada sobre a temática de gênero, coordenado por minha orientadora, professora Alessandra Chacham e pela professora Juliana Jayme, tive contato com alguns textos que me ajudaram a entender, um pouco melhor, aquilo que a dimensão empírica estava me expondo. Dentre os vários textos e discussões realizadas, de maneira significativa para os rumos aqui tomados, foi a leitura de um pequeno texto de Joan Scott (2001). Este texto fazia um questionamento na forma como a dimensão da experiência (aquilo que se constitui dentro da própria significação como uma forma assumida pelo socialmente vivido) era, por vezes, dada como algo situado na base das explicações, quando efetivamente deveria ser um ponto de partida. Scott indicava um rastreamento dos modos operatórios, como as dimensões culturais, políticas, sociais e históricas possibilitam que a experiência se apresente

enquanto tal. A diretriz indicada, de conferir à experiência um caráter de requerente da interpretação e não de um fato, um já dado social: “Lo que cuenta como experiencia no es ni evidente ni claro y directo: está siempre en disputa, y por lo tanto siempre es político” (SCOTT, 2001, p. 72),⁴ mostrou que meus pressupostos essencializavam tanto o que eu nomeava como mulher (uma posição negociadora entre os domínios público e privado), quanto como mulher no tráfico (uma posição derivada do sujeito a quem foi nomeado um gênero e uma prática criminosa).

Essa armadilha me impedia de dar conta de uma diversidade de formas e sentidos de mulher, constituídos a partir das posições com as quais eu me deparava, inclusive do que eu nomeava como tráfico de drogas. Os lugares que no início da pesquisa eu nomeava como “insurgência”, eram relativos às minhas próprias categorias, mas o seu lastro real não era possível observar. As posições e sentidos das práticas no tráfico, tanto podiam significar conciliação com outros domínios, e não somente com uma ideia de trabalho, como podiam simplesmente negar qualquer possibilidade que eu antevia, inaugurando assim seus próprios sentidos de insurgência, para os quais eu não tinha instrumentos para nomear, pois as categorias já estavam dadas na partida.

Essa guinada, também, teve como contribuição um dos aspectos discutidos por Marilyn Strathern (2006). O que me foi possível extrair da perspectiva foi de não tomar como fato uma diferença, o público e o privado e sim como um ponto de vista ideacional binário, que projeta valores sociais para os sexos, posicionando-os como dicotomias representadas pelos domínios público/privado; homem/mulher e atribuindo-lhes valores de prestígio [“mais social” e “menos social”]. Questionar a verdade dos postulados que separam esses domínios, tanto em termos das práticas quanto das significações, caracterizando-os, não como uma materialidade em si, distintos, (incluindo os agentes ideacionalmente nomeados como relativos a esse “lugar”), mas estabelecer entre eles uma relação.

Essa perspectiva dos operadores de prestígio despertou-me para o fato de que meus pilares constituíam uma significação para a diferença, somente como um princípio de desigualdade, projetando esse valor como um lugar (feminino), e respectivas práticas, como relativas ao que seria “próprio das mulheres no tráfico”. Essa distinção, que meus postulados operavam, também foi sendo desmontada quando, em campo, as “coisas que têm a ver com homens e coisas que têm a ver com mulheres” se apresentavam, conforme indica Strathern, como “âmbitos de eficácia” manejados pelos agentes, não como uma destinação de lugares (des)qualificados por referência a um gênero dado; a medida de prestígio que encontrei indicou ser constituída pelas práticas, essas sim, constituidoras dos significados de gênero e tráfico. Assim, as diferenças foram ganhando

⁴ O que conta como experiência não é algo nem evidente nem claro e direto: está sempre em disputa e, portanto, é sempre político (tradução livre da autora).

conotação de distâncias, as insurgências foram sendo substituídas por mobilidades, distâncias, transações, sentidos, que eram delineados nas formas de conexão dos agentes, nas práticas específicas das redes e nas dimensões sociais e políticas que as delineavam.

A virada final, em termos de uma forma de se falar da diferença, foi o trabalho de Brah Avtar (2011). Casou-me forte impressão uma passagem na introdução, quando Avtar relata a experiência de um momento, em que foi chamada de *paki*, em uma rua em Londres e ter se dado conta, nesse momento, de um eu que era ela, mas um outro eu, o constituído pela experiência da marcação discursiva da discriminação racial: “(...) existe una diferencia cualitativa cuando esa ficción cambiante a la que llamamos ‘Yo’ se hace sujeto [is subjected] dentro de prácticas discursivas específicas. Esa experiencia cuenta” (AVTAR, 2011, p. 33).⁵

Seguindo a trilha, demarcada por Avtar, busquei analisar a configuração de elementos, sobre os quais se estruturam os significantes da diferença, constituída através de uma mercado ilegal, o tráfico. A questão colocada, portanto, é: o que possibilita uma categoria, gênero e tráfico atuar de uma determinada forma e que, juntos, possam constituir uma espécie de universo de sentidos, tão propalado pelo senso comum, pela mídia, no campo jurídico e até mesmo na academia? São compostos em um complexo de diferenças sociais e pontos de vista que, mesmo sendo de naturezas distintas, dão sustentação a essa unidade (o gênero e o crime).

A partir de então busquei construir um estudo que pudesse falar, não de uma diferença essencial – “as mulheres no tráfico” – mas da forma como essa diferença é constituída como prática, a partir de vários operadores e não de uma matriz única e determinante. O ponto do estudo passou a dizer respeito às diversas formas de expressão da diferença a partir das experiências das e entre as mulheres, que em algum momento da sua trajetória participaram (ou permanecem participando) das redes de comercialização de drogas ilícitas. Tomando como princípio que os fundamentos políticos da diferença evidenciam-se na obliteração de um sentido (relativamente hegemônico), criando uma categoria de diferenciação social, um sujeito político (SCOTT, 2005; AVTAR, 2006), busquei identificar de que forma as práticas, os significados relativos aos atributos (adquiridos ou herdados) dos agentes conectados às redes de comercialização de drogas ilícitas, atrelam-se a uma experiência que constrói sentidos para a diferença e gênero.

O pressuposto então assumido foi de que é no contexto de uma prática que são estabelecidas o valor de um agente, devido a uma característica do valor que lhe é próprio, individual e transitório, comprovado (ou descartado), em cada nova situação a qual esse valor seja acionado. Se aceitarmos a validade dos contextos, como significadores para as revipráticas e respectivo

⁵ Há uma diferença qualitativa quando essa ficção mutante a que chamamos de “eu” torna-se sujeito [é submetido] dentro de práticas discursivas específicas. Isso conta como experiência (tradução livre da autora).

valor dos agentes, o sistema gênero – dinâmica social sustentada pela particularidade de relações sociais onde homens e mulheres se constroem como tal, como confrontações de corpos, posições e poder – essas relações assumem especificidades nas redes do tráfico de drogas pesquisadas. Essa especificidade foi nomeada, neste estudo, como “funcionalidade moral”, uma espécie de uso instrumental dos supostos papéis e valores de gênero. O gênero constituído como um identificador social de um agente – adequa-se ao à operacionalidade da rede, devido à debilidade ou impedimento de realização, também pelo gênero do qual outro agente é portador e, portanto, é representado como destituído de competência, ou pode abster-se de realizar.

Seguindo essa linha de análise, a funcionalidade da conexão feminina não se traduz por uma condição subjugada *a priori*, ou uma exploração predatória, a que uma mulher se submete, nas redes desse comércio ilegal. O que não exclui as situações de opressão, exploração, violência. Mas as mulheres também se afirmam na funcionalidade moral das redes, valor que aciona crenças e princípios, historicamente constituídos como essência, não para reafirmá-las, mas para um uso estratégico desses princípios. A funcionalidade moral atua de forma favorável, tanto para “uma mulher que a aciona” para participação em uma rede de comercialização – em termos de abertura para participação e formas de conexão da dinâmica de uma rede – quanto para a própria rede onde ela atua.

Assim, no Capítulo 2, para início da discussão da diferença constituída no âmbito de uma prática criminal, é apresentada uma breve retomada das discussões do campo teórico feminista, sobre diferença e gênero e a forma como uma ideia essencialista de mulher e crime também permeou o debate sobre mulheres e criminalidade. As marcações do debate centram-se, primeiramente, nas perspectivas que assumem a diferença como uma essência, seja ela derivada do indivíduo portador de um sexo biológico, ou do processo de construção social desse mesmo indivíduo como um gênero, definido por práticas sexuais normativas, valores sociais distintos e desiguais relações de poder. Um segundo conjunto diz respeito à diferença construída pelas intersecções de natureza diversa tomando-as não como um *a priori*, mas em contextos específicos de experiência, que especificam as práticas e posicionam diferencialmente os agentes. Esta última abordagem foi tomada como a mais adequada para a análise da forma como as especificidades de uma dinâmica criminal, o mercado do tráfico ilegal de drogas, faz emergir os sentidos de diferença de gênero. Na parte final do capítulo, são apresentados alguns dados sobre o contexto institucional como uma das bases de estruturação da constituição do “sujeito da diferença”, o perfil da mulher referenciada pelo encarceramento, devido à prática do tráfico. Para tanto, é utilizado o perfil de encarceramento no Brasil, a partir da base de dados disponíveis nos relatórios anuais do InfoPen, do Ministério da Justiça. A base analisada compara os dados

sobre homens e mulheres nos anos de 2006, em que passa a vigorar a Lei 11.343, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, e de 2011, ano utilizado como indicativo do fechamento da década.

No Capítulo 3, a proposta é buscar os sentidos da ampliação das mulheres, no mercado do tráfico de drogas, na diversidade de contextos, práticas e formas acionadas no âmbito das relações de gênero operadas na esfera desse mercado, relações essas que se realizam tanto fora como no embate com as marcações empreendidas pelos limites institucionais. Para tanto, são retomados os conceitos da pesquisa sobre o crack, anteriormente citada (SAPORI; SENA; SILVA, 2008), cujo modelo do mercado de drogas ilegais foi delineado como uma estrutura em redes. Uma vez apresentada a categorização e dinâmica de práticas das redes, é também apresentada a forma como as posições e valores dos agentes são constituídos no âmbito das redes. Esses dados, extraídos da pesquisa qualitativa são, na segunda parte do capítulo, relacionados com os dados do estudo de caso quantitativo cujo universo foi constituído por dados de enquadramentos extraídos do presídio masculino José Maria Alckmin e dos presídios femininos José Gonçalves Abranches e Estevão Pinto. Os resultados apresentados especificam as diferenças por enquadramentos que, cruzados com a pesquisa de campo, traduzem os sentidos da funcionalidade moral das conexões femininas nas redes de comercialização.

No Capítulo 4, a dimensão da funcionalidade moral é problematizada em termos dos valores de prestígio diferenciados das mulheres, constituídos para os domínios público e privado, através da figura da “fiel”. De maneira recorrente, as representações sobre a vivência das mulheres no mercado das drogas ilegais, são constituídas por uma ideia de domínio masculino exacerbado, definido por posições subordinadas das mulheres e uso recorrente da violência, como estratégia para conquistar, ou exigir, adesão e/ou cooperação. Essas representações, garantidas pela frequente exposição midiática das situações envolvendo a violência interna às redes, ou decorrente das ações de repressão policial nas favelas ou periferias, trazem como suposto o fato de que, uma violência endêmica a essa atividade reverbera em uma forma de dominação de gênero, onde as práticas e moralidades seriam marcadamente desviantes das observadas no padrão social ampliado. Essa suposta “região moral”, atualizada pela referência de segregação socioespacial dos territórios dominados pelo tráfico (“tá tudo dominado!”), carrega uma forte moralidade de adequação entre uma prática e seu ambiente, para a exacerbção do modelo de patriarcado. Entendido como uma forma de exercício do poder de gênero, o patriarcado é representado, na esfera privada, pelo domínio sobre os corpos, pela restrição da autonomia e/ou através do uso da violência; e no domínio público, através da constituição de uma ordem social e institucional definida pela família e, portanto, marcada pela superioridade simbólica e concreta dos homens, no que tange aos direitos e sujeições vinculados aos papéis sexuais e sociais (NICHOLSON,

1999; SAFFIOTI, 2001). A junção das noções clássicas do patriarcado, considerando uma representação ecológica do crime, como um lócus gerador de “híbridos culturais” divergentes, (WIRTH, 1938), traduzir-se-ia em uma matemática multiplicadora das opressões femininas.

O entendimento da experiência das mulheres pesquisadas, em sua trajetória no tráfico, a partir do pressuposto de universalidade opressora do sistema gênero no crime, parece restringir quaisquer comportamentos a meras demonstrações da incorporação da sujeição criminal, com uma adição complicadora do gênero. Esse mapa da subordinação ajustada a determinadas práticas de dominação de gênero, no sentido de reafirmar a opressão como uma condição da experiência inevitável e universal das mulheres nos “espaços do tráfico de drogas”, não parece levar a muitos caminhos que nos façam compreender essa dinâmica, na sua diversidade e/ou diferença. As transações nas redes do tráfico são configuradas em um quadro particular de interações, cujas garantias estabelecem-se por movediços acordos, baseados em moralidades específicas, efetivadas no decorrer das práticas. Esses parâmetros não se restringem aos contornos comerciais, mas estendem-se para as demais dimensões relacionais, como afetos, sociabilidade e, obviamente, as interações que se estabelecem sob o auspício do sistema gênero. Nas interações em que aparentemente a sujeição é imposta às mulheres, há também negociações, consentimentos (passíveis de revisão), saídas e permanências estratégicas.

As diferenças, como mobilidades de posição de gênero, são apresentadas no capítulo, tomando como fio condutor o caso de Tatá, uma jovem, atualmente com 22 anos, cuja conexão realizada com uma rede de empreendedores de bocas aconteceu no início da sua adolescência. Através deste caso, pretendo mostrar como os agentes, na forma como são percebidos e localizados na “corrente da sua história”, supostamente feita a despeito do seu controle, conectam-se através de seus próprios sentidos de recursos e destituições; fazem-se através de suas vulnerabilidades e necessidades vitais de sobrevivência física, social e simbólica; revelam poderes e deslocam-se em tempos e espaços nunca acabados. O deslocamento é a razão da permanência; a mudança é a condição de viver e de sobreviver, dos agentes. É deslocando-se que a funcionalidade de uma conexão se realiza como prática, cujo valor só pode ser verificado no seu processo de agência, nas implicações que o movimento dessa conexão incorpora para a dinâmica de funcionamento da estrutura de rede. A posição é transitória, dependente do “sucesso” de uma conduta, para a efetivação do valor do agente. É virtualidade inaugurada com as particulares mobilizações que o agente faz de alguns princípios, para o alcance das mobilidades e sobrevivência física, social e simbólica.

A diferença, significada como distância, é apresentada no capítulo conclusivo, através de um cruzamento de duas tipologias de redes de comercialização: as redes de empreendedores (representados por comerciantes dos estratos sociais médios, de Belo Horizonte) e redes de

empreendedores de bocas (representados por comerciantes, predominantemente em favelas e periferias de Belo Horizonte e RMBH). Pretendi contextualizar algumas das experiências, envolvendo o ser/estar dos agentes em um espaço social de relações permeado por conexões estabelecidas no âmbito de uma rede específica de comércio de drogas ilícitas. Tomei esse ser/estar, como recortes de classe de trajetórias, permeadas por esses recortes, de temporalidades de permanência relativa aos próprios agentes, como diversidades de instâncias de poder e negociação das posições ocupadas, como formas de apropriar-se dos bens de natureza simbólica, ou material dinamizados pelas redes.

Por um lado, o sistema prisional é um operador político-institucional da diferença, revelando os sujeitos como um “efeito diferencial do poder” (FOUCAULT, 1995), não sendo, talvez por acaso, que a distribuição hegemônica das representações dos tipos sociais, supostamente, predispostos aos comportamentos violentos do tráfico de drogas, são formatadas pelas interações entre as mesmas variáveis encontradas na população carcerária, independentemente da variável sexo. Mas, para além desse operador, procurei mostrar a forma como as singularidades pessoais, também estruturalmente delineadas, assim como os percursos que seguiram as trajetórias permeadas por algum tipo de atuação nos narcomercados, reafirmaram a diferença como uma desigualdade; ou ressignificaram-na, estabelecendo, contextualmente, os seus termos. Considerando um princípio de distâncias, manejado pela constituição de autonomias, como acesso e controle sobre os recursos constituídos dentro de um valor, através das próprias práticas, contrapondo hegemonias e não somente reafirmando-as, as redes mostraram-se também como operadores políticos da diferença.

As diferenças observadas em campo resultaram, assim, de uma diversidade de registros de formas em que se apresentam as relações de poder e gênero, como sendo pautadas pela autonomia, relativa ao controle sobre as posições ocupadas na atuação sobre os recursos adquiridos, a cooperação ou coerção, os termos estabelecidos pelos relacionamentos sexuais e afetivos interseccionados pelas diferenças de classe social e de raça/cor. Mas, é necessário tomar a constituição dessas diferenças como algo imerso na dinâmica de um mercado potente, configurado em dimensões locais e, ao mesmo tempo transnacionais, constituidor de disposições de moralidades próprias, que tanto confrontam, quanto convivem com os valores hegemônicos e as dimensões legais já arraigadas. É uma experiência de imersão nas práticas desse mercado, onde também são constituídos os agentes, os sentidos, as especificidades de gênero. Esse é o eixo central da constituição da diferença.

O mergulho no campo não me revelou insurgência contra uma ordem de dominação social e de gênero, tampouco uma evidência de adesão subalterna às práticas e *performances* indicativas das masculinidades “próprias do crime”. O campo sugeriu uma diversidade de situações em que, por exemplo, uma mulher investiu ativamente seus recursos materiais e simbólicos, para inserir-se

em uma rede. Também definido por um recorte de classe e respectiva rede de comercialização, deparei-me com mulheres cuja participação no tráfico significou um aprofundamento das destituições econômicas e sociais, que já lhes eram próprias. Em outras situações há mulheres que se inseriram em espaços ocasionalmente abertos, através de uma rede familiar ou de amigos, nos quais a sua autonomia, as possibilidades de controle sobre os seus recursos, e/ou a perda e ausência desse controle, foram contingenciais e decorrentes da própria natureza de instabilidade do mercado e da repressão ao tráfico de drogas. Nas diversas experiências mapeadas “essas mulheres” não, necessariamente, saíram ou permaneceram nas mesmas posições, antes e depois de se envolverem com essa atividade. Na dinâmica da vivência em uma rede ilegal, os lugares dos quais se parte, as conexões estabelecidas e direções percorridas através delas, e até onde é possível chegar, sofrem reversões, para o bem ou para o mal, dos agentes nela implicados. As experiências e os seus sentidos e representações não necessariamente demarcam limites específicos. Dizem muito mais sobre fronteiras das posições por onde circula um agente e, neste espaço as implicações (práticas e simbólicas) de uma conexão não se ajustam em uma unidade dicotômica que referencia marginalização/crime. Nem se ajustam a uma modalidade universal de “dominação de gênero no crime”, tal qual pressuposto por alguns estudos, sobretudo norte- americanos⁶; tampouco se traduz pela unidade do substantivo mulher.

O ponto do qual eu parti, “mulheres no tráfico”, talvez seja mais bem traduzido pelo sentido de registros: são sentidos relativos aos movimentos empreendidos em uma rede; são práticas que vão ganhando terreno, adquirindo sentido e sendo delineadas como relativas ao gênero. O gênero, não como uma essência, mas como convocação de um sentido.

Dessa forma estes são alguns dos vários aspectos daquilo que, talvez, se possa nomear como “mulheres no registro do tráfico de drogas”.

1.2 LETRAS E NÚMEROS: ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DE MÉTODOS E DADOS

1.2.1 Os números

A descrição dos caminhos seguidos por um estudo parece constituir a parte mais melindrosa de todo o processo. Por mais que se pretenda seguir os cânones indicados, as escolhas por determinados caminhos são, em última instância, estratégias constituídas na singularidade tanto do objeto de pesquisa quanto dos contextos e condições de possibilidade do pesquisador.

⁶ Refiro-me aqui a alguns autores da literatura norte americana, sobre uma teoria do gênero e crime, de forma específica a participação das mulheres nos mercados do tráfico ilegal de drogas, cujas abordagens nos anos de 1970/1980, incidem sobre o mercado da heroína e, nos anos de 1990, têm como foco principal as mulheres nos mercados do Crack.

Howard Becker (2007) afirma que o dilema centra-se em constituir uma amostra para provarmos que sabemos alguma coisa sobre a totalidade do que estamos falando, de sermos capazes de dar uma ideia de um todo a partir de uma parte que lhe seja suficientemente representativa. É esse dilema que traz à tona o que estamos chamando de todo e de que forma apresentá-lo. Quais as características desse todo, como constituir a sua representação a partir de uma determinada natureza de provas? Como produzi-las? Qual o tamanho dessas provas?

Novamente Becker nos orienta que essa meta é, antes de tudo, um ideal nunca alcançável. A variedade do todo não é passível de ser apreendida pela manipulação de uma das suas partes. A simples extração dessa pretensa representação é a primeira evidência de uma empreitada que não necessariamente fala do todo, mas daquilo que, no todo, percebemos como ideal para representá-lo. Uma vez ciente dessa impossibilidade a direção indicada para a superação desse dilema é uma exposição clara dos percursos trilhados, das decisões e escolhas tomadas ao longo do processo de pesquisa, do tipo de dado produzido e suas motivações, das opções pelo que foi incluído ou deixado de fora. Enfim, de apresentar uma ideia do que foi o campo de pesquisa e daquilo que ele nos possibilitou apreender.

A forma como esse dilema se apresentou neste estudo foi inicialmente sobre um possível cruzamento de métodos, números ou letras, para utilizar a feliz imagem de Alvaro Pires (2010), sobre a natureza quantitativa ou qualitativa dos dados produzidos. Apesar dos números não serem a minha especialidade de pesquisa, no primeiro momento foram eles que se apresentaram. Para a participação em um congresso da SBS, em 2012, busquei dados iniciais que pudessem tangibilizar aquilo que eu vinha falando pelos quatro cantos: “a mulher no tráfico de drogas”. O que exatamente eu estava falando com essa pretensa totalidade passou a ser um pouco mais claro quando foi acessado o banco de dados estatísticos do InfoPen, do Ministério da Justiça. Através desses dados pude evidenciar o tamanho e o perfil da população carcerária brasileira e seus desdobramentos por crimes diversos. Analisando a década, o tráfico de drogas se destacou em termos do seu crescimento, cuja especificidade era dada pelas enormes variações percentuais relativas às mulheres. A decisão para um recorte temporal nesse banco foi tomada tendo em vista o ano de vigência da nova lei de tóxicos, 11.343/2006, tendo os dados do ano de 2011 como indicativo do fechamento da década, uma vez que contemplava toda a população encarcerada até o ano de 2010.

A contribuição desses dados, que são apresentados no Capítulo 1, não foi suficiente para dar conta do que eu ainda queria mapear. Idade, escolaridade, cor eram variáveis importantes, mas não me falavam sobre o lugar feminino no tráfico, que efetivamente era o que vinha nomeando como registros das mulheres no tráfico. Os dados do InfoPen exibiam-me o crescimento da população feminina no universo carcerário em função do enquadramento na Lei de Tóxicos,

mas esse fenômeno também estava sendo verificado em vários países. O que a minha pesquisa estava trazendo como novidade? Dessa forma, minha decisão foi seguir para um terreno que eu dominava com mais firmeza, as letras. Esse trabalho, foi efetivamente iniciado no final de 2011 sendo que, nos anos de 2012 a 2013, um intenso trabalho de campo, em que se mesclaram observações, entrevistas e participação em eventos, foram formas de buscar dados que me permitissem falar desses registros.

No processo de ida e volta da coleta de dados à teoria, do campo ao próprio campo, a partir dos *insights* e novidades encontradas, em um dado momento me dei conta de que, talvez, os achados e análises até então realizados fossem mais bem ancorados se eu tivesse em mãos alguma evidência da forma como os registros da participação das mulheres no tráfico se mostravam como efetivamente “lugares femininos”. Voltei aos números com uma base de dados mais específica, fornecida pela Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas – Diretoria de Gestão da Informação Penitenciária – Núcleo de Informações/ Armazém de Dados do INFOPEN, referente ao ano de 2013. Nesta base constam os enquadramentos criminais de três penitenciárias⁷. Duas delas femininas, locais que eu já havia frequentado para coleta de dados (Complexo Penitenciário Estevão Pinto e José Gonçalves Abranches) e uma masculina (José Maria Alckimin). Através dessas informações, primeiramente, eu pretendia obter dados comparativos entre os perfis masculino e feminino, sobretudo pelas diretrizes que as leituras sobre gênero e crime me instigavam; e contrapondo esses estudos com meus achados. No entanto, a riqueza desse banco abriu um leque de possibilidades, indicadas nas consultas que fiz aos meus colegas especialistas em análises quantitativas⁸. Através dessas discussões e compartilhamento de dúvidas sobre a pertinência de uma ou outra forma de tratar os dados a decisão foi por buscar evidências de determinações e correlações de chance entre determinados enquadramentos criminais e sexo. As evidências que os testes estatísticos (Análise de Regressão e Análise Binominal) apresentaram, me possibilitaram voltar aos dados da pesquisa de campo, rever assertivas, confirmar ou especificar melhor os achados. Essa conexão entre números e letras é apresentada primeiramente no Capítulo 2 e, de alguma forma, orienta o tratamento dos dados qualitativos apresentados nos demais capítulos.

Finalizando, incorporo a perspectiva de Becker (2007) e Pires (2008), no sentido de que a validade dos dados produzidos, letras ou números, não é referendada pelo valor, em si, de cada um desses métodos, mas pelo quanto eles possibilitam desvendar sobre um fenômeno. Para o estudo aqui apresentado, a estratégia de cruzar métodos e produzir dados me pareceu bastante acertada.

⁷ Agradeço imensamente à colega de doutorado Roberta Mendes pelos caminhos apontados para obtenção dessa base.

⁸ Registro aqui a contribuição inestimável de Lucas Van der Mass pela seriedade com que lidou com as minhas questões e a proposição do tratamento estatístico adequado para as respostas buscadas, bem como as conversas esclarecedoras que me permitiram fazer uma adequada leitura dos dados.

1.2.2 As Letras

1.2.2.1 *Acesso e confiança*

Quando se pesquisa um “universo *outsider*”, nos termos utilizados por Becker (2008), pode-se estar falando tanto de comportamentos ou atividades comprometedoras da reputação de alguém, quer dizer, uma desaprovação de caráter moral, quanto de um comprometimento de ordem ilegal. No primeiro caso, a dimensão em que o rótulo de transgressor atinge essa pessoa, não necessariamente lhe traz riscos, o que não significa que não lhe traga danos de naturezas diversas, tais como os de caráter familiar, no âmbito do trabalho, dentre outros. No entanto, algumas transgressões não se dão somente no âmbito moral, mas tanto no moral quanto no legal, como por exemplo, o tráfico ilegal de drogas. Esta atividade é descrita como crime segundo a lei federal de n. 11.343/06,⁹ com penas que variam entre 5 e 15 anos.

Se na primeira categoria de transgressão as complicações para o pesquisador e as condições para a realização da pesquisa, aparentemente, não são relevantes, a segunda coloca em primeiro plano, os desafios do acesso e da conquista da confiança entre pesquisador e participantes do estudo. Obviamente, o princípio básico para se estabelecer um relacionamento capaz de criar um clima de confiança e lealdade entre pesquisador e pesquisado não é simples. As dúvidas relativas aos interesses do “quem ganha com isso” são barreiras entre pesquisador e pesquisado cujas dificuldades, em princípio, não são muito claras. Os contatos conseguidos, aqueles que ficam “na promessa”, e todas as outras situações de pesquisa sempre tangenciam a confiança e o acesso no decorrer de um campo cujas especificidades vão se mostrando aos poucos.

Uma vez estabelecido um contato, a confiança não é uma conquista que possa caracterizar-se, em algum momento como definitiva, uma vez que a proximidade para a coleta de dados dessa natureza depende de inúmeras variáveis que não estão, necessariamente, sob controle do pesquisador e nem do pesquisado. Por mais que o pesquisador se apresente como tal (crença na universalidade desse conceito para além de um campo específico de atuação), mesmo que haja uma explicação do âmbito em que a investigação se realiza; que se busque indicar qual a

⁹ “(...) a Lei 11.343/06 reafirma a antecipação do momento criminalizador da produção e da distribuição das drogas qualificadas como ilícitas, seja abandonando as fronteiras entre consumação e tentativa, com a tipificação autônoma de condutas como sua posse, transporte ou expedição, seja com a tipificação autônoma de atos preparatórios, como o cultivo de plantas ou a fabricação, fornecimento ou simples posse de matérias primas, insumos ou produtos químicos destinados à sua preparação, ou mesmo a fabricação, transporte, distribuição ou simples posse de equipamentos, materiais ou precursores a serem utilizados em sua produção” (disponível em: <http://ARThur.bio.br/2010/10/25/drogas/a-legislacao-brasileira-sobre-drogas-e-inconstitucional-e-viola-direitos-fundamentais#.UKoMBeT7Iqw> (acesso em 3 de novembro de 2012)).

expectativa sobre a dinâmica dos encontros, da entrevista; que se reitere o quanto a participação do entrevistado é “única e essencial para os resultados que serão obtidos”; as credenciais apresentadas não serão suficientemente respaldadoras de uma entrega, quando se trata de uma conversa sobre transgressões ou práticas ilícitas.

As barreiras para o acesso são de ordens diversas. Começando pelas desconfianças do pesquisado, que também se dão em termos morais, quer dizer, pelo que ele imagina do quão aberto ou desprovido de julgamentos seja o pesquisador para o que será narrado. Além disso, há as barreiras do próprio pesquisador que, na maior parte dos casos, não possui qualquer informação mais precisa sobre o entrevistado. As incertezas também permeiam, os dois, com respeito aos riscos correspondentes aos encontros. No contexto brasileiro atual, de forte criminalização e repressão ao tráfico de drogas, é permanente o risco dessa situação, tanto para o pesquisado quanto para aquele que acompanha esse “transgressor”. Não se pode, por exemplo, prever o “pulo”, que se caracteriza como uma abordagem inesperada da polícia, seja por denúncia ou por uma situação já planejada, como uma investigação policial em andamento.

No primeiro encontro com um dos participantes deste estudo, em novembro de 2011, o contato estabelecido foi através de um aluno da universidade em que trabalho. Conforme agendado, o encontro se deu em um bar muito conhecido e frequentado, no centro da cidade de Belo Horizonte. Pelas suas características históricas de abrigar boêmios, “comunistas das antigas”, gente do teatro, das artes e afins, este local me pareceu ideal, talvez por ser mais neutro pra mim do que eu imaginava poder ser para o meu contato, de quem eu ainda não sabia nada. Era um sábado, no período da tarde, horário que julguei ser mais seguro (as noites são sempre mais suspeitas). Com alguma pontualidade ele compareceu e parecia muito à vontade. Apesar de não nos conhecermos, ele veio direto para a minha mesa, a única com uma mulher sozinha naquele horário. No entanto, o seu “à vontade”, durante todo o tempo que estivemos lá foi sendo substituído por olhares reiterados e vigilantes em várias direções e, em vários momentos, um pedido de licença, saída da mesa e retorno, em questão de minutos. Aos poucos fui percebendo que a aceitação dele pelo encontro nesse lugar, sem me indagar exatamente a localização, estava relacionado ao fato de o centro da cidade ser, em determinados pontos, um lugar de contatos e comercialização para ele. Várias “entregas” já estavam agendadas e o olhar vigilante estava relacionado aos clientes que ele aguardava. No entanto, até me dar conta disso, essa situação me deixou muito tensa, em termos das desconfianças dele em relação a mim e dos imprevistos que pudessem ocorrer, e nesse caso, o tipo de imputação de culpa que fosse atribuído a mim, por ele, por alguma fatalidade que porventura viesse a ocorrer. Exatamente dois dias depois da realização do nosso terceiro encontro, nesse mesmo bar, houve uma enorme operação da polícia civil, com fechamento de todas as saídas e revista e/

ou exigência de apresentação de documentos de todos os que se encontravam no local. Esse fato, que só tomei conhecimento no laboratório, através de uma aluna que me disse ter se lembrado de mim, me causou um estremecimento do “côccix até o pescoço”, exemplificando bem o que estou tentando discutir sobre acesso e confiança. Quem garante quem, nesse momento? Qual a extensão da imputação de culpa que pode advir dessa situação?

Essa tensão me fez pensar que o mais seguro (ou correto) a ser feito talvez fosse agendar o encontro em um local privado ou na própria universidade, supostamente mais seguros e, como me sugeriu uma amiga pesquisadora, “portar no sutiã uma credencial assinada pela orientadora da pesquisa, para o caso de chegada da polícia”. Mas, é desnecessário dizer, os locais dos encontros não são de decisão exclusiva do pesquisador. O acesso para a coleta de dados dessa natureza não é marcado por situações que se desenrolam livres desde o primeiro contato e com garantias espaciais, ou através de um termo de aceite dos comitês de ética. É um acúmulo de acasos, de pequenas conquistas de confiança mútua, dadas por inúmeros encontros e conversas, cujos conteúdos não versam somente sobre a questão central de interesse da pesquisa, mas por revelações, ou ausência delas; enfim por conquistas e evidências de confiança mútua que aos poucos vão aparecendo. Não se entra em um estudo dessa natureza com o escudo das certezas e seguranças institucionais. O estudo de um campo “do crime” não pode desconsiderar essas questões.

Outro ponto importante diz respeito à amostragem na pesquisa qualitativa, conceito utilizado por alguns autores (Pires, 2008), mas denominado como corpus de pesquisa por outros (FLICK, 2004; BAUER; GASKELL, 2003). Durante todo o trabalho de campo foi reiterada a pergunta: “Como você chegou até ‘essas pessoas’?”. Essa indagação me parece diretamente relacionada, “nada escapar”, número que fosse razoável, sobretudo para os outros. Que montante, vinte, trinta entrevistas? Por que não mais ou por que não menos?

Em certo momento da pesquisa eu estava totalmente “viciada” no campo, a despeito das análises iniciais sobre o material que eu fui aos poucos tratando e dos caminhos para os quais esse tratamento dos dados me levava. A derivação dos achados de pesquisa não parecia mais ter fim. Um dos últimos encontros, um contato pelo qual eu batalhara por 2 anos, me chegou através de um recado, no final de 2013. A sensação foi de “há algo aí que eu ainda não conheço”. Mas essa sensação, na verdade, nunca acabou, o que me custou um puxão de orelha da minha orientadora para que eu definitivamente parasse com as incursões em campo e me dedicasse a escrever a tese. Claro que, apesar das juras, eu não dei ouvidos a ela! Rapidamente lá estava eu novamente em uma das muitas “quebradas” que conheci, esperando encontrar elementos novos ou até mesmo referendar elementos que já haviam encontrado seu “ponto de saturação”, buscando um novo contato, indo a mais uma das muitas festas das quais participei.

A oscilação entre a extensão para captar ao máximo a diversidade que o campo apresenta, contra a profundidade possível de ser explorada a partir da integração de casos, tendo em vista a sua relevância e não a representatividade estratégica da amostra teórica (FLICK, 2004) não é uma escolha que resulta de uma ponderação tão racional. Qual estratégia adotar, depende de quanto a manipulação dos dados, associada ao seu próprio levantamento, é efetivamente realizada. mas, concomitantemente também, de quanto isso pode, por vezes, ser limitador. No entanto, esse limite não é muito claro. Neste campo específico, sobre o comércio de drogas ilegais, as incursões não orientadas pelos dados já coletados e inicialmente tratados me mostraram que esta é também uma forma de composição da amostragem teórica. É uma saturação que vai sendo composta sem direcionamentos prévios, pois estes, por vezes, são inibidores dos novos *insights*. As práticas passíveis de serem observadas em padrões de relações, de “significados e formas significativas”, necessitam de “olhos e ouvidos” também atentos ao momento e não somente pelos guias prévios que vamos construindo ao manipular o material após cada nova inserção em campo.

No caso das experiências aqui apresentadas, a estratégia de seleção dos participantes foi por absoluta conveniência e possibilidade de acesso a uma rede de relacionamentos ou contatos (amigos, amigos de amigos, contato de um contato, divulgação na universidade entre os alunos que quisessem participar, ou indicar alguém, e assim por diante). O montante de trajetórias mapeadas também foi um processo com algum ingrediente de sorte. Conhecer alguém, falar com alguém sobre o que se está pesquisando, um “alguém que conhece e indica outro alguém”, não garantem que o próximo indicado aceitará participar do estudo (fato que ocorreu constantemente). No entanto, de forma inesperada, algo pode suceder e outras frentes se abrirem. Uma das portas centrais de entrada nesse campo de pesquisa me foi oferecida absolutamente por acaso. Em 2010, fui apresentada a uma pessoa que milita em uma organização política, em um encontro afetivo. Um ano depois, em 2011, quando iniciei o campo, um professor do departamento de psicologia da PUC Minas, onde leciono, me falou de um trabalho de iniciação científica que havia orientado, sobre mulheres encarceradas. Imediatamente expressei meu interesse em ler o relatório final da pesquisa e, assim, obtive o e-mail dessa aluna. Para minha surpresa, essa aluna tinha contato com a pessoa do grupo político que eu conhecera em 2010. Assim, pude estabelecer um relacionamento mais estreito com essa organização através do acompanhamento de um trabalho realizado em uma de suas frentes, a frente antiprisional, o que me possibilitou acessar mulheres, que de outra forma me teria sido impossível conhecer. E foram essas mulheres, com muitas das quais eu voltava para casa pelo mesmo caminho de metrô que elas faziam, mesmo quando a minha direção era contrária, que contribuíram enormemente para o conhecimento de questões que eu nem imaginava que pudessem estar relacionadas à minha pesquisa. Muitos desses temas não foram tratados no estudo

aqui apresentado, pois necessitariam de uma abordagem específica que não me foi possível fazer. O fator acaso pode parecer “pouco científico”, mas não pode ser desconsiderado.

Por outro lado, o acaso também levou a um volume de situações e materiais que nos colocou o dilema sobre quanto, em um estudo dessa natureza, devemos incluir ou deixar de fora. Uma experiência mapeada pode dizer muito, ou quase nada, sobre o fenômeno pesquisado. Isso me parece indicar que o cuidado maior no tratamento e na extração de informações com o material conseguido deve direcionar-se no sentido de identificar as configurações específicas dos interesses delineados, não *a priori*, mas as que surgiram no próprio campo. Na parte introdutória da pesquisa tentei falar um pouco sobre isso. Foram os contornos revelados pelos dados contrapostos à teoria, mas também vice-versa, que me indicaram os rumos a serem seguidos e, portanto, o que extrair do material. Extrair, na amplitude do que foi visto, vivido e coletado, uma pequena especificidade de experiências e das relações que elas conectam, com estruturas mais amplas de abordagem, não é algo sustentado do princípio ao fim da pesquisa. É o caminho inicial e possível. Se o material coletado permitir esse salto, a validação foi em parte cumprida, independentemente do seu montante.

Eu argumentaria que as experiências mapeadas em alguns dos seus aspectos (porque falar de experiência é valor de um universo impossível de ser perscrutado), por um lado me mostraram uma diversidade da qual uma ínfima parte coube dentro da análise aqui apresentada, seja pelos limites de tempo ou pela necessidade de aprofundamento que essa amplitude coloca e que eu não tive fôlego para desenvolver. Nesse sentido, a minha opção foi pela diversidade que, na verdade, se impôs. Procurei mostrar essa diversidade através do estabelecimento de algumas relações por semelhanças e diferenças entre pontos da experiência, agrupados em cada um dos capítulos, mesmo quando o fio condutor foi feito a partir de um (ou alguns) casos específicos, tratados com maior profundidade. Esse processo segue na demonstração das dimensões de totalidade abarcadas pela análise do material que foi possível coletar. Aqui utilizo a conceito de totalidade adotado por José Guilherme Magnani (2002), ao tomar os participantes e o contexto pesquisado como “contextos de experiências e chave de inteligibilidade”. Uma trajetória, ou um conjunto delas, pode nos dizer muito sobre a diversidade de padrões de experiências. Ou quase nada! Mas busquei, pelo conjunto do material recortado e apresentado neste estudo, demonstrar a sua pertinência, para se falar de algumas especificidades de registros da participação das mulheres no mercado do tráfico. Em alguns casos, o material me permitiu um recorte da dimensão micro, o plano da vivência íntima, pessoal, uma subjetividade. E, por outro lado, mostrou a pertinência dessas vivências em um plano macro, social e espaço-temporal. Busquei tomar as vivências não como pautadas em uma dinâmica única de funcionamento e constituição de sentidos sobre um suposto “mundo do tráfico”, mas recortadas pela dimensão de gênero.

Também é necessário destacar que as práticas e formas de se vivenciar (ou sofrer) a criminalidade, os formatos, os conteúdos, as formas de incorporação e registro dos sentidos sobre essas práticas não são passíveis de serem comunicadas de maneira simples e homogênea. Um sentido, não é necessariamente traduzido por uma linguagem de domínio de ambos, pesquisados e pesquisadores. Os contextos que atravessam as práticas e a forma como esses contextos ganham forma no campo são absolutamente relevantes. Mais do que um lugar comum, um clichê de pesquisa, afirmo isso por tudo o que esse campo me mostrou. Comunicar e fazer comunicar uma experiência não é dado ou impossibilitado por uma incapacidade de transmissão de um dos lados (deficiência ou distâncias sociais e/ou de linguagem, por exemplo) e a compreensão de outro. É um entendimento que só se pode dar, na sua completude, quando as mensagens encontram um universo de sentidos comum, encontro que nunca pode se dar como suposto. Entender os sentidos de uma fala ou de uma determinada atitude em campo, para ambas as partes, é um processo de interação fino que nem sempre é bem sucedido.

Essa dificuldade me remete ao último ponto de abordagem metodológica: a dimensão de gênero na pesquisa sobre práticas ilegais. Lisa Maher e Susan Hudson (2007), ao fazerem um apanhado sobre a produção de pesquisas norte-americanas sobre a economia das drogas, cujo método de coleta de dados foi qualitativo (incluindo etnografias, observação, entrevistas) destacaram o fato de que, por um longo período, a forma de abordagem sobre a participação das mulheres era sempre de um ponto de vista bastante enviesado, sobretudo por serem homens os pesquisadores. A participação masculina tendia a posicionar o comportamento masculino como normativo e enraizado nos padrões culturais masculinos, enquanto o das mulheres era posicionado como desviante e comprometedor dos “papéis femininos” na família. Um dos pontos da síntese realizada pelas autoras me foi particularmente interessante, em termos das semelhanças vividas: ao contrário do acesso aos homens que atuam no mercado das drogas foi, tanto na pesquisa de 2008 quanto nesta, relativamente fácil. Mas o mesmo não se deu com as mulheres. Essa barreira foi mapeada pelas autoras na discussão sobre o acesso, na pesquisa de Adler (1985), entendida como uma questão do *underground sexism* que, sobretudo nos níveis de comercialização mais altos, faz com que os homens impeçam o acesso às “suas mulheres”. A própria autora relata que somente conseguiu entrar nas redes de comercialização pesquisadas por ter ao seu lado, a figura de um marido, que atuava no papel de pesquisador participante do estudo.

Esse texto com o qual me deparei somente quando o campo já estava finalizado, me propiciou partilhar essas experiências, pela primeira vez, em um seminário do qual participei durante o estágio doutoral na Universidade do Minho, em Portugal. No grupo de pesquisa onde eu estava, coordenado pela professora Manuela Ivone Cunha, predominavam mulheres, com muitas experiências que guardavam alguma semelhança com a minha. Questões foram suscitadas nesse

grupo, tais como: O fato de serem mulheres o objeto pesquisado, afeta o que se analisa sobre mulheres? Quanto ao fato de ser mulher, isso franqueia ou inibe o acesso? Até que ponto uma mulher, efetivamente participante desse mercado, assume essa posição? Para a primeira questão eu não poderia oferecer respostas. Se há algum viés determinado pelo meu olhar sobre os dados, caberá aos pares apontá-lo. No entanto, para as outras duas questões, as inúmeras experiências vividas dariam uma tese à parte, quando não um diário de campo tragicômico. Restringir-me-ei a dois relatos que me parecem significativos na análise dos dados obtidos. Primeiramente, a negação do acesso de uma mulher pelo seu parceiro, foi uma experiência inusitada em termos das condições inicialmente impostas. Quando consegui o contato dessa mulher, que atuava em uma rede de empreendedores de boca na figura de proprietária da sua rede, um recado me foi enviado pelo meu informante, de que a exigência para a participação seriam meus documentos, incluindo a carteira de trabalho comprovando que eu era professora da universidade, todos fotocopiados e autenticados. Além disso, ele solicitava a presença dele nos encontros a serem realizados e que algumas questões poderiam, eventualmente, ser respondidas por ele. Como destacado pela professora Manuela no seminário anteriormente mencionado, tratava-se de um empreendedor legalista! Diante da minha recusa em relação aos termos para o acesso, busquei outras fontes. Mas, algum tempo depois, tive notícias de que esse homem havia sido preso e a mulher estava, temporariamente, assumindo o ponto dele em um bar no centro da cidade, perto de uma zona de prostituição. Com essa notícia tentei novamente, através do meu informante, um novo contato com ela, que aceitou e marcou um encontro no citado ponto de vendas, assumindo o lugar do marido. Quando me desloquei para lá, fiquei esperando em um ponto de ônibus, em frente ao bar, olhando a todo instante para ver se a identificava, pois ainda não a conhecia. No entanto, por ser uma rua nas imediações de uma zona de prostituição, estabeleceu-se uma suposta “disputa” por um cliente. Os meus olhares reiterados para dentro do bar foram percebidos por uma mulher que também estava no ponto de ônibus. No entanto, ela estava captando um cliente do bar. E a confusão se estabeleceu! Eu só entendi tudo quando esta prostituta passou a me encarar com olhares furiosos, pois o cliente dela estava escolhendo a mim! E aos poucos ele foi se aproximando. Apavorada, entrei no primeiro ônibus que passou e mais uma vez esse contato foi perdido. Inconformada, terminei por desistir dessa entrevistada.

Passado o susto, esse fato me fez refletir sobre o quanto a constituição do sujeito na experiência, de que falam Joan Scott e Brah Avtar, se dá nas situações mais corriqueiras e não nos grandes temas. A disputa na qual entrei, sem querer, foi dada por uma espécie de destinação de gênero na divisão social do trabalho: uma mulher, constituída enquanto tal pelos seus atributos físicos aparentes, posicionada em um espaço marcado pela prática da prostituição, sozinha e

direcionando o olhar para um ambiente em que predominavam homens, um bar: evidentemente, uma prostituta! Essa experiência me ajudou na reflexão que faço sobre a “funcionalidade moral” das mulheres no mercado do tráfico de drogas, no sentido das moralidades que são percebidas como essências femininas atuando de forma positiva para as atividades desempenhadas no âmbito das redes. Sobre esse conceito é que trato no Capítulo 3.

Outra questão diz respeito aos jogos em que o gênero vai sendo constituído como *performance* em uma dimensão relacional. Em várias situações de entrevista, nas penitenciárias, por uma questão de angariar simpatias, eu fazia comentários com as pessoas com as quais tinha contato, marcadamente femininas, tais como elogiar a maquiagem (uma agente se maquiava de forma maravilhosa), sobre os cabelos das entrevistadas, quando eles me pareciam bonitos. Mas, para além desse espaço, entre as mulheres com as quais convivo, é recorrente o elogio ou um olhar observador de uma mulher para a outra em relação ao corte de cabelo, à maquiagem, à roupa, a uma bijuteria, ou um sapato que chamam a atenção. Em uma penitenciária, essa diversidade de itens de exposição aguardando os elogios, não são possíveis. Mas, para aqueles que o são, foi perceptível e recorrente a preparação das detentas para as entrevistas, na maquiagem ou na produção dos cabelos, que redundavam nos meus elogios. Esses jogos que eram estabelecidos entre nós foram muito importantes para a conquista da confiança, mas também me fizeram perceber uma dimensão performática constituidora do “gênero do pesquisador” como um elemento central de identificação e entendimento, dimensão essa tratada na teoria. Essa dimensão foi importante também para os dados coletados e aparece, de maneira mais relevante, no Capítulo 4.

Ainda sobre as *performances* de gênero, uma situação ocorrida em campo só me foi possível entender como uma espécie de “núcleo da masculinidade”; ocorreu com um homem que participava deste estudo, com o qual eu me encontrei por algum tempo semanalmente. Em um dos nossos encontros ele estava bastante alterado, tanto por estar drogado quanto por ter vivido uma situação com a qual não se conformava. Um conhecido, que não era seu cliente, mas era viciado em crack, lhe havia oferecido sexo oral em troca de R\$ 5,00 para comprar uma pedra. Ao me relatar a sua contrariedade, ele falou de forma muito enfática: “O meu pau! O meu pau, por uma pedra!?! Por R\$ 5,00?”. Eu não falei nada, mas no momento fiquei pensando que “potência” era essa, ofendida por uma pedra! Quando relatei esse caso para minha orientadora, falamos um pouco sobre essa questão, mas o meu entendimento ainda não estava dado. No momento do estágio doutoral, relatando esse caso para um amigo francês, ele me olhou seriamente e disse: “Je suis d’accord avec ce homme la!”.¹⁰ Somente nesse momento “a ficha caiu”: eu tive o entendimento de que a queixa do

¹⁰ “Concordo com esse cara!”.

meu entrevistado tratava-se de um requerimento masculino, uma *performance* de gênero. Como afirma Butler (...) o “agente” é diversamente construído no e através do ato (2008, p. 205).

1.3 O material

A construção do *corpus* de pesquisa foi realizada através de entrevistas com pessoas que em algum momento da sua trajetória de vida participaram do mercado de drogas ilícitas, e que são egressos do sistema prisional; entrevistas com mulheres que estão no complexo prisional, Estevão Pinto e José Abranches; e com profissionais dessas penitenciárias (psicólogos, assistentes sociais, advogados e as diretoras); com policiais civis da divisão de tóxicos de Belo Horizonte (um delegado e um pequeno grupo de policiais que aos poucos foram se aglomerando na sala em que a entrevista inicial estava sendo realizada, totalizando quatro pessoas); com dois policiais da divisão de Inteligência do Grupamento Especial para Áreas de Risco (GEPAR); e com um policial civil da divisão de Homicídios.

As entrevistas com egressos do sistema prisional totalizaram quatro, além de algumas outras informais, conversas, contatos com outros sujeitos, que não estão citados na pesquisa. Esse acesso foi obtido através da minha participação em reuniões mensais do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, que aconteciam uma vez por mês na sede do Conselho Estadual de Psicologia de Minas Gerais, sediado no centro de Belo Horizonte. Além dessa participação, estive presente, durante os anos de 2011 a 2013, em alguns eventos (festas, reuniões, encontros, atividades cotidianas) realizados na sede das Brigadas Populares, onde estava sediado esse grupo. Nessa sede também atuava um escritório de advocacia popular que prestava auxílio às demandas do grupo. Minha presença semanal como observadora, ajudando em uma ou outra tarefa, foi algo precioso para muitos dos meus achados de pesquisa. Atualmente esse grupo se localiza em outra sede e não mais conta com o apoio das Brigadas.

As entrevistas com mulheres que estavam encarceradas totalizaram quinze, sendo todas realizadas entre os meses de março a julho de 2013, nos complexos penitenciários Estevão Pinto (situado na capital) e José Abranches, no município de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A seleção das participantes da pesquisa se deu a partir de uma entrevista exploratória com as diretoras desses complexos, com assistentes sociais, psicólogas e advogados da defensoria pública. Nessas entrevistas eu fui mapeando perfis que me interessavam. Alguns se encaixavam em perfis que eu já havia pré-selecionado, a partir dos dados até então mapeados: mães, esposas, namoradas, comando, mulas. Outros se mostraram uma novidade e, portanto, foram incluídos. Alguns não me foi possível incluir nos dados, seja por recusa ou por já

não mais se encontrarem no complexo, como por exemplo, mulheres pertencentes a um mesmo núcleo familiar e que estivessem cumprindo pena na mesma unidade carcerária. Também não foi possível acessar mulheres com escolaridade superior.

Nas entrevistas com os técnicos (assistentes sociais, psicólogas) eu pedia sugestão de nomes, que fui integrando a uma listagem de categorias. As escolhidas eram solicitadas a participarem da pesquisa. Houve muitas recusas, mas muitas adesões também. No complexo Estevão Pinto, quando eu solicitava às mulheres que cumpriam pena alguma indicação de uma conhecida ou amiga, elas se recusavam. No complexo José Abranches, de maneira espontânea, uma das entrevistadas me indicou uma amiga que aceitou participar do estudo.

Essas entrevistas não eram gravadas, por questões de restrição e segurança nos presídios. Eu me apresentava para elas, dizia dos propósitos da pesquisa, explicava os termos de ciência exigidos. Por razões óbvias, não solicitava assinatura. Todas as entrevistas foram anotadas, grande parte das falas encontradas nas citações é literal. Logo após as entrevistas, eu completava as falas, buscando reproduzi-las tal qual a entrevistada dissera. Esta habilidade, que me é muito cara, foi desenvolvida desde pesquisas anteriores, cujo campo era sobre tráfico de drogas. O fato da recusa de alguns entrevistados em gravar ou a minha própria insegurança, devido ao perfil do local e do entrevistado (status dentro do mercado, ser alguém que já possuía algum nível de incriminação legal, etc.) me obrigou a desenvolver recursos alternativos. Contar com a impossibilidade de gravar foi um hábito que se tornou tão corriqueiro para mim que, em uma das situações em campo, uma mulher participante deste estudo atual, no nosso terceiro encontro, me indagou se eu não achava mais fácil gravar e não anotar. Eu olhei para ela, incrédula!

As entrevistas com pessoas ainda atuantes na comercialização totalizaram cinco, sendo quatro com pessoas que atuam em redes de empreendedores autônomos, (dois homens e duas mulheres) e uma que atua em redes de bocas. Na rede de empreendedores de bocas, também foram entrevistadas duas mulheres, uma que atualmente é namorada de um gerente de rede e outra que atuou em papéis diversos e que, no momento da entrevista, afirmava não mais atuar. Essa precisão sobre a sua não atuação, no entanto, não foi possível definir. Também, com relação à rede de empreendedores de bocas, realizei um encontro com um grupo, no Parque Municipal da cidade de Belo Horizonte, formado por oito jovens. Destes, um havia recentemente trocado sua atividade no tráfico pela de coletor, em uma empresa de coleta de lixo de Belo Horizonte. Com ele estava sua namorada e os demais eram amigos desse casal, que não quiseram especificar a sua participação ou não em uma rede específica de bocas¹¹. Para o caso dos que ainda atuam na

¹¹ Rede de Empreendedores autônomos e Rede de Empreendedores de bocas diz respeito a um conceito de comercialização que será detalhado no Capítulo 1 deste estudo.

comercialização, as entrevistas, invariavelmente, foram realizadas após um primeiro contato com alguém que me introduzia à pessoa e indagava sobre a possibilidade de eu fazer um primeiro contato telefônico. Após essa autorização eu ligava, fornecia dados gerais sobre quem eu era, sobre a pesquisa e a minha intenção de realizar um primeiro encontro.

Finalmente, é necessário mencionar a participação, neste estudo da mãe de uma ex-aluna, que trabalha em serviços gerais, junto a uma escola de um bairro da região Oeste de Belo Horizonte, onde ocorre uma forte atividade de comercialização de drogas ilícitas e conflitos violentos entre grupos. Com esta senhora realizei vários encontros, cujo tema versava sobre a participação das mulheres com as quais ela tinha contato (por amizade ou simples conhecimento no bairro) e também sobre as jovens que estudavam na escola em que ela trabalhava. Interrompi esse campo por questões relativas às dificuldades com relação aos dias dos nossos encontros, sempre aos sábados que apesar de ser o dia que ela me disponibilizava, passou a ser muito desgastante, em função das tarefas domésticas que ela realizava nesse dia da semana.

Como apresentado nos quadros do Anexo I, os entrevistados estão divididos por categorias de participação na pesquisa, todos com nomes fictícios. Assim, no Quadro 1, consta a relação das quinze mulheres entrevistadas que se encontravam encarceradas, sem referência ao complexo penitenciário em que se encontravam. As idades variam entre 19 anos e 52 anos. Com relação ao pertencimento étnico, eram seis mulheres brancas e nove pardas. Geralmente possuíam escolaridade muito baixa, no nível de ensino fundamental completo/incompleto. Para todas elas, a experiência com o mercado de trabalho formal foi pequena, ou inexistente. O estado civil não foi especificado, mesmo entre aquelas que relataram sua experiência no tráfico na categoria de esposas. Somente duas das entrevistadas não possuíam filhos. Todas atuavam nas redes de comercialização de empreendedores de bocas. As posições variavam entre o varejo da comercialização; as mulas, que realizam o transporte da droga; as esposas de um empreendedor; a empreendedora, que assume a propriedade do negócio, de forma associada ou não; fornecedor/distribuidor (responsável pela venda, no atacado, da droga para as redes de comercialização); e as prostitutas.

No Quadro 2, encontra-se a relação de cinco empreendedores autônomos. São três homens e duas mulheres com idades variando entre 28 e 57 anos. As mulheres são brancas e os homens distribuem-se entre um participante branco e dois pardos. São moradores de bairros de classe média de Belo Horizonte das regiões Centro Sul, Leste e Oeste. As mulheres possuem escolaridade superior completa, dois homens cursaram até o ensino médio completo e um possui escolaridade superior completo. Dois dos homens possuem ocupação no mercado formal de trabalho e um é autônomo. Todos atuam no setor do comércio. Ambas as mulheres participantes são autônomas. Dois homens são casados, com filhos e um é solteiro. As mulheres são solteiras.

No Quadro 3 são descritos oito empreendedores de bocas, sendo quatro homens e quatro mulheres. No entanto, somente um homem ainda é atuante, na posição de empreendedor (proprietário) de uma rede de comercialização. As idades variam entre 22 a 39 anos. Distribuem-se entre três homens brancos e um negro. Três mulheres são pardas e uma é negra. A escolaridade varia entre ensino fundamental/ensino médio incompleto. As ocupações são irregulares, pertencentes ao mercado informal de trabalho.

No Quadro 4 são apresentados os agentes de segurança pública que foram entrevistados separadamente, totalizando quatro homens. O grupo de entrevistados especificados foi formado por seis agentes, também homens. Esse grupo não foi uma entrevista planejada. Inicialmente agendada com apenas um agente, no momento da realização da entrevista outros, que já se encontravam presentes na sala, participaram espontaneamente da entrevista.

Finalmente, o Quadro 5 apresenta uma relação de sete participantes, que vão de uma colaboradora da pesquisa com conhecimento sobre o tema, devido à atividade profissional que exerce (advogada). E uma colaboradora que trabalha com serviços gerais em uma escola estadual, na região oeste de Belo Horizonte. Os demais são assistentes sociais, e as psicólogas dos complexos penitenciários, além de uma advogada da defensoria pública. Todas são brancas. O tempo de trabalho dessas profissionais no sistema prisional é acima de 10 anos, para todas.

2. O FEMININO, A DIFERENÇA E O CRIME: CRUZANDO OS TERMOS DO DEBATE

Um estudo de Herjeet Marway de 2011, sobre o registro das “mulheres bomba” (*female suicide bomber*), uma prática historicamente referenciada como uma arena masculina nos conflitos violentos de natureza política, apresenta a forma como avivou-se um debate em que conflitavam os papéis “prescritos” de gênero no crime no Oriente Médio: “*peaceful woman*” and “*violent man*”, or the “*beautiful soul*” and “*just warrior*” (ELSHTAIN, 1985, p. 45 apud MARWAY, p. 222).¹ Para os casos estudados, a perspectiva da autora é de que a forma de lidar com essa quebra dos parâmetros esperados da diferença foi efetivada, nos próprios termos em que ela é estabelecida. Por um lado, o discurso (social e midiático) sobre as motivações posicionavam as mulheres envolvidas como agenciadas por uma deformação, advinda de um histórico de vitimização ou traumas psíquicos, fragilidade que as induziram a esse tipo de ato, sobretudo através dos comandos masculinos (*scandalous sub-women*). Por outro lado, ao contrário do discurso da debilidade, a percepção do fator agência feminina nas motivações foi indicada nos discursos que apontaram essa participação como derivada de uma natureza excepcional dessas mulheres, então referenciadas pela sua elevação cultural ou religiosa, ou como portadoras dos ideais guerreiros masculinos (*super-women*). No entanto, ambos os perfis eram distanciados do ideal da mulher completa, ou seja, portadora de uma essência pacífica.

Em outro cenário, no Brasil, nos anos 2000, um debate que entrou em curso foi a força crescente da presença das mulheres em âmbitos diversos, tais como no mercado de trabalho, na ampliação das chefias domésticas, nas taxas mais altas de escolaridade em relação aos homens, mas, também, no tráfico de drogas e na criminalidade, até então tipificada como masculina, devido às práticas violentas que lhe são correlatas. Um argumento recorrente, mas não ne-

¹ A autora destaca quatro casos para análise: o primeiro caso registrado em 1985, protagonizado por Sana Mehaydali, com 17 anos na época. Ela pertencia à organização *Syrian Socialist National Party (SSNP)* que assumiu 12 atentados suicidas, cinco dos quais envolvendo mulheres, sendo o de Mehaydali o primeiro. *The al-Aqsa Martyr's Brigade e Fatah* grupos que assumiram responsabilidade por nove atentados suicidas bem sucedidos, e sete que falharam, atentados esses que utilizaram mulheres-bomba desde a 2ª Intifada que teve início com um ataque em 2002. O ataque foi protagonizado por Wafa Idris, 26 anos; O caso de Dhanu, 20 anos, primeira mulher a protagonizar um atentado contra um chefe de Estado, Rajiv Gandhi. Pertencia ao *Black Tigress* (unidade de elite de ataques suicidas dos Tigres de Libertação da Pátria Tamil – LTTE), cujo quadro era formado 60% por mulheres. Associam-se 200 ataques a esse grupo, sendo que em 30 a 40% das missões houve a participação de mulheres. O caso dos *Chechen rebels* em que 42%, de um total de 110 ataques assumidos pelo grupo, foram protagonizados por mulheres. Em 2000, o grupo registrou o primeiro ataque suicida que envolveu uma dupla de mulheres, Khava Barayev, 22 anos e Luisa Magomadova, 16 anos.

cessariamente passível de ser aceito sem ressalvas, é que, à semelhança do atual mercado de trabalho brasileiro pressionado pela inserção das mulheres, a participação feminina na atividade do tráfico segue de forma correlata. Esse avanço parece evidente se tomamos como base somente as séries históricas dos dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça. Até dezembro de 2011, de um total de 514.582 detentos, 34.058 eram mulheres, um aumento de 34,0% em relação a 2006. Se em 2006 o tráfico de drogas representava 25,5% do total de tipos de crimes que levavam ao encarceramento feminino, contra 11,6% dos homens, no final dos anos 2000 esse montante passou a representar 49,7% para as mulheres contra 22,6% dos homens.

O proclame do avanço das mulheres na criminalidade e/ou tráfico (por vezes tratados como um mesmo referente) parece acionar o registro da ausência de agência. O discurso da vitimização ou da esperteza e potência das mulheres envolvidas no tráfico são afirmações presentes nos discursos que têm permeado não somente o senso comum e o espetáculo midiático no Brasil. No trabalho de campo foi recorrente encontrar o argumento de uma suposta presença, definida pela debilidade, justificadora de uma ausência de vontade de enfrentamento das agruras do mercado de trabalho. Essa ausência levava a uma busca de um dinheiro fácil. Outros argumentos percebiam a participação como derivada de um processo de vitimização (de natureza socioeconômica), ou de coautoria em nome dos afetos (“amor bandido”), ou a ocupação de lugares menores ou menos lucrativos no tráfico. Por outro lado, os argumentos supõem uma mulher diferenciada cuja potência exacerba-se na especificidade de participação na criminalidade violenta, típica do crime do tráfico (que nega uma histórica tipificação criminal feminina).

Guardadas as devidas proporções, essas duas situações acima convergem para uma questão histórica, no campo da criminalidade o *gender ratio problem* (CHESNEY-LIND; DALY, 1986), cujo eixo centra-se na discussão das razões diferenciais de sexo em termos de motivações, forma de participação e tipos de práticas no crime. A diferença, seja ela derivada da natureza biológica, social ou cultural, é dada como fato. Buscando seguir um caminho que aponta a diferença nas práticas criminais não como fato, mas como um sentido constituído pelas próprias práticas e dinâmicas específicas de um tipo de criminalidade, estabelecendo uma possível relação entre os argumentos de Judith Butler (2008) e Brah Avtar sobre a constituição política da essência e a diferença.

No diálogo com Simone de Beauvoir (1949), para quem “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, a crítica de Butler a essa assertiva está baseada no fato do pressuposto sob o qual ela está assentada, ou seja, a ideia da existência de uma essência, mulher, passível de ser alcançada por um processo de agência, o de tornar-se mulher. A leitura de Butler pressupõe uma substância preexistente ao agente, uma possibilidade de ação sobre a significação, empreendida por um sujeito

(uma consciência) pretendendo alcançar um sentido cultural que, a despeito de ser ou não a sua essência, é corporificada como tal. A tese contestada é dessa ação e liberdade de um sujeito cuja existência seria anterior ao processo de cultura. Através do processo de ajuste corporal e comportamental, revelado pelos atos cronologicamente demarcados, infância, juventude e velhice, estas etapas seriam supostamente transformadoras desse sujeito em um ser: uma mulher. A hipótese é de uma consciência que faz existir um corpo, tornando-o um sentido distinto do ser preexistente, aparentemente indefinido ou não passível de ser verificado. Na perspectiva da autora, essa noção “substancialista” vincularia o ser a um gênero, entendido como um sexo, ao mesmo tempo uma unidade e uma oposição de sentidos, dos corpos, dos desejos e das práticas sexuais.

A perspectiva defendida por Butler (2008, p.35) é da constituição de um agente, não por uma matéria que lhe precede uma suposta substância, mas sim, através de uma multiplicidade de atos significantes (contingentes e contextuais), colocando em curso os sentidos convergentes ou dissonantes (e nunca acabados) de experiências, de práticas sexuais, de sentidos de gênero, de um eu: “Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de ‘mulheres’ que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade, para tornar-se completa”. Nessa perspectiva, não haveria uma ontologia do gênero, pois as ontologias sempre operam no interior de contextos políticos, estabelecidos como injunções normativas.

Com algumas semelhanças em relação à contraposição da essência de gênero, discutida por Butler, a proposição de Brah Avtar (2006) é da constituição da diferença como um processo de significação, cuja estruturação de elementos apresenta bases cruzadas e não derivadas de uma única matriz. A diferença como categoria analítica guarda alguma semelhança com a perspectiva de Bourdieu (2007), ao indicar a sua inscrição na experiência, na subjetividade e na identidade dos sujeitos, evidenciando-se como lógica que caracteriza o mundo como espaço da diferença e particularizando, internamente, os indivíduos na especificidade da sua distinção como pertencentes a esse mundo. Entendida tanto como processo de afirmação de uma desigualdade, quanto de diversidade, a diferença como significação é estabelecida através das constantes disputas, travadas em torno da hegemonia dos seus sentidos, a despeito da assimetria de poder dos agentes, que esse embate aciona. Seus fundamentos políticos evidenciam-se na obliteração de um sentido (relativamente hegemônico), que cria uma categoria de diferenciação social (racialização), um sujeito político (SCOTT, 2005; AVTAR, 2006) atrelado às práticas, aos significados relativos a seus atributos (adquiridos ou herdados), às condições sociais, materiais e simbólicas do seu estar no mundo e transpostos para o seu ser no mundo.

Quanto aos mercados de drogas ilícitas, a questão colocada é: o que possibilita a constituição de um sujeito político atrelado à sua prática ilícita (“a mulher no tráfico”)? Quais são

os mecanismos que compõem e sustentam a especificidade dessa distinção? E, finalmente, de que maneira a posição de gênero intersecciona as demais diferenças, compondo um marcador específico para esse sujeito político? Estas indagações, que percorrem todo este estudo, têm neste capítulo inicial uma reflexão sobre os pontos convergentes de algumas abordagens do campo teórico feminista com a criminologia feminista, sobre a questão da diferença de gênero no crime.

As marcações do debate aqui realizadas centram-se, primeiramente, nas perspectivas que assumem a diferença como uma essência, seja ela derivada do indivíduo portador de um sexo biológico, ou do seu processo de construção social, como um gênero definido por práticas sexuais normativas, valores sociais distintos e desiguais relações de poder. Um segundo conjunto, diz respeito à diferença construída pelas intersecções de natureza diversa tomando-a não como um *a priori*, mas como contextos específicos de experiência, que especificam as práticas e posicionam diferencialmente os agentes. Esta última abordagem é tomada como a mais adequada para a análise da forma como as especificidades de uma dinâmica criminal, o mercado do tráfico ilegal de drogas, faz emergir os sentidos de diferença de gênero.

Na parte final do capítulo, apresento alguns dados sobre o contexto institucional como uma das bases de estruturação da constituição desse “sujeito da diferença”, o perfil da mulher referenciada pelo encarceramento devido à prática do tráfico. Para tanto, utilizo o perfil de encarceramento no Brasil, a partir da base de dados disponíveis nos relatórios anuais do InfoPen, do Ministério da Justiça. A base analisada compara os dados sobre homens e mulheres nos anos de 2006, data em que passa a vigorar a Lei 11.343, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, e 2011, ano utilizado como indicativo do fechamento da década.

2.1 ESSÊNCIAS, SUBORDINAÇÕES E MORALIDADES CONTEXTUAIS

Na já vastamente trabalhada abordagem clássica de Cesare Lombroso e Willian Ferrero, no século XIX, as marcações das diferenças entre homens e mulheres são atribuídas, primeiramente, a uma essência definida pela binaridade biológica, que conforma os seres fisicamente e em suas derivações morais e psíquicas. O crime não é entendido como uma prática, mas como uma essência degenerativa biológica e hereditária de determinados indivíduos, que explica os seus atos. Devido ao pressuposto, de essa degeneração ser verificada nos indivíduos do sexo masculino, uma mulher, em desacordo com a lei, era percebida como uma espécie dupla “monstro moral” para usar os termos de Foucault (2010), uma vez que a sua transgressão moral é adicionada à transgressão da essência feminina não criminal (PARENT, 1992). Física e moralmente atípicas, essas mulheres (in)corporariam os piores traços da essência masculina transgressora: *They were*

convinced that women who engage in crime would be less sensitive to pain, less compassionate, generally jealous, and full of revenge (MALLICOAT, 2012, p. 21).²

O entendimento da criminalidade feminina, como um desvio psíquico, biológico e social foi um dos preceitos que justificou a formação das prisões femininas no Brasil, nos anos de 1930/1940, sob a égide do jurista Lemos de Brito (PADOVANI, 2010). O cárcere era, então, tomado como uma instituição moral capaz de corrigir as “desviantes” e de restituir à sociedade uma mulher resguardada na sua essência, ou seja, a docilidade, a maternidade e o adequado desempenho marital (ANDRADE, 2011).

A força dessa matriz explicativa, durante grande parte do século XX, foi observada na revisão dos estudos sobre mulheres e crime nos EUA, entre os anos de 1918 a 1965, realizado por Steffensmeier & Clark (1980). Também no apanhado sobre gênero, criminologia e sistema de justiça, de Kathleen Daily e Meda Chesney-Lind (1986), realizado a partir das obras de Pat Carlen e Anne Worral (1987). Esta perspectiva é, também, analisada no estudos de Frances Heidensolhn (1985) e Allison Morris (1987) entre os anos de 1930 até 1960.

No conjunto das obras analisadas, para além do foco de análise ter sido constituído a partir de uma base das estatísticas sobre os crimes masculinos, o fundamento prevalecente é de que um gênero (tido como o correlato biológico do sexo) tem implicações físicas, psicológicas e morais que, por sua vez, são condicionantes dos papéis sociais (e nos crimes) e do perfil das práticas criminosas.

A ideia de uma essência, como fundamento explicativo da transgressão feminina, tem, na obra do sociólogo Otto Pollack (1961), uma referência importante. Portadoras de uma espécie de substância, uma “criminalidade mascarada”, evidenciada pela capacidade de sedução e por uma perversidade moral propensa ao falseamento (evidenciada, inclusive, no ato sexual), a periculosidade feminina seria, por natureza, oculta. Para além dessa essência, contribuiria para essa ocultação os tipos de crimes próprios das mulheres, ou seja, os que são materialmente insignificantes e, portanto, sub-representados nas queixas das vítimas (sobretudo se masculinas) e nas taxas oficiais; um sistema jurídico condescendente com os crimes femininos e pelo uso cultural dos papéis femininos dóceis, através dos quais as mulheres mascaram suas ações contra as vítimas mais vulneráveis: *Pollak believed that the traditional female role status of homemaker, caretaker, and domestic worker gave women an avenue to engage in crimes against vulnerable populations, such as children and the elderly* (MALLICOAT, 2012, p. 21).³

² “Eles estavam convencidos de que as mulheres que se envolviam em crimes seriam menos sensíveis à dor, menos compassivas, geralmente ciumentas e vingativas” (tradução livre da autora).

³ “Pollak acreditava que o status do tradicional papel feminino relacionado à dona de casa, cuidadora do lar, de trabalhadora no espaço doméstico deu às mulheres um amplo espaço para se envolver em crimes contra populações mais vulneráveis, tais como crianças e idosos” (tradução livre da autora).

A contraposição a essa argumentação da criminalidade, centrada no indivíduo e derivada da essencialidade binária biológica converge, nos anos de 1970/1980, com a abordagem do campo teórico feminista norte-americana, que apresenta o operador teórico “sistema gênero”. Essa categoria é reivindicada como sendo capaz de abarcar, de maneira universal, a tematização da diversidade dos dispositivos sociais, que transmutam as diferenças biológicas em diferenças culturais, uma construção social do gênero. O pressuposto é de que, através do gênero, a sociedade constitui as práticas, as representações, as funções e subordinações para o sexo biológico (RUBIN, 1979).

Na vertente do “gênero da diferença” dos anos de 1970, público e privado são esferas tomadas como princípios causais de subordinação feminina, uma vez que são percebidos como polos de valor socialmente opostos e funcionalmente destinados às mulheres ou aos homens. Três perspectivas podem ser destacadas nessa abordagem: a socialização, a orientação e a lógica da classificação como variáveis estruturadoras da sujeição feminina ao espaço doméstico. O trabalho de Nancy Chodorow (1979) é aqui utilizado como referência para a abordagem da socialização, entendida como uma lógica social de estruturação psíquica dos comportamentos. De natureza social, a personalidade configura-se como uma dimensão inconsciente que estrutura os comportamentos femininos e masculinos, como se fossem fatos biológicos. A esfera privada é naturalmente destinada ao cuidado com a prole, atividade feminina *por excelência*. A aceitação e manutenção desse espaço, como um “lugar” destinado às mulheres, não é entendido como uma simples resposta ao estímulo da aprendizagem de papéis (perspectiva comportamental), mas resultado da constituição da sua personalidade, isto é, da organização e introjeção das interações sociais que as mulheres vivenciam desde a sua tenra infância. De maneira contrária, o espaço público é tido como constituidor da personalidade e identidade sexual masculina, marcada pela ruptura, pela atitude agonística, pela competição e pela vivência permeada pelo grupo. Os polos opostos de valor são claramente evidenciados pela referência secundária à esfera privada, o espaço doméstico, tido como lugar destituído do social, ao passo que a virilidade não é somente masculina, mas, também, um referencial de espaço público.

A abordagem da orientação para o público ou privado é uma explicação para a desigualdade de gênero, apresentado no trabalho de Michelle Rosaldo (1979). O pressuposto é da constituição dos valores de prestígio como universalmente associados ao mundo masculino. O status positivo dos homens constitui-se na esfera pública, conjunto ampliado de instituições que tanto estrutura quanto inclui a esfera doméstica. De forma contrária, o status feminino está orientado para a esfera doméstica – instituição e atividades mínimas realizadas em torno do núcleo mãe e filhos, cujas interações são de caráter particularista e com foco centrado em si mesmo, quer dizer, na família (ROSALDO, 1979). As diferenças de orientação dos homens para o público – espaço da

cultura, da transcendência e liberdade para ocupar-se das “coisas da sociedade”, como próprio dos homens e as mulheres orientadas para o doméstico, espaço da natureza feminina – são tomadas como a chave explicativa para a universalidade do lugar secundário, ocupado pelas mulheres.

A vertente explicativa, utilizada por Ortner (1977) para o *status* secundário feminino, parte da estrutura social classificatória, que posiciona a mulher numa ordem de cultura inferior ao homem. É uma lógica discutida a partir do paradigma antropológico estruturalista de Lévi-Strauss (1983), em que a cultura é entendida como um conjunto de sistemas simbólicos compostos por estruturas, ou seja, elementos possuidores de uma conexão de oposições e correlações integrantes de todos os elementos entre si, entre os próprios sistemas e entre as dimensões físico-naturais e as sociais. Nessa binaridade, identifica-se que, no espaço da cultura, as mulheres ocupam um lugar intermediário. São próximas demais da natureza (cru), mas aproximam-se também da cultura (cozido), não tendo, portanto, um lugar que lhes é específico. Os homens, por estarem livres do confinamento doméstico, são livres para transporem as relações inter-familiares e criarem a cultura, evidenciada material e simbolicamente como masculina (a ciência, a tecnologia, os rituais). A unidade doméstica é simbolicamente associada à esfera privada. É no espaço público, o local por excelência da cultura, que a humanidade transcende a sua condição de natureza. Mas, a transcendência é considerada masculina, um mundo do qual as mulheres foram excluídas.

Nos anos de 1980/1990 as críticas mais contundentes dessa fase da vertente teórica feminista foram firmadas, sobretudo, pela visão universalista do conceito de identidade de gênero e sua origem etnocêntrica de classe e raça. Haveria um princípio (falso) de compartilhamento de uma razão sobre os sentidos constitutivos da identidade de gênero, baseados em vivências comuns, e transculturais, de opressão e papéis femininos. Se há distinção entre as esferas pública e privada, e os indivíduos são distintamente associados a elas, essa cisão deve ser entendida na perspectiva de uma construção discursiva e de valores de caráter ideológico, perspectiva de um campo de dominação e poder. (LAVINAS, 1989; BARBIERI, 1993; LAURETIS, 1990; STOLCKER, 1991; MOORE, 1997).

Essa perspectiva crítica sobre o “gênero da diferença” será sincronicamente incorporada nos estudos sobre gênero e crime. A convergência com as abordagens do campo teórico feminista inicialmente se fez presente nos anos de 1970, na vertente da *labeling theory* que apontou que as diferenças de gênero no crime não como sendo relativas às distintas práticas, mas devido à incapacidade teórica de se abordar a centralidade da (então) variável sexo nas teorias explicativas do crime (HARRIS, 1977). A invisibilidade das mulheres nas taxas criminais foi, então, entendida como uma derivação das relações sociais de gênero, cujo poder revelar-se-ia através da rotulação diferencial dos sujeitos associando-os também a um comportamento de gênero, cultural e socialmente constituído, no caso das mulheres, como não propenso ao crime.

O debate feminista, na seara do crime, ganha novos ingredientes a partir dos abundantemente citados e polêmicos trabalhos de Freda Adler, **Sister on Crime** (1975) e Rita James Simon, **Women and Crime** (1975). A perspectiva defendida é de que haveria uma associação entre o incremento das taxas da criminalidade feminina, inclusive nos crimes violentos, nos Estados Unidos, então na cena midiática, com o movimento de liberação feminina e, portanto, uma reivindicação de igualdade e ampliação da presença feminina nos mais diversos campos sociais. Nos argumentos de Adler (1975), uma vez que tamanho e força são variáveis biológicas relativas (para os atos criminosos) e agressividade e dominação são socialmente constituídos, ambos podem ser modificados. Consequentemente, as “evidentes” mudanças nos papéis sociais e a crescente participação feminina nos vários campos levariam “naturalmente” ao fim das diferenças de gênero no campo da criminalidade (PARENT, 1992, p. 300). Esse fenômeno seria uma espécie de demonstração dos resultados da luta pela conquista do espaço público pelas mulheres. No entanto, essa evidência do *shade side of liberation*⁴ foi amplamente refutada tanto pelo acentuado ponto de vista político e como pela falácia empírica desse argumento (STEFFENSMEIER, 1996; STEFFENSMEIER; CLARCK 1980; CHESNEY-LIND, 1986; PARENT, 1992). As críticas presentes nos trabalhos aqui citados apontam uma desconsideração da complexidade relacional do crime em termos das diferenças e hierarquias sociais e o desconhecimento das intersecções do que se nomeou como gênero, tais como as dimensões socioespaciais, a classe, a raça, o perfil etário, dentre outras, correlacionadas ao perfil das transgressões femininas, então, em destaque. A base empírica que deu sustento ao estudo também foi criticada pelo fato de evidenciar, não um comando das *liberated female crook*, mas uma criminalidade relativa às mulheres encontradas nos limites da pobreza e, portanto, dos clássicos crimes e estratos sociais cuja incursão na ilegalidade está sob os radares policiais, jurídicos e midiáticos (CHESNEY-LIND, 1986).

A influência das teorias do campo feminista radical e socialista na discussão sobre gênero e criminalidade foi sentida nos anos de 1980/1990, nas abordagens que tomam o patriarcado como um sistema universal de dominação masculina e de subordinação feminina, a partir do qual a própria definição de crime e dos modos operatórios do sistema de justiça criminal atuam no sentido de ratificar essa dominação (CHESNEY-LIND, 1986).⁵ A tomada de posição por uma *feminist criminology* teve como orientação crítica uma contraposição às teorias construídas a partir de estudos, com bases amostrais exclusivamente masculinas e/ou por estudos empreendidos por homens, portanto, entendidas como enviesadas (sexistas) nos pontos de vista defendidos: *Feminist*

⁴ Expressão de Adler (1975), citada por Chesney-Lind, 1986, p. 79.

⁵ Neste texto, a autora apresenta um claro posicionamento em relação à vertente feminista crítica e marxista, como uma espécie de promessa teórica capaz de incorporar as dimensões de classe, raça e gênero às análises sobre a criminalidade e o sistema de justiça (CHESNEY-LIND, 1988).

criminology began with the awareness that women were invisible in conventional studies in the discipline... feminist criminology began as reaction... against an old established male chauvinism in the academic discipline (HEIDENSOHN, 1985, p. 61, apud MALLICOAT, 2012, p. 22).⁶

A perspectiva de análise do crime, como *gender-specific theories*, na forma de entender um sistema de dominação, sobre o qual se erguem as normas de gênero explicativas das diferenças femininas e masculinas no crime, tem, na proposição apresentada por Steffensmeier & Allan (1996), uma referência exemplar, merecendo maior detalhamento. O conceito de organização de gênero, uso da dicotomia morfológico-sexual humana, como um parâmetro sobre o qual são legitimadas as diferenças sociais, é incorporado pelos autores no sentido de que, ao normalizar comportamentos e identidades, a organização de gênero apresenta-se nas regulações institucionais, nas relações sociais e na definição dos padrões de socialização diferenciados. São esses padrões que demarcam as clivagens práticas e morais do que é masculino (que se confunde com uma representação de crime) e do que é feminino (que se distingue de crime). Essa distinção incidiria nas diferenças presentes nas probabilidades de gênero de determinadas práticas, sendo a ausência das mulheres nos crimes violentos a intenção da prescrição de uma teoria explicativa de gênero e criminalidade proposta.⁷

As normas de gênero, e sua inter-relação com a configuração das dimensões psicológicas, físico-biológicas e culturais, são entendidas como estabelecedoras das interdições morais, que também são observadas pelos agentes que impetram as práticas criminais. O *institutionalized sexism underworld* é indicado como uma espécie de réplica das hierarquias sociais de gênero que colocam as mulheres em posições menos vantajosas, ou mesmo as impede de atuar em determinadas práticas e de acessar as melhores posições nas hierarquias dos grupos criminais. As inibições em âmbito social seriam operacionalizadas através do reforço negativo das essências femininas para as práticas criminais. Ao contrário das essências criminais masculinas, as mulheres seriam definidas pelas obrigações relativas à maternidade; pela relação entre mulheres e a ética do cuidado; a força da estigmatização e dos custos potenciais para as mulheres envolvidas em transgressões; de maior exposição à vitimização sexual dada pela frequência a lugares próprios dos ambientes criminais e de uma personalidade afeita à construção e manutenção de relacionamentos (afetivos e parentais). Essa estrutural constituição das diferenças essenciais de gênero, aliada a um controle mais rígido no âmbito familiar e social, afastariam as mulheres das práticas criminais, marcadamente as violentas, ou as induziria a essas práticas na figura de cúmplices dos parceiros masculinos (pais, irmãos, companheiros).

⁶ “A criminologia feminista tem início com uma tomada de consciência de que as mulheres eram invisíveis em estudos convencionais da área, apresentando-se, dessa forma, como uma nova proposta teórica em relação ao velho chauvinismo masculino, até então presente na academia” (tradução livre da autora).

⁷ Um apanhado sobre esta abordagem foi realizado por Ratton *et al.* (2012).

Finalmente, essa essencialização reverberaria no campo criminal como diferenças que se impõem pelas *performances* exigidas pelas práticas, pelos contextos criminais e as motivações. Por um lado, a sexualidade feminina, como função reprodutiva e fator de sedução, é percebida como inibidora de uma *performance* violenta das mulheres no crime. No caso da sedução quando se constitui como um fator que franqueia a entrada das mulheres nos grupos, sobretudo para ocupação dos papéis cujos atributos de sedução são requeridos, esse mesmo atributo vulnerabiliza as mulheres, induzindo-as a posições de associação aos homens, no sentido da busca de uma proteção contra as práticas “predatórias masculinas”.

Um ponto central apontado pela abordagem proposta pelos autores direciona-se à ideia de essência. As práticas violentas e as representações dos sujeitos são tidas como sendo próprias ou impróprias, tanto pela evidência da sua frequência e perícia na efetividade de realização, quanto pela representação que lhes é afeita. Essa partição entre conteúdos das práticas e sujeitos essenciais hierarquiza as atuações e, mais uma vez, mostra-se como fator que exclui as mulheres, em decorrência de uma vulnerabilidade física e psíquica verificada, tanto nos contextos (circunstâncias e natureza dos atos), quanto nas motivações que lhe são configuradoras. Se para os homens os contextos e as motivações presentes na atuação em uma transgressão mais violenta são, geralmente, derivados das possibilidades de aquisição de *status*, incitado por um *ethos* competitivo, os contextos e as motivações para as mulheres seriam decorrentes de uma *gestalt* específica e pela ponderação dos riscos presentes na manutenção das relações.

Uma referência relativa a esta perspectiva essencialista também pode ser observada na ótica do *feminist pathways approach* (BELLKNAPP; HOLSSINGER, 1998, 2006; GAARDER; BELKNAP, 2002) que se apresenta como uma perspectiva crítica da *life course theory*,⁸ uma vez que se relaciona às trajetórias pessoais de adolescentes e jovens frente ao sistema patriarcal. No contexto pessoal de uma trajetória de vida, o gênero é tomado como uma dimensão determinante da diferença para as motivações e probabilidades de engajamento em determinadas práticas criminosas. No estudo realizado com garotas que vivenciaram o sistema penal (GAARDER; BELKNAP, 2002), as autoras buscam demonstrar a diferença de gênero como fator que dinamiza os processos de vitimização, vinculados às desigualdades socioeconômicas, de classe e raça. Vivenciada nas trajetórias pessoais essa diferença desemboca de maneira distinta, entre homens e mulheres, na trajetória criminal e no encontro com o sistema de justiça. Transformadas em uma espécie de *continuum* de violência, as vivências com contextos de pobreza, exposição frequente

⁸ A *Life course theory* busca identificar as relações entre as experiências e traumas ao longo de vários estágios do desenvolvimento de vida de uma pessoa com o engajamento no crime. Belknap e Holsinger (2006, p. 50) criticam essa abordagem pelo fato de as assertivas da maioria dos trabalhos basearem-se em amostras exclusivamente masculinas, retomando a crítica dos trabalhos seminais da criminologia feminista.

às situações de discriminação, violência, assédio e/ou abuso sexual, sobretudo os advindos do núcleo familiar, ou convivência com práticas criminais diversas perpetradas por parentes próximos são tomadas como fatores de risco diferenciais para homens e mulheres e para as probabilidades de engajamento no crime. Os impactos psíquicos e sociais às pressões, os riscos vividos e as diferentes marcações sociais aos abusos e discriminações sofridas, estabelecem, para as mulheres, inespecíficas fronteiras (*tenuous* ou *blurred borders*) onde não há uma separação clara entre as vítimas e os perpetradores da violência (GAARDER; BELKNAP, 2002).

A proposição de uma breve exposição de algumas vertentes da teoria do gênero para o crime foi aqui detalhada por demonstrar uma convergência entre as análises que, ao afirmarem que as dimensões específicas de gênero, pensadas em uma sociedade marcada um sistema sexo/gênero desigual, são capazes de explicar o efeito dessas dimensões no crime. O elemento que persiste, neste campo teórico, é a crença em uma essência feminina, social e/ou biologicamente constituída, cuja incidência nas atividades criminais revelar-se-ia em um substantivo e específico padrão de ação criminal, tornado-se a substância como a variável que explica esse padrão. A essencialidade, própria de um ser (portador de um gênero), supostamente explicaria as formas de agir e os sentidos de certas práticas (e não outras quaisquer), que se estabelecem no âmbito específico de uma dinâmica criminal.

Parece-me residir aí a pista para pensarmos a questão da diferença no tráfico de drogas. Retomo a questão colocada por Butler (2008, p. 25) no sentido de opor-se ao argumento sobre o qual a pergunta é lançada, ou seja, a do gênero como uma substância sobre a qual se ergue uma identidade e, portanto, uma diferença: “Haverá um gênero que as pessoas possuem, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa é?”. Adaptando essa indagação para os interesses deste estudo poderíamos indagar se há um gênero que atua no crime sendo tanto o gênero quanto o crime um atributo daquilo que os nomeia enquanto tal? Ou devemos pensar a forma como as dinâmicas criminais dinamizam os sentidos relacionais de gênero e diferença? A perspectiva das inter-relações na constituição da diferença, tratada na próxima seção, talvez seja uma diretriz mais adequada para buscarmos algumas respostas.

2.2 SUBORDINAÇÕES, INTERSECÇÕES E DINÂMICAS CRIMINAIS NO TRÁFICO DE DROGAS

Já no final dos anos 1990 e a partir dos anos 2000, algumas abordagens da criminologia feminista, da mesma forma que no campo teórico feminista, problematizaram a oposição entre homens e mulheres como desigualdades substantivas, universais e descontextualizadas reivindicando uma diversidade de contextos e conformações de instâncias de poder, de opressões,

de localizações, desigualdades e não a prioridade do gênero para análise da diferença no crime (BARAK; FLAVIS; LEIGHTON, 2001). A retirada do foco da especificidade do gênero para as interações com uma diversidade de dinâmicas em que as particularidades das vivências pessoais (e não uma ideia de esfera privada) e suas intersecções com os contextos onde ser verificam as marcações sociais (raça, etnia, classe etc.) passaram a ser consideradas como fatores relacionados às probabilidades diferenciais de engajamento no crime. Adotando a perspectiva da interseccionalidade trazida por Kimberlé Crenshaw (2002) as inter-relações dinâmicas entre gênero, classe, raça e o encontro com o sistema de justiça são tomados como interações e não como superposições opressivas ou específicas de um gênero, na “produção do crime” e na definição das diferenças:

(...) scholarship emphasizes that race, gender, and class are not only social constructs but also interactive processes involving creative human actors rather than static, categorical variables. The challenge remains to understand the complex ways in which class, race, and gender simultaneously structure people's actions and others' reactions to them (...) the authors are able to capture the qualitative differences in the life experiences of men and women, boys and girls, majorities and minorities, in relation to socioeconomic status or class and crime and crime control. (BARAK; FLAVIS; LEIGHTON, 2001, p. 208)⁹

Em meados da década de 1990, o debate sobre gênero e criminalidade vem à tona, fortemente marcado pela suposta “estrutura de oportunidades ilegais”,¹⁰ aberta para as mulheres através de uma atividade específica – o tráfico de drogas – oportunidade advinda da expansão do crack no mercado das drogas ilegais nos EUA, nos anos de 1980. Os estudos que tomo aqui como exemplares, não necessariamente adotam a perspectiva teórica da interseccionalidade. No entanto, ao trazerem uma dinâmica criminal para o plano de análise, um complexo de diferenças sociais relativas tanto às dimensões estruturais quanto às culturais, bem como as contingências socioeconômicas dos contextos analisados, possibilitam discutir as inter-relações para uma composição dos sentidos da diferença de gênero no crime. Destaco dois trabalhos de referência

⁹ “(...) Teóricos enfatizam que raça, gênero e classe não são apenas construções sociais, mas, também processos interativos que envolvem a participação de seres humanos criadores e ativos no lugar do uso de estatísticas categorizadas e variáveis. O desafio permanece em compreender as formas complexas nas quais classe, raça e gênero simultaneamente arquitetam as ações das pessoas e as reações a essas (...) os autores captam as diferenças qualitativas nas experiências de vida de mulheres e homens, garotas e garotos, maiorias e minorias, em relação ao status ou classe socioeconômica e, também, em relação ao crime e ao controle do mesmo” (tradução livre da autora).

Nesta obra, *Social Realities of justice in America*, os autores utilizam a mesma metáfora da Avenida utilizada por Crenshaw (2002) para explicar o conceito de interseccionalidade para a abordagem sobre o crime.

¹⁰ O conceito de estrutura de oportunidades refere-se a um ambiente institucional de oferta e acesso a bens, serviços que incidem sobre o bem estar dos indivíduos/domicílios e que, de forma vinculada entre si, aumentam a probabilidade de acesso a outras oportunidades (KATZMAN, 1999). No campo político, o conceito de estrutura de oportunidades diz respeito a um determinado ambiente institucional que cria mecanismos que inibem ou estimulam a mobilização e o engajamento em determinados coletivos de ação, tendo em vista os custos pessoais/sociais advindo dessa participação (RENNÓ, 2003).

que, ora apresentam um cenário de permanências no *institutional sexism underworld* (DALY; LISA MAHER, 1996), ora afirmam um quadro de mudanças (FAGAN, 1994) resultante da fragilização do domínio masculino nos mercados das drogas, relacionado a uma interação entre o modelo de negócio de uma nova droga, o crack, e um contexto social, econômico e político em que se verificou uma ampliação do desemprego, do encarceramento e das mortes violentas dos jovens masculinos de grupos social, espacial e racial/eticamente segregados (BOURGOIS, 1989; FAGAN, 1994; JACOBS, 1999; WACQUANT, 2008).

O estudo de Jeffrey Fagan (1994) discutiu o mercado do *crack*, na década de 1980 nos Estados Unidos, trazendo como argumento crítico o fato da análise de gênero no crime partir de uma suposta desigualdade nos papéis de gênero que se desenvolvem no âmbito dos mercados das drogas. As oportunidades ou restrições dos papéis de gênero nos mercados ilegais, segundo Fagan, deveriam ser pensados como relativos às interrelações entre as características dos contextos socioculturais e econômicos, aliados à especificidade dos modelos de negócio. Ao recuperar o contexto da estrutura hierárquica empresarial de negócios do mercado da heroína dos anos de 1960/70 nos EUA, Fagan afirma que a forma de participação das mulheres relacionava-se ao “cerco masculino” exercido através de uma prática cruzada, na qual os homens atuavam na figura de um *dealer*/fornecedor para as parceiras de uso (mulheres que se agrupavam nos grupos masculinos) e para as parceiras afetivo-sexuais. Esse suposto confinamento feminino em zonas de “conforto doméstico” abria brechas para a participação direta das mulheres na venda, somente, durante os períodos (geralmente curtos) de rompimento dos relacionamentos com os “seus homens”, voltando-se à posição anterior quando um novo enlace era restabelecido. Nesse cenário, a participação em outras atividades ilegais, tais como a prostituição, furtos, fraudes, parcerias com os homens em assaltos, eram mobilizadas como recursos para geração de rendimentos mais lucrativos do que a pequena venda de heroína no varejo das ruas, uma vez que os distribuidores regulavam a quantidade disponibilizada para venda pelas mulheres. Recorrer ao sexo nesse contexto era acionar uma *commodity* sob controle feminino, mas que foi moralmente interpretado como promiscuidade, um lugar de distinção negativamente moral das mulheres nas subculturas, *as a means of barter for drugs was equated with loss of sexual control* (FRENCH, 1993 *apud* FAGAN, 1996, p. 182). A mobilização de recursos via prostituição garantia-lhes uma atividade de menor risco, relativamente a outros tipos de práticas ilegais, inclusive as que implicam em situações de violência aberta. Também se relacionava ao fato de que os grupos de usuários de heroína gradualmente se afastaram das redes de trabalho dos mercados formais que lhes pudessem gerar rendimentos regulares como uma forma de obtenção de recursos para o uso adicto e demais necessidades.

The gendered world of drug prostitution made it difficult for women to make sufficient money from selling, to supply their drug needs. Access to supplies and viable roles in selling were difficult for women. Dealing provided access to small supplies of drugs; it provided little money for other needs. It was a less attractive economic choice than hustling, fraud, theft or prostitution. Prostitution was a common alternative that may have been preferable because of the gendered nature of other criminal enterprises. (FAGAN, 1994, p. 182)¹¹

De maneira oposta à *heroin era*, o mercado do *crack* será apresentado pela autora como uma oportunidade para uma participação mais autônoma das mulheres, devido a uma interação entre as mudanças no contexto socioeconômico e cultural dos anos de 1980 nos EUA. O aprofundamento das desigualdades sociais marcadas por segregação espacial, com claros recortes de raça/etnias, a diminuição da empregabilidade dos mais pobres e menos escolarizados, a ampliação das chefias femininas nos domicílios uniparentais e mais pobres, são alguns dos indicadores que ampliam a necessidade de geração de renda de uma parcela maior de jovens através da inserção nos mercados informais e ilegais. Esse contexto de empobrecimento acarretou uma espécie de enfraquecimento da figura masculina, tanto como referência de regulação nas relações convencionais de gênero, quanto nas redes de rua, em que a figura do jovem masculino bem sucedido foi sendo substituída pela representação dos que foram presos ou mortos nos embates violentos dos mercados ilegais; também pela figura de um homem que passou a sobreviver na intermitência entre os trabalhos legais e ilegais, o desemprego e o crime. Alia-se a esse quadro social, descrito por Fagan, a expansão do uso e comercialização do crack por parte das populações mais vulneráveis, sobretudo moradores de bairros degradados e com predominância de pouca escolaridade, qualificação profissional e desempregados.

O modelo de negócio do crack foi inicialmente individualizado, fronteira aberta que mudaria a partir dos anos de 1990 quando os grupos latino-hispânicos vão aos poucos assumindo o controle de caráter mais empresarial (AGAR, 2003; ADLER, 1993 *apud* CUNHA, 2002; MAHER, 1996). Acenando com uma alta rentabilidade devido aos seus efeitos farmacológicos – intensos, mas instantâneos – o que induz a uma necessidade de uso compulsivo, o crack possibilitou uma fonte de renda para os jovens mais pobres, incluindo as mulheres que, com baixa qualificação profissional, foram a primeiras que perderam espaço no mercado de trabalho formal.

¹¹ O universo partilhado entre gêneros no mundo da prostituição e das drogas dificultou às mulheres o lucro proveniente do comércio de drogas que supria até então as necessidades básicas e, inclusive, o consumo de entorpecentes. O acesso às mercadorias traficadas e às vias do tráfico não são uma tarefa fácil. O tráfico permitia contato com pequenos fornecedores de drogas, mas não disponibilizava o lucro para sustentar outras necessidades; Foi a opção econômica menos complicada se comparada a outras atividades como: trapaça, fraude, roubo, prostituição. A prostituição era uma alternativa comumente escolhida, uma vez que era promovida pela natureza dividida em gêneros dentro de outros empreendimentos criminosos (tradução livre da autora).

The interaction of the changing social circumstances of women in inner cities, the weakening of the dominance of males in street networks, and the expanded opportunities for cocaine use, made possible the initiation of women into serious drug use in way far different from earlier drug eras. Cocaine markets were relatively easy to enter, requiring a capital investment of only a few dollars to create a product for a seemingly endless demand. In NY several storefronts, from behind the counters in bodegas, on street corners, in crack freak houses and thorough several types of “fronts” drug selling was a common and visible feature of the neighborhoods (HAMID, 1992). For women users, whose sales provide money and drugs, drug selling was simplified by the expanded circles of users and the opportunities for selling. (FAGAN, 1994, p. 188)¹²

No entanto, essa perspectiva do protagonismo feminino no mercado do crack, indicado por uma atuação não controlada pela figura masculina é contestada por Lisa Maher (1996), cujo pressuposto é o da criminalidade como um campo estruturado segundo crenças na existência de qualidades essenciais humanas para o exercício de determinados papéis. Esses papéis são vividos como crenças das diferentes capacidades de natureza biológica, psicológica, física e mental, representados como marcadores históricos das desigualdades e opressões, quais sejam as diferenças de gênero, raça e/ou etnia. No seu estudo etnográfico sobre mulheres no mercado do crack em Bushwick, Nova York, também nos anos de 1980, a autora apontou que, exceto pela desvinculação das mulheres do papel de vendedoras mediadas pelos parceiros masculinos afetivo-sexuais (ao contrário do que vinha sendo apontado em outros estudos),¹³ a expansão do crack não mudou a lógica de hierarquia de gênero do mercado das drogas ilegais. Tal qual observado por Michael Agar (2003) os grupos afro-hispânicos controlavam as redes de distribuição e comercialização em uma comunhão tanto de natureza idiomática quanto de valores empresariais e sexistas. Além de maior marginalidade das latinas frente às afro-americanas são esses os valores centrais que a autora identifica em termos da menor tolerância ao desvio feminino, fatores que atuaram como restritivos a uma participação equitativa das mulheres nesse mercado.

The “new opportunities” said to have emerged with the crack-propelled expansion for drug markets from the mid-1980’s onward were not “empty slots” waiting to be filled by those with the requisite skill. Rather, they were slots requiring certain masculine qualities and capacities. (MAHER; DALY, 1996, p. 483)¹⁴

¹² A interação entre as circunstâncias das mudanças sociais de mulheres de cidades interioranas, a diminuição do número de homens dominando as redes de comércio nas ruas e, o aumento do uso da cocaína, por exemplo, tornou possível a iniciação de um maior número de mulheres no uso severo de drogas, o que diferentemente de épocas anteriores. Os mercados do crack eram relativamente fáceis de entrar. Requeriam um capital inicial de investimento de poucos dólares, para gerar e manter uma produção onde o derivado aparentemente tinha uma demanda infinita. Na cidade de Nova Iorque em várias frentes de lojas, por de trás de balcões em loja de bebidas, em esquinas de ruas e ‘bocas de crack’ entre outros tipos de lugares, o comércio de crack tornou-se uma característica comum e, visível nos bairros (HAMID, 1992). Para usuárias mulheres cujas vendas proveriam dinheiro e consumo de drogas, o comércio era facilitado pelo crescente número de círculos de usuários e de oportunidades para novas vendas.

¹³ A observação da autora diz respeito aos resultados obtidos através da *survey* utilizada no estudo de FAGAN (1994) e na amostra baseada nos grupos étnicos estudados por GLIC (1990) e MOORE (1990).

¹⁴ As “novas oportunidades” consideradas emergidas com a propagação do uso do crack desde a metade da década de 1980, não eram consideradas lacunas esperando serem preenchidas no comércio de drogas por aqueles que

Finalmente, na perspectiva da autora o mercado do crack nos EUA permaneceu fortemente estratificado por gênero, restringindo portanto o acesso feminino às posições hierárquicas mais lucrativas e submetendo as mulheres às posições menos nobres e arriscadas, além da recorrente violência de gênero que, devido à própria natureza desse mercado, mostrou ser mais acentuada do que a verificada no mercado da heroína. Assim, identificam-se não só permanências, como também um impacto negativo da expansão do mercado do crack no mercado sexual de rua, tradicional forma de geração de renda para as mulheres envolvidas com o uso e as redes de comercialização de drogas, devido à ampliação de demandantes de troca de sexo por droga.

O trabalho de Manuela Cunha (2002), sobre mulheres reclusas devido a uma atuação no mercado do tráfico de heroína em Portugal é relevante para esta reflexão. Seu argumento contrapõe-se à ideia da emancipação feminina entendida como uma atuação no campo da criminalidade, supostamente “contra hegemônica”, no sentido de se realizar como uma insurgência contra os padrões de gênero dominantes, derivando-se em um avanço feminino nos “espaços masculinos”. Essa insubordinação seria supostamente identificada pela ausência de vínculo ou controle masculino, seja no âmbito dos afetos e/ou no acesso às hierarquias mais rentáveis e distintas nas cenas criminais. Segundo Cunha, esse parâmetro não se aplica ao contexto português do tráfico. Utilizando como comparação o contexto norte-americano dos últimos 20 anos (MAHER *et al.*, 1992; ADLER, 1993; FAGAN, 1994; MAHER, 1996), Cunha demonstra que, ao contrário dos EUA, em Portugal as mulheres das classes populares não enfrentam as barreiras de gênero para o acesso ao mercado de trabalho ou sofrem restrições de natureza moral em termos da contribuição ou responsabilidade pelo domicílio. Essa realidade é observada no contexto norte-americano, como uma derivação da debilidade masculina sobre o domínio familiar/doméstico, descrita nos trabalhos aos quais ela se refere.

Nos espaços das periferias urbanas portuguesas, onde há uma presença mais efetiva da comercialização de drogas semelhante à rede de empreendedores de bocas que será descrita no próximo capítulo, a economia doméstica foi, tradicionalmente, garantida por todos os membros da família, inclusive as mulheres, através de uma multiplicidade de fontes que oscilam entre os mercados formais, informais e também através de algumas atividades ilegais. Assim, a atuação no mundo do trabalho remunerado não é para as mulheres uma posição insurgente em relação aos padrões hegemônicos observados nos contextos do mercado legal, nem tampouco nos mercados ilegais. Nesse contexto em que trabalho e gênero não constituem um obstáculo ideológico, alia-se o fato de ser o modelo de negócio da heroína por ela pesquisado, delineado por relações de parentesco e vizinhança, no âmbito da comercialização do varejo. No caso português, é um contexto

tinham faro para o negócio. Na verdade eram lacunas que, demandavam certas qualidades e capacidades masculinas para serem preenchidas (tradução livre da autora).

de comercialização pouco marcado por uma estruturação hierárquica rígida (contraposição de um modelo *free-lance* ao *business model*), com baixa hierarquização de papéis e atividades por diferenças sexuais, étnicas e, sobretudo, através da necessária e proeminente figura violenta que deve ser ocupada por um homem nesse mercado. Uma vez que a violência de gênero não é um fato presente no contexto da estruturação do modelo de negócio do mercado do varejo das drogas [o que não implica negar a possibilidade de existência dela fora desse contexto] o gênero não se interpõe como uma restrição à diversidade de formas de participação das mulheres no tráfico de drogas.

Nesse cenário global do incremento dos mercados de drogas ilegais, no final da década de 1980 e de forma acentuada a partir dos 1990, têm início no Brasil alguns estudos específicos sobre esse mercado, que, no entanto, ainda permanecem escassos no que diz respeito às relações de gênero. Os trabalhos seminais, relativos à realidade do Rio de Janeiro, apontaram para um contexto de interrelações, complexo em termos das macroestruturas econômicas globais, relacionadas à ampliação de um capital mafioso e/ou ilegal que estabelece redes de comercialização e consumo de fronteiras transnacionais. Ao mesmo tempo, é um contexto marcado por uma crescente fragilização do papel regulatório do Estado, tanto nas atividades produtivas globais quanto no seu lugar de ator central no monopólio legítimo da força (ZALUAR, 1995). Esse cenário estabelece relações estreitas com as redes de comercialização locais de drogas, um contexto marcado pelas desigualdades sociais e políticas relativas a segmentos específicos da população. O processo de urbanização intensa dos grandes centros urbanos do país coincide com o aumento da taxa de homicídio no estrato etário jovem da população masculina, verificada sobretudo nos espaços em que a atividade do tráfico de drogas tem inserção significativa (ZALUAR, 1995; 1995; MISSE, 1999; BEATO, 2012). Ainda que com alguns pontos divergentes, as análises do contexto de violência e o tráfico foram relacionados à derivação de um processo civilizatório ao contrário e o recrudescimento de um *ethos* violento (ZALUAR, 1989; 1995), ou de uma processo de acúmulo social da violência advinda de uma matriz institucional conformadora de um sujeito criminal (MISSE, 1999), ou seja, da constituição de uma sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004).

No que diz respeito à relação entre gênero e tráfico, também, foi problematizada de maneira pioneira como um dos pontos de um artigo de Alba Zaluar (1999), derivado do seu estudo etnográfico realizado nos anos de 1980, no conjunto habitacional “Cidade de Deus”, localizado na baixada fluminense, no Rio de Janeiro. O recente estudo de Barcinski (2009) sobre identidade feminina no narcotráfico, ainda que com evidências de campo bastante reduzidas, referenda muito dos achados de Zaluar. O ponto de vista assumido pelas autoras (que coincide em muitos pontos com a revisão dos estudos realizada por Steffensmeier & Allan, 1996) é da ausência das mulheres como protagonistas nas cenas do crime violento e nos papéis de chefia, ou nos comandos, de não

assumirem o gerenciamento ou defenderem suas “empresas” através do combate armado: (...) “as armas são símbolos fálicos, são negócios de homens e marcam a passagem do crime ocasional periférico para uma carreira *full-time* em empresas violentas” (ZALUAR, 1999, p. 109). A iniciação feminina, geralmente relatada como tendo sido ligada aos envolvimento amorosos e/ou a um vício, articula a dimensão afetiva ao protagonismo de quem assume uma posição social (inclusive financeiramente) e que, por esse lugar publicamente assumido, é capaz de se envolver em roubos, ocultar armas ou drogas ilícitas ou, na condição de parceiras de seus homens, são cúmplices em transgressões mais violentas. A centralidade relacional das mulheres no crime também foi identificada por Zaluar no sentido de serem elas que “levam alguns homens para o crime”. É para elas que os homens exibem na cena pública seu poder e virilidade, portando armas e objetos que expõem sua riqueza, adquirida através do sucesso na atividade criminosa. E é por elas que eles morrem ou matam e são elas que, ao darem audiência, sustentam esse ritual de exibição da virilidade, da qual são também vítimas. Finalmente, a centralidade relacional de gênero pode ser evidenciada nas situações de encarceramento do parceiro. A perspectiva de Zaluar é de que as mulheres se recolhem à esfera privada e nestas situações, ainda que de longe, são pelos homens protegidas (através do poder do seu grupo); podem ainda empreender ações criminosas (roubo, tráfico, assassinatos), em nome do “guerreiro fora de combate”. Nessas situações constituem uma ponte para uma presença/ausência do homem na esfera pública, *they are the only ones who can get some kind of respect from these men* (ZALUAR, 1999, p. 113). Essa proposição, que será rebatida em outro capítulo, traz a essência, como uma característica diferenciadora dos papéis de gênero no tráfico de drogas: a ideia da existência de um *ethos* guerreiro masculino, ou seja, “a volta à pulverização da violência, à banalização da violência entre os civis, à interiorização nas subjetividades dos comportamentos violentos que vão se tornando habituais” (ZALUAR, 1999, p. 268).

No final dos anos de 2000, os estudos sobre a criminalidade que tangencia o tráfico de drogas no Brasil, apontam a “reconfiguração dos ilegalismos”, contexto em que, seguindo uma tendência global, reativam-se as prisões não somente como uma referência político-disciplinar em termos do recorte do espaço, dos agentes e das transgressões (RUGIERO; SOUTH, 1997; WACQUANT, 2008; FELTRAN, 2011; HIRATA; TELLES, 2010; MISSE, 2010; TELLES, 2011), mas como extensão de um dispositivo cuja presença “envolve as redes sociais que passam pela família, as relações de vizinhança e as cumplicidades no jogo das reciprocidades populares” (TELLES, 2011, p. 167).

Nesse cenário ampliaram-se os atuais estudos prisionais femininos brasileiros que perscrutam as configurações, ajustes e contingências de sentidos de diferença, gênero e criminalidade no Brasil, agenciados pelas mulheres quando da sua condição de encarceramento. A empiria de grande parte dos estudos prisionais mais recentes é referente ao universo do sistema prisional

paulista, que nos anos 2000 é tensionado por um contexto de legitimação das práticas empreendidas pela organização criminosa “Primeiro Comando da Capital, PCC”, tanto para aqueles que estão dentro quanto fora do sistema prisional (BIONDI, 2010; FELTRAM, 2011). As tensões e os enfrentamentos discursivos e práticos relativos à busca por uma afirmação autônoma do exercício da sexualidade (LIMA, 2006; PADOVANI, 2013); as estratégias tecnologicamente mediadas para o exercício da maternidade no âmbito das prisões (BUMACHAR, 2012); os mecanismos de negociação e elaborações sobre os projetos de vida, os relacionamentos, familiares e afetivos, dentro e fora da prisão (LAGO, 2014) são algumas das temáticas desses estudos.

A despeito da concentração regional dos estudos aos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro, a complexidade do quadro relativo à criminalidade brasileira atual, fortemente marcada por uma criminalidade violenta já não se restringe às dimensões espaciais e regionais¹⁵. Os trabalhos que têm sido produzidos sobre a relação entre criminalidade, violência e tráfico de drogas no âmbito das capitais, cidades de médio porte e Regiões Metropolitanas (SAPORI; SENA, 2008; BEATO, 2012), também, apontam as linhas tênues entre hegemonias institucionais, convivências entre padrões de legalidades e ilegalidades, o dentro e o fora contíguo dos muros penitenciários, as questões estruturais que envolvem as desigualdades sociais e as novas concepções de trabalho e identidades laborais. Nesse fogo cruzado os termos da diferença de gênero no crime do tráfico estão muito além das dicotomias e subordinações dadas como uma universalidade de conteúdos, formas e sentidos.

Seguindo essa trilha, podemos falar dos termos dessa diferença como sendo dados por um contexto onde uma dinâmica criminal apresenta-se como constituidora dos sentidos de gênero, como “posições contingenciais em que [um agente] está situado e investido, e novamente lhes dá significado” (AVTAR, 2006, p. 374). Mas se tomamos o gênero como um investimento e significação contingente – perspectiva de mobilização de sentidos pelos agentes implicados em uma prática – o campo da institucional tensiona essa autonomia ao operacionalizar as diferenças por práticas criminais e/ou pela desigualdade nas marcações de classe, cor, gênero dos agentes relacionados às práticas. Como nos orienta metodologicamente Brah Avtar (2006, p. 344) “compreender como os elementos que são estruturalmente constituídos, constrói uma base sobre a qual se estruturam os significantes da diferença”. Os dados sobre o perfil do encarceramento brasileiro nos anos 2000 são tomados neste estudo como uma das pistas a serem seguidas. Ainda que o sistema prisional não seja tomado aqui como um único operador da constituição política de um sujeito, a força da

¹⁵ Claudio Beato (2012) destaca o fato de que os municípios com mais de 500 mil habitantes concentravam 23,8% da população brasileira em 2007 e 42,8% dos homicídios que ocorreram no Brasil. No entanto, essa dinâmica apresenta diversidade de padrões distribuídos pelas diversas regiões e uma tendência de decréscimo por tamanho populacional dos municípios e crescimento nos estratos etários, particularmente entre jovens de 15 a 25 anos.

sua centralidade não pode ser desconhecida. As diferenças se constituem não somente pela força das dimensões objetivas, mas pela validação simbólica das quais se revestem e que naturalizam os atributos como uma colagem do próprio ser (ou grupos). Esse fundamento da distribuição diferencial do capital (BOURDIEU, 2009) tem no sistema prisional uma forma de operacionalizar a diferença pela constituição de um capital simbólico negativo aderente aos que são por ele capturados. É uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 1999) que inclui a intensidade e destinação das políticas de repressão e penais, a definição das transgressões socialmente nocivas e seus agentes “naturais”.

2.3 OS TERMOS DA DIFERENÇA: DADOS DO ENCARCERAMENTO BRASILEIRO

Os dados que serão apresentados foram elaborados a partir da base estatística de dados agregados, disponível no InfoPen, do Ministério da Justiça. É necessário ressaltar que essa base é constituída partir dos dados encaminhados pelos complexos penitenciários de todos os estados da federação. Provavelmente, a isso se deve a inconsistência de algumas tabelas, tais como será observado, principalmente na Tabela 2, referente à cor. Neste banco de dados não estavam disponíveis os dados referentes a estado civil, existência de filhos e ocupação.

Em 2011, o tamanho da população encarcerada no Brasil era de 514.582, o que representava 0,3% da população. Deve-se ressaltar que os homens predominam na população carcerária, compondo 93,4% desse total de 2011, enquanto as mulheres eram apenas 6,6%. Nesse período, enquanto a variação percentual da população carcerária masculina foi de negativa (-0,8%), a feminina teve um crescimento positivo significativo, de 12,2% pontos percentuais (Tab. 1).

Tabela 1 – Total da população encarcerada no Brasil, por sexo, taxa de crescimento por sexo e variação percentual por sexo – 2006, 2011

UF	2006					2011					TC de 2006/2011			CVP	
	M	%	F	%	Total	M	%	F	%	Total	V% M	V% F	V% Total	V% M	V% F
Brasil	360.850	94,1	22.630	5,9	383.480	480.524	93,4	34.058	6,6	514.582	33,2	50,5	34,19	-0,8	12,2

Fonte: InfoPen/Ministério da Justiça. Elaboração da autora.

TC = Taxa de crescimento; CVP = Cálculo da variação percentual; M = Masculino; F = Feminino; V = Variação.

Além da discrepância de gênero, as características da população carcerária trazem outras marcantes diferenças, quando comparadas com a população brasileira como um todo. Por exemplo, atualmente a proporção de jovens entre 18 e 29 anos no Brasil urbano é de 21,48%, sendo que as mulheres representam 50,9% desse contingente. Contudo, como pode ser observado na Tabela 2, entre a população carcerária, a proporção de indivíduos nessa faixa etária é mais do que o dobro da proporção de jovens no Brasil. Ao longo do tempo essa diferença ampliou-se, sendo que em

Tabela 2 – Faixa etária da população encarcerada no Brasil, por sexo, taxa de crescimento e variação percentual – 2006, 2011

	FE (Anos)	2006						2011						TC 2006-2011			CVP 2006-2011	
		M	M	F	F	T	T	M	M	F	F	T	T	V%	V%	V%	V%	V%
		(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	M	F	T	M	F
Brasil	18-24	73.527	20,4	2.980	13,2	76.507	20,0	127.005	26,4	7.371	21,6	134.376	26,1	72,7	147,3	75,6	29,7	64,4
	25-29	59.560	16,5	2.699	11,9	62.259	16,2	111.184	23,1	6.522	19,1	117.706	22,9	86,7	141,6	89,1	40,2	60,6
	30-34	38.161	10,6	2.256	10,0	40.417	10,5	79.859	16,6	5.128	15,1	84.987	16,5	109,3	127,3	110,3	57,2	51,0
	35-45	35.324	9,8	2.606	11,5	37.930	9,9	70.686	14,7	5.945	17,5	76.631	14,9	100,1	128,1	102,0	50,3	51,6
	46-60	13.926	3,9	990	4,4	14.916	3,9	26.210	5,5	2.580	7,6	28.790	5,6	88,2	160,6	93,0	41,3	73,2
	+ de 60	2.191	0,6	95	0,4	2.286	0,6	4.551	0,9	305	0,9	4.856	0,9	107,7	221,1	112,4	56,0	113,3
	NI	547	0,2	6	0,0	553	0,1	6.780	1,4	517	1,5	7.297	1,4	1.139,5	8.516,7	1.219,5	830,8	5.625,4
	VDI		0,0		0,0		0,0	15.632	3,3	979	2,9	16.611	3,2					

Fonte: InfoPen/Ministério da Justiça. Elaboração da autora.

FE = Faixa etária; TC = Taxa de crescimento; CVP = Cálculo da variação percentual; M = Masculino; (n) = Tamanho da população; F = Feminino; V = Variação; VDI = Valor do dado inconsistente.

2006, 36,2% dos encarcerados tinham entre 18 e 29 anos, enquanto em 2011, esse grupo passou a representar 49% do total de presos. Esse aumento na proporção de jovens, na população carcerária, foi puxado principalmente pelas mulheres, dentre elas o grupo etário de 18 e 24 anos, que apresentou o dobro da taxa de crescimento e de variação percentual, em relação à população masculina.

Em termos de escolaridade, a Tabela 3 demonstra que não há grandes variações em relação ao padrão nacional. Na população carcerária, somando-se os analfabetos e os que apresentam até o ensino fundamental incompleto, temos 58,6% dos encarcerados. No grupo feminino esse percentual é de 50,7%. No Brasil, em 2010, os indivíduos sem instrução/fundamental incompleto representavam 57,7% da população, sendo esse percentual entre a população feminina de 55,6% e 28,4% do total no Brasil. As discrepâncias entre os níveis de escolaridade mais altos das mulheres, também, se observa nas proporções de encarceramento e nível de escolaridade. No ensino médio/superior incompleto são 21% das mulheres no Brasil e 1,4% das encarceradas. No nível superior completo encontram-se 8% das mulheres no Brasil e 0,7% entre as encarceradas.

Tabela 3 – Escolaridade da população encarcerada, 2011, e população do Brasil, 2010, por sexo

Referência	Escolaridade	Sexo						
		Masculino (n)	M (%)	Feminino (n)	F (%)	Total (n)	Total (%)	
População carcerária	2011	Sem instrução e fundamental incompleto	284.446	59,2	13.250	50,7	297.696	58,6
	Fundamental completo e médio incompleto	104.566	21,8	3.598	21,9	108.164	21,8	
	Médio completo e superior incompleto	36.382	7,6	475	1,4	36.857	7,8	
	Superior completo	1.680	0,3	230	0,7	1.910	0,4	
Brasil	2010	Sem instrução e fundamental incompleto	55.995.260	59,9	54.161.199	55,6	110.156.459	57,7
		Fundamental completo e médio incompleto	13.743.173	14,7	14.440.238	14,8	28.183.411	14,8
		Médio completo e superior incompleto	17.577.372	18,8	20.403.142	21,0	37.980.514	19,9
		Superior completo	20.403.142	6,0	7.829.666	8,0	28.232.808	7,1

Fonte: InfoPen/Ministério da Justiça. Elaboração da autora.

M = Masculino; (n) = Tamanho da população; F = Feminino.

O simples ato de inserir a variável cor, nos dados torna mais complexo o panorama. No Brasil, em 2010, a população total dos que possuíam ensino superior era de 7,1%, sendo que as mulheres eram 4,1%. Mas, enquanto para as mulheres brancas esse percentual era de 77% (3% população total) essa proporção, para as pretas e pardas, era de 27,4% (1,2% população total). Nas demais hierarquias de escolaridade essas distâncias permanecem. Entre as mulheres com ensino médio completo, estão 11,5% das brancas e 9,3% de pretas e pardas, sendo que estas (34,5%) superam as brancas (24,6%), na condição de mulheres sem instrução.

Os desiguais níveis de escolaridade, que no Brasil estabelecem uma relação direta com a cor, podem também ser estabelecidos com a proporção de brancos (32,0%) e pretos e pardos (45,6%) encarcerados, observados na Tabela 4. Enquanto a taxa de crescimento registrado entre 2006 e 2011, para brancos era de 70,7%, para os pardos foi de 105%. No caso das mulheres brancas esse crescimento foi de 107,9%, e para as pardas 179,3%. No caso dos homens encarcerados, a taxa de crescimento para os pretos foi negativa (-15,6%) enquanto para as mulheres foi de 156%.

Tabela 4 – Cor/Etnia da população encarcerada no Brasil, por sexo, taxa de crescimento e variação percentual – 2006-2011

Cor/Etnia	2006						2011						Taxa de crescimento 2006-2011			CVP 2006-2011	
	M	M	F	F	T	T	M	M	F	F	T	T	V%	V%	V%	V%	V%
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	M	F	T	M	F
Branco	92.404	40,6	5.008	43,4	97.412	40,8	155.907	32,3	10.433	33,0	166.340	32,4	68,7	107,9	70,7	-20,4	107,9
Negro	37.178	16,3	1.799	15,5	38.977	16,3	31.365	6,5	4.518	13,3	35.883	7,0	-15,6	151,1	-7,9	-60,1	151,1
Pardo	91.963	40,4	4.486	38,8	96.449	40,4	185.647	38,6	12.528	36,8	198.175	38,6	101,9	179,3	105,5	-4,4	179,3
Amarelo	1.471	0,6	116	1,0	1.587	0,7	2.051	0,4	129	0,4	2.180	0,4	39,4	11,2	37,4	-34,2	11,2
Indígena	534	0,2	68	0,6	602	0,3	708	0,1	61	0,2	769	0,1	32,6	-10,3	27,7	-37,4	-10,3
Outros	3.904	1,7	86	0,7	3.990	1,7	10.261	2,1	548	1,7	10.809	2,1	1628	537,2	—	24	537,2

Fonte: InfoPen/Ministério da Justiça. Elaboração da autora.

CVP = Cálculo da variação percentual; M = Masculino; (n) = Tamanho da população; F = Feminino; V = Variação.

Os dados até aqui apresentados sugerem menos um avanço generalizado das mulheres na seara criminal do que o fato de alguns estratos sociais serem mais passíveis de punição jurídica, observação válida, não só para o padrão de encarceramento no Brasil, como vem reiterando alguns estudos globais, alguns já citados neste artigo. A seguir apresento os dados sobre as tipificações de crime e o encarceramento feminino.

2.3.1 Mulheres e tipificações criminais

Conforme os dados da Tabela 5, o perfil de encarceramento por tipos de criminalidade, no período de 2006 a 2011, demonstra que o tráfico de drogas passou a predominar. Ainda que o homicídio, envolvendo armas de fogo, no período entre 1980 e 2010 tenha crescido 502,8%,

na população como um todo e 590,5%, entre os jovens, a população carcerária pelo crime de homicídio sai de 9,5%, em 2006, para 11,5% em 2011 (taxa de crescimento de 66,9%). Os encarcerados por homicídios variam de 9,8% da população masculina, em 2006, para 11,9% em 2011 (taxa de crescimento de variação percentual de 62,2%). Este percentual tem pequeno aumento entre a população feminina, saindo de 4,3% para 5,0%. Mas, apesar de mínimo, percentualmente representa um crescimento superior ao registrado pelos homens, 74,1%. Os encarcerados pelos crimes contra o patrimônio, ainda que passem a representar a maioria da população carcerária em 2011 (46,8%), registraram a categoria da menor taxa de crescimento no período. Por esse crime, o percentual de mulheres encarceradas é, significativamente, menor que o dos homens, nos dois períodos. Se em 2006 elas representavam 15,9% da população feminina (47,4% dos homens), em 2011, essa categoria representava 20,3% das mulheres (43,1% dos homens). Mas por outro lado, nessa categoria a taxa de crescimento feminina, no período, é maior que a taxa masculina (67,5% contra 51% respectivamente), dado que sugere uma leitura contrária das abordagens clássicas que, geralmente, tipificam os crimes femininos como relativos aos pequenos furtos, ou crimes não violentos. Finalmente, a categoria tráfico de entorpecentes apresenta um grande incremento. De 12,4%, do total da população carcerária, em 2006 o tráfico passa a representar 24,4% (taxa de crescimento de 164,9%). Nas mudanças do perfil dos encarcerados, o destaque é para as mulheres. Se, em 2006, elas eram 25,5% do total da população feminina, em 2011, esse percentual passa a ser de 49,7%. Isso significou que, enquanto para os homens registrou-se uma taxa de crescimento de 161%, no caso das mulheres, essa variação foi de 192,6%.

Tabela 5 – Categoria de crime e encarceramento no Brasil, por sexo, taxa de crescimento e variação percentual – 2006, 2011

Categoria	2006						2011						Taxa de crescimento 2006-2011			CVP 2006-2011	
	M	M	F	F	T	T	M	M	F	F	T	T	V %	V %	V %	V %	V %
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	M	F	T	M	F
TE	39.700	11,0	5.433	24,0	45.133	11,8	103.641	21,6	15.897	46,7	119.538	23,2	161,1	192,6	164,9	-10,2	94,4
TIE	1.993	0,6	346	1,5	2.339	0,6	5.192	1,1	1.014	3,0	6.206	1,2	160,5	193,1	165,3	-29,3	94,7
S2TT	41.693	11,6	5.779	25,5	47.472	12,4	108.833	22,7	16.911	49,7	125.744	24,4	161,0	192,6	164,9	-11,3	94,4
H	35.285	9,8	978	4,3	36.263	9,5	57.366	11,9	1.703	5,0	59.069	11,5	62,6	74,1	62,9	176,2	15,7
CCP	155.391	43,1	3.602	15,9	158.993	41,5	234.673	48,8	5.969	17,5	240.642	46,8	51,0	65,7	51,4	206,8	10,1

Fonte: InfoPen/Ministério da Justiça. Elaboração da autora.

CVP = Cálculo da variação percentual; M = Masculino; (n) = Tamanho da população; F = Feminino; V = Variação; T = Total; TE = Tráfico de entorpecentes; TIE = Tráfico internacional de entorpecentes; S2TT = Soma dos dois tipos de tráfico; H = Homicídio; CCP = Crimes contra o patrimônio.

E o que se pode extrair desses dados na perspectiva da diferença? Em primeiro lugar há indicativos de que o tráfico de drogas não necessariamente passou a ser o crime mais cometido no Brasil, mas sem dúvida é o que tem sofrido maior nível de repressão e punição judicial. A repressão ao tráfico tem forte repercussão na opinião pública, em termos do espetáculo midiático de demonstração da efetividade do cumprimento da lei (divulgação de quantidades apreendidas

e valores correspondentes, exposição dos infratores, operações de “tomada de territórios”, dentre outras abordagens de mídia). Novarro (1996) traduz essa perspectiva como “mercadotecnia”, uma consagração do “tecnocratismo”, derivando do fortalecimento de figuras executoras, que se autoapresentam midiaticamente a uma heterogeneidade de públicos, como lideranças capazes de conduzir os negócios do Estado, com firmeza e determinação.

Por outro lado, o tráfico no Brasil é um delito, que apresenta relativa facilidade nos processos derivados de denúncia, investigação, flagrante, detenção e respectiva condenação, comparando-se com os dados sobre os crimes de homicídio, do Conselho Nacional de Justiça. Em 2012, o passivo de inquéritos não finalizados no Brasil, instaurados até dezembro de 2007, totalizava 134.944. Nos termos do documento, esse estoque era de 70,4/100 hab., sendo que na região Sudeste a taxa de inquéritos inconclusos, nesse período, representava 95,54/100 hab. No caso do tráfico de drogas, caracterizado como crime hediondo, não afiançável, o encarceramento é, na maioria dos casos, flagrante delito resultante de anteriores processos de investigação e denúncias, inclusive internas às redes de comercialização, e dos contextos espaciais de concentração da repressão, marcadamente as periferias, vilas, favelas.

Outro adendo é o fato de o tráfico de drogas ter sido elevado à categoria de um delito de natureza mundial, combatido pelas pressões de natureza bélica (*War on Drugs*) e por tratados internacionais, em nome dessa cruzada, dos quais o Brasil é signatário.¹⁶ Um componente que não se pode omitir é que, globalmente, essa guerra se estabelece nos terrenos mundiais de desindustrialização, desemprego e/ou precarização do trabalho e segregação espacial. Nesse aspecto, a repressão ao tráfico revela os sujeitos como um “efeito diferencial do poder” (BUTLER, 2009) processo de diferenciação social que “(...) condensa determinadas práticas e seus agentes sob uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima” (MISSE, 1999, p. 67). A distribuição hegemônica das representações dos tipos sociais supostamente predispostos aos comportamentos violentos do tráfico de drogas, não por acaso, são formatadas pelas interações entre as mesmas variáveis encontradas entre a população carcerária, independentemente da variável sexo.

As atividades ilegais/criminosas, pelo fato de desenvolverem-se de maneira relativamente oculta e, portanto, com regras próprias e limites específicos de negociação das relações que aí se dão, podem ampliar as opressões próprias das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, em diversos âmbitos sociais e privados. Mas, também, podem revelar naturezas diversas de recursos e respectivos controles, realizados como práticas específicas, ampliando o nosso olhar para a

¹⁶ Segundo estudo de Chagas e Ventura (2010) “no Brasil atualmente estão em vigor 25 acordos bilaterais de cooperação técnica e/ou financeira internacional relativos à Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, sendo 12 com países das Américas (nove na América do Sul), cinco tratados assinados com a Comunidade Europeia e um tratado com o Continente Africano”.

diversidade de formas e sentidos, que referenciam as dimensões de relações de gênero, diferença e desigualdade, tal como proposto por Avtar (2006). Se observarmos as taxas de crescimento da população carcerária por crimes contra o patrimônio ou homicídio, inferiores às apresentadas pelo tráfico de drogas, sem dúvida as mulheres têm se destacado por esse delito. No entanto, a taxa de crescimento da população masculina no tráfico também foi grande. Pode-se sugerir que as mulheres permanecem afastadas dos crimes violentos e passaram a traficar muito? No caso brasileiro, a punição das mulheres envolvidas nessa atividade é inegável, considerando os números apresentados. Mas também é inegável a marcação diferencial de classe dos agentes e não um sujeito universal, “as mulheres”, que avança no campo da criminalidade. Nesse aspecto, ainda que a população carcerária, feminina e masculina, se diferencie em termos numéricos, os gêneros se igualam na interseção entre o crime, a escolaridade, a cor, que dentre outras variáveis do corte de classe do sistema prisional, os categoriza como uma identidade resultante, no sentido utilizado por Joan Scott (2005) e Michel Misse (1999).

O incremento das taxas femininas na criminalidade, que ressoa como um “pânico moral”,¹⁷ omite a diferença de classe, que os números revelam como uma tradução das especificidades desse avanço. Mas a expressão “mulher no tráfico de drogas” talvez, também, possa indicar que há algo além de uma totalidade restrita aos operadores legais revelando-nos práticas e agências constituídas por uma diversidade de experiências que possuem sentidos e formas específicas no contexto dessa dinâmica criminal. Podem apresentar-se como diferenças, desigualdades, mas também diversidade em que a ação e os limites impostos aos agentes, em termos das sujeições ou autonomias, não dizem respeito somente às mulheres, mas de uma especificidade de formas de acionamento estratégico das relações sob o auspício do sistema gênero, que não se traduz somente por subordinações.

Para além do sistema prisional como um marcador da diferença, as trajetórias pessoais, permeadas por algum tipo de atuação nos narcomercados, apresentam singularidades. Por um lado, as taxas apresentadas reafirmam as desigualdades em termos das semelhanças dos atributos da população carcerária. Os sinais do Estado se apresentam na marcação social dos corpos. Mas não, necessariamente, o sistema prisional marca a totalidade, ou a extensão dos sentidos. Os termos através dos quais o poder, a destituição, a diferença se apresentam também são contextualmente constituídos. Para além do âmbito jurídico-legal, nos contextos dos mercados ilegais das drogas o poder também está posto em questão. As posições ocupadas, sua permanência ou transitoriedade, as significações e destituições que lhe são correspondentes e seus usos estraté-

¹⁷ “Moral Panics”, conceito apresentado por Stanley Cohen (1972) diz respeito a um contexto de sensação de insegurança nos EUA, proveniente da divulgação do incremento das taxas de criminalidade e da representação do jovem masculino como “um diabo”. Essa situação é relacionada, pelo autor, a uma instrumentalização da opinião pública pela mídia de forma coerente com os interesses dos agentes de controle social do Estado.

gicos, mostram-se como mais um dos caminhos para se pensar a respeito dos sentidos dessas taxas. Essa questão será tratada no próximo capítulo, a partir do cruzamento de dados de um estudo de caso de três complexos penitenciários situados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com os de algumas narrativas de participação em redes de comercialização de drogas coletadas através de uma pesquisa qualitativa com homens e mulheres, atuantes ou não em redes de comercialização de drogas ilegais e mulheres encarceradas pelo crime do tráfico de drogas.

3. FUNCIONALIDADE MORAL: OUTROS TERMOS PARA SE FALAR DAS DIFERENÇAS

Buscando apreender os sentidos da diferença de gênero no crime, o argumento que apresento neste capítulo é de que o caminho para a apreensão desses sentidos deve ser trilhado a partir dos termos, da forma de participação e das posições ocupadas pelos agentes, como significações dadas no âmbito de uma prática criminal. Adotando a perspectiva de Butler (2008) e Avtar (2006) é preciso colocar em questão o processo de constituição deste “eu”, tomando-o como delineado em um dado espaço de relações, ou uma determinada atividade criminosa, cujo posicionamento e valor dos agentes definem-se no processo em que estas próprias posições se põem em curso. E é exatamente por ser uma derivação dessa prática, que aquilo que se nomeia como “mulher no tráfico” deve ser entendido, como um processo ativo de constituição de um agente e não um significante, já dado, de subordinação feminina, de uma posição que inibe ou define o valor das práticas, devido a uma anterior e supostamente fixa relação de poder implicada por um sistema gênero.

Uma vez pressuposto que as práticas mobilizam estrategicamente os sentidos reafirmando uma diferença, constituindo-a sob outras bases ou ressignificando diferença e posições, o caminho a ser seguido é, primeiramente, o de buscar um entendimento das dinâmicas postas em circulação em um tipo de prática criminal, para que então possamos entender a forma como os agentes, ao constituí-las na especificidade dos seus sentidos práticos, constituem-se através dela, inclusive enquanto gênero. A referência aqui utilizada para um tipo de prática criminal engloba tanto uma dimensão jurídica, que tipifica uma transgressão por um enquadramento legal, quanto suas implicações de natureza jurídica, social e simbólica. Essa tipificação também se refere à dinâmica de interesses que aciona uma especificidade de agentes nela implicados [inclusive a dinâmica de incriminação e seus operadores institucionais e simbólicos] que dão sentido a esse tipo de crime. Uma prática criminal não tem uma existência em si, independente do processo de interação social entre o que é entendido como tal, o “tamanho” social dessa transgressão (custos), os agentes identificados como protagonistas dessa prática (BECKER, 2008) e a forma como especificam os determinantes das posições e sentidos de gênero que lhe são relativos.

Dessa forma, analisar os parâmetros de uma prática considerada ilegal, como o tráfico de drogas, é levar em conta as moralidades, as relações de poder, as possibilidades e limites de agência

e participação dos agentes e não simplesmente uma dimensão individual que relaciona motivações, performances e atos criminais. Como apresentado no capítulo anterior, essa diversidade de significação tem no campo institucional sua instrumentalização mais profunda, sendo o encarceramento um dos seus fundamentos centrais. Se por um lado, o sistema prisional reafirma a sua natureza político-institucional, efetivando a diferença através da marcação socioeconômica e simbólica do “sujeito criminal”, a ampliação feminina na população carcerária no Brasil, talvez não somente evidencie uma desigualdade. Seguindo a orientação metodológica de Avtar (2006) de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social, indagando: o que há num nome, “mulher no tráfico”? A proposta é buscar os sentidos da ampliação das mulheres no mercado do tráfico de drogas na diversidade de contextos, práticas e formas acionadas no âmbito das relações de gênero, operadas na esfera desse mercado e que se realizam, tanto fora, como no embate com as marcações empreendidas pelos limites institucionais.

A forma de apresentação dessa discussão introduz inicialmente conceitos gerais sobre o mercado ilegal do tráfico de drogas, entendido como um sistema aberto, dinamizado como rede e as distintas formas de rede pesquisadas: a rede de empreendedores de bocas e rede de empreendedores autônomos. Uma vez apresentada a categorização e dinâmica de práticas das redes é também apresentada a forma como as posições e valores dos agentes são constituídos no âmbito das redes. Esses dados, extraídos da pesquisa qualitativa, são, na segunda parte do capítulo, relacionados com os dados do estudo de caso quantitativo cujo universo foi constituído por dados de enquadramentos extraídos do presídio masculino José Maria Alckmin e dos presídios femininos José Gonçalves Abranches e Estevão Pinto. Finalmente, na última parte do capítulo os dados do estudo de caso são discutidos à luz da pesquisa qualitativa, no que diz respeito aos lugares femininos na dinâmica do mercado do tráfico de drogas.

3.1 REDES E DINÂMICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE DROGAS ILEGAIS

Para uma primeira reflexão sobre os dados aqui apresentados é necessário introduzir o que se qualifica como o tráfico de drogas ilícitas neste estudo. Essa prática é aqui tomada como um mercado ilegal que é um exemplo privilegiado de um sistema aberto, ou seja, formado por um padrão ampliado e autônomo de conexões, que atuam como processos de composição de uma estrutura de comercialização em redes. São conexões que podem se estruturar em âmbitos locais, nacionais ou transnacionais que abarcam uma diversidade de agentes e formas de dinamização comercial, mas não necessariamente conformando uma unidade a que se atribui como tráfico de drogas. Essa especificidade realiza-se nos respectivos âmbitos em que a comercialização se dá.

No âmbito desta pesquisa, tomo como referência a tipologia identificada em um estudo anterior (SAPORI; SENA, SILVA, 2008) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em que as redes de comercialização do varejo da droga foram categorizadas como “redes de empreendedores” e “rede de bocas”,¹ cujas características conformadoras dessa tipologia são relativas às dinâmicas comerciais e suas respectivas práticas, estando esses modelos de negócio estreitamente vinculados às lógicas de homofilia de classe, presentes nas redes de relações sociais e seus contextos socioespaciais.

A “rede de empreendedores autônomos” apresenta uma estrutura de comercialização descentralizada, com relativa autonomia e distância em relação à dinâmica de conexões mais ampliadas e empresariais de produção e/ou distribuição de drogas, ainda que eventualmente possam estar ligadas. Um empreendedor é um agente (ego) que atua como hiperlink, referência central de um conjunto de conexões, de uma forma particularizada de transação comercial de drogas. A base de formação das suas conexões pode ser configurada a partir do grupo familiar, de grupos de amigos, escola, vizinhos ou quaisquer outras conexões provenientes desses grupos de relacionamento. A formação dessa rede é dada por uma diversidade de contextos de inserção, não exclusiva ou necessariamente do empreendedor, mas da pluralidade de pontes estabelecidas através das redes pessoais, advindas das suas conexões.

A propriedade de atributos das conexões entre os agentes nas redes pesquisadas é, marcadamente, de classe socioeconômica (predominância de grupos de classe média). Essa estrutura e os atributos de classe dos agentes apresentam semelhanças com a tipologia do “tráfico da pista”, estudado por Carolina Grillo (2008) para os mercados do varejo compostos por jovens, do sexo masculino, da classe média carioca. Diferenciando-se em termos do recorte de classe e tipos de droga, essa estrutura também foi identificada pelo estudo já citado de Manuela Cunha (2002), na modalidade *freelance*, do mercado do varejo de heroína em Portugal, em que se inserem mulheres adultas e até mesmo idosas. Finalmente, essa forma de comercialização também se assemelha aos mercados norte-americanos de redes de varejo de comercialização do crack, nos anos de 1980/1990. No entanto, nessas redes predominaram grupos socioeconomicamente marginalizados e espacialmente segregados, cujo empreendedorismo dos agentes foi, aos poucos, sendo substituído pelo empresariamento de grupos organizados (MORGAN; JOE, 1997; MAHER *et al.*, 1996; MAHER, 1996; FAGAN, 1994; JACOBS; MILLER, 1990).

Tanto no estudo anterior (SAPORI; SENA; SILVA, 2008) quanto neste, foi identificado, no âmbito da RMBH, que a decisão mercadológica pelo tipo de droga negociada é condição

¹ O conceito de empreendedor aqui utilizado é uma transposição da forma como termo atualmente tem sido usado para os criadores do próprio negócio ou empresa, para aqueles que criam uma rede particular de comercialização de drogas. Na vastidão de referências para o termo “empreendedor”, referencio Degen (2009), que toma a ação de empreender como uma opção de carreira.

para formação da rede. Portanto, o produto comercializado é relativo aos relacionamentos do empreendedor. Dessa forma, as estratificações de classe social colam-se aos tipos de droga comercializados e às representações identificadoras dos respectivos agentes a elas conectados, seja como usuários ou comerciantes. O produto é uma dimensão ou razão de constituição de uma rede. Por exemplo, as drogas sintéticas são negociadas em casas noturnas e em festas, tendo sido indicadas na pesquisa como referências das festas *rave*, das boates e casas noturnas, onde há um público de maior poder aquisitivo e que usualmente compra drogas sintéticas: o perfil de “glamour” (*status*) das conexões. A cocaína e a *cannabis* – esta última identificada na pesquisa com um perfil “hippie” ou relativos às “pessoas alternativas” ou os “tilelês”² – são as drogas mais comercializadas pelos estratos médios pesquisados. O crack é preterido nas redes de empreendedores, devido às restrições de reputação de classe atribuídas a essa droga, sobretudo através das representações dos holofotes midiáticos sobre as cracolândias³ e da justificativa dos empreendedores pesquisados quanto ao custo social, que implica uma clientela consumidora de crack: “o crack é da boca, é bandido, é matar ou morrer”.⁴ Mas é necessário ressaltar que, tanto na pesquisa anterior (SAPORI; SENA, 2008) quanto na atual, a apreciação moral em relação ao crack está presente não só nas redes de empreendedores, que geralmente não comercializam essa droga, mas, também nas redes nas quais o crack é amplamente comercializado. Argumentos em relação às mulheres usuárias e/ou comerciantes dessa droga, adjetivadas como “noiadas”, “esse tipo de gente”, “fim de linha”, mulheres ligadas a um submundo, pessoas problemáticas na família e no crime foram observadas nas duas tipologias de rede.⁵

O crack acabou com a vida de muitos. Foi o crack que mandou eu pra ser gerente de boca, era o dinheiro, e depois me tirou tudo, me trouxe pra cá. Tem mulher que faz programa pelo vício. E a gente que tá na boca vende e acha que tá fazendo o bem. Mas eu não contrato gente assim. Derrama, dá golpe, eu não colocava esse tipo de gente pra trabalhá! (Sula, presidiária, rede de bocas, 29 anos)

As ricas vão pelo embalo e entram no mercado internacional. Ela (x) é bonita, vai às festas Rave, tá no glamour. Tem vida social boa, quer ter status, viajar, conhecer certos artistas. Drogas sintéticas geram muita renda. A família descobre, corta a renda e a (X) continua. É classe alta, festas caras, é bate estaca. Rede pra bala é fácil, o difícil é ter capital pra investir. O cara que mexe com o crack é só crack, o outro, mexe só com pó

² Termos utilizados por um dos integrantes da pesquisa, um empreendedor, quando me fazia uma descrição do perfil da sua clientela. O termo “tilelê” foi encontrado em campo como referência não só aos usuários de maconha, mas também às pessoas que se vestem, ou se comportam de maneira “alternativa” ou “hippies” segundo os pesquisados.

³ Cracolândias são territórios urbanos, geralmente áreas centrais, mas degradadas, em que se aglomera grande número de usuários de crack. Em Belo Horizonte, há registros de duas cracolândias (Pedreira Prado Lopes e Avenida dos Andradas), com dimensões bem menores do que a referenciada pelo estudo de Tanielle Rui (2012).

⁴ Fala de uma empreendedora (Ludo, 50 anos).

⁵ No caso do PCC em São Paulo, a qualificação de “vermes” e de que o crack “desanda o crime” descrita nos estudos, demonstra que, a despeito da lucratividade da sua comercialização, a barreira moral relativa a esta droga é uma realidade entre os agentes que atuam nesses mercados.

e maconha. O cara da bala, mexe com anfetamina. Bala é telefone, é facebook...! Mas o crack é a lama. Mulher que vende crack é usuária, já foi presa várias vezes. Vende para o consumo, não tem lucro. Lá no bairro tem um cara e as irmãs que vendem. É um histórico familiar, o cara é homossexual, as irmãs são prostitutas, é um usuário que cria problema no convívio social, no trabalho, destrói a família inteira. (Fred, 30 anos, rede de empreendedores)

Para a tipologia da “rede de empreendedores de bocas”,⁶ referencia-se um espaço físico, que se constitui como ponto de referência para as transações comerciais de drogas ilícitas. É o lugar, e não os indivíduos, o fator de conexão. Na pesquisa, essa rede se restringiu às redes que se estabelecem em periferias e favelas. Constitui, em geral, uma rede de comercialização cujo núcleo central (uma boca) apresenta agentes cujas conexões estabelecem vínculos de subordinação relativos às posições hierárquicas das ocupações desempenhadas. Esses vínculos são estabelecidos, de forma direta, por um gerente que administra uma “equipe”, representando a figura de um patrão, pertencente ou não à localidade onde a comercialização é realizada.

Nesse formato, a despeito de algumas semelhanças em termos nacionais, há especificidades locais nos formatos de negócios das redes. Nas redes do tráfico dos morros cariocas identificam-se grupos conectados por pertencimento, os comandos, organizações de regulação das disputas e do poder que, ao mesmo tempo em que equilibram as questões relativas à concorrência entre os negócios (as bocas), travam permanentes disputas pela hegemonia de comercialização (MISSE, 1999; 2007; SOUSA, 2004; GRILLO, 2008; 2013). Outro padrão é o que se verifica em São Paulo: uma pulverização de grupos por atividades e negócios, mas centralizados, em termos das moralidades e lógicas, reguladoras de algumas práticas-padrão das redes, que a partir dos anos 2000 passaram a estar sob a égide da organização criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital (BIONDI, 2010; MARQUES, 2010; FELTRAN, 2011; MALVASI, 2012).

No caso da Região Metropolitana de BH (RMBH), predomina uma grande descentralização de redes de comercialização no varejo, constituída por uma pluralidade de perfis de agentes, sem nenhum tipo de comando centralizador. As disputas por domínios territoriais, travadas entre grupos locais que ganharam grande visibilidade midiática nos anos de 1990, como a favela Pedreira Prado Lopes e o mítico domínio do grupo de origem familiar do “Toni Peixoto”, não se configuraram como comandos de comercialização ou morais, mas como força comercial (predomínio de propriedade de bocas e bélica). Apesar da força, armada e comercial, de alguns grupos da rede de bocas, na RMBH observa-se um mercado em que predomina a lógica de pontos de varejo, com relativa convivialidade entre comerciantes; estes replicam práticas (sobretudo

⁶ Na pesquisa de 2008 a tipologia utilizada foi rede de bocas. Essa nova tipologia será melhor explicitada na última sessão desse capítulo.

o uso da violência, referente às cobranças), com grupos constituídos inicialmente por redes de amigos e moradores locais e/ou familiares e que são administrados por gerentes comandantes dos “trabalhadores” ou “guerreiros”, em nome do negócio de um patrão (poucos deles moradores do local e/ou conhecidos pelo grupo). A mimetização de nomenclaturas e práticas que se proliferam como marcadores dos agentes que atuam nessas redes, em todo o Brasil, têm como fundamento a sua caracterização e o local (favelas, periferias) onde a rede de comercialização é garantida por negociações de mercadorias políticas ou corrupção, o uso recorrente da violência como forma de resolução de conflitos, internamente imposta ou legitimada, e o valor confiança como mediador das relações entre os agentes que estão conectados a essas redes (MISSE, 1999; SOUSA, 2004).

No que tange à violência nas redes de bocas da RMBH esse padrão é também presente, bem como segue a tendência dos mercados brasileiros para os locais em que essas redes estão constituídas: relatos do uso da força bruta como uma prática comum, não só nas transações comerciais derivadas de conflitos interpessoais de natureza diversa, e utilizadas como meio de se fazer cumprir os contratos estabelecidos nessas redes (SOUSA, 2004), mas também como uma experiência ampliada de “transformação da força física (e suas extensões simbólicas e materiais), de meio de obtenção de interesses, em princípio de coordenação das ações” (MACHADO DA SILVA, 2011, p. 71).

3.1.2 *Redes e padrões de conexão*

Os padrões de relação entre as conexões de uma estrutura de rede revelam intencionalidades, uma configuração de regras e o acionamento de recursos (materiais e simbólicos) para a manutenção de uma ordem que é sempre instável. Os limites impostos por esses padrões são relativamente móveis, uma vez que a contingência das práticas, tanto reafirmam as regras quanto podem tensioná-las, mobilizar significados na perspectiva de atualização, da configuração de novos princípios. As estruturas também são constituídas por emergências. A coordenação de interesses mútuos entre os agentes é regida pela constante busca e quebra da instabilidade própria da ordem dos mercados (BECKERT, 2009), mas se exacerba nos mercados ilegais.

O preceito da autonomia relativa dos nós (CAPRA, 2006) implica que nenhuma conexão se forma e atua de maneira absolutamente independente das intencionalidades (e, portanto, de disputas) recíprocas entre os nós constituidores de uma rede. Conectar-se a uma rede de comercialização implica situações derivadas das condições as mais diversas, referentes aos padrões da dinâmica de cada rede e às condicionantes pessoais por elas refletida através das posições ocupadas. Não são dimensões excludentes entre si, são superpostas – a associação a uma atividade familiar já existente; uma rede de relacionamentos e valores de sociabilidade, tal

qual o uso compartilhado de algum tipo de droga na rede de relacionamentos formada por amigos, por familiares, tipos e locais de sociabilidade; os pertencimentos e vulnerabilidades de natureza socioespacial; uma decisão empreendedora e recursos pessoais e financeiros para tal; questões de natureza afetiva e íntima. No entanto, a despeito do tipo de produto que aciona a formação de uma rede, a “estrutura de oportunidades” para conexão, tanto para as mulheres quanto para os homens, nas redes pesquisadas, teve como porta de entrada central os relacionamentos, fator que em alguma medida neutraliza as diferenças de inserção por gênero, preponderando essa distinção no âmbito das práticas tipificadoras das redes e das formas de participação dos agentes:

Um dia um amigo meu falou assim: “Fulana, você dirige bem pra caramba, eu machuquei minha perna, você pode ir no Paraguai pra mim? Ai eu falei você é doido? Eu num vou não! E ele disse, eu te pago 50 mil reais. Ai eu falei com ele assim: Ah, aí eu já vou, aí já muda! (Diva, ex-atuante rede de empreendedores de bocas, 28 anos)

Iniciei há 25/30 anos atrás. Sempre na zona sul, em festas. Eu conheci o M. que namorava uma minha vizinha, a D. que era linda, assim um negócio! Ele tinha ficha criminal. Isso era década de 80. Nessa época era mais pó e ácido, hoje é ecstasy. Eu tinha um amigo que buscava na Holanda. O dono era ele mesmo, ele não era um *mula*, não tinha um intermediário. Eu vendia 1 kg por semana. (Rafa, rede de empreendedores, 47 anos)

Eu comecei a vender quando tive a minha primeira filha, aos 18 anos, o meu namorado não assumiu a paternidade. Meu pai falou que eu tinha que me virar pra sobreviver. Ai comecei a pegar mercadoria com a minha irmã e o meu cunhado, que foram colocando mercadoria na minha mão. Quando ele foi preso, ele tinha me dado os contatos das favelas em BH. Eu vinha buscar pra revender pras bocas quando faltava e eu tinha a minha boca. Era um ponto de comércio na minha residência. (Sula, presidiária, 41anos, rede de empreendedores de bocas)

As contingências e/ou condicionalidades relativas à rede de relações atuam como dis-positivos de conexão quando são passíveis de encontrar um ambiente de interesses, articulação entre as condições de possibilidades de um agente e uma rede.

Os lugares de trânsito de um conector são demarcados por reciprocidades que percorrem todos os demais fluxos da rede com os quais se estabelece uma ligação. Uma malha de conexões de um agente tem uma dinâmica relativamente restrita, cujo fluxo não depende e nem compromete toda a extensão da rede. O sistema dinamiza-se com o movimento das transações que são realizadas, através da contínua (re)organização das articulações, localizadas ou ampliadas, de um certo contexto. A rede ganha uma dinâmica específica de fluxos, por exemplo, quando há expansão ou modificação do perfil dos agentes que incide sobre as respectivas posições dos nós conectores. Um dos exemplos dessa dinâmica foi à mudança do perfil dos grupos de controle de distribuição e venda no mercado do varejo do crack nos anos de 1980 nos EUA, em relação aos grupos de controle e formas de comercialização do mercado da heroína nos anos de 1960/1970 (Cf. MAHER, 2003;

AGAR, 2003; MAHER; DALY, 1996; FAGAN; JEFFREY, 1994). De forma diferenciada do mercado norte-americano, o mercado do varejo no Brasil também sofre modificações com a expansão da base de usuários e do perfil dos agentes comercializadores, a partir dos anos de 1990, quando o crack passou a ser comercializado de maneira mais ampla nas redes de distribuição e varejo.

Os rompimentos ou situações em que os agentes conectores são interceptados por algum processo, são devidos a uma diversidade de fatores não previsíveis: situações de encarceramento, nas consequências que incidem diretamente sobre o fluxo e dinâmica das redes a partir das políticas de repressão (se são mais ou menos rígidas), nas disputas intestinas entre grupos, ou devido às situações de natureza pessoal. Em pontos e formas distintas de impacto, esses fatores acarretam uma reconfiguração dos fluxos das conexões em níveis diferenciados. É um processo sistêmico em que a dinâmica das conexões participa de maneira contínua na produção e transformação da rede, tanto em um fluxo de ligações mais restritas quanto nas conexões mais ampliadas. São contextos de interações com o ambiente externo, no que diz respeito à extensão e às novas formas que são dinamizadas. O processo não é determinado de fora, tampouco é uma resposta programada que atinge toda rede de maneira regular, segundo o modelo de estímulo/resposta. É uma absorção e renovação dos fluxos a partir das interações entre as redes e o ambiente em que ela se desenvolve, como ilustrado por um dos participantes da pesquisa:

Porque houve um aumento do número de vendedores com o crack? Porque houve um aumento no número de consumidores. Porque você tinha um público que tava excluído desse consumo e que foi integrado. Então você precisa de mais mão de obra. E também aumentou o número de pessoas envolvidas na empresa, porque quanto mais o Estado aumenta o seu aparato repressor, mais o tráfico tem que aumentar a segurança dele e pra isso ele precisa de mais soldados. Ele arma mais gente, ele remunera mais olheiros, ele cria sempre uma forma de driblar aquele novo sistema de segurança que o Estado acha que é novo e que quando ele implanta o traficante já conseguiu uma forma de driblar. (Daise, mulher, 31 anos, apoiadora)

Nesse sistema aberto de mercado, como do tráfico de drogas, predomina a contingência como uma situação permanente que permeia as relações e trocas, cujo controle relativo sobre a imprevisibilidade se dá através da criação de mecanismos de cooperação/confiança. Em “arenas de interação e resultados incertos” (BECKERT, 2009, p. 249) os parâmetros da confiança para o estabelecimento das relações conectoras são criados e institucionalizados no âmbito das próprias redes, uma vez que elas não possuem uma forma rígida e estável, são atualizações contextualizadas das práticas. A confiança não é uma anterioridade garantida antes que as relações se estabeleçam, é adquirida na dinâmica de interação, mas esse movimento incorpora determinados padrões de relações próprios à natureza da malha de conexões, em termos dos espaços

em que se encontram os conectores. Essa dimensão de pertencimento socioespacial, ainda que contribua para a redução da imprevisibilidade, não é condição de confiança, mas pressuposto para o estabelecimento de uma nova conexão, cuja natureza e termos de cooperação vão fazendo sentido na dinâmica dessa ligação na rede.

As pessoas vão se aproximando, falam “tô saindo da cadeia, tô precisando de ajuda”, a gente procura saber se não é pilantra e aí ele começa a trabalhar com você. (Teté, presidiária, rede de empreendedores de bocas, 31 anos)

Eu tava desempregado e a minha esposa tava grávida de três meses e o marido da sobrinha dela era traficante, muito conhecido aqui da X. E aí surgiu uma oportunidade de trabalhar com ele, porque o amigo dele, que trabalhava pra ele, foi preso. E aí eu fui na casa desse cara pra buscar uma droga e aí ele confiou em mim, porque eu busquei, guardei, paguei, fiz tudo direitinho. E aí ele me chamou pra trabalhar com ele. (Xuxa, homem, 28 anos, ex-atuante de rede de bocas)

No modelo suposto pelo *power-oriented approaches* o comportamento cooperativo entre os atores econômicos é garantido por cooperação coercitiva, institucionalizada ou não, utilizada como recurso que tende a equilibrar a “instabilidade dinâmica dos mercados” (BECKERT, 2009). No âmbito de uma *network structure*, a cooperação, um dos parâmetros para a dinâmica de qualquer mercado, é uma atualização prática das redes pessoais de conexão. Os dados de campo indicaram que, a despeito do conhecimento e adequação aos parâmetros normativos de uma rede de empreendedores de bocas, bem como do conhecimento das formas mais usuais de resolução das situações em que há quebra das regras que pode implicar até na eliminação de um agente, a força não é a única garantia para a cooperação. A confiança toma como base o conhecimento que se espalha no fluxo das transações e que atua como sanção em relação aos resultados positivos ou negativos de uma conexão, estabelecidos em outras circunstâncias e/ou redes que não as atuais (GRANOVETTER, 2007). Esse sancionamento é um dos fatores de possibilidade para as novas interações. Mas também não é a condição absoluta de confiança, uma vez que não se constitui como certeza derivada de uma anterioridade, realiza-se sempre sob uma nova base, é sempre atualização. Essa imprevisibilidade das situações de conexão e orientações práticas torna a confiança um valor de troca na relação entre os agentes. “O cara tem que mostrar serviço”, “eu era, na gíria, um matuto, o cara que vai na ‘roça’, fazer tudo direitinho”, como afirmaram os participantes do estudo, é a tradução da aposta em um risco e não o resultado de um comportamento previsível derivado da universalidade das regras, supostamente conhecidas e seguidas:

Aí eu conheci um rapaz que me disse, pra eu levar a caminhonete pro Paraguai e lá eles te pagam mais se você leva um veículo. No primeiro carro que eu levei pra lá eu conheci um cara que me perguntou se eu queria dinheiro ou outra forma de pagamento que era inclusive melhor. Eu perguntei o que era e ele me disse que era Maria Juana.

Eu nem sabia como é que eu ia vender isso, mas ele me passou os contatos de algumas pessoas aqui e aí na estrada eu já tinha vendido tudo. Aí, a primeira foi 280kg, a segunda foi 500kg e eu já cheguei a trazer uma tonelada e meia de droga. Eu era, na gíria, um matuto, o cara que vai na “roça” buscar. E isso me deu muito dinheiro, dinheiro que eu nunca imaginei que poderia ganhar. Eu tinha 22 anos na época e já tinha um patrimônio bem considerável. (Grego, ex-atuante, distribuição)

A gente se encontrou em 2004/2005, eu tava sem trabalhar e minha mulher prestes a ganhar menino. E o marido que morava com a sobrinha dela era um traficante muito conhecido aqui da região da X. Aí um amigo que trabalhava pra ele foi preso. Aí ele me pediu pra ir na casa de um pessoa buscar uma droga. Aí eu busquei, embalei, depois eu entreguei tudo direitinho. Ele confiou em mim, me chamou pra trabalhar com ele. (Xuxa, 31 anos, ex-atuante, distribuição)

A construção de esquemas de percepção que qualificam e associam os agentes a posições relacionamente distintas no espaço social é como um operador da diferença. A legitimidade lógica da distinção é operada pela naturalização das diferenças, “a doxa, adesão às relações de ordem que, por serem o fundamento inseparável do mundo real e do mundo pensado, são aceitas como evidentes” (BOURDIEU, 2007, p. 439). A diferença é estática, pois é relativa às posições que pertencem, diferencialmente, aos agentes, a partir das suas posições de classe. São capitais econômicos e simbólicos referenciados como propriedades dos agentes, essências das quais eles são portadores no mundo social. Ao contrário dessa forma essencialista de constituição da posição, os lugares de distinção nas redes do tráfico são erigidos sobre moralidades individualizadas e transitórias, espécie de adaptação da ideologia do desempenho dos mercados contemporâneos, isto é, a construção da validade da distinção social, que de maneira não equânime distribui reconhecimento e dignidade social baseada na suposta “capacidade objetiva” do indivíduo, de comprovação das suas competências como sujeito produtivo (KRECKEL apud SOUZA, 2003, p. 168).

A “capacidade objetiva” é atualização de um sentido, não é dada pela posse de um capital relativo à condição posicional já constituída pela classe. A posição é transitória, depende do “sucesso” de uma conduta para a efetivação do valor do agente, *trust is bound to the individual* (BECKERT; WHERINGER, 2009, p. 18). É virtualidade inaugurada com as particulares mobilizações que o agente faz de alguns princípios [“o andar pelo certo”] – para o alcance de determinados fins. Não é uma característica posicional permanente como os valores de grupos ou classe, atrelados às referências da prática dos pressupostos por Bourdieu. É baseando nessa lógica, que certas práticas são estabelecidas como adequadas a um agente, devido a uma característica do valor que lhe é próprio, individual e transitório, e que deve ser comprovado (ou descartado) a cada nova situação em que esse valor é acionado. Esse nível de liberdade de movimento de uma conexão estabelece o valor contingencial da sua prática para o fluxo da rede. A medida desse valor se concretiza, em bases tangíveis, por uma evidência de natureza puramente prática da sua atividade. Esse valor vai sendo

constituído por posições assumidas que vão imputar ao agente graus diferenciados de confiança que se consolidam como um valor de troca da sua conexão. Qualificações como o proceder, ser um bandido de conceito, ter disposição, qualificações típicas dos mercados ilegais brasileiros, são exemplos da constituição da funcionalidade moral, um processo de individualização impermanente, que se apresenta como o valor de um agente até que algo se interponha e o agente, então, perde esse valor como um bem de troca, tornando-se alguém “legitimamente” descartável. Durante o trabalho de campo ouvi o relato de um policial sobre uma situação de extermínio de uma conexão, de uma rede em que a transitoriedade desse valor, devido a uma inadequação do seu “proceder”:

(...) lá no X esse rapaz que morreu, ele morreu torturado e foi queimado, eles queimaram o cara. Porque ele deixou a gente entrar lá e não soltou foguete e não avisou no celular. Ele seria só o olheiro só que não tinha como ele avisar porque nós entramos por um bairro novo que é o X. Deixamos a viatura lá e nós fomos a pé, nós descemos a pé, mas não tinha como ele avisar. Não foi a guarnição que foi culpada por ele ter morrido, ele tinha uma função no tráfico, ele falhou, ele foi julgado pela falha dele. Foi o que aconteceu com esse menino, ele deixou, ele tinha que ter avisado, só que o patrão dele perdeu! (Policial 1, Gepar)

Essa medida de valor instável, e atualizado através do resultado das práticas, também é relativa à constituição da funcionalidade de uma conexão. Ainda que nas redes de empreendedores de boca as posições olheiro, aviãozinho, mula, gerente referenciem atividades e valores produtivos específicos para a dinâmica de uma rede, o valor só pode ser verificado no seu processo de agência, nas implicações que o movimento dessa conexão incorpora para a dinâmica de funcionamento da estrutura de rede. Outras posições, contrapostas pelas práticas, são relativas ao gerente ou um (a) “mula” (o atravessador de uma droga). Ambos transitam em posições relacionalmente diferenciadas entre si, obviamente, por questões relativas às atividades desempenhadas para as transações em uma rede de comercialização. Mas, a despeito da importância das atividades de cada um para as transações, o fator confiança, que os equaliza para estabelecer uma conexão com rede, distancia-os em termos do valor de troca dessa atividade, efetivada através do nível de comprometimento direto da rede com o agente. Quanto maior a distância da conexão com os nós estruturais da rede, mais instável é o valor de troca da sua confiança, que é acionado a cada nova situação. Talvez não seja por acaso que nas redes específicas do tráfico, em que são adotadas as nomenclaturas dos mercados formais para as atividades de caráter administrativo, tal como o de gerente, o contraponto seja o “chão de fábrica”, a “mula”, referência a um animal cujo valor é dado pela sua capacidade de suportar uma carga pesada, valor de determinação simbólica de distinção negativa do executor da prática.

Ninguém se responsabiliza diretamente pelas ocorrências em relação ao agente, que se encarrega dessa atividade ainda que ela tenha importância para o fluxo de comercialização. A sua

atividade oculta o verdadeiro proprietário da mercadoria nos circuitos mais arriscados que são percorridos até se chegar aos pontos de venda ou em algum lugar combinado para a entrega da droga. Esse agente tanto se responsabiliza pelo transporte “dos quilos”, referência encontrada em campo para os que transitam entre as fronteiras (nacionais ou transnacionais). Mas também pode ser uma conexão que percorre uma cidade vizinha, um bairro, desloca-se entre bocas, transporta pequenas quantidades ou distâncias, em troca de um pagamento em dinheiro ou droga para negociar e satisfazer o vício. Está, também, a encargo da “mula” o peso do transporte para dentro das penitenciárias, seja por situação de ameaça ou para ganhar confiança e galgar confiança em conexões mais estruturais da rede, ainda que o transporte para fora e para dentro da prisão não sejam caracterizados exatamente pelo mesmo tipo de “mula”.

São níveis variados de responsabilidade, construídos em uma cadeia crescente de situações constituidoras da confiança, pois envolvem valores monetários e graus de responsabilização criminal diversos. No percurso seguido pela mercadoria até chegar à sua destinação final são vários os percalços possíveis. A “caguetagem” (categoria referente à delação), interna à rede para roubo ou acerto de contas, o “pulo” da polícia para extorsão, grandes operações policiais nas fronteiras, cair numa revista na penitenciária e até mesmo denúncia de familiares, são algumas das situações que foram relatadas em campo. Nos termos utilizados pelos entrevistados é uma conexão “BO” por excelência. Esta expressão é derivada da nomenclatura policial que, em um flagrante, emite um Boletim de Ocorrência. Negociar com os agentes de segurança para “aliviar o BO”, ou abandonar esse agente para reforçar a sua criminalização, depende da relação custo/benefício que essa conexão traz para a dinâmica de comercialização da rede.

A mula é uma pessoa que atravessa. Faz de conta eu tenho que comprar uma droga lá em Sabará, só que ali tem uma barreira. Então eu preciso de uma pessoa pra atravessar essa barreira pra mim. Essa pessoa é chamada de mula. Cê vai atravessar 50 kg de maconha pra mim. Hoje em dia tem muita gente que faz esse trem assim. Cê vai receber R\$ 2.000 pra atravessar meio quilo de pedra pra mim. Eu tô pagando por essa responsabilidade que é dela. Se caso acontecer alguma coisa com ela eu não quero saber de nada, eu perco o dinheiro que eu paguei, mas eu tô pagando a responsabilidade dela. (Guto, homem, 22 anos, rede de empreendedores de bocas)

Esse processo de individualização do valor de um agente se relaciona às contingências do movimento da sua conexão na rede. No caso da mula, não há entre o serviço prestado e o prestador, nenhuma mediação. O agente se apresenta como uma referência prática e moral individual relativa à rede à qual está conectado. A ideia de moral não diz respeito à evidência de uma característica boa ou ruim de um agente em si, mas de uma prática que ele incorpora e através da qual se move em um campo aberto de incertezas. Sua adequação é representada em termos

das atitudes que ele apresenta nos contextos instáveis pelos quais transita a sua conexão. É uma espécie de inversão dos pressupostos de Giddens (1990) dos sistemas peritos, que pressupõem que o guardião da verdade não seja o sujeito que a profere, e sim a instituição que ele representa. Inversamente em uma rede do tráfico o “falante identificável” – o suporte mediador para acesso a uma versão, uma formulação sobre e/ou a verdade e a garantia desta – é o próprio agente que se apresenta como garantia no intrincado da sua prática, na malha de nós conectores a que pertence.

O respeito no crime é ser certo, andar pelo certo, não deixar furo. (Baby, mulher, presidiária, rede de empreendedores de boca)

É como uma profissão entre o céu e o inferno. Pode te dar tudo e nada. A permanência é garantida pelo saber escolher. (Fred, 31 anos, rede de empreendedores)

É uma coisa muito grande, é tipo uma lagoa escura que ocê entra e só tem coisa ruim, cê entra e num é fácil de sair não, é uma caminhada difícil, só tem trem cabuloso, é dinheiro, é morte, é cobiça, é desavença, só trem pesado, pra viver no crime cê tem que ter cabeça. (Guto, homem, 22 anos, comando boca)

Uma das vertentes de apreciação sobre os limites dos mercados ilegais é essa ausência de mediação institucional como garantidora das relações, que imputaria uma característica pré-moderna a esses mercados (ZUCHER, 1986; ALARCHI, 1998; REUTER, 1985 apud BECKERT, 2013). Esse argumento toma como referência a sedimentação das bases institucionais da confiança na modernidade. O que se apresenta como um dos pilares da ordem dos mercados modernos (e da própria sociedade moderna) é a confiança como uma garantia, que se realiza em um tempo-espaço não sincrônico entre as relações que passaram a ser institucionalmente mediadas (GIDDENS, 1990).

Há que se refletir, no entanto, se a não institucionalidade é um fator realmente limitador de tais mercados, ou é um suposto que parte da crença de existência de uma unidade, o mercado, cujo funcionamento é regido pela totalidade da mediação institucional e respectivas garantias estatais. Ainda que o modelo da mediação institucional moderna europeia tenha se firmado como uma das principais referências para a consolidação das relações capitalistas de mercado, isso não implicou que tenham perecido outras modalidades além-mundos (e intramundos). A referência para os mercados ilegais se dá a partir do seu contraponto, a centralidade institucional europeia moderna, que tem como um dos seus pilares estruturadores a regulação contratual das relações que se estabelecem entre os agentes. A regulação institucional dos mercados define posições e respectivas garantias e deveres firmados pelos contratos. Esse formato se ampliou e significou o reconhecimento de uma condição de direitos e deveres em termos civis, políticos e sociais, que são tomados como referência e generalizados para a sociedade como um todo, não somente para os que se encontravam em relações contratuais do mercado de trabalho (LAUTIER, 1993). Estar

fora do padrão institucional se configurava como ausência de vínculos garantidores da condição cidadã (pertencimento às redes de trabalho e social) que foi sendo reduzida a níveis residuais e traduziu-se, sob a égide da ideologia do *Welfare State*, como símbolo de marginalidade, inadaptação individual a uma sociedade de benesses sociais ampliadas (CASTELL, 1983, p. 27-28).

O paradigma do entrelaçamento institucional entre os mercados e o Estado não extinguiu as formações informais e/ou ilegais que aparentemente se baseiam, exatamente, no oposto dessa mediação institucional. Não pertencer ao “universo institucional” é o que caracteriza um mercado ilegal não como ausência, mas como essência. A maneira como as particularidades dos contextos institucionais interagem com os diversos âmbitos em que as redes de comercialização ilegal operam, tem que ser considerada, uma vez que são essas particularidades que conformam os agentes e os espaços das conexões e suas práticas, sendo difícil [senão equivocado] falar de uma configuração ou dimensão universal de redes ou mercados ilegais de drogas. Talvez o ideal seja nos referirmos a contextos de formação de mercados ilegais imbricados em uma especificidade de dinâmicas socioeconômicas que referenciam, também, os elementos presentes nos mercados legais, “múltiplas e complexas redes sociais se desenvolvem a partir dessas diferentes estratégias aquisitivas, legais e ilegais, relacionando ‘mundos’ que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si” (MISSE, 2010, p. 144).

Se aceitarmos a validade dos contextos que especificam as práticas e as denominações dos mercados ilegais há, também, especificidades contextuais assumidas pelo sistema gênero – dinâmica social sustentada pela particularidade de relações em que homens e mulheres se constroem como confrontações de corpos, posições sociais e poder – nas redes do tráfico de drogas. Essa discussão será tratada no tópico a seguir.

3.2 FUNCIONALIDADE MORAL E CONEXÕES FEMININAS

No início do trabalho de campo me deparei com um recorrente argumento sobre a ampliação da presença feminina no tráfico, uma espécie de “descoberta do valor do trabalho da mulher” como uma das razões da virada do cenário de gênero nesse mercado. Esse valor tem sido frequentemente reforçado pelo senso comum e pela mídia em geral, como uma decorrência do “inquestionável” avanço das mulheres nos mercados formais e nos demais campos sociais. Nesse sentido, a presença da mulher no tráfico supostamente surge como uma revelação de um flanco rompido, um novo tempo marcado pela inevitabilidade da ascensão feminina em searas de natureza até então masculinas, tanto no sistema de justiça quanto no crime, em áreas altamente tecnológicas e na medicina, assim como na liderança política do país:

Nós estamos na modernidade, a mulher está no mercado de trabalho. Tem mulher piloto de avião, tem mulher astronauta, tem mulher médica, tem mulher policial, tem mulher juíza, tem mulher promotora, tem mulher traficante, tem mulher assaltante. Isso acontece, aconteceu fruto de que? Justamente do avanço da sociedade. A mulher está ocupando espaço em todos os lugares. Por que não existia antes? Por que a sociedade era muito machista! (Delegado Seccional Anti-drogas)

Elas até presidente viraram! (Rafa, 47 anos, rede de empreendedores)

A mulher tá acima de tudo. Olha a Dilma, a presidenta! Hoje é a mulher que é a cabeça. A mulher antes era muito desvalorizada. (Tetê, presidiária, 31 anos, rede de empreendedores de bocas)

Exemplos de atividades, marcadamente reconhecidas como naturais do campo masculino – tais como a construção civil, foram mencionadas pelos participantes da pesquisa como evidências dessa fronteira rompida pelas mulheres.⁷ É curiosa a comparação do avanço das mulheres com o setor da construção civil, que no Brasil esteve historicamente associada aos homens, “aos peões”, brutos, fortes, explorados em uma atividade em que a negociação no mercado é mediada pela incorporação destas características como valor positivo de troca no desempenho de uma função que parece restringir a própria categoria profissional aos corpos masculinos.

Mas, em relação a essa ocupação, o exemplo dado sobre o avanço feminino não foi afirmado como uma ameaça da substituição do lugar ocupado pelos homens, ou uma referência ao mesmo tipo de trabalho que eles realizam, mas referia-se a certos trabalhos em que a essência feminina pode aflorar e, portanto, superar os homens como, por exemplo, a atividade de acabamento: “As construtoras preferem como pedreiro de acabamento uma mulher, porque ela é mais caprichosa, porque a educação que nos é dada favorece isso” (Daise, apoiadora).

Assim como no exemplo aqui utilizado, a construção da feminilidade/masculinidade permanece sendo acionada nos discursos referentes ao campo da criminalidade. É como se crime fosse uma unidade que abarcasse todo tipo de ilegalidade (prática passível de punição jurídico legal) e gênero constituísse outra unidade, a essência de um sexo. Em uma soma de unidades constitutivas teríamos uma universalidade, a “mulher no crime”, sendo a diferença pressuposta como derivada de uma desigualdade presente nas relações do sistema gênero, um operador de reiteração dessa diferença. Dessa forma, uma determinada dinâmica criminal não é considerada na interrelação que estabelece com os sentidos e práticas de gênero que se realizam, não por essencialidades que lhe são correlatas, mas por especificidades dessa dinâmica e que também através das significações (reiteradas ou ressignificadas) de gênero se específica como “um” crime. Tomando a perspectiva

⁷ De acordo com dados do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), o número de mulheres que exercem atividades na construção civil aumentou 65% na última década. Em 2000, 83 mil mulheres atuavam na área. Em 2008, o número subiu para cerca de 2 milhões.

de Avtar (2006), é necessário explorar a várias dimensões que se cruzam para a constituição da diferença, seja ela para reafirmar uma desigualdade ou indicar a diversidade. A diferença construída como desigualdade nas relações de gênero, supostamente, solidificaria essa diferença.

No sentido de amparar a perspectiva de uma dinâmica criminal como constituidora dos sentidos da diferença no crime, mas referenciando como crime uma dinâmica específica, o tráfico de drogas, apresento inicialmente uma análise sobre o enquadramento criminal do universo populacional de três penitenciárias pesquisadas. Deve-se salientar que o universo de análise, o Complexo Penitenciário Estevão Pinto, José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, é específico. Dessa forma, suas especificidades não podem ser generalizadas para o universo da população carcerária brasileira, tendo que ser considerados os resultados apresentados como um estudo de caso. Na parte final do capítulo busco analisar esses dados à luz da pesquisa qualitativa de campo que englobou entrevistas tanto com as populações das penitenciárias femininas, quanto uma pesquisa com homens e mulheres atuantes ou ex-atuantes nas redes de comercialização de drogas ilegais (rede de empreendedores de bocas e empreendedores autônomos).

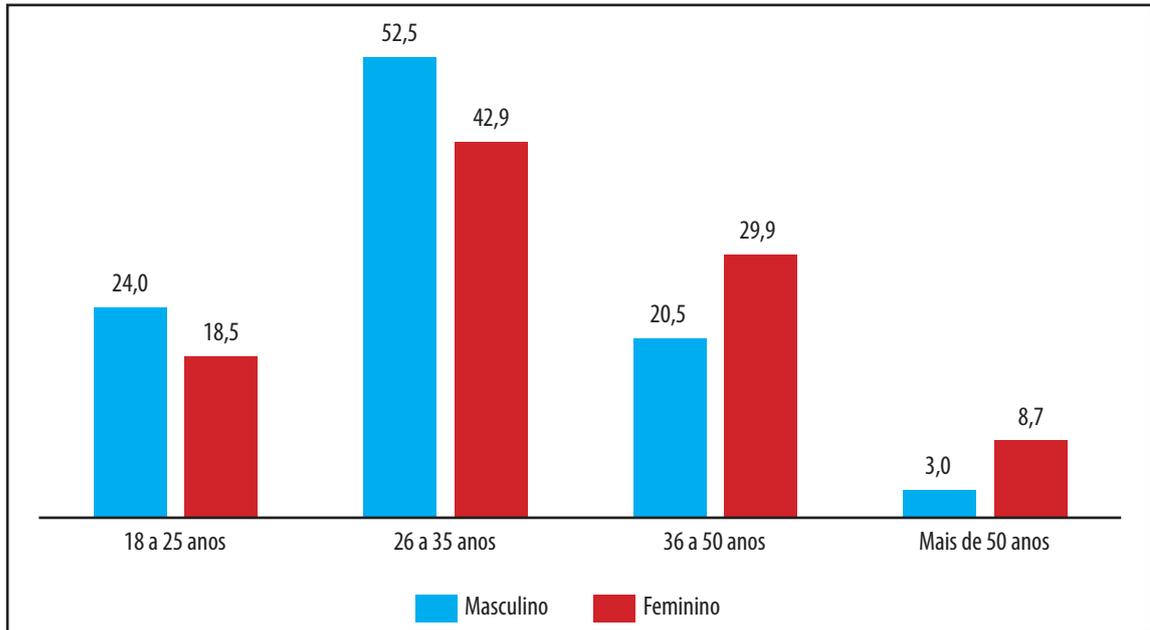
3.3 MAPEANDO AS DIFERENÇAS: ANÁLISE DE DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DAS PENITENCIÁRIAS ESTEVÃO PINTO, JOSÉ GONÇALVES ABRANCHES E JOSÉ MARIA ALCKMIN

3.3.1 *Dados sobre a população carcerária pesquisada*

Os dados descritivos da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin são apresentados na Figura 1. Estes dados foram elaborados com base nas informações fornecidas pela Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas – Diretoria de Gestão da Informação Penitenciária – Núcleo de Informações/Armazém de Dados do InfoPen e são referentes ao ano de 2013. Todos os demais dados elaborados ao longo desse capítulo, sobre as referidas penitenciárias, tiveram como fonte a mesma base de dados.

Os gráficos sobre a população do universo pesquisado indicam que, em 2013, essa população era composta por 1.821 pessoas, predominantemente masculina (79,8%), estando a metade (50,6%) na faixa etária entre 26 a 35 anos. No caso das mulheres, elas estão em menor proporção no estrato mais jovem, entre 18 a 25 anos (18, 5% de mulheres e 24% de homens), sendo a maior concentração percentual da população feminina nessa faixa etária – 49,2%. Elas superam percentualmente os homens na faixa entre os 36 a 50 anos (29,9% e 20,5% respectivamente) e de forma mais expressiva para os que estão acima dos 50 anos (3% de homens e 8,7% de mulheres).

Figura 1 – Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, por sexo e faixa



Fonte: A própria autora.

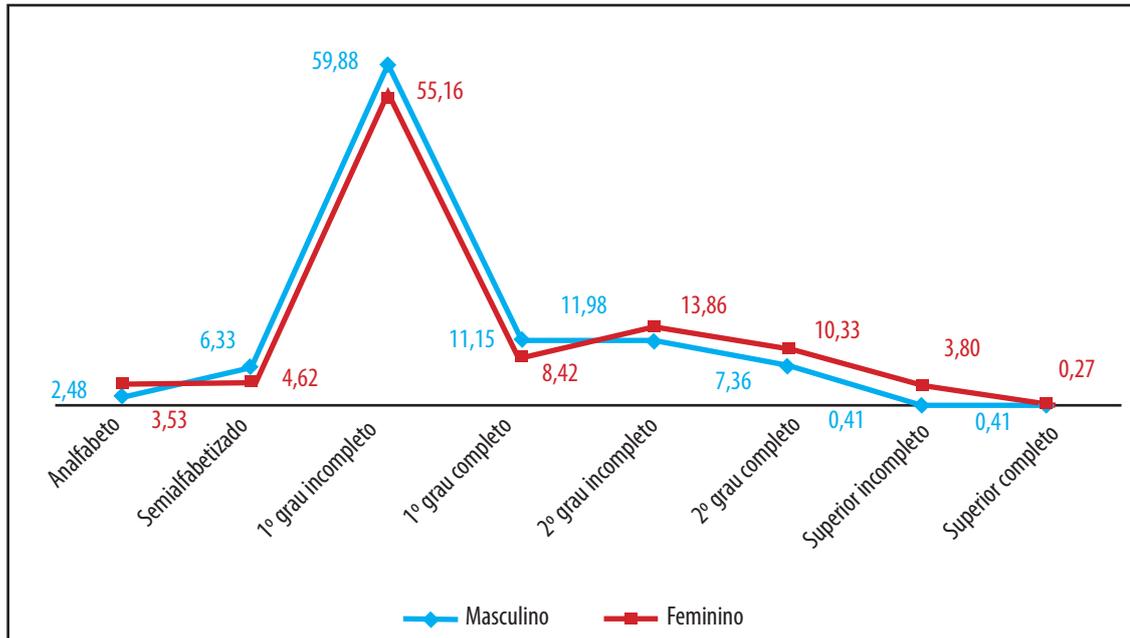
Em termos de escolaridade, a Figura 2 demonstra a distribuição por sexo e escolaridade. No universo analisado, somando-se os analfabetos, semi-analfabetos e os que apresentam escolaridade até o nível do ensino fundamental incompleto, temos 67,3 dos encarcerados. Considerando a distribuição por sexo, a população feminina apresentou percentual de 63,3% e para os homens esse percentual é de 68,9%. As discrepâncias entre os níveis de escolaridade se acentuam nos níveis mais altos, quando se observa o ensino médio completo/incompleto, com proporções de 24,19% para as mulheres e 7,77% para os homens. O ensino superior incompleto/completo é verificado em 4% das mulheres e menos de 1% nos homens.

Na população observada predominam os indivíduos solteiros (65,9%) e os que vivem em concubinato (22,7%), sendo este percentual relativamente maior entre os homens: 24,5% contra 15,5% para as mulheres. Entre os divorciados (2,3%) e os viúvos (0,8%) predominam as mulheres (5,2% de divorciadas e 2,7% de viúvas) sendo que em relação aos homens, estes percentuais são de 1,6% e 0,3% respectivamente (Fig. 3). Os dados sobre profissão, para os homens não foram informados e para as mulheres apresentaram grande dispersão, estando esses dados disponíveis no Anexo 1. Os dados sobre cor, também, não constavam desse banco de dados.⁸

Uma vez que é recorrente na literatura uma referência ao tráfico e sua relação com a criminalidade violenta, os dados sobre enquadramentos foram divididos entre a Lei de Tóxi-

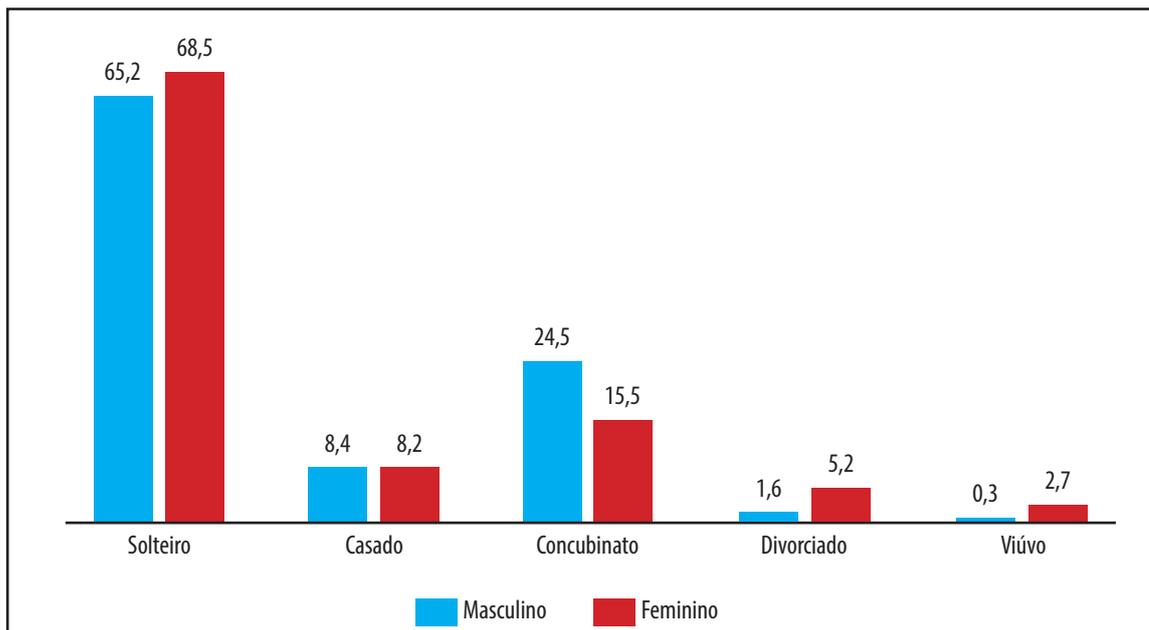
⁸ Tomando como referência os dados do InfoPen para o estado em 2011, essa população era composta por 24,6% brancos, 16,5% negros e 38,4% pardos. Os demais não foram informados.

Figura 2 – Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, por sexo e escolaridade



Fonte: A própria autora.

Figura 3 – Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches Gonçalves e José Maria Alckmin, por sexo e estado civil



Fonte: A própria autora.

cos (11.343/2006), enquadramentos em crimes violentos e não violentos, conforme pode ser observado na Tabela 6. É importante observar que um indivíduo pode apresentar mais de um enquadramento. Foram classificados como crimes violentos os enquadramentos em Homicídio, lesão/agressão, roubo, crime tentado/consumado, privação de liberdade, constrangimento sexual, sequestro, crime de tortura e de genocídio.

Tabela 6 – Número de enquadramentos, por crime, da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin

Crimes	Número de enquadramentos			Distribuição percentual		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Tóxicos	1.714	1.142	572	26,1	21,2	48,1
Crimes violentos	2.612	2.342	270	39,8	43,5	22,7
Homicídio	540	462	78	8,2	8,6	6,6
Lesão/agressão	29	18	11	0,4	0,3	0,9
Crime tentado/consumado	324	287	37	4,9	5,3	3,1
Roubo 157	1.633	1.492	141	24,9	27,7	11,9
Privação de liberdade 148	4	4	0	0,1	0,1	0,0
Constrangimento sexual	58	56	2	0,9	1,0	0,2
Sequestro 159	21	21	0	0,3	0,4	0,0
Crime de tortura	2	2	0	0,0	0,0	0,0
Crime de genocídio	1	0	1	0,0	0,0	0,1
Crimes não violentos	2.241	1.895	346	34,1	35,2	29,1
Total	6.567	5.379	1.188	100,0	100,0	100,0

Fonte: A própria autora.

Conforme demonstrado pelos dados, os enquadramentos na Lei de Tóxicos totalizam 26,1% dos enquadramentos (1.714 ocorrências), distribuídos entre 26% dos homens (1.142 indivíduos) que possuem algum enquadramento nesta lei; e 48,1% de mulheres (572). Já os crimes violentos representam 39,8% dos enquadramentos (2.612), nos quais predominam os homens (44,5%) com pelo menos um enquadramento e 22,7% de mulheres. O enquadramento de maior destaque é o roubo (24,9%), sendo 27,7% homens com esse tipo de enquadramento e 11,9% mulheres. Os crimes não violentos (34,1) são distribuídos, também, por superioridade dos homens com pelo menos um enquadramento (35,2) e o percentual de 29,1 relativo às mulheres.

A Tabela 7, apresenta um cruzamento específico entre tráfico, crimes violentos e não violentos. De um total de 1.821 casos, 51,7% possuem algum enquadramento em tráfico. No entanto, os dados parecem revelar que um dos mitos relativos às relações diretas entre crimes violentos e tráfico talvez tenha que ser rediscutido. Dos 1.150 casos com pelo menos um enquadramento em crimes violentos, apenas 26,9%, também, possuem enquadramento em tráfico. Já dos 671, sem quaisquer enquadramentos em crimes violentos, 94,2% possuem algum enquadramento em tráfico. Assim, os dados sugerem que, para a população carcerária das três penitenciárias em estudo, parece não haver associação entre tráfico e crime violento.

Tabela 7 – Distribuição da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin segundo enquadramento em tráfico, por enquadramento em crimes violentos

Enquadramento em tráfico	Enquadramento em crimes violentos*				Total	
	Não		Sim		N	%
	N	%	N	%		
Não	39	5,8	841	73,1	880	48,3
Sim	632	94,2	309	26,9	941	51,7
Total	671	100	1.150	100	1.821	100

Fonte: A própria autora.

Na Tabela 8, são apresentados os números de enquadramentos por artigos na Lei de Tóxicos. As diferenças observadas são significativas. O artigo 33, relativo à comercialização de drogas totaliza 9% de enquadramentos, sendo marcante a diferença entre os homens (11,7%) e as mulheres (3,8%). Se, para o artigo 33, parágrafo I, Inciso I, comercialização de insumos, diferencia-se pouco os homens (57,8%) das mulheres (53%), a diferença é, no entanto, bastante significativa para os enquadramentos no Artigo 35, crime de Associação (16%), em que as mulheres (22%) superam, em muito, os homens (13%) indiciados por este artigo. O crime de Aliciamento (menores, adolescentes etc.) com 7,8% do total de enquadramentos, também apresenta significativa diferença entre homens (8,4%) e mulheres (3,6%). Finalmente, destaca-se o enquadramento pela prática do tráfico em locais de interesse público, no qual o percentual de mulheres é cerca de duas vezes maior do que o dos homens.

Tabela 8 – Número de enquadramentos, por artigo da Lei de Tóxicos*, da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin

Artigos	Número de enquadramentos			Distribuição percentual		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
33 Adquire/guarda/transporta/vende	156	134	22	9,1	11,7	3,8
40 Inc VI Aliciamento menor	134	96	38	7,8	8,4	6,6
35 Associação	274	148	126	16,0	13,0	22,0
40 Par Caput Aumento de pena	1	0	0	0,1	0,0	0,0
37 Colaborador	11	5	6	0,6	0,4	1,0
40 Inc IV Constrangimento com uso de violência	19	10	9	1,1	0,9	1,6
33 Par I Inciso II Cultiva	2	1	1	0,1	0,1	0,2
40 Inc II Educador/parente/agente de segurança	2	1	1	0,1	0,1	0,2
36 Financiador	1	0	1	0,1	0,0	0,2
33 Par I Inciso I Importa/exporta/fabrica/vende insumos	962	659	303	56,1	57,8	53,0
40 Inc IV Interestadual	37	17	20	2,2	1,5	3,5
40 Localidade de interesse público	69	33	36	4,0	2,9	6,3
45 Par Caput Isenção por dependência	1	1	0	0,1	0,1	0,0
42 Caráter dado pelo juiz	2	2	0	0,1	0,2	0,0
46 Redução de pena	36	29	7	2,1	2,5	1,2
40 Inc I Caráter transnacional	7	5	2	0,4	0,4	0,3
Total	1.714	1.141	572	100,0	100,0	100,0

Fonte: A própria autora.

* Lei 11.343/2006.

Com a intenção de confirmar as diferenças de sexo que os dados descritivos demonstraram, foram realizados dois tipos de testes estatísticos: o teste do Qui-quadrado e uma análise de regressão logística. Tanto a técnica do Qui-quadrado quanto a regressão logística, analisam a relação entre variáveis. Isto significa testar hipóteses de um ponto de vista estatístico.

3.4 APLICAÇÃO DE TESTE QUI-QUADRADO

O Teste de Independência Qui-quadrado é aquele que verifica a hipótese de independência entre variáveis categóricas, quer dizer, a possibilidade de não haver associação entre elas. A relação

que se pretende analisar é entre duas variáveis qualitativas (categóricas), sendo que uma delas (um tipo de crime, por exemplo) divide os casos em dois grupos ou duas subamostras (sexo, por exemplo). A ideia é verificar se existe diferença na distribuição de frequência de uma variável, entre os grupos descritos, pela outra variável. No caso aqui analisado, buscou-se verificar se há diferença na distribuição dos enquadramentos em um tipo específico de crime entre homens e mulheres. A pergunta que norteou o teste foi: as variáveis são realmente independentes? E as diferenças nas frequências observadas na amostra são dadas pela aleatoriedade amostral?

Na Tabela 9 são apresentados os valores-p para a significância estatística do Teste Qui-quadrado aplicado ao cruzamento entre o sexo do encarcerado e o enquadramento em cada um dos crimes. É necessário destacar que foram considerados apenas os crimes mais frequentes, em mais de 5% dos casos, fato que eliminou alguns crimes violentos, tais como a privação de liberdade, o constrangimento sexual, o sequestro, o crime de tortura e o crime de genocídio.

Tabela 9 – Número de indivíduos, proporção por sexo e significância para Teste do Qui-quadrado para crimes mais frequentes da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin

Crimes	Indivíduos		% de enquadrados por sexo		
	N	%	Masculino	Feminino	Valor-p
Tráfico	941	51,7	46,9	70,4	> 0,001*
Crimes violentos	1.150	63,2	69,9	36,7	> 0,001*
Homicídio	303	16,3	18,0	11,4	0,003*
Crime tentado/consumado	318	17,5	19,4	9,8	> 0,001*
Roubo	874	48,0	54,2	23,4	> 0,001*
Outros crimes	1.037	56,9	59,7	45,9	> 0,001*
Furto	259	14,2	14,5	13,3	0,577
Falsificação	213	11,7	11,7	11,7	0,994
Agravantes de penas	235	12,9	13,4	11,1	0,259
Atenuantes de penas	242	13,3	14,6	8,2	0,001*
Crimes continuados	365	20,0	21,4	14,7	0,004*
Estatuto do armamento	214	11,8	13,3	5,7	> 0,001*
Total população carcerária	1.821	100,0	79,8	20,2	—

Fonte: A própria autora.

* Significante a 1%.

Os dados da Tabela 9 confirmam uma tradição na literatura sobre gênero e crime, sobre a existência de associações por sexo em relação aos crimes violentos. Nos crimes violentos especificados, a diferença média de proporção é de cerca de duas vezes mais enquadramentos entre os homens do que entre as mulheres. Destaca-se o enquadramento Roubo, cuja diferença por sexo é de 2,3. Para os demais crimes as proporções se equiparam (diferença média 1,3), exceto para os crimes continuados e o Estatuto do Armamento, sendo que neste último, tal qual no roubo, a proporção de enquadramento por sexo é de 2,3 homens para cada mulher.⁹

⁹ Ainda que neste enquadramento (Lei 10.826) estejam contemplados, dentre outros artigos, possuir ou manter sob guarda arma de fogo, acessório ou munição em desacordo com determinação legal (Art. 12); Disparar arma de fogo

A diferença nos atenuantes (14,6% para homens contra 8,2% para as mulheres), também deve ser destacada, no sentido de que esse enquadramento implica, em geral, a colaboração com a justiça e/ou as confissões. O que mais escutei em campo foi que as mulheres “seguram o BO”, ou seja, não confessam os verdadeiros autores, assumem para si um crime, seja para proteger os companheiros, namorados e filhos ou quando são induzidas a isso para se protegerem. Em campo não encontrei nenhuma referência a esse comportamento para os homens, ainda que a proporção deles para os atenuantes seja maior. Esse dado necessitaria de uma investigação específica para que assertivas mais apropriadas possam ser esboçadas.

Na Tabela 10 são apresentados os testes para os enquadramentos mais frequentes nos artigos da Lei de Tóxicos (Lei 11.343/2006 e Lei 6.368/1976). Nesta Tabela, também temos a descrição do número de indivíduos e respectivos percentuais por enquadramento. Como um mesmo indivíduo pode ter enquadramentos em mais de um tipo de crime, e derivação de artigos em uma lei, então a soma da coluna não corresponde ao total de presos. Por exemplo, o Artigo 33, na sua derivação do enquadramento de matéria prima e insumos,¹⁰ agrupa 46% dos 1.821 indivíduos que compõem a população carcerária total. Entre homens, que são 1.453 casos, o percentual é menor, de 40,7%. Entre mulheres, que somam 368 pessoas, a proporção é de 67,1%. Note-se que, em termos absolutos, o número de homens que estão enquadrados nesse artigo é maior, mas em termos relativos são as mulheres que praticam mais, ou estão sendo mais enquadradas nas punições relativas a esse crime. E é nos valores relativos que o teste se baseia. Os artigos menos frequentes foram agregados em uma única categoria, denominada “diversos”.

Os dados também revelam outras especificidades em que a dimensão de gênero sugere ter maior implicação. Destacam-se o crime de Associação ao Tráfico¹¹ em que o percentual de mulheres enquadradas é três vezes maior do que o dos homens; o artigo 40, Inciso III, relativo à infração cometida nas dependências ou imediações de áreas aqui nomeadas como de interesse

ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela (Art. 15); Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar ou remeter (Art. 16); Vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente (Art. 16 Parágrafo único inciso 5); Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização legal (Art. 18).

¹⁰ Art. 33: Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” e Parag. I, Inc. I: importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas.

Para os resultados aqui apresentados referentes ao Artigo foram contabilizados os parágrafos 1 e os incisos I e II, bem como o Artigo 12, e respectivos incisos de enquadramento correspondentes à antiga Lei de Tóxicos 6.368/1976. Essa correspondência, na medida da sua adequação, foi feita para todos os demais Artigos.

¹¹ Art. 35: Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos Artigos 33, § 1º, e 34.

Tabela 10 – Número de indivíduos por Artigos da Lei de Tóxicos, proporção por sexo e significância para Teste do Qui-quadrado da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin

Crimes	Indivíduos		% de enquadrados por sexo		
	N	%	Masculino	Feminino	Valor-p
Adquirir/guardar/transportar/vender	148	8,1	8,9	5,2	0,020*
Aliciamento	132	7,2	6,5	10,1	0,020*
Associação	269	14,8	10,1	33,2	>0,001*
Importar/exportar/fabricar insumo...*	838	46,0	40,7	67,1	>0,001*
Localidade de interesse público	69	3,8	2,3	9,8	>0,001*
Interestadual, transnacionalidade	43	2,4	1,5	5,7	>0,001*
Diversos	110	6,0	6,2	5,4	0,585
Total população carcerária	1.821	100,0	79,8	20,2	—

Fonte: A própria autora.

*Significante a 1%.

público (tais como estabelecimentos prisionais)¹² em que o percentual de mulheres é quatro vezes maior do que o enquadramento de homens e o tráfico Interestadual e Transnacional, com proporção de mulheres cinco vezes maior. Deve-se destacar também que o teste foi estatisticamente significativo para todos os cruzamentos, exceto “diversos”. Mas como as mulheres têm proporções maiores em todos os demais (a não ser no Art. 33), este fato pode estar relacionado à proporção de mulheres enquadradas em tráfico, de maneira geral.

As relações fornecidas sobre sexo e crime fornecidas pelo teste do qui-quadrado especificaram as diferenças na distribuição dos enquadramentos entre homens e mulheres. No entanto, não permitem afirmar se o fato de ser homem ou mulher determina o enquadramento no crime em questão. Para tanto foi preciso lançar mão da regressão logística.

3.5 APLICAÇÃO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINOMIAL

Existem vários tipos de regressão. O que caracteriza a regressão logística é o fato de gerar uma função que explica a relação de uma variável qualitativa com outras variáveis, chamadas de explicativas. Ou seja, verifica-se a influência de uma variável no comportamento de outra. Nos modelos que serão apresentados, a seguir, os resultados buscados foram sobre a relação estabelecida entre o enquadramento em um tipo específico de crime, em função de determinadas características do encarcerado. Isto é, quais atributos individuais (sexo, faixa etária, por exemplo) influenciam o enquadramento em questão.

¹² Art. 40: As penas previstas nos Artigos 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: III – A infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos.

É importante destacar que este tipo de influência entre variáveis estabelece relações de causalidade. Os termos em que se estabelecem essas relações são dados em função das probabilidades, a chance de um indivíduo selecionado aleatoriamente possuir um enquadramento no crime em função das características pessoais selecionadas. No caso da variável sexo por exemplo, qual a probabilidade (a chance) de uma mulher, selecionada aleatoriamente, possuir o enquadramento em um tipo de crime qualquer.

Tendo em vista as possíveis associações entre tipo de crime e sexo, buscou-se investigar (i) em que medida o enquadramento em tráfico, em crimes violentos e em crimes não violentos se relaciona com sexo, idade, escolaridade e tipos de crime; e (ii) em que medida o enquadramento em cada artigo da Lei de Tóxicos se relaciona com sexo, idade, escolaridade e tipo de crime.

Os modelos de 1 a 3 têm como unidade analítica toda a amostra dos 1.821 encarcerados das penitenciárias estudadas. Já nos modelos de 4 a 9, apenas os 941 enquadrados nos artigos em tráfico. Nos primeiros modelos, 1 a 3, analisou-se a chance de enquadramento em tráfico, crimes violentos e crimes não violentos, respectivamente. Nos demais, 4 a 9, a chance de enquadramento em cada um dos artigos da Lei de Tóxicos. O Quadro 1, descreve as variáveis explicativas (x_1, x_2, \dots, x_n) que foram testadas em cada modelo. As Tabelas 5 e 6 apresentam os resultados das regressões somente com as variáveis explicativas que tiveram significância estatística. Em todos os modelos testados entraram as variáveis sexo, faixa etária e escolaridade.

Quadro 1 – Variáveis testadas por modelo

Variáveis	Modelo 1 y = tráfico N = 1.821	Modelos 2 e 3 y = crimes violentos e não violentos N = 1.821	Modelos 4 a 9 Y = artigos da lei de tóxicos N = 941
Sexo	X	X	X
Faixa etária	X	X	X
Escolaridade	X	X	X
Homicídio*	X		X
Tentado/consumado*	X		X
Furto*	X		X
Roubo*	X		X
Falsificação*	X		X
Agravantes*	X		X
Atenuantes*	X		X
Crime continuado*	X		X
Estatuto do armamento*	X		X
Artigo 33: Adquirir, guardar, transportar, vender....		X	X
Artigo 40 Inc VI: Aliciamento		X	X
Artigo 35: Associação ao tráfico		X	X
Artigo 33 Parag, I Inciso I: Importar, exportar, fabricar insumo...		X	X
Artigo 40 Inc III: Localidade de interesse público		X	X
Artigo 40 Inciso I ou V: Interestadual e Transnacionalidade		X	X
Outros artigos da Lei de Tóxicos		X	X

* Crimes mais frequentes, em mais de 5% do total de casos.

Como já observado anteriormente, 70,4% das mulheres possuem pelo menos um enquadramento em tráfico enquanto que entre homens esse percentual é de 46,9%. Essa diferença geral pode estar explicando as diferenças por enquadramentos. Mas também pode significar que não necessariamente as mulheres têm mais chance de praticá-los. Quando isolamos somente os presos enquadrados em tráfico e controlamos por outras variáveis, é possível ver a chance real. Foi o que fizemos com as regressões e estas mostraram que a chance de mulher estar enquadrada só é significativa para o crime de Associação e Localidade de interesse público.

Os resultados, modelo a modelo, devem ser observados como um conjunto de chances de enquadramento em um determinado crime, controlando-se todas as demais variáveis. Assim, na Tabela 11, no Modelo 1, testou-se a chance de enquadramento em tráfico (todos os artigos destacados no Quadro 1). Os dados revelam que as variáveis de incremento são o sexo – mulher, que aumenta as chances em 44,2% e os agravantes que aumentam em 62,7%; já os enquadramentos em crimes violentos diminuem significativamente as chances de enquadramento, nos casos do Homicídio e o Roubo (92,6% e 91,9%, respectivamente).

Tabela 11 – Regressão Logística Binomial para chance de enquadramento em tráfico, crimes violentos e crimes não violentos da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin (N = 1.821)

	β	Erro Padrão	Valor-p	β (Exp.)	RC em %
Modelo 1 – Chance de enquadramento em tráfico (R2 = 0,448)					
Sexo (REF = Feminino)	0,366	0,159	0,021	1,442	44,2
Homicídio	-2,600	0,178	0,000	0,074	92,6
Roubo	-2,509	0,137	0,000	0,081	91,9
Agravantes	0,487	0,170	0,004	1,627	62,7
Crime continuado	-0,825	0,153	0,000	0,438	56,2
Estatuto do Armamento	1,093	0,198	0,000	2,982	198,2
Intercepto	1,662	0,119	0,000	5,268	
Modelo 2 – Chance de enquadramento em crimes violentos (R2 = 0,636)					
Sexo (REF = Feminino)	-1,233	0,186	0,000	0,292	70,8
Faixa etária	0,310	0,094	0,001	1,364	36,4
Escolaridade	-0,261	0,062	0,000	0,770	23,0
Associação	-1,283	0,218	0,000	0,277	72,3
Importar, exportar, fabricar insumos...	-3,606	0,171	0,000	0,027	97,3
Localidade de interesse público	0,996	0,307	0,001	2,707	170,7
Interestadual/transnacional	-1,460	0,631	0,021	0,232	76,8
Demais artigos de tráfico	-0,969	0,283	0,001	0,379	62,1
Intercepto	3,474	0,342	0,000	32,267	
Modelo 3 – Chance de enquadramento em crimes não violentos (R2 = 0,118)					
Sexo (REF = Feminino)	-0,343	0,127	0,007	0,710	29,0
Faixa etária	0,256	0,065	0,000	1,292	29,2
Escolaridade	-0,091	0,041	0,028	0,913	8,7
Importar, exportar, fabricar insumos...	-0,984	0,103	0,000	0,374	62,6
Interestadual/transnacionalidade	-0,706	0,349	0,043	0,494	50,6
Demais artigos de tráfico	1,235	0,233	0,000	3,440	244,0
Intercepto	0,556	0,215	0,010	1,744	

Fonte: A própria autora.

REF = Categoria de referência.

No Modelo 2 testou-se a chance de enquadramento em crimes violentos. O teste revelou que nesse enquadramento as chances são aumentadas em 170,7% pela prática do tráfico em Áreas de Interesse Público, mas têm chances diminuídas em 97,3% pelo enquadramento referente a importar, exportar, fabricar, vender insumos e matérias-primas. Também tem as chances diminuídas em 76,8% por Tráfico interestadual/ ou transnacional e tem redução das chances em 72,3%, pelo enquadramento em Associação ao tráfico; nos demais artigos do tráfico a redução é de 62,1%. No que diz respeito à variável sexo – mulher – diminui, em 70,8%, as chances de enquadramentos em crimes violentos.

Como pode ser observado no Modelo 3, tanto para o enquadramento em Crimes Violentos quanto para não-violentos (ainda que com um percentual menor) foi observada a diminuição de chance para a variável sexo – mulher. Isso, obviamente, não significa que elas não afetem as chances de enquadramento em qualquer tipo de crime. No entanto, como o número de mulheres enquadradas em Tráfico é grande, em termos do universo analisado, há um fator de anulação, não das chances de enquadramento em qualquer outro tipo de crime, mas das chances estatisticamente significantes.

Os destaques para os testes de 4 a 9, apresentados na Tabela 12, dizem respeito ao enquadramento no Artigo 33, que foram testadas no Modelo 4. Observa-se que a variável sexo não se apresenta como um preditor de chance, sendo as determinações de chance aumentadas em 162% pelo enquadramento em Furto; o Roubo, que amplia as chances em 109,3% e os enquadramentos em Agravantes, aumento de 119,9%.

No Modelo 5, as chances de enquadramento em Aliciamento são aumentadas em 50% pelo enquadramento em Associação e 30% pela faixa etária (quanto maior, maior a chance). Já o enquadramento no crime de Associação ao tráfico, conforme os dados do Modelo 6, tem suas chances aumentadas pela variável sexo, mulher, em 162,% e uma ampliação de chance de 293,1% para a sua caracterização de Interestadual/ou transnacional. Por outro lado, tem suas chances reduzidas pelos enquadramentos em Homicídio (60,1%), Furto (68,4%), Roubo (69,2%), pelo enquadramento no artigo 33 (61,7%) e no enquadramento de Importação, exportação, fabricação de insumos (61,6%). Já este último enquadramento, testado no Modelo 7, tem, como redutores de chance, os Crimes Violentos, sendo que o enquadramento em Roubo diminui as chances em 83,8% e em Homicídio, que reduz as chances em 79%.

Os dados apresentados no Modelo 8, apontam para o fato de que o enquadramento pela prática do tráfico em Áreas de Interesse Público tem as chances aumentadas pela variável sexo, mulher, em 254%; o Roubo em 135,4%; e o Importar, exportar, fabricar insumos, em 422,4%. Finalmente, no Modelo 9, o enquadramento em caráter Interestadual/Transnacional do tráfico tem as chances aumentadas pela faixa etária, em 96,8% (quanto maior) e 367,3% pelo crime de Associação.

Tabela 12 – Regressão Logística Binomial para chance de enquadramento em tráfico, crimes violentos e crimes não violentos da população carcerária das penitenciárias Estevão Pinto, José Abranches e José Maria Alckmin com pelo menos um enquadramento em Tráfico (N = 941)

	β	Erro Padrão	Valor-p significância estatística	β (Exp.)	Razão de chance RC em %
Modelo 4 – Chance de enquadramento no Art 33: adquirir, guardar, transportar, vender (R2 = 0,457)					
Faixa etária	0,378	0,152	0,013	1,459	45,9
Furto	1,004	0,314	0,001	2,728	172,8
Roubo	0,739	0,256	0,004	2,093	109,3
Agravantes	0,788	0,301	0,009	2,199	119,9
Associação	-1,116	0,334	0,001	0,327	67,3
Importar, exportar, fabricar insumos...	-3,188	0,299	0,000	0,041	95,9
Intercepto	-0,260	0,444	0,559	0,771	
Modelo 5 – Chance de enquadramento no Art 40- Inc VI: aliciamento (R2 = 0,018)					
Faixa Etária	0,264	0,117	0,024	1,303	30,3
Associação	0,406	0,198	0,040	1,501	50,1
Intercepto	-2,504	0,280	0,000	0,082	
Modelo 6 – Chance de enquadramento no Art 35: Associação (R2 = 0,206)					
Sexo (REF = Feminino)	0,957	0,167	0,000	2,604	160,4
Homicídio	-0,918	0,390	0,019	0,399	60,1
Furto	-1,153	0,411	0,005	0,316	68,4
Roubo	-1,176	0,254	0,000	0,308	69,2
Crime continuado	0,649	0,265	0,014	1,914	91,4
Adquirir, guardar, transportar, vender...	-0,960	0,333	0,004	0,383	61,7
Importar, exportar, fabricar insumos....	-0,957	0,361	0,008	0,384	61,6
Interestadual/transnacional	1,369	0,352	0,000	3,931	293,1
Intercepto	-0,036	0,374	0,922	0,964	
Modelo 7 – Chance de enquadramento no Art 33 Par I Inciso I: importar, exportar, fabricar insumo (R2 = 0,513)					
Homicídio	-1,565	0,431	0,000	0,209	79,1
Roubo	-1,817	0,299	0,000	0,162	83,8
Adquirir, guardar, transportar, vender	-3,335	0,310	0,000	0,036	96,4
Associação	-0,928	0,361	0,010	0,395	60,5
Demais artigos de tráfico	-1,688	0,387	0,000	0,185	
Intercepto	4,813	0,355	0,000	123,150	
Modelo 8 – Chance de enquadramento no artigo de localidade de interesse público (0,083)					
Sexo (REF=Feminino)	1,264	0,267	0,000	3,541	254,1
Roubo	0,856	0,298	0,004	2,355	135,5
Importar, exportar, fabricar insumo...	1,653	0,745	0,026	5,224	422,4
Intercepto	-4,807	0,767	0,000	0,008	
Modelo 9 – Chance de enquadramento no artigo de Interestadual e Transnacionalidade (0,173)					
Faixa etária	0,677	0,191	0,000	1,968	96,8
Associação	1,542	0,338	0,000	4,673	367,3
Intercepto	-5,122	0,538	0,000	0,006	

Fonte: A própria autora.

REF = Categoria de referência.

3.6 DIÁLOGO ENTRE OS DADOS

Como pode ser observado, o crime de tráfico é o que predomina como ato que especifica pelo menos um dos motivos do encarceramento na população estudada, com predominância de mulheres com essa tipificação criminal. Não tendo sido estabelecida uma correlação entre tráfico

e crimes violentos, pode-se afirmar que o crime de tráfico é um crime feminino, uma vez que os crimes violentos são masculinos? E por ser o tráfico um crime feminino ele se caracteriza como um tipo de criminalidade específica? E o aumento das taxas de mulheres encarceradas por tráfico poderia ser explicado pela possibilidade de atuação em uma prática criminosa não violenta?

A questão da essência como determinante das práticas criminais é um elemento chave que pretendo trazer para estas questões, discussão a partir da ideia da funcionalidade dos agentes, anteriormente discutida. Retomando a perspectiva de Butler, apresentada em capítulo anterior, no diálogo com Simone de Beauvoir (1949) para quem “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, a crítica de Butler a essa assertiva está baseada no fato do pressuposto sob o qual ela está assentada, ou seja, a ideia da existência de uma essência, mulher, passível de ser alcançada por um processo de agência, o de tornar-se mulher. A leitura da autora é de que o “tornar-se” pressupõe uma substância preexistente ao agente, uma possibilidade de ação sobre a significação, empreendida por um sujeito (uma consciência) que pretende alcançar um sentido cultural, a despeito de ser ou não a sua essência, é corporificada como tal. A tese contestada é dessa ação e liberdade de um ser cuja existência seria anterior ao processo de cultura. Através do processo de ajuste corporal e comportamental, revelado pelos atos cronologicamente demarcados – infância, juventude e velhice – estas etapas seriam supostamente transformadoras desse sujeito em um ser: uma mulher. Hipótese de uma consciência que faz existir um corpo e que torna esse corpo um sentido distinto do ser preexistente, aparentemente indefinido ou não passível de ser verificado. Na perspectiva de autora, essa noção “substancialista” vincularia o ser a um gênero, entendido como um sexo, ao mesmo tempo uma unidade e oposição de sentidos dos corpos, dos desejos e das práticas sexuais.

A perspectiva defendida por Butler nos aponta de volta aos dados e às teorias sobre a diferença de gênero no crime anteriormente apresentadas. Se tomarmos um agente como constituído por uma suposta substância, a essência feminina, por exemplo, para a análise das taxas criminais, elas se tornariam autoexplicativas. A partir dessa composição todos os demais fenômenos incidiriam sobre essa determinação de gênero. A substância feminina (e o seu oposto) assumiria o caráter de uma dimensão explicativa independente da referência de uma prática inserida em uma dinâmica criminal específica: o roubo ou o tráfico, por exemplo. O argumento que aqui se apresenta é de que as dinâmicas que constituem um sentido de crime não são dadas pelas essências dos agentes, mas por um fazer prático que os confronta com os limites legais e morais. O crime não se restringe a uma transgressão. São disputas que põem em curso as significações convergentes ou dissonantes de experiências, de moralidades e de sentidos de gênero também. É um fazer específico e múltiplo de atos significantes, que inclui a dimensão institucional legal (que tipifica e enquadra uma prática como crime), as desigualdades e hegemonias, mas não se

esgota nesses limites. É uma especificidade de sentidos através dos quais a diferença de gênero – posições e práticas – é constituída e pode ser entendida.

Ainda que a discussão de Butler (1987, 2012) tenha uma relação direta com sexualidade, a problematização sobre a essência de gênero que a autora faz permite estabelecer alguns pontos em comum com a proposição de Brah Avtar (2006), qual seja, o da constituição da diferença como um processo de significação cuja estruturação de elementos apresenta bases cruzadas e não derivadas de uma única matriz, por exemplo, gênero, classe ou raça. A proposição da diferença como categoria analítica, trazida por Avtar, guarda alguma semelhança com a perspectiva de Bourdieu (2007), ao indicar a sua inscrição na experiência, na subjetividade e na identidade dos sujeitos, evidenciando-se como lógica que caracteriza o mundo como espaço da diferença, particularizando, internamente, os indivíduos na especificidade da sua distinção como pertencentes a esse mundo. Entendida tanto como processo de afirmação de uma desigualdade quanto de diversidade, a diferença como significação é estabelecida através das constantes disputas, travadas em torno da hegemonia dos seus sentidos, a despeito da assimetria de poder dos agentes, que esse embate aciona. Os fundamentos políticos da diferença evidenciam-se na obliteração de um sentido (relativamente hegemônico), que cria uma categoria de diferenciação social (racialização), um sujeito político (SCOTT, 2005; AVTAR, 2006), atrelado às práticas, a significados relativos aos seus atributos (adquiridos ou herdados), às condições sociais, materiais e simbólicas do seu estar no mundo, transpostos para o seu ser no mundo.

Essa diferença tem, nas condicionalidades ou contingências de participação, um elemento importante em termos da correlação entre os dados sobre o enquadramento por Associação ao Tráfico, gênero e classe. Como já afirmado anteriormente, as portas de entrada para as conexões, independentemente do gênero, nas redes pesquisadas, teve como fator preponderante os relacionamentos afetivos, familiares, das redes de sociabilidade. Esse fator relativiza a diferença de gênero deslocando-a para as práticas tipificadoras das redes e, portanto, das distintas formas de participação dos agentes. Nesse sentido, a tipologia das redes, que lhes configura como uma dinâmica específica é definidora das formas de participação e eventuais parcerias estabelecidas entre homens e mulheres para a comercialização. Esse fato leva a um contraponto com as redes de classe média, estudadas por Wilson (1993) e citadas por Cunha (2002) em que a oportunidade aberta para as mulheres foi relacionada ao fator do lastro feminino com o domínio doméstico, que se apresenta como um ambiente facilitador para uma participação associada a uma figura masculina. “Uma casa, um telefone, proporcionariam uma retaguarda especialmente adequada para a condução dos negócios, por parte dos voláteis traficantes masculinos, a quem, assim, elas seriam mais facilmente associáveis nos empreendimentos ilegais” (CUNHA, 2002, p. 152).

De forma distinta dos achados de Wilson (1993), as mulheres das redes de classe média pesquisadas, uma rede de empreendedores autônomos, essa situação não foi observada. Primeiramente porque as mulheres que atuam nessas redes não estabelecem uma associação com um homem para a formação das suas próprias conexões. Estas são configuradas por um conjunto de situações e valores que vão sendo conjugados com um pertencimento de classe e paridade de uso de uma droga. Essas variáveis entrecruzadas atuam com fatores que franqueiam ou não a atividade de uma mulher, mas não condicionam a sua autonomia para empreender individualmente o seu negócio. Com os homens elas estabelecem transações comerciais e, na figura deles como clientes ou fornecedoras para revenda, o inverso também é verificado, embora não sob o controle deles. Quando o produto de um de empreendedor em uma rede está escasso, em um formato relativamente semelhante dos dispositivos vicinais de entreajuda, encontrados no estudo de Cunha (2002), há uma inversão de papéis entre cliente e fornecedor. Entre parceiros, eles fornecem “uma presença”, categoria êmica típica desses mercados.¹³

No âmbito de uma rede de empreendedores autônomos não há disputas por lideranças, uma vez que o agente que comercializa é uma referência para a rede específica de conexões da qual ele faz parte. Sua dinâmica realiza-se em um território que é privado e cuja inviolabilidade é garantida por um Estado que se apresenta – na figura dos serviços, na infraestrutura, no acesso à justiça, no direito à segurança, dentre outras formas – de maneira ostensiva e protetora nos territórios em que a “rede de empreendedores”, geralmente, atua (SENA; SAPORI, 2013, p. 15). O trânsito por ambientes de conexão em que a violência ocorre é uma situação possível, ainda que nesta pesquisa, não tenha havido nenhum relato de algum tipo de enfrentamento.

A estabilidade das redes de empreendedores autônomos, em termos da ausência de práticas violentas, franqueia a presença feminina, sem a condicionalidade de um relacionamento afetivo ou associado a um homem; isso se deve ao fato de que as mulheres, raramente se relacionam diretamente com as redes de distribuição. É a figura de outro empreendedor autônomo que faz este tipo de conexão. No âmbito da pesquisa, foi identificada somente uma empreendedora autônoma cuja relação com as conexões distribuidoras é uma prática a que ela se dedica desde os anos de 1980 (além do seu próprio comércio na área de móveis). No entanto, ela se recusou a participar da pesquisa. Assim, nesta tipificação de rede são os homens que atuam nessa seara, tornando-se para as mulheres, na sua rede de empreendedores, um “seguro” hiperlink que atua como fornecedor.

¹³ Oferecer uma “presença” significa oferecer graciosamente um montante de droga a um parceiro ou amigo. Esse montante pode variar em termos de uma pequena quantidade de droga para uso imediato ou mais do que isso, sendo as negociações de pagamento especificadas entre os pares que realizam essas trocas.

Eu tenho um canal, vem de longe. O segundo contato é o que eu tenho. Esse contato aqui é que chega ao primeiro contato de lá. Se eu quisesse ter uma arma eu teria, ele já me ofereceu. Mas não vale a pena. E eu não preciso, nunca precisei. E quando você tem filho, muda a sua forma de pensar. Há 17 anos eu não tinha medo de nada. Agora não! (Bob, rede de empreendedores autônomos)

O vapor é ele, ele é quem tem e distribui. Pego por R\$ 50,00 com ele e me beneficio porque eu vendo por R\$ 75,00. Vendo pra ele e faço o meu. Mas é ele quem faz o negócio. Ele é o verdadeiro comerciante. Mas eu sou uma amiga, a amiga de um fornecedor. Esse é o meu papel. Nem que seja pra presentear. (Carol, rede de empreendedores autônomos)

Outro contraponto com o estudo de Wilson (1993) é que nas redes de empreendedores autônomos, tanto para homens como para mulheres, o espaço doméstico, cuja localização socioespacial não é estigmatizada, pode realizar-se como um lugar para transações [mas não somente ali se realizam], uma vez que o trânsito de clientes se confunde com o trânsito de amigos, sendo quase recorrente que um cliente seja, em geral, um amigo. No caso das empreendedoras pesquisadas, elas exerciam atividades no mercado de trabalho, ainda que as ocupações exercidas se inscrevessem entre o mercado informal ou autônomo. Enfim, não são mulheres que estabelecem uma relação clássica de pertencimento e cuidados, relativos ao espaço doméstico.

No caso da rede de empreendedores de boca, o espaço em que a comercialização se estabelece não é o lugar de moradia. No entanto, o espaço doméstico é com frequência visado pelos agentes de segurança para uma busca de flagrantes de um agente já indiciado, estando as mulheres fortemente presentes nesses espaços, quando não são as únicas referências de responsabilidade familiar ali presentes. Dessa forma, relacionar a atuação de uma mulher com produtos que eventualmente possam estar no domicílio (que ela assumirá ou não como seus) ou com uma atuação vinculada à figura de um homem (filho, namorado, companheiro/marido) é uma situação recorrente que leva ao enquadramento por associação ao tráfico. O que não significa que elas não estejam de alguma forma associadas. O fato é que, de forma distinta das redes de empreendedores autônomos, raras são as mulheres que atuam nas redes de bocas de maneira independente da parceria com um homem. A demarcação das diferenças pela ligação com a figura masculina tem no fator segurança, não necessariamente subordinação, uma distinção estruturada pelas diferentes tipologias das redes, permeadas ou não por práticas violentas.

As diferenças de gênero mais significativas que foram observadas na rede de empreendedores relacionavam-se ao núcleo familiar e à participação de seus membros no mercado. Dois dos homens pesquisados eram casados e um morava com a família. As mulheres eram solteiras. Estas, por sua vez, não assumem o caráter de negócio da sua rede, como também, afirmam não incorporar os resultados das transações à sua renda pessoal ou domiciliar. A atividade é entendida como uma forma de isentar o gasto que teriam com o uso que fazem de drogas. Para os homens, no entanto, a comercialização foi abertamente assumida e afirmada como uma renda

complementar às demais atividades exercidas no mercado de trabalho formal, além de, também, isentá-los dos gastos com o consumo de droga. Para ambos, essa atividade caracteriza-se como individual e, mais do que um negócio, uma “uma ação, interessada, entre amigos”.

Eu tenho um grupo seletivo de amigos, de pessoas, basicamente trabalho com eles. Você é quem faz a sua própria rede. Ninguém vai à minha casa procurar por isso, no bairro são três amigos no máximo. Eu não trabalho no bairro, não tem entra e sai na minha casa, eu faço ação entre amigos. Tem amigo que vai almoçar e sei o que ele quer. É uma forma de tirar o gasto que eu tenho com o meu uso. Mas é claro, é uma renda também! (Fred, rede de empreendedores autônomos)

Eu não tenho espírito de vendedor. Qual é o meu benefício da venda? Eu não quero fazer dinheiro nisso, mas receber mil pessoas e não receber nada, eu não sou tão tola né! (Carol, rede de empreendedores autônomos)

É porque fica mais barato. Quando você pega uma grande quantidade fica mais barato, aí fica mais fácil. No caso como a X, por exemplo, nós trabalhamos na base do “vamos ligar pra ela porque ninguém tem, mas ela tem!”. Mas não é uma coisa pensada não. Acaba que você vai juntando vários amigos, pega uma quantidade maior, fica mais acessível, fica mais fácil. (Tina, rede de empreendedores autônomos)

Há 10 anos eu vivo do meu trabalho, sou representante comercial. Tudo que eu tenho vem do meu trabalho. Mas eu já vivi disso, mas hoje é só uma forma de complementar o orçamento. O dinheiro desse comércio vem e vai fácil! (Bob, rede de empreendedores autônomos)

Na rede de empreendedores de bocas, os negócios se caracterizaram, antes de tudo, como empreendimentos familiares, que englobam a totalidade ou grande parte dos seus membros componentes. Essa extensão refere-se à necessária constituição da confiança, fator tido como passível de ser garantido em decorrência do laço familiar de um agente.¹⁴ A garantia desse recurso torna menos recorrente, ou necessário, o recurso à violência se na composição da rede predominam aqueles em quem se pode confiar, sendo os membros familiares supostos portadores desse atributo. No entanto, se necessário, a violência não está descartada a despeito do nível de parentesco. Nas redes de empreendedores de bocas, essa natureza de associação familiar deve-se a uma intrincada teia de relações, que vão dos responsáveis com as cobranças, passando pela contabilidade até as conexões mais distantes relativas ao fornecimento, distribuição, lavagem de dinheiro, dentre outras práticas em âmbitos geográficos diversos, dos locais aos transnacionais. Durante o trabalho de campo, foi recorrente encontrar entre os encarcerados vários membros da mesma família, tais como filhas, irmãs e mães, noras, cunhadas e sogras. Em muitos casos, foram enquadrados como formação de quadrilha, dada a extensão da natureza familiar que compunha a rede.¹⁵

¹⁴ Esse fator foi muito bem explorado por Sousa (2004, p. 162), para quem “(...) el parentesco y la amistad son los elementos principales de las interrelaciones que mantienen a gran parte del sistema ilícito em funcionamiento”.

¹⁵ Quando dei início ao trabalho de campo nos complexos penitenciários o caso exemplar desse fato dizia respeito à família de Toni Peixoto, cujos vários parentes femininos chegaram a estar encarceradas juntas. No entanto, não me foi possível acessá-las, uma vez que já não mais se encontravam nessa penitenciária.

No entanto, todas essas marcações da diferença entre as redes ainda não nos esclarece a questão inicial deste capítulo, apresentando alguns exemplos de falas dos participantes da pesquisa sobre a ideia de avanço feminino em alguns campos, inclusive a criminalidade. A percepção dos participantes da pesquisa é de este ser um fenômeno em que se observa, não uma “tomada” pelas mulheres dos lugares masculinos, substituindo-os, mas devido a uma essência [feminina] que, quando aflorada ou canalizada para uma atividade, atua de maneira mais adequada ou eficaz. Inegavelmente, essas falas nos remetem a uma permanência no discurso social da ideia de existência de uma substância feminina. E o que ela pode nos dizer sobre a participação e predominância do encarceramento das mulheres, por tráfico?

No primeiro capítulo a discussão girou em torno da condição de funcionalidade dos agentes como uma verdade prática, ou seja, uma instrumentalização das qualificações para a dinâmica do tráfico. Mas essa funcionalidade não é dada por uma qualidade substantiva, franqueadora da participação, uma vez que ela somente é efetivada na simultaneidade dos atos levados a cabo, que, por sua vez, são relativos às tipificações das redes. No caso das mulheres essa funcionalidade não diz respeito somente ao ato em si, mas a um *a priori* qualificador, derivado da crença de uma essência feminina e suas implicações – cuidado com o outro, apreço pela vida, aversão natural à violência, por ser a geradora da vida, o instinto materno, ser companheira, passível de confiança etc. Essa substância que torna as mulheres naturalmente não relacionadas ao crime constitui o fundamento da sua funcionalidade no tráfico, uma funcionalidade moral.

A funcionalidade moral atua como uma espécie de uso instrumental da suposta essência feminina, uma forma de utilização do modelo clássico da divisão sexual do trabalho em que as práticas efetivadas baseiam-se na afirmação da competência da mulher, devido a um significante social de gênero que possui. As tarefas constituídas como próprias das mulheres são o trabalho reprodutivo, o trabalho doméstico, ou atividades que, supostamente, exigem as qualidades que lhes são intrínsecas. É o histórico “equilíbrio desigual”, em que certos valores e status são incorporados como valores de troca, de determinadas atividades, definidos pelo gênero.

Ainda que em disputa, esse significante é operacionalizado no tráfico através de uma forma particular de acionar a divisão social do trabalho, em que a atuação de um agente, pelo gênero que lhe é constituído como um identificador social, desempenha de maneira mais (ou menos) adequada uma atividade para operacionalidade de uma rede. São “tarefas” que outro agente, devido à sua debilidade ou impedimento de realização, também pelo identificador de gênero do qual é portador, não tem competência ou pode abster-se de realizar. Essa proposição nos ajuda a entender um pouco mais alguns lugares “femininos” no tráfico referenciados pelas chances de enquadramentos aumentadas por sexo, para certas práticas, tais como os crimes de Associação,

Locais de Interesse Público, transporte e menos na posição de venda direta. Da mesma forma, a determinação de sexo praticamente exclui as chances de enquadramento em crimes violentos, muito constante na prática dos “acertos”.

É muito comum a mulher estar no comando da equipe de vendas. Porque ela chama menos atenção. Tem um monte de moleque vendendo, ela fica só de longe observando, garantindo que a coisa aconteça tranquilamente. (Daise, 34 anos, advogada)

Essa disputa física isso é uma coisa masculina, é uma coisa masculina e a mulher normalmente é o braço direito do traficante. Ela mais gerencia o negocio, ela tá no negócio. Ela domina, ela ta com parte de contabilidade, aquela fachada aparente de coisa. Pro enfrentamento não! (Policial, Seccional de Homicídios)

A mulher historicamente foi criada pra ser uma figura mais doce, a que cuida da casa, que cuida da prole, que paga a conta. O caçador que sai da casa, sai da caverna pra ir buscar a caça, isso é do homem. Claro que isso é uma construção, mas tem aquela questão: quem é que fica com as crianças, com a prole, a mulher amamenta né? É o homem que sai pra buscar, é o homem que arrisca mais, é o homem que vai atrás mais, é obrigação, entre aspas, desse homem. É lógico que isso hoje tá mudando. A gente vê hoje mulheres que são líderes. Mas você vê no sistema prisional, a maioria das mulheres que tão presas, tão presas porque? Por tráfico. Tráfico de que? Tava levando a droga pro filho na cadeia. Foi pega levando droga pro marido que tá na cadeia, pro marido continuar traficando na cadeia. O marido foi preso e ela continuou dando andamento na administração da boca. (Grego, 39 anos, ex-atuante rede de empreendedores de boca)

Essa espécie de reafirmação da divisão sexual do trabalho não se traduz, somente, por uma condição subjugada ou de menor qualificação da força de trabalho a que uma mulher se submete. O que não exclui as situações de opressão. As mulheres também se afirmam na funcionalidade moral das redes do tráfico, em que atuam de forma favorável para “ela” em termos de abertura para participação e formas de conexão e para a dinâmica de uma rede da qual participa.

Atividades que utilizam o corpo como suporte, tais como, ocultação de armas e drogas, transporte ou atravessamento de uma carga são exemplos típicos de conexão muito própria à invisibilidade criminal das mulheres (e não somente porque a legislação impede a revista feminina por um agente policial masculino). Um dos exemplos recorrentes dessa perspectiva são as prostitutas, cujo corpo tem sido, historicamente, uma mercadoria que atua como valor de troca no mercado social. Ao contrário da perspectiva de Dolores Juliano (2012), para quem a opção feminina pela prostituição passa por uma racionalidade de estratégias alternativas ao delito, a conotação social moralmente negativa que essa atividade carrega, e a sua correlação a um trabalho feminino, torna-se funcionalmente proveitosa no mercado de drogas. Se, socialmente, a moralidade é negativa, essa funcionalidade moral é positiva no tráfico, na medida em que garante certa invisibilidade de uma mulher, pela natural associação à prática da prostituição. Não é invisibilidade no sentido de traduzir um desconhecimento ou menor valor da atividade feminina

no tráfico, antes é moralidade estrategicamente instrumentalizada. É invisibilidade pelo fato de que movimentar-se em uma rede na figura de uma prostituta isenta criminalmente a mulher, pois é “esperado” que ela seja uma prostituta, mas não um “traficante” ou “bandido”.

A mulher é menos visada. Passa sem ser vista. Se uma mulher passa repetidas vezes em uma rodoviária, um lugar qualquer, ou tá pegando carona, eles acham que é uma garota de programa. O homem não! Homem com expressão de homem, que não seja homossexual, logo tem desconfiança. (Sula, presidiária, mula, rede de empreendedores de boca)

A mulher é mais pra buscar os quilo, a polícia não vê a mulher, a polícia vai é fazer fiu-fiu pra ela. (Baby, presidiária, 19 anos, rede de empreendedores de bocas).

Tem pessoas que confiam nas prostitutas, elas são convenientes. Em um assalto com uma mulher bonita, ela não é tão suspeita. Para atravessar só se for uma mulher, se for homem a polícia pula, com mulher é mais difícil. A prostituta viciada presta muito serviço. Vira escrava da pedra. Elas chegam como cliente e começam a construir um laço de amizade. Elas trazem clientes até você e de cada cinco pedras, elas ganham uma. (Maria José, presidiária, rede de empreendedores de boca)

A funcionalidade moral, no seu reverso de uma prática tipicamente feminina, também, adequa-se como uma referência das tarefas e atitudes tidas como próprias dos homens nas redes do tráfico, aquelas que estão associadas ao uso da força física, agressividade ou violência. Como pode ser observado através dos dados quantitativos, a relação entre o enquadramento no tráfico, em que predominam as mulheres, não se correlaciona com o enquadramento em crimes violentos. Mas isso não significa que o tráfico, por predominarem as mulheres nos dados carcerários, não seja uma criminalidade em que o uso da violência é recorrente como prática garantidora das dinâmicas de comercialização e confiança. Mas essa esfera é de pouca atuação das mulheres não porque elas “não se dispõem” ou porque não sejam capazes, mas porque não está na sua funcionalidade moral, restritiva das práticas. Nesse sentido, elas também usufruem estrategicamente da essência não violenta que lhes é imputada. A reiteração dos argumentos colhidos em campo da relação entre a aceitação ou recusa de uma modalidade de prática pelas mulheres foi recorrentemente justificada pela sua derivação essencial, tal qual “isso não era pra mim”, “os menino queria matar e eu pus o garoto pra dentro e não deixei”, eu falei pro meu cunhado e foi ele quem resolveu”, “meu marido era quem cobrava” marca o conceito de funcionalidade moral como uma atualização adequada dos sentidos sociais, legais e culturais arraigados às práticas dos agentes e aos interesses da rede e, portanto, de todos os agentes implicados. Tanto os homens quanto as mulheres ativam uma *performance* de gênero quando se isentam ou se encarregam de alguma atividade em nome de uma essência.

Homem é mais corajoso, se um polícia vem peitar e ele tá armado ele mata o polícia. A mulher dependendo da situação dela, se ela é mãe, se tem uma família, uma mãe que gosta dela, uma avó velhinha, comove ela. É capaz até dela jogar a arma pro lado.

O homem até a mãe dele, se ela caguetar, ele mata. A mulher também, mas é menos. (Lica, rede de empreendedores de boca, 32 anos)

(...) Uma vez que eu fui buscar uma mercadoria, tava embaladinho eu fui com a minha mulher, eu fui pra outras coisas também. Toda vez que eu fui fazer alguma coisa errada e levei uma mulher comigo. Era eu que carregava, ela fica comigo, no caso, pra ser tipo um casal, mas tem muito uso de mulher, tipo meio de escudo, como um casal. (Homero, 27 anos, ex-atuante, rede de empreendedores de bocas)

A gente não vê a mulher fazer isso não, essa coisa da distribuição é muito difícil. Normalmente a parte dela é administrativa mesmo. Meter a mão na droga, quando ela faz isso é porque ela já tá atuando direto, ela já perdeu aquela coisa de fachada e já tá na liderança e ela vai ser uma pessoa extremamente agressiva, que é o caso da X, mas aí ela vai ser mais visada também. (Policial Investigador, Seccional de Homicídios).

No entanto, não se descarta aqui a perspectiva de que a funcionalidade moral se imponha também como uma dimensão de desigualdade e opressão sobre os agentes executores das práticas que necessitam dessa moralidade ocultadora. A propalada “descoberta do valor do trabalho da mulher” para a conexão estabelecida através de uma atividade como a de transporte de drogas (inclusive para locais de interesse público), relaciona-se ao fato de que este tipo de prática, como já apresentada anteriormente, está ligada a um dos movimentos mais vulneráveis de uma estrutura de rede e que tem sido realizada com muita recorrência pelas mulheres, seja pela sua invisibilidade criminal ou pelo fato de sua vulnerabilidade pessoal, ou no âmbito das conexões da rede a que pertence. Como visto, é uma atuação situada nas conexões menos estruturais de rede (“mula é um aviãozinho”) e, de maneira recorrente, com baixíssimo capital simbólico para aqueles que lhes estão associados, não sendo por acaso a relação de determinação de chance de sexo ao enquadramento no artigo do tráfico praticado em áreas de interesse público ou o caráter interestadual da prática.

Mula é o posto mais baixo – corre mais risco. Fica anos e anos levando de um lado para outro. O peso quem carrega é a mula; a que põe a mão na sujeira, os traficante de verdade, os tubarão, não. O conforto que eles têm na cadeia a gente não tem na rua! (Sula, 39 anos, rede de empreendedores de boca)

Porque eu já conheci muitas mulheres nessa área assim, né, que mexe com isso, mulher que faz essas coisas só pra usar droga mesmo, tipo assim, mulher fazer um aviãozinho aqui e ali só pra usar. (Xuxa, 28 anos, ex-atuante rede de empreendedores de boca)

Na cadeia a maioria é prostituta. Nem sempre ela conhece o cara pra quem tá levando. Ela tá é precisando de dinheiro. Vai a primeira vez, não leva nada. Depois alguém fala, ‘te dou tanto pra levar, ver como é a revista, ver se cai ou não cai’. E aí ela leva. (Luzia, presidiária, 31 anos, rede de empreendedores de bocas)

De forma distinta da teoria de gênero para o crime, indicado por Steffesmeier e Darell (1996) as representações que traduzem uma essência feminina – o cuidado, o amor, a confiança, o perigo de sofrer uma violência sexual, a passividade – atuam, não como balizadores das essências socialmente dominantes nas relações de gênero transpostas para o crime. São antes, balizadores

estratégicos das práticas e que possuem forças explicativas no sistema como um todo. As representações de que no cuidado ou no amor as mulheres estão subordinadas a outrem, inclusive a um homem – este sim, desviante ou passível de ser visto como tal – atuam como uma forma de isenção criminal das mulheres. Por assumirem esse lugar e terem ciência da funcionalidade protetora que essa posição lhes garante, as mulheres atuam como representantes de um agente incapaz de um ato desviante, sobretudo nos mercados das drogas ilegais, historicamente entendidos como ambientes masculinos. Utilizando o conceito de Misse (1999), no seu inverso, parece não haver sujeição criminal feminina uma vez que a sujeição criminal é um processo identificado como construção normalizadora, que ao identificar seres desfiliados para as identidades socialmente positivas (ou aceitáveis), constrói a norma desviante como subjetividade, introjeção individual de que se está (ou se é) *outsider*, em termos práticos e simbólicos. São identidades referenciadas, externa e internamente, na emergência coletiva/pública e individual/privada (MISSE, 1999). No entanto, não foi essa sujeição que encontrei para as mulheres, mesmo as que ocupavam posições muito vulneráveis no tráfico ou quando, nas entrevistas, se diziam arrependidas. Ainda que ela possa pertencer aos contextos socioespaciais e respectivos perfis dos agentes que Misse, acertadamente, identifica no Brasil como os passíveis de sujeição criminal, a assertiva que de forma *naife* foi colocada por muitas das entrevistadas como “eu achava que não estava fazendo nada de errado”, dentre outras declarações de desconhecimento do ato a que foram imputadas judicialmente.

A funcionalidade moral legitima a diferença como uma essência estratégica que caracteriza o mundo (a rede) como espaço da diferença, instituída pelo valor funcional, que define, internamente, os agentes na especificidade da sua distinção de atuação nesse mercado, como uma diferença de gênero. Ganhar visibilidade é perder a funcional sacralidade da conexão feminina, dada pela sua “invisibilidade” estratégica (e não somente opressiva, ou desvalorizada, como suposto em algumas teorias apresentadas no Capítulo 1). Ser visível implica em assumir procedimentos cuja característica nesse mercado está relacionada a uma moralidade e posição. O valor funcional feminino é dado exatamente por essa não visibilidade:

A mulher tem mais facilidade, ela é mais enchavada, cê tá bem arrumada ninguém nota. Os homens se tá num carrão a polícia pula. Mal, mal, uma conversinha!. (Baby, 19 anos, rede de empreendedores de bocas)

Homem é mais risco. Polícia quando vai em cima de mulher, a mulher tem frieza de sair elegante. A mulher faz melhor de que o homem. Mulher é mais safa. O policial vê uma mulher linda e não para essa mulher. (Fred, 28 anos, rede de empreendedores de boca)
 Mulher passa em blitz. Já passei dirigindo normalmente, e nem me paravam. Quando eu via uma blitz eu abria a janela, mexia de um jeito bonito o cabelo. Homem não, dependendo da maneira como eles gostam de andar, de corrente, bonezinho, brinco, a polícia para mesmo! (Lila, 37 anos, rede de empreendedores de boca)

Finalizando, na proposta de abordagem de gênero e crime de Stesffmeier & Darell (1996) apresentada anteriormente, a organização das relações de gênero estimulariam determinadas formas e práticas de transgressão em um agente, enquanto se desencoraja essas mesmas formas e práticas em outro. No entanto, a perspectiva da funcionalidade moral aqui apresentada, afirma não as essências culturalmente instituídas como os operadores dos opostos, mas sim, como as validações estratégicas que elas permitem no âmbito de uma prática criminal específica, o tráfico. No caso das mulheres, a instrumentalização dessa funcionalidade indica maior vulnerabilidade de exposição das práticas junto às instâncias legais. São situações mais visíveis, ou apresentam maior facilidade de estabelecer uma relação entre o delito e um agente. No caso dos homens, as práticas implicam em assumir atividades de contato direto com as áreas de comercialização, de realizar transações comerciais com outros tipos de rede, inclusive as transnacionais, de efetivar cobranças – atividade que exige firmeza nas negociações, não necessariamente pautadas pelo diálogo. É um tipo de movimento nas redes, em que a dinâmica de visibilidade se impõe como agressividade, força, típica de um sujeito masculino [cabuloso], um psicopata. Mas isso não se traduz por uma essencialidade, um *ethos* masculino (ZALUAR, 1989) ou do *underworld institutionalized sexism* (STEFFESMEIER, 1983) e seus opostos. É um sentido de moralidade constituído contextualmente na dinâmica de um mercado. No entanto, no operador institucional, o sistema penal referencia o uso estratégico dessa moralidade através das formas como estabelece a conexão entre uma prática, um gênero e a respectiva punição.

O desdobramento desta discussão será realizada em três formas de registro da participação feminina. A primeira, no próximo capítulo, apresenta a funcionalidade moral das mulheres através da figura da “fiel” que especifica a operacionalidade simbólica e prática da funcionalidade moral para a dinâmica do tráfico ilegal de drogas, evidenciando as situações que remetem à associação ao tráfico e as práticas em lugares de interesse público. Na sequência será apresentado o registro da forma como as redes, em si, são constituidoras da diferença, tanto em termos das distâncias sociais entre categorias de rede e suas derivações como diferença social, quanto da especificidade da diferença em termos das atuações femininas que acionam, ou não, a funcionalidade moral. Uma distância que iguala os sentidos de gênero intra-redes e distancia esses sentidos entre as redes. Finalmente, um capítulo conclusivo no qual a forma de atuação de uma mulher demonstra a funcionalidade moral, não somente como agenciado pela rede, mas também por ela manipulado, tendo em vista seus interesses estratégicos de sobrevivência.

4 *I LOVE MY WHITE!*

I Love my White!, é uma frase que constava no adesivo de um carro que circulava no Complexo da Maré em 2013 e me foi relatada por uma jovem que morava no Rio de Janeiro nesse período e que, com esse veículo, viveu um pequeno incidente. Essa declaração de amor faz um trocadilho com *I Love my Wife*, título da música gravada por Frank Sinatra em 1976 e com o White, a cor branca da cocaína, “adorável” mercadoria comercializada nas redes do varejo do tráfico de drogas. A mistura entre essas naturezas de amor, suas exigências e apropriações, são alguns dos aspectos relacionados ao sistema gênero nos mercados ilegais de drogas que serão tratados neste capítulo.

De maneira recorrente, as representações sobre a vivência das mulheres no mercado das drogas ilegais são constituídas por uma ideia de domínio masculino exacerbado, definido por posições subordinadas das mulheres e uso recorrente da violência como estratégia para se conquistar, ou exigir, adesão e/ou cooperação. Essas representações, garantidas pela frequente exposição midiática das situações que envolvem a violência interna às redes ou decorrente das ações de repressão policial nas favelas ou periferias, trazem como suposto o fato de que o tráfico de drogas possui uma especificidade de dominação de gênero em que as práticas e moralidades seriam marcadamente desviantes das que são observadas no padrão social ampliado.

O pressuposto de um ambiente gerador de tipos marginais tem como uma das referências a temática urbana do desvio ou criminalidade presente nos clássicos trabalhos da Escola de Chicago. Robert Park (1916) e Louis Wirth (1938) são exemplos da perspectiva das cidades como uma “unidade geográfica, ecológica e econômica”, cujo padrão das interações sociais é entendido como gerador de comportamentos ou temperamentos típicos de uma cultura, a urbana. Nas zonas “intersticiais”, unidades socioespaciais segregadas das áreas urbanas (BURGESS, 1926), a desordem normativa é percebida como engendrada da marginalidade, uma espécie de “região moral”, no sentido de uma vivência espacial divergente do padrão e autossegredada. São zonas comportamentais que aglomeram tipos humanos atraídos por uma conjunção de interesses, valores e temperamentos relacionados ao vício e ao crime, “(...) ambientes isolados nos quais os impulsos, as paixões e os ideais vagos reprimidos se emancipam da ordem moral dominante” (PARK, 1973, p. 65). A perspectiva ecológica das margens apresentada por Park esteve presente nos primórdios dos estudos urbanos brasileiros relativos às populações pobres e às favelas. Nas etnografias paulistas dos anos de 1940, as zonas morais são configuradas pela prostituição e

pobreza, identificadas por Lucia Hermann; nos enquistamentos étnicos de Oscar Araujo; e na distância geográfica e social das vizinhanças de Emilio Willems (MENDONZA, 2005).

Essa suposta “região moral” atualizada pela referência de territórios “dominados pelo tráfico” carrega uma forte representação de um espaço social típico para a exacerbação do modelo do patriarcado, forma de exercício do poder de gênero que se legitima, na esfera privada, pelo domínio sobre os corpos, pela restrição da autonomia e/ou através do uso da violência e, no domínio público, através da constituição de uma ordem social e institucional definida pela família e, portanto, marcada pela superioridade simbólica e concreta dos homens, no que tange aos direitos e sujeições vinculados aos papéis sexuais e sociais (NICHOLSON, 1999; SAFFIOTI, 2001). A junção das noções clássicas do patriarcado com uma representação ecológica do espaço como um *locus* gerador de “híbridos culturais” divergentes (WIRTH, 1938) traduzir-se-ia em uma matemática multiplicadora das opressões femininas. No entanto, se tomarmos o padrão social brasileiro, que ao longo dos anos 2000 teve como saldo da violência letal contra a mulher, 43,5 mil¹ mortes, um desvio em relação a essa conduta poderia ser caracterizado como “genocídio de gênero”. Obviamente, os dados da violência de gênero têm sido uma conduta presente nos mais diversos campos sociais e de classe no Brasil e não se traduzem como uma prática restrita a determinados espaços, uma dimensão ecológica, tampouco é relativo ao mercado das drogas ilegais.

Na contramão desses pressupostos, o caminho que pretendo seguir é uma reflexão sobre as relações em um mercado de natureza ilegal, e a especificidade assumida pelo sistema gênero, que são acionadas como práticas que lhe são próprias, mas também vivida em experiências singulares, particularizadas. Brah Avtar (2006, p. 120) chama atenção para o fato de que domínio da experiência pessoal, o coletivo se apresenta como diversidade, seja no reforço dos limites impostos pelas estruturas ou como contradição que se apresenta ao coletivo, “nuestras vidas abarcan un rango tan inmenso de variabilidad – geográfica, ambiental, física, emocional, psicológica y social, todas relacionadas entre sí – que su sentido elude constantemente la compartimentalización y la totalización”.²

O ponto de vista assumido é de que há uma articulação entre as práticas relativas a esse tipo de comercialização e dos sentidos relacionais que o gênero assume, derivando um complexo de motivações de ordem diversas, perpassadas por dimensões estruturais e pessoais, negociações e renovação de princípios [inclusive morais]. Vivenciadas nos percursos e/nas dinâmicas em que estão imersos os agentes imbricados na atividade de comercialização de drogas ilícitas a forma como

¹ Dados disponíveis no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI da Violência contra a mulher. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>. Acesso fevereiro de 2014.

² “Nossas vidas abrangem uma gama imensa de variedades – geográfica, ambiental, física, emocional, psicológica e social, todas tão relacionadas entre si – que seu sentido alude, constantemente, tanto à compartimentalização quanto à totalidade” (tradução livre da autora).

as relações de poder do sistema gênero se apresentam não guarda nenhuma ordem de correlação de exclusividade direta com o espaço ou com a clássica dominação patriarcal, mas com as formas pelas quais as atividades econômicas são sustentadas e constituídas por práticas significantes cuja especificidade de formas e sentidos perpassam e configuram toda a extensão de relações e não somente as de gênero. Mas de uma forma diferenciada complexificam essas relações.

Por um lado, os formatos, conteúdos e sentidos construídos nas particularidades das transações de um mercado ilegal relacionam-se aos enfrentamentos de natureza estrutural (em que o espaço, dentre outras variáveis, se mostra como uma dimensão não neutra). A ilegalidade e a incriminação de determinadas práticas, espaços e respectivos agentes são de conhecimento ampliado, sobretudo por aqueles que, objetiva e simbolicamente, constituem-se como os alvos das incriminações e repressão policial (a ampliação do encarceramento de mulheres pobres por tráfico de drogas no Brasil, visto no capítulo anterior, parece indicar a persistência de um fenômeno, até então referenciado como relativo aos pobres e masculino). A essa dimensão estrutural aplica-se, de forma exemplar, o conceito de sujeição criminal de Michel Misse, que se traduz como um contínuo relacional que liga as representações e práticas a sujeitos, constituindo-os como “sujeitos criminais” interna e externamente: “Não há um rótulo arbitrário, ou uma luta por significações morais disputáveis, mas um processo social que condensa determinadas práticas com seus agentes sob uma classificação social relativamente estável” (MISSE, 1999, p. 72).

Por outro lado, há que se considerar que as condições de possibilidade de formação de espaços (marcadamente os definidos como “pobres ou periféricos urbanos”) por uma forma de presença consistente de determinadas práticas erigidas pelo Estado, na sua forma histórica de se apresentar ou ausentar e marcá-los simbolicamente, alia-se a uma nova dinâmica em que as práticas perpetradas por uma diversidade de agentes que se inserem nas fronteiras entre o legal e o ilegal, não restritas ao tráfico (seja em práticas garantidoras de ganhos econômicos, políticos ou simbólicos), também passaram a afirmar-se como princípios de legitimidade (FELTRAN, 2010). Essa dinâmica tem sido reiterada nos estudos sobre a criminalidade no Brasil, apontando para a consolidação de uma especificidade de interação social cuja base mediadora são as práticas violentas, erigidas não como uma simples resposta instrumental, mas sob bases morais, com especificidade de regras e condutas que legitimam a sua aplicação, contexto em que “a transformação do uso da força de meio eventual de obtenção de interesses, em princípio de regulação das relações sociais produz uma forma de vida que não se desencaixa, e portanto, não interfere sobre os cursos de ação articulados em torno da ordem estatal (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 72).

É na perspectiva desses horizontes de adequação das práticas ilegais/criminais a uma instância não universal de modelos e instâncias de legitimidade que a concepção de sujeição

criminal talvez tenha que ser percebida, não somente como um assujeitamento (negação de uma atividade autoconsciente constitutiva da identidade), mas também, como uma incorporação moral ativa dos sentidos de criminalidade, suas respectivas práticas e os custos que lhe são inerentes. Há dimensões fundantes nesse processo, cuja compreensão não se faz possível se tomarmos como parâmetro uma perspectiva dicotômica, mundo/“mundo do crime” entendidos como unidades negativamente contrapostas de um todo. Sugiro seguir a trilha que nos orienta Machado da Silva (2004); Feltran (2011); Marques (2010), de buscar a compreensão do agente, não em termos do seu comportamento revelador de um estatuto que o reduz a ser portador de uma identidade jurídica e moral negativa (criminalidade como sujeição), mas pelos sentidos de suas práticas, como constitutiva de um estatuto próprio (criminalidade como potência).

Seguindo essa trilha, para o entendimento da experiência das mulheres pesquisadas em sua trajetória no tráfico, partir do pressuposto de universalidade opressora do sistema gênero no crime parece restringir quaisquer comportamentos a meras demonstrações da incorporação da sujeição criminal, como uma adição complicadora das clássicas opressões do sistema gênero. Conforme anteriormente apresentado, as transações nas redes do tráfico são configuradas em um quadro particular de interações, cujas garantias se estabelecem por moveções acordos baseados em moralidades específicas efetivadas no decorrer das práticas. Esses parâmetros não se restringem aos contornos comerciais, mas estendem-se para as demais dimensões relacionais, como afetos, sociabilidade e, obviamente, as interações que se estabelecem sob o auspício do sistema gênero. Nas interações em que, aparentemente, a sujeição é o que se impõe às mulheres há também negociações, consentimentos (passíveis de revisão), saídas e permanências estratégicas. O mapa da subordinação ajustada a determinadas práticas de dominação de gênero, no sentido de reafirmar a opressão como uma condição da experiência, inevitável e universal das mulheres nos “espaços do tráfico de drogas”, não parece levar a muitos caminhos que nos façam compreender essa dinâmica, na sua diversidade e/ou diferença.

A subordinação da posição das mulheres no tráfico, como uma derivação do *institutional sexism underworld* tem, como um dos pressupostos, a iniciação e participação feminina, geralmente relatada como sendo ligada aos envolvimento amorosos e/ou a um vício e avaliada como uma posição subordinada das mulheres. Há uma suposta universalidade dos parâmetros tomados, *a priori*, como determinantes das relações estabelecidas, em que a posição menor ou opressiva para as mulheres é fato e universalidade. Exemplos dessa perspectiva são as análises que articulam a dimensão afetiva feminina à decisão de associar-se a um homem, ser cúmplice em roubos, transportar e/ou ocultar armas e drogas e até mesmo algum tipo de participação, coadjuvante, em transgressões mais violentas (FAGAN, 1994; MAHER; DALY, 1996; ZALUAR, 1999;

BARCINSKI, 2009). Essa estreita vinculação das formas e posições atribuídas às mulheres, nos mercados das drogas ilegais, como franqueada e hierarquizada pelas desigualdades, presumidas como próprias das desigualdades de poder e gênero, pode ser problematizada.

As diferenças observadas em campo resultam de uma diversidade de formas em que se apresentam as relações de poder e gênero como pautadas pela autonomia relativa ao controle sobre as posições ocupadas na atuação no mercado de drogas, sobre os recursos adquiridos através dele, a cooperação ou coerção na forma de participação e os termos estabelecidos pelos relacionamentos sexuais e afetivos. Invariavelmente essas experiências têm, como primeiro recorte, a diferença de classe social que, por sua vez, determina os tipos de rede de comercialização onde um agente está inserido, como visto no primeiro capítulo.

Nas primeiras aproximações e posterior mergulho no campo a participação das mulheres não revelou insurgência contra uma ordem (social e de gênero), tampouco uma evidência de adesão subalterna às práticas e *performances* indicativas das masculinidades “próprias do crime”. O campo sugeriu uma diversidade de situações em que, por exemplo, uma mulher investiu ativamente seus recursos materiais e simbólicos para inserir-se em uma rede. Também definido por um recorte de classe e respectiva rede de comercialização, deparei-me com mulheres, cuja participação no tráfico significou um aprofundamento das destituições econômicas e sociais que já lhes eram próprias. Suas trajetórias eram marcadas por uma vulnerabilidade pessoal, entendida aqui como a especificidade de uma vida permeada por estruturais desigualdades de formas e possibilidades de acesso aos recursos e direitos sociais e econômicos, incluindo trabalho protegido, acesso equitativo aos bens coletivos garantidores de proteção social, acesso à justiça e garantia de integridade física (KOWARICK, 2009; KAZTMAN, 2005; MARQUES, 2005; 2010). Na pesquisa, os homens, a despeito dessa mesma situação de vulnerabilidade, não traziam consigo o peso das clássicas responsabilidades familiares e domésticas, incluindo, o cuidado com os irmãos desde a tenra infância, apresentadas pela grande maioria das mulheres pesquisadas, dos estratos pobres. Muitas haviam tido o primeiro filho entre 13 e 15 anos, antes ou logo quando da sua participação no tráfico, o que gerou a necessidade de saída da casa dos pais (ou domicílio de moradia) ou, mesmo quando da permanência, a necessidade de se assumir os custos pessoais e econômicos da maternidade. E esses filhos, e os que se seguiram a partir das novas relações, permaneceram sob responsabilidade delas, que quando presas, transferiram esse encargo para outras mulheres da família ou amigas. O que não se aplica aos homens, cuja presença foi frequentemente observada como mutante e rara, devido às situações de encarceramento, morte ou constantes rompimentos e estabelecimento de novos enlacs (mesmo quando presos).

Essa clássica “divisão sexual do trabalho” impacta em uma trajetória de escolaridade muito baixa, inserções curtas e frequentemente interrompidas no trabalho, atividades invariavelmente pre-

cárias, informais e de baixa remuneração, situações já fartamente mapeadas nos estudos brasileiros. Mas, talvez, não seja por acaso que essas vulnerabilidades correlacionem-se às posições de participação no tráfico, com atividades, geralmente de parcos rendimentos, de exposição ao roubo e situações de violência, fosse atividade de comercialização ou, quando da incapacidade de saldar dívidas, que também ocasiona o pagamento através de serviços sexuais, não necessariamente desejado.

Em outras situações há mulheres que se inseriram em espaços que lhe foram ocasionalmente abertos através de uma rede familiar ou de amigos, nos quais a sua autonomia, as possibilidades de controle sobre os seus recursos e/ou a perda e ausência desse controle foram contingenciais e decorrentes da própria natureza de instabilidade do mercado e da repressão ao tráfico de drogas. Nas diversas experiências mapeadas, essas mulheres não, necessariamente, saíram ou permaneceram nas mesmas posições antes e depois de se envolverem com esta atividade. Na dinâmica da vivência em uma rede ilegal, os lugares dos quais se parte, as conexões estabelecidas e direções percorridas através delas e até onde é possível chegar sofrem reversões, para o bem ou para o mal, dos agentes nela implicados. Esse deslocamento também foi relatado no estudo de Patricia Morgan e Karen Ann Joe (1996) sobre mulheres que atuavam no mercado de anfetaminas em dois distritos de Nova York. A pesquisa revelou uma combinação de experiências de deslocamento das posições que, tanto se direcionaram para um estilo de vida padrão (*citizen lifestyles*), quanto para posições socialmente marginais, incluindo situações em que um mesmo agente deslocou-se de “uma ponta a outra”. Essa movimentação entre posições foi, inclusive, mais percebida entre as mulheres do que entre os homens pesquisados. Uma das chaves identificadas pelas autoras para a diversidade desses movimentos foi a configuração, ao longo da experiência no mercado ilegal, de um autoconceito de orgulho profissional, constituição de um campo ético de práticas, de crenças e atitudes referentes ao autocontrole sobre os comportamentos adictos necessários às práticas que envolvem a comercialização:

(...) we found that many of these social lifestyles were not static. Women reported life histories usually that included experiences in two or more user-type categories. Some females, for example, began using when they were prostitutes or on welfare, and eventually began leading citizen lifestyles with increasing success. Many others reported moving in the opposite direction, from citizens to successful outlaws to welfare moms or to very marginalized existences. (MORGAN; JOE, 1996, p. 135)³

No campo que realizei, as posições femininas transbordaram permanência e deslocamentos, em termos dos arranjos de papéis cujas posições e representações eram coexistentes ou opostas:

³ Descobriu-se que muitos desses estilos de vida sociais não eram estáticos. As mulheres relataram histórias de vida que se categorizavam em dois ou mais tipos de usuário. Algumas mulheres, por exemplo, começaram a consumir drogas quando eram prostitutas ou dependentes de algum programa social do governo. E, por fim, foram direcionadas a uma vida de cidadania plena em exercício com crescente sucesso. Muitas outras mulheres relataram o caminho oposto, de cidadãs plenas para foras da lei de sucesso, para mães sustentadas por programas sociais ou, para pessoas com a vida muito marginalizada (tradução livre da autora).

falou-se de mulheres “espertas”, “submissas”, “louras lindas e que não sabem aproveitar a beleza e arranjar um bom marido”; “mais inteligentes do que os homens”; “burras e vítimas ao mesmo tempo”.⁴ As experiências e os seus sentidos e representações não necessariamente demarcam limites específicos. Dizem muito mais sobre fronteiras das posições pelas quais circula um agente, em que as implicações (práticas e simbólicas) de uma conexão não se ajustam em uma unidade dicotômica que referencia marginalização/crime nem a uma modalidade universal de “dominação de gênero no crime”, tal qual pressuposto por alguns estudos, sobretudo norte-americanos.⁵ As posições das mulheres são relativas aos movimentos empreendidos em uma rede, práticas que vão ganhando terreno, adquirindo sentido e sendo delineadas como um dos aspectos daquilo que se pode nomear como registros da [sua] participação feminina no tráfico.

Em cada movimento a posição de invisibilidade não, necessariamente, se traduz pela ocupação de um lugar hierárquico inferior ou de vitimização, sob domínio violento. Tampouco a posição de visibilidade simboliza, invariavelmente, potência e autonomia de ação. Ambos são deslocamentos que guardam cada um deles seus valores de ação estratégicos que somente no âmbito das práticas desse mercado pode ser compreendido. Transitar por lugares que demarcam “uma fronteira ideacional entre os sexos que se torna o meio através do qual a própria possibilidade de ação é apresentada” (STRATHERN, 2006, p. 131), é talvez uma perspectiva que permite entender determinadas práticas como constitutivas de uma projeção de valores sobre coisas que “têm a ver com homens”, coisas que “têm a ver com mulheres” [para usar a expressão de Strathern] e coisas que “têm a ver com a atividade do homem e/ou da mulher no tráfico”. A demarcação dessas “coisas” é representada pelas práticas que, nos domínios público ou privado da atuação do agente, se consolida como um determinado “proceder”, no sentido utilizado por Adalto Marques (2009) do atributo de um agente configurado em uma relação de consideração dos outros, nos contextos e espaços das práticas permeadas pela criminalidade. Em quais circunstâncias esse atributo é convocado em termos da sua exposição, de ser resguardado, de ser descartado ou mantido, depende daquilo que Marques (2009) caracteriza como jogos de consideração, avaliação contingencial entre os agentes a partir das ações que convocam o proceder como atributo pessoal e ato [de gênero] para inserir no âmbito do que aqui é de interesse específico.

Para essa discussão, na primeira parte deste capítulo apresento uma das especificidades das relações de poder e gênero como imbricadas em um processo de constituição da mulher como um

⁴ Apreciação sobre as mulheres que ouvi nas conversas informais ou em entrevistas com os participantes da pesquisa. A primeira fala foi dita por B. uma mãe cujo filho de 19 anos estava preso, por tráfico de drogas, no complexo penitenciário de Bicas. Todas as demais falas que estão entre aspas foram mapeadas em campo.

⁵ Refiro-me aqui à literatura norte americana sobre gênero e crime e, de forma específica a participação das mulheres na economia do tráfico de drogas cujas abordagens nos anos de 1970/1980 incidem sobre o mercado da heroína e nos anos de 1990 têm co o foco principal os mercados da cocaína e Crack.

sujeito político sagrado, portador de uma essência que é um recurso primordial na dinâmica das trocas econômicas dos mercados ilegais: a confiança. A constituição da sacralidade desse sujeito é dinamizada em um processo de circulação pública de um corpo portador dessa essência, mas também no seu resguardo no domínio privado, em que esse sujeito sagrado é sabido por todos, mas está resguardado. As diferenças são constituídas entre e intragênero em termos da autonomia de negociação do valor de troca desse recurso, mantendo sobre ele um domínio, ou da perda do controle sobre ele derivada de sujeições que implicam, inclusive, constrangimentos e violência.

Na segunda parte do capítulo a diferença é novamente colocada em termos da suposta essência da criminalidade não violenta feminina, historicamente posta no debate sobre gênero e criminalidade e a forma como ela pode ser discutida a partir dos dados dos enquadramentos dos crimes de homens e mulheres implicados no tráfico de drogas, apresentados no capítulo anterior.

4.1 A ESSÊNCIA COMO RECURSO: TRANSAÇÕES E MORALIDADES

Conforme apresentado no capítulo anterior, a ausência de institucionalidade nos modelos de negócio das redes que compõem o mercado do tráfico leva a uma construção da cooperação cujo suporte baseia-se em uma competência, a fiabilidade de um agente, recurso cujo valor é de natureza ao mesmo tempo prático e moral.

A proliferação de slogans tais como “Deus é Fiel”, nos carros que circulam pelos grandes centros urbanos brasileiros, estampa a fidelidade como um dom divino, indicando o quanto essa moralidade passou a ser uma dimensão da experiência social em contextos ampliados. A solidão dos agentes diante das incertezas institucionais coloca em suspeição todas as relações, exceto com o divino, única instância capaz de oferecer lealdade sem provas pessoais que devem ser constantemente atualizadas através do sucesso das práticas. As incertezas governam a experiência. As relações tecnologicamente mediadas são exemplos pertinentes da ausência de parâmetros de cálculo que perpassam desde a velocidade alucinante de entradas e saídas do mercado financeiro, ao roubo eletrônico, às escutas telefônicas, à apresentação de um agente através de *fakes*, à publicização dos “segredos de Estado” revelados pelos *wikileaks* ou acionada como estratégia de intimidação quando do malogro das experiências afetivas nos relacionamentos íntimos. Uma vez que as incertezas predominam, a fidelidade é divinamente esperada, mas, também, transacionada nas particularidades das formas estabelecidas pelas interações que ligam os agentes. É nesse ambiente de institucionalidade movediça que a conexão feminina no mercado do tráfico de drogas atua como sendo portadora de uma essência (quase “divina”). Essa junção de crença e performance de gênero (práticas constitutivas) efetiva a funcionalidade moral feminina como

uma certeza (mesmo que relativa) sobre o seu procedimento. A mulher assume uma existência de agente portador da confiança, atributo necessário para as conexões que se estabelecem entre os agentes na estrutura de uma rede de comercialização ou nas relações pessoais e íntimas.

Uma mulher é fiel, não fala nada, segue calada ao lado, é cúmplice, é tranquila, ajuda. (Fred, rede de empreendedores de bocas)

As mulheres são mais sensíveis, sabe que a polícia vai vir, a gente tem alarme de perigo, nós que somos as mulheres da vida deles temos esse alarme e os ajudamos. Quando não ouve, se ferra. (Maria, rede de empreendedores de bocas)

O processo de constituição de um agente através de um atributo marcado por uma essência de “origem”⁶ é acionado como uma espécie de fetiche da mercadoria gênero – sentido assumido por um bem, através da equivalência das transferências efetivadas na sua troca, mas que não lhe é redutível, uma vez que esse bem incorpora um sentido que está para além da sua materialidade. Utilidade não objetiva, incorporação de um valor social de uso (HARVEY, 2013). Essa incorporação de um valor de troca presente na “ajuda” mediada pela “sensibilidade da mulher”, essa “fidelidade muda” é virtualidade que vai sendo materializada nas práticas e, portanto, negociada em termos monetários e simbólicos, nos afetos parentais ou relacionamentos íntimos, enfim, através da efetivação dos atos que se estabelecem, na relação entre os agentes, como comprobatórios dessa essência. Trata-se aqui de uma modalidade de transação, cuja especificidade dos bens e a base para as respectivas transferências, pode resultar em deslocamentos das posições estruturalmente (pré) ocupados pelos agentes (as transferências se realizam por equivalências posicionais), mas também pode aprofundar a vulnerabilidade social e simbólica de um agente. Os resultados não podem ser antevistos, pois não se trata de equivalentes de troca pré-fixados para as transferências realizadas, nem equiparação estável em termos da natureza da forma que esse bem e o seu equivalente de troca assumem.

Elas nem sempre faz por dinheiro, faz pela fama, pra elas é oferecida pouca coisa. Às vezes não leva nada dele e acaba leva até cadeia. Se cair não pode delatar porque paga a família ou elas com a própria vida. (Maria, mulher, 33 anos, rede de bocas)

Quando eu fui morar no quintal da casa dele eu abri uma conta de banco, comecei a guardar dinheiro a administrar a administrar o negócio, ganhei a confiança dele (...) aí eu comecei a sustentar a minha família inteira, aquele dinheiro já vira uma responsabilidade, me ocupei da minha família inteira, fiquei conhecida, cresci, arranjei mais cliente. (Regininha, 34 anos, distribuição rede de bocas)

Como eu tinha buscado com esse cara uma vez, eu entrei na favela com ele, aí ele foi me passou uns contatos que não era dele. Então eu tive que ganhar a confiança do outro povo, sabe? Eu tinha que trazer droga melhor que aquela que eles tavam ganhando (...) eu entrei e falei “eu não vou sair por nada, porque os outro ta me ameaçando eu não

⁶ Agradeço imensamente à Bruna Bumachar pelas nossas infundáveis discussões para “desembolar” essa questão.

nasci pra semente”. Aí o povo começou a ter um respeito maior, um respeito maior. E eu conquistei o meu espaço impondo meu respeito, meu marido entrou também e me ajudou com isso. (Diva, rede de empreendedores de bocas)

Essa perspectiva, que adoto aqui, da confiança como um bem a ser negociado, traz como referência de transações de mercado, utilizada por Florence Weber (2000). Por um lado, as trocas monetárias de mercado podem ser estabelecidas pela natureza comparável dos bens, operacionalizadas através de parâmetros institucionais neutros – que permeiam as transações entre os sujeitos e os objetos, atuando na configuração das medidas dos valores fixados para as transações. De outro, uma relação de mercado que, ainda que possa ser efetivada por trocas monetárias, não necessariamente se configura como tal, pois tem uma medida de valor, estabelecida pela especificidade dos bens intercambiados, definida pela singularidade do contexto das interações e dos agentes engajados nessa transação.

On aperçoit ici la distinction fondamentale entre une analyse portant sur des objets – les individus partenaires de la transaction ne doivent leur existence analytique que à leur position par rapport à l’objet qui les définit comme «offreur» ou «demander» – e une analyse portant sur des personnes – la chose transférée garde toujours la trace des relations personnelles dont elle fut le support. (WEBER, 2000, p. 88)⁷

A confiança como uma mercadoria-gênero acionada como recurso para as conexões femininas no tráfico é um recurso que assume o valor de um bem, creditado ao que é próprio de um agente (um atributo essencial), instrumentalizado nesse mercado para a efetivação de um recurso necessário para o exercício de um tipo de conexão. Mas as condições de reconhecimento, circulação e negociação desse bem se movem em terreno movediço de relações de força. Apesar da sua derivação de crença, as trocas não se estabelecem sob a certeza da oferta de dom transferido pelo seu portador àquele(s) que o usufruirá(ão). Há que haver um engajamento dos agentes para a efetivação dessa transação, que pode se dar de forma equânime, em termos da autonomia nas negociações dos valores (monetários e simbólicos) e no controle para as bases em que se estabelecerá a transferência desse recurso. Mas, também, pode estabelecer-se como usurpação, destituição de propriedade e controle efetivados, inclusive, através do recurso à violência.

O contexto de engajamento entre os agentes na luta pela constituição do valor dos bens revela-se em algumas narrativas de campo em que me deparei com uma queixa da classificação de “puta” ou “vagabunda” e não de “bandido, ou traficante” nas ações policiais em que as mulheres

⁷ Percebe-se aqui uma distinção fundamental entre uma análise que incide sobre os objetos – os indivíduos parceiros de uma transação somente devem sua existência analítica à sua posição em relação ao objeto que os define como “ofertantes” ou “demandantes” – e uma análise que incide sobre as pessoas – a coisa transferida mantém sempre um traço das relações pessoais nas quais ela se apoia.

se envolveram ou em que foram presas ou na forma como o desempenho de uma mulher é apreciado. É interessante pensar na associação dessa queixa com a discussão de Butler (1987) sobre a conformidade do gênero com as constrações sociais, que se aplicam ao exercício “adequado da sexualidade”, mas não só a ela, identificado pelas práticas que tipificam o gênero também como uma determinada existência social em termos da afinidade (dos corpos) em relação às condutas. No enfrentamento com a lei, confronta-se a incorporação de uma moralidade socialmente negativa referente à conduta de uma mulher (ser uma “puta ou vagabunda”) e de valor contextual de uma prática (ser uma “puta ou vagabunda” e não um traficante). Quando as mulheres falam no “mérito” masculino da consideração como traficante elas se referem ao atributo de uma prática e não de um gênero. Prática na qual são ativas, mas que lhe são usurpadas em termos de consideração, reveladas nas situações em que o gênero como atributo de uma prática é idealmente representado como próprio de um sujeito, do masculino: “É coisa dos homens”.

Homem e mulher é a mesma coisa, é tudo traficante. Mas quando eu fui presa a polícia me xingava muito. Me jogaram no chão, igual filme, me algemaram, o policial pôs o pé nas minhas costas. Um homem me deu um tapão na cabeça, eu até assustei, foi do nada! Eles me xingaram de vagabunda, de puta. Eu fiquei revoltada! (Lila, rede de empreendedores de bocas)

A mulher é mais enchavada. É raro uma mulher que é chamada de traficante. No crime eles falam: “A fulana é a maior correria, véio, é de confiança”. Pra polícia é vagabunda! Traficante é o homem, eles é que sempre ganha esse mérito. (Baby, mulher, 22 anos, rede de bocas)

No movimento das redes ilegais a representação do gênero como um corpo-escudo é validada, não somente em termos funcionais, para o uso da atividade de uma mulher, mas como respaldo da confiança que lhe permite resguardar-se em algumas situações contra a luta por dominação que é vivida por todos. O mito religioso da serpente é atualizado nesses mercados no sentido de reforçar o poder da Daisemea, que utiliza a sua capacidade sedutora para a prática do “mal”. Ações como um acerto de contas de natureza violenta às vezes utilizam a presença de uma mulher como isca, para distrair a atenção em relação aos verdadeiros propósitos da ação⁸ ou no processo de uma tomada “sedutora do poder” como me foi narrado por um participante da pesquisa, referindo-se às suas vivências. De acordo com esse relato, um homem confia o comando de uma área que é sua, para uma mulher de quem é próximo (comercialmente, afetiva e sexualmente falando). No processo de gerenciamento é esperado dela lealdade no compartilhamento desse comando, mas pode ocorrer uma situação em que ela dispute essa posição com ele e conquista-lhe o lugar. Nessas situações, o sistema aberto de conexões das redes se mescla com as variáveis locais de cultura, relativamen-

⁸ Trecho de entrevista – Xuxa, homem, 31 anos, rede de empreendedores de bocas.

te universalizadas, cujo peso é favorável a essa “tomada” de poder. Essa favorabilidade é dada pela confiança no procedimento das práticas das mulheres frente a um comando (é leal, calma, negociadora) e que, também, devido ao fato de ser uma mulher, demanda proteção (sustentada na crença da fragilidade feminina). Essa demanda “necessária” é garantida pelas redes de conexão estabelecidas por ela (parentesco, amizade estabelecida com as irmãs, amigas e namoradas dos homens que pertencem à rede que ela assumiu, dentre outras conexões).

A mulher chega por causa dos contato, né? Mulher tem muita facilidade de arrumar contato com um homem, ainda mais se tiver beleza e tal, ela consegue tudo o que ela quer, consegue confiança porque no tráfico cê tem que ter confiança, se você num confiar cê tem que matar a pessoa. Porque pro homem é mais difícil pro outro confiar. Mas uma mulher, “ah mulher bonita vou confiar nessa mulher aí”. Porque mulher tem uma lábia muito fácil pra enrolar homem. Tem muitas mulher aí, que os homem leva pra atrair, pra atrair a confiança, ela tipo leva uma arma pra ele fácil, fácil, porque um homem se chamar o outro, o homem vai desconfiar, por isso que muitas mulher sobe no poder, porque o cara grande, vamos supor o patrão, ele sabe que se passar uma parte do comando pra uma mulher ficar tomando conta de uma área ali, todo mundo vai ficar sujeito ao comando dela, porque várias pessoas vai querer ficar circulando porque é mulher; ela vai ter mais amor de que ele, todo mundo vai querer defender essa mulher achando que ela é fraca, aí a hierarquia dela sobe, ela fica mais forte, todo mundo vai querer proteger, aí ela ganha confiança com esse patrão, outro acima desse fica sabendo e aí ela ganha confiança dele e aí ela já pode mudar de lugar; aí ela pode tomar o lugar desse outro que era, assim, entre aspas, patrão dela. (Xuxa, rede de empreendedores de bocas)

A constituição de redes de relacionamento parentais ou íntimas, ao longo do tempo sedimentadas através de apoio financeiro, afetivo, jurídico (sendo estas últimas próprias das urgências contingenciais dos agentes conectados às redes), dentre outras formas de solidariedade e que atuam como pilares para uma participação bem sucedida das mulheres, foi também um dos achados do estudo de Barbara Denton e Pat O’Malley (1999), sobre mulheres bem sucedidas nas redes de comercialização do varejo de heroína em Melbourne, Austrália.

(...) kin and kin-like relations take on such a key role in these contexts. The relations between successful dealers and their immediate families were formed and developed over a lifetime. These bonds were held together through shared and mutual interests and sustained through gifts and money which the women gave freely to their families (...) close and long-term kin ties bound even more tightly together by norms of reciprocity, expectations of personal gain and perceived moral duty to support blood relations. (DENTON & O’MALLEY, 1999, p. 519)⁹

⁹ (...) Relações de parentesco ou quase parentesco assumem um papel de suma importância dentro desses contextos. As relações entre traficantes de droga de sucesso e seus familiares diretos foram criadas e desenvolvidas ao longo de toda a vida. Esses laços foram mantidos seguros através do crescimento de interesses mútuos, muitas vezes sustentados por presentes e dinheiro que as mulheres davam livremente a suas famílias. (...) Laços de parentesco próximos e de longo prazo se fortalecem ainda mais pelas normas de reciprocidade, expectativas de ganho pessoal e percebido dever moral de sustentar as relações de sangue (tradução livre da autora).

Há uma luta pela manutenção, fixação do valor e apropriação da confiança como um bem incorporado pelas mulheres evidenciado nas especificidades das formas das suas conexões femininas. O tópico a seguir apresenta a partir do conceito de “fiel”, as vivências que me pareceram marcantes para o entendimento do quão complexas essas experiências se mostram nas transações delineadas pelo sistema gênero nos mercados do tráfico de drogas pesquisados.

4.1.2 “A Fiel”: *ocultamento e visibilidade*

Na perspectiva de Hanna Arendt (1972), o processo de constituição de um mundo comum depende da sua visibilidade, da constituição de uma realidade partilhada como um mundo de ação conjunta, visível pelos sujeitos da ação e que funda o universo enquanto existência para além desses próprios agentes. Essa modalidade transacional pública (de bens e dos agentes) é relativa à formação e existência de um mercado que, embora ilegal, não pode dinamizar-se de forma oculta. Uma vez que partimos de um modelo em rede, que se configura como um sistema aberto, é inevitável a conexão com outros espaços, além dos nós nucleares da rede, para se estabelecer *links* alimentadores do sistema. Ganhar forma e existência pública depende da extensão das conexões, das práticas e significados que vão sendo incorporados nos âmbitos de atuação dessa rede.

Entre os participantes da pesquisa, ligados às redes de boca, a visibilidade da dinâmica fica explícita na afirmação da rede como uma realidade partilhada nos espaços de sociabilidade e nas formas como os agentes se apresentam nesses lugares. É uma presença que se impõe pela diferenciação econômica, exposta nas festas, na indumentária de marcas renomadas, na posse dos carros e motos, que circulam nesses locais. Essa visibilidade se reafirma, também, na manipulação pública das armas (que nem sempre estão à mostra, mas se sabem existentes para a demonstração de firmeza e poder); na capacidade dessa estrutura de conectar novos agentes, sobretudo jovens, que reforçam os sentidos de liderança e dão vitalidade geracional à rede. Mas essa visibilidade também se constitui pela aceitação silenciosa das regras, por exemplo, a não delação como um princípio de conduta local. Finalmente, a partilha de um mundo comum de sentidos realiza-se em uma espécie de lógica de “coautoria”, na perspectiva de uma incorporação de práticas violentas, próprias das redes, mas que são atualizadas nas questões alheias a elas e que, eventualmente, se fazem presentes na resolução de conflitos de naturezas diversas (pendências comerciais, brigas corriqueiras, vendetas), lógica que “se impõe como ordem social (...) e que se apresenta aos atores como um complexo de relações de fato e cursos de ação obrigatórios – expressão simbólica de uma ordem social, para todos os efeitos práticos” (MACHADO DA SILVA, 2004, 58).

Um dos aspectos dessa dimensão de visibilidade do poder da rede estabelece algumas especificidades relativas ao sistema gênero. As tensões estabelecidas entre autonomia e/ou sujeição

relativas às mulheres pesquisadas que participam ou participaram de uma rede, dizem respeito a uma participação que, ora se apresenta como algo que deve permanecer oculto, resguardado, ora ao que deve ser exposto, ganhar visibilidade. Na análise sobre a conduta no crime, Marques (2009) aponta um movimento entre territórios fronteiriços definidos por forças (associativas/dissociativas) entrelaçadas como condições recíprocas de possibilidade, constituídas através da *dizibilidade* (enunção de uma verdade prática, “um dizer-verdadeiro”) e visibilidade (atributo do agente revelado nas práticas, “um ser-verdadeiro”), condições que estabelecem correspondência com as regras, as condutas e a localização dos corpos em fronteiras de espaços contrapostos, o seguro/o convívio.

A dubiedade do conceito da “fiel”, que foi encontrado em campo, evidencia essa relação de força em que a enunção que opera o ser-verdadeiro realiza-se sobre uma suposta essência de gênero (efetivada nas práticas) e nas dimensões espaciais seguro/convívio, traduzidas como os domínios públicos e privados em que as práticas realizam e localizam esse agente, a “fiel”. Como categoria êmica, esse conceito a princípio parecia nomear somente a figura da esposa. Mas aos poucos, a fiel foi estendendo-se para outros corpos, as esposas, as amantes, as namoradas e até mesmo uma amiga e revelando-se como uma categoria analítica. Mais do que incorporar um corpo fiel, “traduz” uma relação de posições e práticas sustentadas na essência de gênero. Pode ser incorporada por todas aquelas que se posicionam como uma pessoa [mulher] “de fé”.¹⁰ A constituição dos significados dessa lealdade é evocada na necessária relação que os agentes estabelecem mediados pela portabilidade dessa essência (transferência e contra-transferência recíproca). Seja nos domínios públicos alargados, relativos aos espaços de conexão em que a dinâmica da rede se estende, quanto no domínio privado (referente às relações íntimas, ao domínio doméstico e às posições maritais clássicas, mesmo quando essas relações são homoafetivas). Em um e outro desses domínios “a fiel” tanto incorpora uma adjetivação positiva quanto negativa [a oficial ou a outra/a submissa/a esperta] dependendo da posição do agente que foi chamado a clarificar esse conceito na pesquisa. Mas o conceito somente se realiza em termos das práticas e das relações que lhes dão sentido de portabilidade de uma essência, de alguém com quem se pode contar.

A fiel é a tonta que limpa, passa, ajuda a traficar e pagar o patrão. Ela é a mina firmeza que está lado a lado, se ele cair ela vai marchar com ele. Mas ela tem vida boa, é chifruda, mas tem tudo com esse homem (Sula, rede de empreendedores de bocas).

A fiel é a esposa, é pra ter filhos, ter um lar. Eles não gostam que ela participa de nenhuma ação do crime, quer ela cuidando da casa. As outras é pra uma noite só. No meu caso eu tava sempre junto porque eu era muito ciumenta (Cristininha, Rede de empreendedores de bocas).

A fiel é a esposa, é principal, é a primeira, a de compromisso sério (Sônia, rede de empreendedores de bocas).

¹⁰ Forma utilizada para nomeação das mulheres encontradas em algumas letras de música, sobretudo no funk.

Essa posição no mercado social do tráfico se materializa, entre outras situações, através do corpo, em uma dimensão puramente física ou no sentido de pessoa, como evidência da lealdade que conecta os agentes. Aparentemente, é um poder assujeitador, fincado no clássico modelo patriarcal (posse sobre o corpo e ausência de autonomia do sujeito feminino). No entanto, esse corpo “possuído” incorpora a força de um agente que exhibe publicamente o seu valor transacional (a confiança), cujas contrapartidas não excluem as suas decisões e escolhas. Oferecer-se como esse objeto de visibilidade é fazer uma marcação de valor, constituir-se relacional e estrategicamente como um bem (re)negociado pelos agentes em questão e pelo conjunto ampliado de conexões da rede em que esse valor se estabelece. No domínio público, uma “fiel” valoriza um agente pela aceitação, cobertura e adesão às suas práticas criminosas, até mesmo nas execuções. Atravessa armas e drogas; em uma abordagem policial atua em sua defesa, acobertando ou assumindo o risco (“um BO”); utiliza estratégias de comoção, como “o barraco”, ou exibição de um filho para comover os agentes de segurança e impedir, ou atrasar a situação de encarceramento; realiza “pequenos corres” em troca de uma droga, mas sobretudo como prova da confiança que pode ser depositada nela.

Depende do momento. Eu já fiz coisas pra ele, expectativas que num tava nos meus planos, no meu momento; passei por cima de muita coisa, da minha mãe e fui, e fiz, sem esperar alguma coisa de valor em troca. A única coisa que eu esperei dele foi a confiança! (Silvaninha, namorada de um guerreiro, rede de empreendedores de bocas)

Elas são jovens, o distribuidor é o rei e as meninas disputam esse cara. Ela se emaranha, passa informações, encontra a melhor forma de ajudar, faz o trajeto pra saber, é uma coadjuvante. Quando a gente pega o rapaz elas armam o maior barraco! (Policial 1)

Uma “fiel”, nos espaços de visibilidade pública da negociação entre os agentes, exhibe o poder desse seu atributo nos momentos de sociabilidade, como as festas, o desfrute das noites, nos carros em que circula ao lado de um agente de poder no mercado, nas marcas dos acessórios que usa e na beleza do seu cabelo, símbolo máximo do poder da feminilidade no tráfico. Ela disputa, e até mesmo divide, esse homem (ou agente) com outras mulheres. Negocia seus caprichos e necessidades financeiras, sobretudo se têm filhos com um homem e que serão por ele mantidos até o momento da sua desconexão ou impedimento de atuação direta na rede, derivados, por exemplo, da prisão ou morte. Essa lealdade também se expressa no sentimento de segurança que ela adquire, através dele, contra qualquer outro agente, inclusive outra mulher, que possa querer investir contra a sua pessoa em uma situação qualquer. Esse sentido de fidelidade, também, institui uma luta pela marcação de um valor originário, do agente que supostamente incorporaria esse “ser-verdadeiro”, acionado em esquemas de classificação de valor atribuídos ao montante de poder que uma mulher adquiriu ou pelo reforço da sua vulnerabilidade nas

contratransferências. Essa situação me foi apresentada por uma participante, que na posição de namorada de um jovem comerciante que comandava uma rede de bocas, acentuou o valor do seu atributo de fiel diferenciando-o das demais mulheres, cuja base de contrapartidas das quais desfrutavam, as posicionaria como “vagabundas” e não como “fiéis”.

Tipo assim, ela é uma mulher que tá ali, mas não passa do limite dela, porque ela sabe quem ela é. Ela não vai passar daquilo. Ela sabe que ela é uma vagabunda, que ela vai ser usada e que ela não precisa querer nada demais porque ela não vai ter. Ela ganha com isso um sentimento de segurança, que ela tá segura ali, se alguém vier pra cima dela, inclusive outras mulheres, que ele vai proteger ela. A vagabunda é aquela que você usa e pronto. Quando você não quer, ela fica ali por perto e quando ele quer ela vai tá ali de novo. Mas a fiel vai pra além disso, ela não é um objeto de prazer pra quando você quer. De repente ela vai usar droga com você, ela não vai ficar embaçando, num vai pesando, atrapalhando o esquema dele e as relações que ele tem com os outros homens no tráfico não vai ficar se envolvendo, tipo “quanto você ganha? Quanto você tá gastando?”, um papel de mulher mesmo, dentro de um padrão de relacionamento, tipo um homem e uma mulher, eles se ajudam, mas não se envolvem com a vida do outro. Ela não vai envolver com vida dele. (Malu, namorada de um empreendedor, rede de empreendedores de boca)

Essa natureza de “fiel”, através da forma de adesão à rede e do poder que o agente masculino passa a exercer sobre um corpo (“Quando você não quer, ela fica ali por perto e quando você quer, ela vai tá ali de novo”) torna visível a força que de um sentido que incorpora a dominação como potência relacional. A espécie de afirmação que se faz através da conquista dessa adesão (fidelidade) tem que ser entendida nas relações que esse universo de práticas produz como “um mundo de significados” e não como uma “região moral”, desviante. Em um contexto de imprevisibilidade absoluta, os agentes ganham existência pública pelas provas materiais e simbólicas do seu desempenho em um espaço “onde o naipe é condição”¹¹. O que parece oferecer sentido ao padrão da apropriação do corpo não diz respeito somente a uma lógica masculina, mas uma mobilização de valores em uma lógica transacional (...) *comme le resultat des processus sociaux observables (qui entraînent la croyance en l'équivalent des objets) et permet de s'interroger à la fois sur les techniques qui établissent l'équivalence et sur les discussions, voire les conflits, autour de cette équivalence* (WEBER, 2000, p. 97).¹² É uma visibilidade que marca a distinção, no sentido de um poder diferencial que delinea a posição de inclusão/exclusão dos agentes, portanto do seu valor, pelas suas posses, materiais e simbólicas, no fluxo em que as trajetórias percorrem “mundos” de consumo, uso e descarte de bens, incluindo os próprios corpos.

¹¹ Letra do Funk Novinha Cifrao – Mc daleste. Disponível em <http://letras.mus.br/mc-daleste/novinha-cifrao/>, Acesso em 25 de outubro de 2013.

¹² (...) O resultado dos processos sociais observáveis induzem à uma crença na equivalência dos objetos e levanta questões, sobre as técnicas que instituem a equivalência e sobre as discussões, até mesmo os conflitos, em torno dessa equivalência (tradução livre da autora).

Ela tá usufruindo do dinheiro dele e ele do corpo bonito dela. É como se fosse uma troca, você me dá o conforto daquele momento, vou sair de carro, em uma Ferrari, de moto, uma moto bonita, grande e eu dou pra ele; em troca o meu corpo, é como se fosse uma troca de objetos. Ela dá em troca o corpo, o carinho, o momento, às vezes o cara tá querendo atenção também. (Silvaninha, namorada de um guerreiro, rede de empreendedores de boca)

Uma namorada tira proveito de alguma forma e ele usa ela pra alguma coisa. Ela leva uma droga pra ele, usando do bom corpo que ela deve ter. Tem muita mulher presa por causa deles, mas não tem enganação. São apaixonadas ou tão querendo mudar a vida delas. (Maria, rede de empreendedores de boca)

Teve uma época que eu ia nos baile e as pessoa num olhava nem pra minha cara porque eu num tava de Ciclone. A cê perde o valor, mas quando cê tá de Ciclone, veludo da cabeça aos pés, cê já tem um valor diferente, você é outra pessoa. Pra todo mundo, inclusive pras mulheres. Eu acho que rola um interesse das mulheres sim. (Guerreiro, rede de empreendedores de boca)

Seguindo a lógica do consumo contemporâneo baseada na velocidade de apropriação, consumo e descarte dos bens (incluindo as relações afetivas) “as novinha” – conexões de jovens/adolescentes que são objeto de disputa por conquista – são mercadorias novas em um mundo da obsolescência programada. São mulheres que se exibem e se afirmam em um universo de sentidos em que a posse sobre essa “carne tenra” e, portanto, o valor desse corpo, que no curto tempo da sua jovialidade se oferece para ser possuído, passa a ser publicamente reconhecido como uma identidade “transacional”, também, do agente que possui esse corpo e não somente daquele que dele se apropria. Existir em um espaço é diferir “e as diferenças somente são pertinentes se forem percebidas por alguém capaz de estabelecer a diferença” (BOURDIEU, 1996, p. 23).

Eles bancam as biscatinha com bebida, droga. Eles não confiam nelas, é só pra divertir, mostrar que é homem. Às vezes eles amam a mulher e faz isso porque os outros fazem, tem que mostrar que faz. (Sula, rede de empreendedores de bocas)

As novinhas não pode ver carro, patrão, quer um cara pra tomar, quer droga. Muitas não usam droga, mas as que usam eles usam as mulheres para fazer um corre de graça. (Lila, rede de empreendedores de boca)

Na situação que define o limite de uma conexão os agentes estarão fora do processo de circulação ou de uma conexão direta entre si. Esse limite mostra-se pela desconexão, que pode ser devida a um desligamento voluntário, ou a uma situação em que o vício ou qualquer imprevisto implique em dívidas que não poderão ser quitadas e que levam ao extermínio de uma conexão, por traições internas próprias das redes, ou ainda de fontes internas ou externas que resultam em encarceramento. De forma mais recorrente para os agentes masculinos, a desconexão pode derivar do insucesso de alguma ação (contra a polícia ou outro agente) e esse enfrentamento pode implicar na sua morte ou em um provável encarceramento. Na descontínua permanência de

ligação de um agente a uma estrutura de rede, apropriar-se de algo e/ou alguém e ser apropriado é distinguir-se em termos de potência. É afirmar-se como bem sucedido em um ambiente de instabilidade e competição extremada, que exige a exposição do desempenho. Exibir “uma aliança de ouro, e nove aliança de prata”,¹³ é um modo de fixar os significados públicos das fidelidades (alianças) sustentadoras de um agente em um fluxo de incertezas.

Se no mundo dos bens o valor é constituído pela visibilidade por eles operada (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009) os cordões de ouro, os carrões, a exacerbação do valor sexual dos corpos nos bailes, a exibição dos cabelos e das roupas de marca intercambiam os corpos cujo valor é encarnado na categoria “a fiel”, incorporação de um bem cuja particularidade do ritual de cobrança é uma prática legitimada por todos os agentes (não só pelos homens). Nesse sentido, a propriedade sobre os corpos, nas redes do tráfico, parece sugerir, não uma evidência da sujeição das mulheres e dos seus corpos. É uma constituição de sistema de transações entre agentes pela consagração de um valor que, contraditoriamente, se afirma na destituição de todos os corpos como um valor privado e de gênero e da sua valorização como um bem transacional.

As contradições que também abundam neste contexto destituído de regulação institucional e regido por moralidades, “uma mulher não deve vacilar”¹⁴ e ela pondera os riscos de uma atuação desajustada aos padrões de conduta da rede. Espera-se que ela seja capaz de dar visibilidade aos sentidos materiais e simbólicos da posição que ocupa, sendo a lealdade uma prova requerida em várias situações. Marchar ao lado desse homem nos momentos difíceis é uma das provas visíveis no ato dela ao “assumir o BO”, o flagrante, inclusive encarregando-se, para ele, da responsabilidade criminal como traficante ou de associação ao tráfico.¹⁵ Um dos exemplos é a ocultação de drogas, que nunca é feito por um agente da rede na sua própria residência. O espaço da moradia é sagrado, pois, em geral, nele habitam a mãe, as irmãs, a esposa, as mulheres que ele reconhece como família, a quem ele deve moralmente proteger, além, evidentemente, de ser um lugar de flagrante incontroverso. Mas a casa de outra “fiel” (amante ou namorada) pode ter a sua sacralidade violada, exigida ou solicitada, como uma prova da lealdade dela.

Elas estão ali pra segurar qualquer bronca deles. Achou droga se tiver dentro de casa ela é que vai levar. Muitas estão sobrevivendo talvez até porque estão presas, porque quando sair... Porque elas sabem demais. (Policial 1)

¹³ Trecho da música Pra Ser Fiel, Mc Daleste, disponível em: <http://letras.mus.br/mc-daleste/pra-ser-fiel>. Acesso em 25 de outubro de 2013.

¹⁴ Trecho da música de Luis Melodia, Juventude Transviada.

¹⁵ Artigos 33 – [Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar] e 35 [Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, § 1º, e 34 desta lei] Lei 11.343/06.

É paixão, é loucura, a mulher apaixona, segura pra ele, vem marchar, ela fala “ele me ama, eu não posso entregar ele”. Se ela segurar o corre dele ele faz do bom e do melhor pra ela. Se não fizer ela pode até morrer. Eu considero todas vítimas e burras ao mesmo tempo. (Layla, rede de empreendedores de boca)

No momento da desconexão (temporária ou não) de um agente masculino da rede, nas situações de encarceramento, por exemplo, essa fidelidade aparece: na realização de “pequenos corres” em troca da confiança que ele pode depositar nela; submeter-se à revista vexatória para visitá-lo e prover suas necessidades de bens pessoais e para que ele possa dar prosseguimento aos negócios dentro do sistema penitenciário; repassar informações estratégicas dos movimentos da rede; cadastrar-se para visitas íntimas e levar uma amiga para que ele possa apresentar a um amigo no cárcere, enfim, ser “fiel” é seguir com ele “nessa caminhada”.

Eu falei pra ele, eu seguro a droga e você vai sair da minha vida. Ele era um psicopata. Ele imaginava coisa. Eu segurei a droga. Eu fiquei até 2 horas da manhã e ele saiu. Ele não rodou por mim, rodou depois pelos caminho dele. (Sula, rede de empreendedores de bocas)

Se o cara vai preso elas, por sentimento, assume a vontade dele, entrando no crime, pagando advogado, levando as coisa, ela acha que vai ser uma prova de amor, o que é uma ilusão, a mulher é só uma ponte. (Maria José, rede de empreendedores de boca)

A mulher é muito usada, primeiro porque ela tem essa característica de tá associada com alguém, de ela tá ligada a alguém do tráfico, ela sozinha não, mas ela é mulher de alguém, ela é a confiança de alguém. Então é quem você vai confiar a droga de alguém. Ai eventualmente ela vai precisar de fazer o transporte e vai ser pega. Acontece demais, acontece demais. E normalmente as mulheres são ameaçadas, elas são ameaçadas, normalmente! (Policial 3)

No sentido de uma conexão que deve ser publicamente exibida, ser uma fiel é estabelecer uma forma de ligação com toda a rede, que uma vez estabelecida, implica uma gradual apropriação da autonomia de movimento dessa mulher em qualquer outro espaço e forma de relacionamento afetivo com outro parceiro. É também um sentido de fiel que se estabelece como uma conexão permanente e sob controle. A prova mais forte dos sentidos que a cobrança dessa lealdade assume será uma espécie de propriedade vitalícia sobre o corpo dessa mulher que já não poderá pertencer a nenhum outro homem, até ele se desinteressar ou “até que a morte os separe”. Cabe a ele, como um ato de honra diante da rede, demonstrar que é capaz de exercer o seu poder, ainda que distante, “ (...) quanto mais custosa a pompa ritual, mais forte a intenção de fixar significados” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 47). E os custos para manter esse domínio são significativos. A vigilância é realizada através dos vários links da rede que passam dar notícias sobre os procedimentos dela, de fazer chegar ameaças, inclusive à família no caso de uma desobediência ou traição, da possibilidade de ter que cometer (ou mandar executar) um

homicídio contra outro homem que tenta ou efetivamente se aproxima. No limite executá-la. Se o poder sobre os corpos se baseia na publicidade do desempenho na obtenção dos bens de valor, a desconexão, “não autorizada”, de uma mulher pode representar para o agente masculino o status de consumidor fracassado, termo utilizado por Zigmunt Bauman (2010). É necessário continuar exibindo o sucesso nos processos de circulação de mercadorias, demonstrar que essa propriedade permanece, independentemente da atualidade do seu valor de troca (para ele). A luta pela permanência faz parte do processo de descarte dos bens.

Só ele é que pode. É como se fosse uma propriedade. Aí o que acontece é que se você ficar com um cara, os outros homens vão ficar com medo de ficar com você, porque em algum momento ele pode te requerer e se ele te quiser de volta pode até matar o cara. (Malu, namorada rede de bocas)

É de certa forma uma prisão, você é uma casa, um carro, só falta pagar IPTU. Quando meu irmão separava porque ele queria tudo bem! Se era ela, ele queria matar, fazer e acontecer, ameaçava, era uma propriedade dele. (Maria, rede de empreendedores de boca)

Se separa ela não pode arrumar homem nenhum. Ele batia nos meninos que eu ficava. Eles acha que a gente é propriedade deles. (Regininha, rede de empreendedores de boca)

4.1.3 *A fidelidade oculta*

Se por um lado a “fiel” representa uma das formas da exposição transacional desse bem na esfera “do convívio”, a mulher que ocupa um lugar relativamente permanente no domínio privado, a que assume a posição de esposa, é uma face da transação que se realiza na dimensão oculta, na esfera “do seguro”. Na perspectiva de Hanna Arendt (1972) no ideal da *ágora grega*, o domínio privado, por ser esfera de realidade destituída da presença do outro, remeteria a uma condição de privação (*privare*), de destituição da humanidade como condição adquirida pela participação em um mundo comum: “(...) a privatividade era como o lado escuro e oculto da esfera pública; ser político significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana, mas não possuir um lugar próprio e privado significava deixar de ser humano” (ARENDRT, 1972, p. 74).

A esfera privada, representada pela casa e a família, estava associada à dimensão “de natureza” dos homens, ao mundo das necessidades da condição perecível dos indivíduos. Portanto, deveria ser oculta, constituída fora dos “olhos” da vida pública. É nessa esfera de privação do mundo comum que se situavam as mulheres e os escravos referenciados, objetiva e subjetivamente, a uma “sociedade natural”, coletividade na qual está fundada uma espécie de propriedade, a família (MARX, 1984, p. 349). Porque não corporificavam a ação ou trabalho como artefatos humanos, mas o labor, a condição da natureza humana (subsistência e reprodução da espécie), as mulheres eram sujeitos destituídos de visibilidade, de participação na vida política, uma esfera de

transcendência (ARENDT, 1972). A mudança central nesse sentido de público e privado processou-se na modernidade, momento histórico de associação do privado com a riqueza individual e o trabalho, este último entendido como uma propriedade do indivíduo. Na condição moderna, a proteção dos interesses privados e a organização e divisão do trabalho passam a ser bens comuns e, portanto, garantidos na esfera pública, transmutada em esfera social: “(...) a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social” (ARENDT, 1972, p. 79).

Arendt afirma que foi nesse contexto que as mulheres deixaram de ter o seu espaço e existência condicionados somente à esfera doméstica, ao espaço privado. Se antes, eram representantes do labor (tem no corpo a explicitação da perene condição de natureza) e, portanto deveriam estar ocultas, restritas à privacidade do lar, na modernidade são alçadas ao espaço público. Estão, aparentemente, elas foram igualadas aos homens no sentido de que na modernidade qualquer indivíduo é, antes de tudo, proprietário de um corpo produtivo, uma força de trabalho que, necessariamente, deve ser exposta para negociação na vida pública.

No entanto, na atividade do tráfico, a mulher que deve ser resguardada, não se traduz pelo sentido de *privare*; tampouco é um agente que se iguala aos homens masculinos, na condição de um corpo produtivo que deve ser exposto para negociação. Essa mulher, cuja existência é conhecida mas não deve ser exposta, significa uma das dimensões mais perenes da existência de um agente na rede, a família, domínio que deve ser resguardado dos combates reais e simbólicos que se dão nos espaços instáveis e visíveis do movimento das conexões.

A esposa do patrão não se expõe, mas a posição dela é tão forte quanto. Manda igual ou mais que o homem. Ela só não é o braço direito dele se não quer, vai da ambição de cada uma. Mas não tem necessidade, ela só fica na sombra e água fresca, é muito forte, não tem necessidade de se expor. (Tetê, rede de empreendedores de boca)

A mulher eles não deixa mexer, quando o cara é realmente bandido. A esposa é tratada como uma princesa. Eu sou considerada porque “eu sou a esposa de fulano”. (Cleo, rede de empreendedores de boca)

Ele sempre tentou que a gente morasse longe, nunca me envolveu. Muitas não envolve, pra elas não serem presas e se eles for preso pra elas não entregar o marido. (Ritinha, rede de empreendedores de boca)

De maneira ideal, essa união representa a solidez de vínculos familiares que ambos não vivenciaram. O modelo de controle masculino sobre a família não foi um padrão de referência encontrado em campo. De maneira invariável, a composição familiar era derivada de várias relações estabelecidas pelos pais ou mães de origem. Nas conexões femininas pesquisadas a ausência da figura paterna, sobretudo como provedor ou como um homem que compartilha a

responsabilidade do núcleo familiar, relaciona-se, por um lado, às relações inconstantes, mas constância de gravidez a cada nova relação. Pareceu-me um mito, não confirmado, o fato de que os “homens do tráfico” exigem das mulheres um filho, exigência não foi confirmada por nenhum participante da pesquisa, tendo sido recorrente as situações em campo, em que os homens assumiram os filhos que as mulheres tiveram em relações anteriores. Novamente, estamos falando de uma situação relacional em que “dar um filho” a um homem é uma forma de afirmar-se como parte das suas conexões, em termos do “porto seguro” que uma “fiel” representa. Mas também significa, para esse homem, uma forma de afirmar-se na sua virilidade e na capacidade de oferecer, àquele que ele reconhece como filho, proteção, uma vida confortável (ou melhor, do que a que teve), durante o período em que ele se faz presente.

A recorrente ausência da figura masculina como “responsável pelo domicílio” ou referência paterna, tanto para homens quanto das mulheres participantes da pesquisa, também diz respeito aos processos de marginalização sofrida por alguns homens, tais como o alcoolismo, o uso abusivo de drogas ou álcool, baixa empregabilidade, repetidas situações de encarceramento e a vitimização por crimes violentos. Na incerteza do mundo, ser uma “fiel” e ter uma “fiel” representa, para ambos, pisar em terra firme, mesmo que por um breve período.

A fiel é a esposa de verdade. É com ela que ele tem filho, que ele dorme todo dia, que ele almoça. Ele guarda ela, dá integridade física e moral. Ninguém mexe com ela. Muita gente não conhece, ela não põe a mão em nada. Fica cuidando da contabilidade e dos filhos. Ela não é traficante. A mulher age pela emoção. Eu agia pela emoção. Eu queria ajudar o meu marido, tinha admiração por ele. (Lila, rede de empreendedores de boca)

A mulher que tem importância é a do patrão. Tem até uma música que eu gostava muito dela, na época, “ela que tá passando é mulher do chefe” ... Ou seja, não olha, não mexe. Os outros homens não mexe. Ela fica protegida, porque não é pra ficar rodando igual as outras vagabundas. Ela é só dele e pronto! (Malu, namorada, rede de empreendedores de boca)

Por outro lado, estamos falando da perspectiva de um mercado em que a participação das mulheres tem grande valor pela sua funcionalidade moral. Uma afirmação constante das esposas entrevistadas é que seus companheiros não as expunham. Essa ideia de preservação relaciona-se, também, ao papel estratégico da conexão oculta, a normalidade que uma família aparenta. Uma esposa não é, a princípio, um alvo da polícia; sobretudo aquelas que exercem algum tipo de ocupação lícita, que cuidam dos filhos e da casa. Ela não estabelece ou executa atividades de exposição direta para a rede. No entanto, muitas gerenciam os negócios para um agente a ela conectado, seu marido, companheiro ou irmão.

De maneira reservada, controla ligações telefônicas, agenda encontros para o recebimento de mercadorias ou acerto de dívidas, envia os recados das cobranças e, de maneira recorrente,

se ocupa da contabilidade. Mas não se envolve nas ações de enfrentamento direto, tais como a atividade de segurança, resolução de conflitos armados, como no caso de cobrança direta das dívidas, pois são ações que envolvem grande exposição e conflito aberto. Esse fato explica o uso recorrente da expressão recolhida em campo, “ele me poupava”, ou pela forma como elas não se posicionam ocultas na sua funcionalidade moral, como esposas.

Eu controlava telefone, encontros pra receber a droga, marcava encontro pra receber dinheiro que era pra receber e não chegava. Na cobrança eu não ia, é um perigo! Quando ele ia entregar, às vezes eu ia pra fazer algum outro negócio. Meu marido não gosta de me expor. (Cleo, rede de empreendedores de boca)

A mulher ajuda só de estar com ele, participando de tudo e não falar nada. Eu era só apoio. Ele nunca me deixou fazer nada, sempre me poupou. Ele via que era errado. (Lila, rede de empreendedores de boca)

A esposa só não é o braço direito se ela não quer. Vai da ambição dela. Mas quando ela chega numa posição forte não tem como sair das garras dele e do tráfico. Fica envolvida num grau, que não tem como sair. (Silvaninha, rede de empreendedores de boca)

Essa vitrine de fidelidade recôndita, daquela que “ocupa um lugar de um 35 e não de um 33”,¹⁶ deve permanecer até quando as ações do companheiro/marido são cerceadas por encarceramento. Nesse momento, um novo ciclo tem início. A natureza familiar dos empreendimentos que, na ausência do companheiro é destituída de qualquer proteção institucional, exige dessa mulher uma postura. O seu grau de conhecimento e envolvimento com os negócios, a sobrevivência do núcleo familiar, que passa a estar sob a responsabilidade dela, a sua decisão pessoal em termos de dar prosseguimento às atividades e, de maneira marcante, o nível de controle sobre ela que ele será capaz de manter à distância, são algumas variáveis definidoras do movimento que essa mulher empreenderá na rede a partir de então. A decisão de uma esposa pode ser de colocar fim à conexão familiar com a rede, por medo ou desinteresse por manter uma atividade de alto risco sozinha. Nesses casos, a sua ligação com a rede permanece até a liquidação de toda a mercadoria que se possui e sua conexão permanece, somente, com este homem com quem, por lealdade, vai “marchar junto” no período de encarceramento.

Quando eu fui presa, minha companheira assumiu. Mas ela não deixava de ter participação, eu era dona, mas sempre, atrás do dono, tem uma pessoa. Ela sabia o que eu era. Vivia do que eu fazia, era mulher de bandido que não come cadeia. (Maria José, rede de empreendedores de boca)

Não é automático, a não ser que a pessoa trabalhar junto, em conjunto, tipo família, o marido e a mulher, a mulher já sabe o que o marido faz ou o marido sabe o que a mulher faz. Já vê, aí já vai ter aquela maldade, aquela noção, do contrário é meio difícil.

¹⁶ Trecho de uma entrevista – Sula, rede de empreendedores de boca.

Assumir até assume, mas só até vender o que já tem, porque pra mulher tomar conta de tudo ela tem que ter experiência, pra ela ter experiência tem que começar de baixo, se ela quiser começar do alto, de uma vez só, ela num consegue, perde a droga ou ela vai presa. (Xuxa, rede de empreendedores de boca)

A não continuidade das atividades por ela, também pode estar relacionada a uma decisão do marido/companheiro, que prefere preservá-la e manter seu poder de controle através da referência como provedor, no caso dos agentes que tinham uma posição sólida no mercado, quando do seu encarceramento. Ele permanece mantendo o núcleo familiar com os rendimentos que lhe são devidos pela atuação na rede. Isso é possível pelo fato de que um agente que atua na rede, sobretudo se constituiu uma teia sólida de conexões e (patrão, fornecedor, gerente) não tem seu movimento interrompido quando preso. O sistema penitenciário não representa, necessariamente, uma interrupção do movimento das conexões, mas uma nova forma e direção do fluxo dos negócios.

É essa capacidade de extensão do movimento desse agente que torna a fiel um agente de referência. Se a atuação dessa mulher era como braço direito, a lealdade demonstrada lhe dá um domínio, em termos de conhecimento sobre o fluxo do movimento da rede, o que a capacita a assumir o papel de liderança. Ela passa a ser um intermediário entre aquele que está encarcerado e o restante da rede, podendo assumir o “o vácuo de poder que ele deixa quando é preso”.¹⁷ Aos poucos, essa mulher vai assumindo vários controles, adquire um status de gerente da rede de conexões do marido, dos filhos ou dos irmãos, cuja orientação, à distância, contribui para a tomada de decisões, auxilia na resolução dos conflitos, coloca à disposição um agente de confiança para auxiliá-la nesse gerenciamento. O valor da lealdade na construção de uma rede é vital nesse momento. Essa moralidade garante, na ausência dele, o respeito sobre o comando da fiel, em nome do respeito que por ele foi construído. Ela é a “mulher do chefe”, representação direta do seu poder. As dívidas são honradas, com mercadorias, droga ou dinheiro, fator que lhe garante a continuidade do movimento.

Muita gente ficou devendo. A minha missão foi receber esse dinheiro. Meu marido mandava eu chamar fulano e fulano pra eles me ajudar. Os amigos respeitam pelo nome da pessoa que tá presa e das pessoas que tão atuando. (Lila, rede de empreendedores de boca)

Eles vieram para pagar a dívida do meu marido. Muitos me pagaram com mercadoria. Eles tinham respeito pelo meu ex-marido. No meu pensamento foi fácil. (Tetê, rede de empreendedores de boca)

O fluxo da rede segue, mas o controle, que sustenta o pacto de lealdade incide sobre essa mulher em termos da perda de sua autonomia, sobretudo no que diz respeito à sua vida afetiva

¹⁷ Trecho de entrevista – Fê, mulher, apoiadora.

e sexual. Nenhum homem se aproxima dela. A vigilância “panóptica” exercida como controle de todas as demais conexões sobre essa mulher é uma vivência por ela incorporada. Para que ela permaneça como uma “fiel”, que dê visibilidade ao conceito que lhe alçou a esta posição, a intocabilidade do seu corpo é uma das provas, aceita ou imposta. Ela deve “marchar” com ele até o fim. E, de maneira relacional, esse controle à distância em relação a essa mulher, mantida pelas demais conexões masculinas que compõem a rede, indica que, de maneira ideal, não há quebra do pacto de lealdade das demais conexões em relação a esse agente que se encontra encarcerado. Portanto, é uma forma de permanência do seu poder. Nas situações de quebra desse pacto por parte de um homem que se aproxima de uma “fiel” na ausência do marido/companheiro isso se traduz na perda da confiança sobre todas as atividades virtualmente exercidas por ele na rede. Ele é desconectado, ou pode, até mesmo, receber uma retaliação física, no limite ser executado (fato recorrente, sobretudo para os que não pertencem à rede). Assim, os riscos de uma traição são ponderados, “o código que liga as ideias, liga também as realidades” (FOUCAULT, 1995, p. 91).

Não existe um colega dele que entra na minha vida. As coisas são separadas. Mesmo se for ex-mulher, se trair é morte na certa! (Tetê, rede de empreendedores de boca)

(...) Se outro homem se aproxima da fiel ninguém confia mais. Eles pensam que ele não vai respeitar ninguém no crime. A mulher deles também tá na rua. Não respeitou a mulher de fulano, não vai respeitar a minha. Ninguém confia mais nele pra fazer um corre. (Lila, rede de empreendedores de boca)

Mas quando uma mulher que se posicionava em um domínio oculto, uma esposa por exemplo, passa a atuar em linha de frente de uma rede, tal qual o comando, a condição pública que assume incorpora as práticas de todos aqueles que atuam no domínio da visibilidade. É uma perspectiva de domínios de ação e não mais masculinos ou femininos.

Alguns casos sim, como esse da L, o marido dela é assassinado então ela herda a liderança da gangue; então ela se torna uma mulher audaciosa ai ela tem que partir para o enfrentamento também. Então ela vai aprender a trabalhar com arma, ela vai ordenar os homicídios. Ela que ordena os homicídios, então ela parte pra frente. Que ela construiu ao longo do tempo como o marido dela, o R. Como mulher do R, como pessoa atuante, ela ganhou esse status..., além de ter herdado, pelo fato dele ter falecido. No conflito ela também foi baleada e ela recuperou e ela jurou vingança e ela vingou. Ela reorganizou a gangue e matou os rivais. Ela responde por 8 homicídios direto e indiretamente (Policia 3).

A diferença se estabelece em outros patamares, muitas vezes assumindo um caráter mítico. A legendária “vovó do pó”, uma octogenária que atua na Região Metropolitana de Belo Horizonte há décadas, é um desses mitos. Sua existência e especificidade de comando (aliada a um irmão, seu negócio foi erguido sobre o exercício de uma liderança familiar subordinadora de filhos e netos), somente foram possíveis de apurar a partir de terceiros ou por alguns estratos midiáticos sensacionalistas.

No caso de X que assumiu a direção central dos negócios quando da morte de seu marido, com a promessa de vingar essa morte, a luta genocida que se instalou entre a sua rede e os “inimigos” culminou no seu assassinato em um sinal de trânsito nas imediações do bairro onde atuava. “Ela foi assassinada sem piedade, como se fosse um deles”, me disse um participante da pesquisa. Como se fosse um homem, talvez seja a tradução exata do que esse interlocutor tentou me dizer. Transgredir os lugares delineados pela funcionalidade moral dos agentes não é uma posição pela qual se pode passar de maneira incólume, sobretudo quando eles demarcam, em termos do gênero, uma distinção de posicionamentos e os sentidos das práticas. A diferença entra em um novo ciclo, cujo contorno se esboça na exibição de práticas violentas assumidas em nome de uma vingança, de uma moralidade, de um desafeto; uma performance exacerbada do oposto da funcionalidade moral de gênero, até a fase de desconexão desse agente, seja por desligamento, por busca de segurança, por encarceramento ou morte. Mas esse momento iguala todas as diferenças.



Ser um “35 e não de um 33”, funcionalidade moral de gênero, exemplarmente incorporada pela figura da mulher fiel, poderia ser considerada uma reprodução da clássica divisão social do trabalho, nos seus termos de gênero? A princípio, a resposta seria não. A demarcação da diferença de gênero como uma lógica de desigualdade, fundamentada na lógica do capital, não necessariamente se replica indefinidamente na diversidade do mundo social. A mimetização, a subversão ou a reprodução estratégica das lógicas são dadas nas específicas dinâmicas exigidas por uma atividade criminosa, como o tráfico ilegal de drogas. É no âmbito dessa dinâmica que as “coisas” relativas a homens ou mulheres se estabelecem por relações de desigualdade ou diversidade, são efetivadas e representadas como um determinado “proceder”.

É uma dinâmica em que os atributos apresentados e/ou exigidos pelos agentes, como um crédito que permeia as relações, se estabelecem nos contextos e espaços onde esse valor é produzido. A funcionalidade moral é convocação de sentido em um âmbito de práticas específicas. E é, também, em termos das convocações de sentido, que as subordinações se processam, não simplesmente, como uma reprodução de uma lógica de desigualdade de gênero, mas sob uma lógica contextual das trocas. A constituição do valor funcional feminino é a exacerbção do valor de mercado dos agentes. É a apropriação, a circulação e o descarte dos corpos e relações. É o investimento contextual de sentidos não restrito às mulheres.

Se no mercado de trabalho a suposta essência feminina, relacionada ao mundo natural, deprecia o valor de troca da sua força de trabalho na dinâmica do tráfico, essa essência é um valor

fundamental. A funcionalidade moral é valor incorporado a um agente, resguardado no domínio privado ou exposto nas transações comerciais e nos ritos. Valor constituído em um campo de relações, objetivas e simbólicas, estabelecidas entre aqueles que dele se beneficiam (BOURDIEU, 2014).

As mulheres, por serem portadoras de um recurso valorizado, não se posicionam meramente em um lugar subordinado ao domínio masculino. A diferença é definida pela posse de uma substância essencial, tornada objeto de negociação. A funcionalidade moral convoca à parceria, à associação, à troca. Ser um “35 e não um 33” é domínio sobre o recurso e não perda do controle sobre ele. No entanto, os bens utilizados para as relações de troca configuram-se nos próprios termos, ou seja, no campo social no qual se fundamenta esse valor: um mercado ilegal. Portanto, implica em constrangimentos e violência, deriva em sujeições, em ausência de institucionalidade e abundância de moralidades. Assumir um “BO”, guardar uma droga, “atravessar” uma arma, “marchar junto até o fim”, dentre outras práticas, convocam à fundamentação da natureza dos bens transacionados para apropriação e manutenção da sacralidade desse recurso.

5 “DURAR É MUDAR”: MOVIMENTOS EM TATÁ

No clássico filme de Ingmar Bergman, **O Sétimo Selo**, a trama central se desenvolve em torno da luta pela vida em um cenário marcado pela peste, pela miséria, a fome e a obscuridade de uma fé que impele os destituídos da sorte à autoflagelação como um dos únicos recursos perante a sua impotência, para contraporem-se a um destino final, inevitavelmente já traçado. Frente à iminência do fim, o personagem central dessa trama, ao deparar-se com a morte, propõe-lhe uma partida de xadrez, mesmo ciente das condições absolutamente desiguais, entre os competidores, para esse enfrentamento. Essa questão serve aqui de base para a discussão deste capítulo sobre mobilidades (e sentidos de mobilidade da funcionalidade moral de gênero nas redes), em contraponto ao pressuposto das determinações que se apresentam à existência e cuja desigual porção de vulnerabilidades condenaria alguns à vitória e outros à perda da partida de xadrez, antes mesmo do seu início. Ainda que entrelaçado nas tramas estruturais, é possível a um agente negociar com as determinações? Poderá mobilizar seus recursos diante dos limites, a princípio intransponíveis, dando-lhes outros sentidos e valores?

A ideia dos limites como uma dimensão estrutural que define as trajetórias de vida é pontuada pelos trabalhos de Adalberto Cardoso (2010; 2013) a partir da premissa de que, em um recorte socio-espaco-temporal, um agente é o resultado de probabilidades configuradas por escolhas das quais não participou – determinações herdadas dos seus pais e/ou responsáveis – e também das escolhas por ele realizadas dentro do leque de possibilidades do seu estar no mundo, cujos contornos são dados pelos limites dos recursos, desigualmente distribuídos, que definem o quanto este leque está aberto para alguns e fechado para outros. Em uma ordem estruturalmente desigual, como a sociedade brasileira, essas probabilidades, segundo Cardoso (2010), assumem a forma de uma perpetuação *ex-ante* e *ex-post* das desiguais oportunidades de acesso aos recursos materiais e simbólicos, garantidos pelos direitos sociais, políticos e econômicos.

Sugiro colocar em questão a totalidade pressuposta na perspectiva das definições estruturais das trajetórias e da distância, ou isolamento, de uma *mainstream* social (KAZTMAN, 2005) dos “condenados da sorte”, cujos resultados já estão definidos em uma escala de probabilidades, cujas adições negativas são determinantes anteriormente a qualquer tipo de ação mobilizadora de um agente. Aquém dos supostos limites das correntes centrais, os agentes se deslocam e, não necessariamente, coordenados [ou fora] das rotas já traçadas. Nas práticas encontradas na pes-

quisa de campo, que apresento neste capítulo, os agentes pautam-se não somente pelos sentidos de “acesso, poder e prestígio” constituídos nos restritos limites “além-muros”, aos quais não têm acesso. Giram mundos e não certo mundo social; movem-se os agentes envolvidos em situações pautadas por significações constituídas nas redes de relações, entre as quais se constitui como agente. A ideia de um horizonte normativo, cuja direção única de valor (percebida enquanto tal) é almejada por muitos e conquistada por poucos, segundo uma lógica de recursos disponíveis e vulnerabilidades excludentes, restringe as possibilidades de entender a atividade sobre o mundo.

Os “regimes de mobilidade” são configurados por estratégias, percursos e destinos que se abrem como trânsitos, que se não podem ser totalmente controlados, não prescindem das escolhas – por mais destituídos e estruturalmente vulneráveis que pareçam ser os agentes. Não seriam as escolhas comandadas, também, por sentidos de natureza particularizada, quer dizer, também, possíveis de serem constituídas nas dimensões da experiência vivida? A atividade sobre o mundo é, também, uma lógica particularizada, por mais estruturalmente “marcada” que uma experiência possa se mostrar. O todo não é capaz de determinar teleologicamente as direções, os sentidos e resultados de todas as práticas, pois ele é, também, constituído pela relativa diversidade das partes.

Adaptando a crítica de Jeremy Boissevain (2010) para a análise de uma dinâmica criminal, congelam-se no tempo e espaço os supostos universos *outsiders*, tornando-os estáticos na sua colagem de vulnerabilidade estrutural e constituição simbólica descendente. Isso pressupõe tomar a estrutura social e a cultura como constituídas por uma totalidade observável de padrões de relações, significados e formas expressivas bem arquitetadas em torno de valores e conexões institucionais garantidoras do equilíbrio de uma unidade. Esta é a hipótese de desagregação de um social unitário na sua validade de referência, normativa e subjetiva, idêntica no mundo social (MACHADO DA SILVA, 2004). No caso das mulheres, as conexões com as redes ilegais são geralmente práticas, tomadas como confirmadoras de uma lógica de opressão de gênero, além da hipotética especificidade de um sujeito feminino criminal no tráfico, “uma essência própria dos sujeitos, que transcende os limites históricos e culturais” (AVTAR, 2006, p. 344).

Ao contrário da perspectiva das determinações ou essências de gênero, o argumento que pretendo apresentar, através do caso de Tatá, uma jovem de 22 anos que participou de uma rede de empreendedores de bocas, é o de inspecionar a diversidade contextual de gênero, de formas, práticas e motivações aqui apresentadas, nas interações com redes de comercialização com as quais essa jovem se conectou. A reflexão busca mapear os trânsitos, as negociações de sentido que foram levadas a cabo, as incoerências, as mobilidades e moralidades negociadas. Por um lado, nas vulnerabilidades estruturais que permeiam a dinâmica dos movimentos dessa jovem, abundam tensões e desigualdades, tanto nos domínios pessoais/privados quanto nas dimensões

estruturais e públicas mais ampliadas, em que o gênero se apresenta. Mas as desigualdades não são, necessariamente, determinações de um domínio – público/privado – sobre o outro, que excluem ou determinam as posições dos jogadores antes da partida. As desigualdades não estabilizam, antes posicionam os agentes que se movem entre a diversidade infinita dos espaços constituídos pelo próprio movimento. A maneira como os recursos incidirão sobre as posições e os resultados relativos são comandados segundo a dinâmica do jogo, no sentido da lógica do movimento que Tatá aciona, no universo de possibilidades e limites que encontra, mas que também ela constitui através do seu movimento.

Os contextos de participação de outras mulheres puxadas por este caso sugerem que os domínios femininos e masculinos nas redes não são definidos por uma dada relação de poder e gênero exterior às redes. Essas relações são potencializadas e contextualmente configuradas. Como apresentado no capítulo anterior, um agente apresenta o seu valor, sua distinção, na modalidade de prática concreta e contextualizada das redes. Mas esse valor não lhe é essencial, não tem sentido de permanência. Isso se aplica, também, ao sentido de gênero, vivido como prática, uma situação posicional que não é fixa na rede, nem nas relações que estabelece. Os trânsitos de Tatá parecem sugerir isso.

A funcionalidade moral incorporada pela “fiel”, anteriormente discutida, sugere situações diversas, uma atualização e usos estratégicos de sentidos aparentemente estáveis no mundo social, uma suposta adaptação da divisão social do trabalho. No entanto, não é um processo mimético. As significações também se realizam em contextos específicos das redes do tráfico. Delas usufruem ou perdem, controlam ou são controladas, ganham e morrem os homens e as mulheres, “os patrões” e “os guerreiros”.

Nas redes, o gênero é performatizado, seja como força, como dominação, fragilidade e subordinação. É ao mesmo tempo visibilidade e invisibilidade, sujeição, criminal ou não. As posições não são uma destinação derivada das essências sexuais. As localizações são manipuladas estrategicamente a partir de um ideal de gênero, da derivação de uma crença essencial sobre esse sentido.

Da mesma forma, as vulnerabilidades não são condições somente de subordinação social determinante das posições estruturalmente definidas. Podem ser acionadas como recursos nas micropolíticas de enfrentamento dos agentes com os “mundos”, com os quais se deparam através dos fluxos das redes de comercialização. Assim como a “fiel” – significação cambiante de visibilidade e ocultação, de poder e subordinação de gênero – o caso de Tatá, vem mostrar como os agentes, na forma como se percebem e se localizam na “corrente da sua história”, supostamente feita a despeito do seu controle, conectam-se através de seus recursos e destituições; fazem-se através de suas vulnerabilidades e necessidades vitais de sobrevivência física, social e simbólica; revelam poderes; se deslocam. As dimensões estruturais acionam experiências e não

somente determinações. O deslocamento é a razão da permanência, a mudança é a condição de viver e de sobreviver, dos agentes. “Durar é mudar!”.¹

5.1 TATÁ NAS CONEXÕES DE UMA REDE DE EMPREENDEDORES DE BOCAS

Tatá é uma jovem mulher, parda, nascida em 1992. Sua conexão com uma rede de comercialização de drogas teve início quando ela tinha 16 anos, no bairro em que nasceu e onde mora, situado na periferia de uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com uma população de 214 mil habitantes, segundo o censo 2010. Atualmente ela se desligou dessa rede que, segundo ela, está totalmente reconfigurada por conexões rompidas devido à morte ou encarceramento de alguns, mudança de região de outros, novos rumos tomados por alguns outros que, como ela, passaram a frequentar uma Igreja de vertente Pentecostal. Tatá estudou até o 1º ano do ensino médio (“tá difícil estudar não tenho mais paciência pra escola”). Conheceu seu pai recentemente, depois que entrou para a Igreja e o perdoou (“eu perdoei depois que entrei pra igreja, ele tá muito doente e eu vou lá visitar ele”) pelo abandono acumulado. Esse abandono foi mais intensamente sentido, quando da morte de sua mãe, há sete anos, devido a complicações decorrentes da Aids (“a minha mãe trabalhava na granja também, mas depois ela parou, era muito desvairada, saía, deixava nós num ligava muito pras coisas não!”). A separação dos irmãos ocorreu depois do falecimento da mãe, no momento em que a tia, com a qual foi morar desde a morte de sua mãe apresentou problemas de coluna e não pode mais trabalhar. Assim os rendimentos advindos do trabalho dessa tia em granjas na zona rural da cidade, também desapareceram. Não conseguindo obter afastamento pelo INSS a tia, que havia assumido o cuidado dos sobrinhos (já abandonados pelo pai e órfãos da mãe), viu-se impossibilitada de continuar trabalhando. Esse fato foi determinante para a redução das condições de sobrevivência do núcleo familiar e levou à decisão pela separação entre os irmãos. Somente Tatá permaneceu morando com a tia. Mas aos 16 anos ela saiu de casa, tendo moradia instável, desde então.

Essa narrativa recolhida no trabalho de campo parece não indicar qualquer possibilidade de mudança frente a um quadro em que as vulnerabilidades se apresentam como abismos que se abrem a cada etapa da caminhada de vida dessa jovem. À primeira vista, o que se apresenta é uma mobilidade descendente definida pela destituição pessoal e social que envolve a todos. Uma mulher, sua prole e as incertezas dos seus ganhos definitivamente interceptados por uma doença que lhe foi fatal. Por outro lado, uma trabalhadora informal que chefiava um domicílio²,

¹ “Durar é mudar” – Gabriel Tarde, citado por Eduardo Viana Vargas, 2004.

² 40% do total de domicílios sem compartilhamento de chefia, conforme IBGE, Censo 2010.

no qual residiam outros parentes, inclusive crianças, é destituída desse lugar pela ausência de seguridade social quando se deparou com a contingência de uma doença adquirida no trabalho. O núcleo familiar, de referência feminina, é interceptado pelas adversidades contingenciais que se apresentam difíceis de serem superadas pelas vulnerabilidades estruturais que lhe eram inerentes.

A partir desse sombrio panorama apresentado, a dinâmica vai mostrando-se mais complexa, não pelo peso das determinações impostas, mas pela forma como o agente em questão movimentava as peças em um jogo que já parece perdido, *ex-ante*, como definido nos termos de Cardoso (2010). Os elementos de destaque que retiro dessa narrativa dizem respeito à forma como Tatá se move, inicialmente, em termos do distanciamento dos sentidos femininos – referidos como identificadores de perdas, fragilidade e vulnerabilidades – como ela circula por vários espaços de trabalho e, por um período, conecta-se às redes masculinas que acenam com virtuais significados de potência.

As entradas e saídas intermitentes no trabalho formal, informal e no tráfico são manipuladas por ela, de acordo com as urgências do momento, apresentando-se, ambos os espaços, como “estruturas de oportunidades”. No entanto, se na realização de faxinas ou outro tipo de trabalho doméstico ela conquista uma renda, é no tráfico que Tatá experimenta sentidos distintos de potência de gênero. Inicialmente, o tráfico se abre como uma possibilidade de experimentar práticas cujas representações parecem ser para ela relativas a um “*ethos* masculino (potente)”. Mas a sua atuação vai assumindo características que ora ratificam essa representação, ora configuram-na como algo relativo às mulheres. Ela mobiliza cada uma dessas potências em seu favor, mas também são demandas das posições pelas quais ela transita na rede. Essa agência configura as redes como espaços sociais de atualização das experiências de gênero.

Essa ideia de movimento entre as fronteiras de sentidos de gênero, poder e crime estão presentes nos destaques que Tatá pontua sobre a sua facilidade e o desejo de estabelecer relações de amizade com “os meninos”. As razões que apresenta se referem ao que para ela são características representativas dos homens e daquilo que fazem. No seu inverso, para aquilo que as mulheres são e fazem. Os movimentos pontuados nessa direção aparecem nas justificativas acionadas para o gradativo afastamento em relação ao seu núcleo familiar, em que uma experiência de gênero – “ser um determinado tipo de mulher” – caracterizava-se por um desvio moral. Essa experiência é narrada tendo em vista as várias classificações de natureza estigmatizantes que colavam seu comportamento na figura da mãe: “Como minha mãe morreu de Aids a pessoa ficava jogando na minha cara que eu era igual a minha mãe, que eu era uma prostituta. Aí teve um momento em que eu me desliguei da minha família”.

Um sistema de classificação é antes de tudo imobilizador, fixa aquilo que o agente é, ou deve ser, sobretudo pelo enquadramento negativo, sendo as provas corporais “dos condenados” (uma

doença fatal sexualmente transmitida e a prostituição) os elementos insofismáveis dessa moldura (GOFFMAN, 1975; FOUCAULT, 1980; BUTLLER, 2012). No entanto, a pressuposta universalidade do sentido da classificação, “ser uma prostituta”, não se adequava aos significados que ela atribuía à sua forma de vivenciar seu corpo, sua sexualidade e sociabilidade nesse momento da sua vida, a adolescência (“eu era danada, saía, usava roupa curta, fazia e acontecia, não tava nem aí pra nada”). Os agentes também agem sobre os sentidos: as designações não produzem automaticamente uma sujeição, exceto quando elas deslizam para subjetividade do suposto transgressor (MISSE, 1999). Mas esse deslizamento não pode ser tomado como uma certeza de ação do poder de configuração política dos agentes. Há enfrentamentos. Parecer uma prostituta, ser uma herança ou reprodução de um sentido negativo de mulher, representado pelo que foi a mãe, cujo comportamento a própria Tatá apropria como sendo de uma “desvairada”, é uma estabilidade da existência de um “mundo” que a nomeava com um pertencimento negativo. Assim, ela busca desfazer-se desse sistema de classificação dos seus “laços fortes” (no sentido utilizado por Granovetter, 1973), impregnado de subordinação moral, que não coincide com a maneira como ela, na sua narrativa, construía a percepção de si – “ser danada, não estar nem aí para nada”. Nessa narrativa, o movimento narrado é o de afastar-se do contexto familiar/privado que a estabiliza em uma “sujeição moral” feminina; afirmar-se como livre, em termos da sua sexualidade (“eu era danada”) e em torno do controle sobre os rumos da sua vida (“eu passei a tomar as minhas próprias decisões”). Esse rompimento é demonstrado na forma como ela passou a “tomar suas próprias decisões”:

Depois que eu perdi a minha mãe, por causa das coisas que eles ficava jogando tanto na minha cara, eu fui me desligando da minha família. Eles ficavam falando [tanto] que eu era igual a minha mãe, que era vagabunda, que eu era isso e aquilo, que eu passei a tomar as minhas decisões. Eu tava com 14 pra 15 anos e passei a ir pra escola à noite, fazia tudo o que eu queria, saía da escola na hora que eu queria, chegava em casa na hora que eu queria.

Essa tentativa de controle sobre a própria trajetória agrega-se aos fatores que ela descreve como concomitantes à sua adesão a uma rede de comercialização de drogas. Tendo como referência um núcleo familiar em que todas as mulheres trabalhavam: a mãe (na granja inicialmente e como prostituta), a tia (trabalhadora agrícola informal) e Tatá no trabalho em casa (“eu trabalho desde novinha porque eu era pequena e eu é que olhava meus irmãos”), ela busca uma atividade fora desse núcleo de referência feminino no que o trabalho tem forte característica doméstica e de vulnerabilidade, e faz um movimento em direção ao mercado formal. Sua primeira e breve experiência, assim que sai de casa, aos 16 anos, é em uma rede de supermercados local, na qual permanece por somente 45 dias. Nesse trabalho, mais do que uma “carteira de trabalho” as

chances que aparentemente se abrem são as redes de relacionamento que ela consegue estabelecer e que lhe serão úteis como uma rede de relações posteriormente. No mercado formal, o seu comportamento como mulher (pela forma como se vestia) e perfil de funcionária (usava drogas nos intervalos de trabalho) não se mostram adequados ao perfil esperado (inclusive por ela).

Fichada, mesmo, eu trabalhei 45 dias em um supermercado, só que eu nem fiquei. Num era que o trabalho era pesado, só que as pessoas... foi muito difícil. Porque na verdade o problema era comigo, porque quando eu entrei lá, como eu era muito doida, eu entrava lá achando que eu podia fazer o que eu queria e aí num ia dar certo. Porque eu só gostava de usar roupa curta, entrava doidona nesse supermercado, eu num tava nem aí, e devido a um tempo em que tinha uns amigo meu que trabalhava lá, na hora dos intervalos a gente começou a fumar maconha, usar droga antes de entrar e aí eu fui mandada embora, e depois disso, fichada mesmo, eu num trabalhei mais não. Eu só trabalho fazendo bico, uma faxina, mas fichada até hoje... Em nome de Jesus, tá difícil demais trabalhar.

As manifestações contra a autoridade patronal são resistências aparentemente simplórias, mas cujos sentidos mobilizam uma vivência de liberdade, incorporada na forma de vestir e de portar-se, naquele momento específico, em que ela se apresenta como tendo um controle sobre “as próprias decisões”. Mas as classificações advindas fora do espaço doméstico e também de outras mulheres (“as pessoas é que eram difíceis”) e a exigência de submeter-se a uma autoridade eram inerentes a essa oportunidade buscada através do trabalho formal.

Assim, essa breve experiência vai ser direcionada para outros caminhos que significarão tanto o seu afastamento do trabalho formal – que ela afirma nunca mais ter tido, quanto uma busca de relações que lhe garantiriam subsistência. Finalmente, a busca de um suporte para uma posição que naquele período ela pretendia afirmar: ser, ao mesmo tempo, uma mulher que “toma as próprias decisões” e ser “muito doida”, “não estar nem aí pra nada”. E é através do novo grupo de relacionamentos conquistado no supermercado, que também pertenciam ao bairro onde Tatá vivia, que ela consegue aproximar-se e atuar em uma rede de comercialização de drogas, uma rede de empreendedores de bocas. Essa rede é destacada, por ela, como sendo constituída por amigos e não por amigas, devido à sua afirmação de ter uma incompatibilidade com as mulheres.

Na verdade eu nunca gostei muito de andar com amigas não, eu andava com a minha prima, que era quase como irmã, mas ela não gostava muito de trabalhar. Eu, na verdade, não sei explicar porque eu tinha amizade com todo mundo, com os homens, mas com as mulheres eu num batia bem da cabeça, em nada.

Entender essa incompatibilidade de Tatá é buscar o sentido que ela vincula ao gênero com as referências ao trabalho. São as mulheres que ela tem como referência de trabalho, mas ao mesmo tempo frágeis nas suas vulnerabilidades profissionais (a mãe e a tia no seu núcleo

familiar) ou as que estão próximas a ela, mas são percebidas como distantes do empenho pelo trabalho: a prima (“tipo a minha prima, que era quase como irmã, ela num é muito chegada em trabalhar não”). Outro perfil de mulher que ela referencia como pertencente à rede do tráfico da qual participa, “as meninas de lá, são umas cachorras mesmo, as meninas que num tá nem ai pra nada, fica ali e pronto!”. Ela se coloca como um contraponto a esse novo universo feminino da rede com a qual se conectou, porque “elas” não dão valor ao trabalho (a prima e “as cachorra”), afirmando-se como alguém que busca independência financeira:

Eu comecei, eu tava com 16 anos, com uma galera. As menina lá são só umas cachorra mesmo, as meninas que num tá nem aí pra nada, fica ali e pronto! Mas eu sempre trabalhava porque eu sempre gostava de ter o meu dinheiro, então eu sempre corri atrás pra comprar minhas roupas, eu sempre gostei de ir no baile funk, então eu sempre gostei de ter dinheiro pra comprar minhas coisas.

Nesse trânsito entre as moralidades de trabalho e gênero ela declara-se como posicionada longe “dessas meninas” que ocupam uma posição no tráfico, que lhe parecem como inativas e destituídas de valor, “as cachorras que ficam ali e pronto!” e identifica-se com os “meninos” que são aqueles com quem ela diz ter facilidade para estar próxima e estabelecer amizade, classificando-os como quem trabalha, ou quase isso (“eu gostava de andar com homens, com os meninos né, os meninos eles trabalham, né? Diz eles que é trabalho, tráfico, né? Profissão”). Ela não está propriamente no lugar dos meninos, a quem coloca a atividade em suspeição ao afirmar que trabalham ou quase isso (“diz eles que é trabalho”). Mas, ao mesmo tempo, se aproxima deles, pela relação que estabelece entre gênero e a posição deles em termos de atividade que possibilita o que ela valoriza – independência financeira, “comprar as minhas coisas”. É por isso que ela busca e, no sentido de gênero performado pelos meninos, seu movimento foi de ir ao encontro deles, “mexer com coisa errada”. Essa passagem ela classifica como decorrente do seu desalento na busca daquilo que é aparentemente legitimado como trabalho e assume para si um trabalho que, nomeado enquanto tal, mas legitimado como “coisa errada”, que passa a referenciar a sua atividade e a dos meninos: “Aí eu sempre gostei de trabalhar, mas depois de um tempo eu fui desanimando [...], e aí eu comecei a envolver com coisa errada”.

Mas nem todas as mulheres são destituídas de potência. A referência da força feminina com a qual Tatá estabeleceu proximidade a partir da sua rede e de outras pelas quais também circulou, é de uma pessoa que ela afirma ser uma transexual (que mostrou sua fidelidade em um momento extremamente difícil por ela vivido) e de um MC, Cris. Esta última ela se refere como sendo um tipo de mulher com a qual ela se assemelhava “eu só gostava de andar com um tipo de gente assim!”. São essas mulheres que representam, para Tatá, as pessoas que tinham conceito,

“todo mundo assim gosta, por exemplo, respeita, porque é gente de algum modo considerada”, pessoas que, ao mesmo tempo, “é humilde”, mas “fortalecida no mundo”, [ainda que seja um mundo moralmente dúbio para Tatá], pois “no caso, também, ela mexia com essas coisas de errado”. Uma pessoa que portava indumentárias representativas do seu sucesso, (“ela só andava com cordão de prata, de ouro, só assim”) e que tem ao seu lado alguém que garante o seu conceito, um homem, (“o namorado dela, também, é doidão, então todo mundo considerava ela”).

Eu andava com a MC Cris e o grupo dela. Porque eu gostava de andar só com um tipo de gente assim. Agora com essas menina, não! É mulher que todo mundo, assim, gosta, por exemplo, respeita, é, de algum modo, considerada. Ela era considerada porque era uma pessoa humilde, fortalecida no mundo, então todo mundo gostava de andar com ela. Então, é porque, no caso, também ela mexia com essas coisas de errado e o namorado dela também é doidão, então todo mundo considerava ela. Aí eu andava só com esse tipo de gente. Ela andava só com cordão de prata, de ouro, só assim!

A narrativa de Tatá, à primeira vista, poderia ser lida no âmbito da incorporação do *underworld institutionalized sexism* (STESSFEMEIER, 1986), como já foi apresentado anteriormente, baseado nas crenças sobre as essências masculinas ou femininas que atuam como uma perpetuação das marcações de gênero, no campo da criminalidade. Atuando como verdades sobre o mundo, essas crenças se materializam, tanto na dimensão das inclusões, quanto nas exclusões dos agentes de uma determinada prática, pelas habilidades de gênero, das quais, supostamente, são portadores e que se configuram como uma autoridade de gênero (masculina ou feminina) sobre as práticas criminais. As determinações hierárquicas das posições derivadas das desigualdades de gênero, cujos princípios são atualizados nos mercados ilegais, condicionariam não só as formas, como também os lugares subordinados de participação das mulheres (MAHER; DALY, 1996).

Talvez seja necessário problematizar essa suposta universalidade dos parâmetros que são tomados como medida de valor de autonomia feminina no crime, entendida pelo seu nível de controle ao acesso e formas de participação e às posições hierárquicas ocupadas. A diversidade dos contextos em que o tráfico de drogas se realiza, de estruturas de negócios e respectivos agentes é o que constitui a medida desses parâmetros. Da mesma forma, a diversidade de intencionalidades dos projetos femininos, pressupostos através de uma trajetória em que o tráfico foi ou é presente, assim como as escolhas ou condicionamentos da associação à figura masculina, são também valores relativos a “essas mulheres” e aos lugares que ocuparam.

No caso de Tatá, essas essências parecem não estar muito marcadas como verdades incorporadas como uma substância de gênero. Ela mobiliza e desloca as significações de gênero e crime segundo critérios estratégicos, baseados na funcionalidade moral das redes. Essa funcionalidade lhe serve de guia para as suas próprias práticas, através das quais ela se legitima em uma atividade exercida

por quem valoriza o resultado do trabalho (auferir renda e exibir materialmente esse resultado) e da posição de valor relativa ao conceito que ela busca adquirir através dessa atividade. Isso a despeito de que, para tanto, ela tenha que negociar com a moralidade inerente ao mercado de drogas ilegais e com os sentidos de uma mulher que participa desse mercado em movimentos de proximidades e afastamentos (afastar/ aproximar da atividade dos homens; afastar/aproximar de um tipo de mulher; afastar/aproximar de uma prática ilegal). Por exemplo, quando tudo está “fora de controle” ela aciona a autonomia que possui sobre a sua sexualidade, como um recurso sobre o qual somente ela pode controlar e, manipulando-o a seu favor, ela age como nesta passagem, em que ela narra o momento em que, na sua atuação nas redes, a sua atividade passou a estar comprometida pelo vício:

Lá, quando eu ia, tinha que ficar com os meninos pra usar droga, porque eu já tava de um jeito [que] eu tava precisando da droga. Eu tava sem dinheiro. E o que eu ia fazer se eu tava sem dinheiro? Eu vesti uma roupa curta e fui pra lá. E os meninos ficava igual bobo, dando nós droga! Era só a gente por roupa curta que os meninos dava nós droga. E eu ficava só pegando droga com eles, fiquei uma semana lá.

Na medida dos interesses e/ou situações com as quais ela vai se deparando e que exigem um posicionamento, ela assume uma e outra dessas “essências”, desloca-se, volta ao ponto anterior. Na posição do tipo de mulher que ela quer ser, que busca autonomia financeira e que tem controle sobre seu corpo (“muito doida que não está nem aí pra nada”) Tatá aciona as razões legitimadoras para a sua participação em uma rede de comercialização de drogas. O deslocamento para o “trabalho” ilegal faz-se pelo parâmetro da busca por uma autonomia de gênero, em termos do controle financeiro para fazer as coisas que gostava (“eu gostava, assim, de ter meu dinheiro, eu tinha que andar com roupa cara, sapato caro, porque sandália minha eu não podia comprar menos de R\$ 200,00”) e da sexualidade que ela afirma ser diferente das outras mulheres que atuam no tráfico (“se expõe demais”), uma vez que, no seu caso, ela acionava esses recursos quando necessário. Mas também se tornava um deles, fazia o que eles faziam, “comia o que eles comia” quando a situação assim o exigia, fluxo necessário para, ao mesmo tempo, poder acionar ou preservar os recursos dos quais dispunha:

Mulher se expõe demais. Tipo assim: o homem pode fazer tudo pra eles, tanto faz, mulher tem que se submeter a muitas coisa, né? Muitas mulher acaba que tem que prostituir, porque ficar com um e outro é a mesma coisa que prostituir, muitos caso até que se pega respeito, tem que fazer o que todo mundo quer. Eu nunca cheguei nesse ponto porque eu sempre andei com todo mundo na amizade, onde eles comia, eu comia o que eles bebia, eu bebia, tipo assim. Por causa disso eu sempre tava lá, se eles precisasse de mim eles sabia que eu tava lá, eles sabia que podiam contar comigo, eu era amiga de todo mundo. Nesse sentido, eles sabiam que podia contar comigo com tudo. Se precisasse levar droga pra outros lugar, eu levava. O que eles precisasse, eu fazia, toda hora que eles precisasse, porque eu sabia que toda hora que eu precisasse deles eles ia tá lá!

Outra situação de trânsito de gênero está posto em uma das razões que ela apresenta para a sua participação na rede do tráfico – a excitação – e que já se tornou senso comum em termos da proclamada adrenalina, garantida para aqueles que atuam nas redes do tráfico: “Na verdade, é uma adrenalina que a gente tem”, estas palavras de Tatá, também foram encontradas nas palavras de outra mulher participante do estudo, “(...) é muita adrenalina véio! Parece que tá na sua veia!”.³ Na narrativa de Tatá sobre essa experimentação, como o trabalho e ser “muito doida”, não são situações contrapostas. Ela as apresenta como um lado masculino potente, ao referenciar o risco experimentado como o de ser “o cara!”. É ela própria quem está sendo referenciada na narrativa (“você é o cara!”) um agente que ganha visibilidade (conceito) ao suscitar respeito e temor porque experimentou o medo e a violência institucional, mas venceu (“essa coisa de polícia, porque quanto mais a polícia tá de cima, mais cê acha que cê tá no auge, você é o cara! Ainda mais se vai preso, cê sabe que é por pouco tempo, então quando cê sai, cê é mais o cara, vira o cara!”).

O trabalho no tráfico é de risco, né? Só que quando eu tava lá é de risco, só que a gente gosta, na verdade, porque, na verdade, é uma adrenalina que a gente tem, essa coisa de polícia, porque quanto mais a polícia tá de cima, mais cê acha que cê tá no auge!. Você é o cara! Ainda mais se vai preso, cê sabe que é por pouco tempo então quando cê sai cê é mais o cara, vira o cara, eles acha que, porque foi preso, quando ele sai as pessoa tem que ter medo dele, porque, ele foi preso no tráfico porque ele é considerado, porque já tem as pessoas atrás dele, no caso, e as pessoas começa a idolatrar esse tipo de pessoa. Na verdade eu nem entendo porque que idolatra, não. Mas é assim!

No reverso da ordem normativa, a “vida loka”⁴ se mostra como fator de distinção dupla, ou seja, social e de gênero. O enfrentamento com a autoridade [que é ambígua uma vez que “dura pouco”] não sujeita criminalmente os agentes, na perspectiva utilizada por Misse (1999). Antes, é uma atribuição de sentido positivo, da sua distinção. E essa distinção é vivida por ela como incorporação de uma qualidade de agente masculino: “Vira o cara!”. Nos enfrentamentos que caracterizam o risco do processo que Tatá descreve, “a pessoa que passa a ser idolatrada pelas pessoas” é alguém que ganha uma espécie de visibilidade agonística (ARENDT, 1972), garantida pelo enfrentamento público, em nome de uma “causa comum”, em um contexto que interliga uma prática criminalizada a um espaço social e a respectiva sujeição dos agentes a ele pertencentes. Mesmo que esse agente capitalize para si a batalha e/ou a vitória, sem que o parâmetro de um projeto político mais amplo esteja no horizonte da sua prática, tal qual o sentido utilizado por Arendt. O enfrentamento de uma ordem normativa e legal através da experimentação do risco é de natureza política,⁵ apesar de que

³ Entrevista concedida por Baby, mulher presidiária, 19 anos, rede de empreendedores de bocas.

⁴ Título da tese de Paulo Artur Malvasi (2012): **Interfaces da vida loka, um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo.**

⁵ Gabriel Feltran (2010; 2011) tem reiterado muito essa relação entre crime, violência e política no âmbito das redes paulistas que pesquisou.

a violência endêmica presente nas redes do tráfico no Brasil ter reforçado, principalmente, a representação de prevalência do individualismo instrumental, “(...) em que o abandono de referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais acaba por eliminar o autocontrole, mas não o raciocínio instrumental que garante a forma social de ‘fins’ ou ‘interesses’ a puros ‘desejos’ irrestritos ou ‘pulsões’” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 74).

5.2 TATÁ, OS AFETOS E CONTEXTOS DE CONEXÃO

O terceiro movimento apresentado na narrativa de Tatá é quando ela declara que “começou pra valer” devido a um garoto da sua rede por quem ela passou a ter grande interesse. Essa narrativa puxa uma discussão, apresentada, anteriormente, sobre gênero e crime que parece coincidir na perspectiva da dimensão privada/íntima, evocada como um tipo de “oportunidade” para a ampliação da participação das mulheres no tráfico ilegal de drogas. Buscando um diálogo entre a perspectiva dos estudos brevemente apresentados com o caso ilustrado por Tatá, para se falar das diferenças de autonomia femininas nas redes estudadas, é necessário contextualizá-las no seu modelo de negócio. Partir das estruturas de rede de comercialização tomando-as como uma diversidade socioespacial e de perfis dos agentes envolvidos relaciona-se, também, às especificidades do sistema gênero e, portanto, a uma diversidade de formatos da participação feminina. Considerando-se que na Região Metropolitana de Belo Horizonte a expansão do mercado do crack se deu nos finais da década de 1990, na pesquisa aqui apresentada todos os indivíduos referentes aos tipos de rede de que Tatá participou, são agentes que estiveram ou ainda estão imersos na lógica dos diversos níveis do mercado dessa droga.

O perfil de participação da rede de comercialização na qual Tatá esteve inserida, uma rede de empreendedores de bocas, tem sido vastamente estudado na literatura brasileira da área, em termos das lógicas de entrada, das moralidades e violência.⁶ Tendo em vista a dimensão espacial em que se concentra esse tipo de rede retomo o caso de Tatá como referência para a construção do contra-argumento da universalidade da relação das desigualdades e opressões, ilustrado pelo enlace masculino como indutor do protagonismo ou direcionador das práticas e hierarquias das posições assumidas pelas mulheres no tráfico.

Eu gostava de um menino e eu achava que pra mim ficar com ele eu tinha que fazer as coisas que ele fazia, então eu aí entrei de cabeça em tudo, aí eu comecei a usar muita droga, ajudava a vender, entrava com droga pra ele no baile funk e aí eu ficava assim (...). A mulher leva mais, porque antes a polícia num revistava mulher, revistava só

⁶ Referências atuais são os trabalhos já citados de Malvasi (2012); Feltran (2010) e Grillo (2008; 2013)

homem e mulher deixava pra lá, no caso a mulher ficava com a droga. No caso, eles pede, cê tem que fazer o que eles manda, mas porque cê tá ali também né? Aí faz!

Na narrativa dessa jovem, os rumos tomados para o incremento da sua participação na rede, ao mesmo tempo em que insinuam uma forma de atuação passiva e baseada na coação (“no caso, eles pede, cê tem que fazer o que eles manda ...”) é retificado, por ela própria, na sequência seguinte, através da afirmação (“... porque cê tá ali também né? Aí faz!”) que revela uma decisão ativa de acionar o recurso sexual como uma prática derivada de uma escolha e não de uma destituição de controle sobre esse recurso. Nas redes pesquisadas, os trânsitos entre os espaços em que as mulheres se inserem, tanto podem revelar um lugar de preservação das desiguais relações de poder de gênero, quanto podem ser lidos como práticas reveladoras de um agenciamento, entendido aqui em termos da autonomia de mobilização de recursos disponíveis frente aos constrangimentos estruturais e de gênero nesse mercado. A própria observação anterior de Tatá sobre as cachorras, “as meninas de lá, só as cachorras mesmo, as meninas que num tá nem ai pra nada, fica ali e pronto!”, sugere que a suposta imobilidade que ela condena “de se ficar ali e pronto” revela menos uma passividade de gênero do que um uso estratégico dos constrangimentos e vulnerabilidades sociais e de gênero, que passam a ser acionados como recurso, por algumas mulheres no mercado do tráfico. Ao contrário da percepção de que elas “ficam ali e pronto”, eu ponderaria que elas se movem a partir dos recursos que possuem! Essa apreciação negativa sobre a posição das “cachorras” aparece, também, na fala de outra participante do estudo, Malu, jovem que me apresentou a Tatá. Malu é, atualmente, namorada de um jovem que gerencia uma rede de comercialização. A depreciação dela sobre “essas mulheres” reforça o contra-argumento aqui defendido. Ao mesmo tempo em que ela afirma que “essas mulheres [as cachorras] não são importantes, mas acham que são” e que suas atividades se caracterizam como as dos cães que aguardam pelas “sobras” (drogas, algum dinheiro, participar de uma festa, etc.) O leque de atividades arroladas por ela parece indicar que, ao contrário da apreciação moral feita, elas ocupam posições cujo valor e sentido são configurados no contexto da dinâmica dessa rede: por exemplo, elas aliciam outras mulheres, avisam sobre a chegada de polícia, atuam na complexa trama das disputas comerciais e de poder, através das fofocas [prática que Tatá denomina “judaria”]: “direto eu já vi vários colegas meus que morreram por causa dessas coisas de mulher, porque tem uns tipos de mulher que gosta de fazer judaria, fica levando e trazendo conversa”. Através desse tipo de atuação, a funcionalidade moral que elas “portam” – por serem mulheres e cachorras – lhes garante acionar recursos de sobrevivência e de vivência em uma rede. Assim, para essas mulheres as “estruturas de oportunidades” são acionadas pelos próprios agentes, não são espaços existentes de maneira prévia à sua ativação.

Tem as que são assim, andam sempre com esses homens, elas não são importantes não, elas acham que são muito importantes, mas pros traficantes elas não valem nada, não. Elas fazem fofoca, “ah fulano falou isso e isso de você”, “Ah, tá rolando isso, fulano tá querendo fazer casinha” elas passeiam por todos. Se elas tão junto e tem uma festa, elas vão, porque elas não vão ficar pra trás, chegam, se tem droga elas aproveitam e usam junto, se sobrar alguma coisa elas ficam com o resto, elas arrumam mulheres pra levar pras festinhas, elas sempre ficam por ali. Tão sabendo que a policia tá dando batida, elas corre e conta que a policia tá dando batida. Elas são mais é as fofoqueiras mesmo. Mas elas não têm muita importância não! (M., mulher, 21 anos, rede de bocas)

Por outro lado, não se pode desconsiderar que a adequação da funcionalidade moral das conexões femininas em termos dos interesses estratégicos para a dinâmica das redes, não necessariamente em todas as posições ocupadas pelas mulheres, é meritória, no âmbito das redes. As apreciações morais negativas relativas a determinadas posições foram recorrentes, nos dados coletados em campo, evidenciados em adjetivações tais como “as biscatinha, eles não confia nelas, é só pra divertir, pra demonstrar que é homem”; “drogadas, em troca de droga, que faz o serviço sujo”; “burras e vítimas”; “mulheres que tão querendo mudar a vida delas”.⁷ A desqualificação de determinadas ocupações ou práticas, ou quando a participação se efetiva através da mediação masculina, toma como pressuposto um ideal de agência feminina no crime que se evidenciaria, somente, na revelação de uma insurgência das mulheres em relação às supostas normas prescritas no crime. Essa insurgência se traduziria nas situações em que uma atuação prescinde da associação à figura masculina, quando ela mimetiza as práticas masculinas através do uso da violência ou quando o lugar ocupado é de grande distinção [a gerência, o comando, a esposa, por exemplo]. Ter um homem ao lado é, assim, entendido como um princípio de subordinação, indicativo de uma debilidade e da sujeição à violência de gênero supostamente universal, seja nas classes populares ou nos mercados ilegais.

O pressuposto que se encontra tanto nos estudos, quanto institucionalizado na própria arena criminal conforme exemplificado acima, toma como ponto de partida a universalidade das posições hierarquicamente desiguais, uma dicotomia que nunca considera os agentes em termos do contexto e das relações. Saba Mahmood (2006), no seu estudo sobre o movimento feminino nas mesquitas do Egito, critica as limitações do modelo de agência, da teoria feminista liberal (e norte-americana), para que se possam compreender os projetos éticos que motivam e conformam as práticas levadas a cabo fora desse limite. A proposição de Mahmood é de tomar o sentido de agência não somente como uma tradução de insubordinação nas relações delineadas pela dominação, mas de como as práticas podem revelar uma capacidade criativa no seio dessas relações historicamente configuradas, mesmo quando aparentemente são práticas de subordinação. A problematização colocada não se atém a quanto as mulheres contribuem ou subvertem uma ordem

⁷ Fala dos seguintes entrevistados, por ordem: Sônia, Sula, Layla, Maria, Baby.

dominante através de suas práticas, mas à forma como são capazes de acionar recursos que lhes possibilitam reconfigurar, através de determinadas maneiras de experimentar essas práticas, os sentidos das normas, tendo em vista os seus interesses e agendas contingenciais: “(...) a lógica da subversão e ressignificação não pode ser pré-determinada porque os atos significativos (de ressignificação)/subversão são contingentes e frágeis, revelando-se em lugares inesperados e comportando-se de maneira imprevisível” (MAHMOOD, 2006, p. 135)

Relativamente à rede de empreendedores de bocas, me deparei com mulheres que optaram por ter ou que tiveram, em algum momento da sua trajetória nas redes do tráfico, um homem ao seu lado. Esse enlace foi uma situação garantidora da continuidade do exercício da sua própria atividade. A figura masculina não precedeu a sua participação em uma rede do tráfico. Ela já atuava antes do relacionamento. Essa associação não significou a reiteração da sua debilidade ou subordinação. Acionar a funcionalidade moral a seu favor, o atributo da fragilidade feminina, por exemplo, foi uma forma de buscar reforço para a manutenção do controle sobre um recurso por elas conquistado. O caso de Sula, 41 anos, é representativo dessa situação. O homem com o qual viveu em concubinato por 13 anos não significou uma mediação para o vício nem para a sua participação ativa no comércio de uma rede de empreendedores de boca. Aos 18 anos, quando engravidou e teve que sair de casa, ela se agregou a uma rede de comercialização pertencente a um irmão e um cunhado. Seu ponto de comercialização era a sua própria residência, muito antes de conhecer esse companheiro, com quem passou a morar, aos 26 anos. A entrada desse homem no cenário do seu negócio significou um afeto que ela acionou, também, como um recurso estratégico para lhe proporcionar segurança e a possibilidade de assumir papéis no negócio que não a expusessem mais aos enfrentamentos de risco a que frequentemente se expunha, dada a natureza da sua rede.

Quando eu assumi, na minha casa, era assim: portão pra fora, mercadoria pra lá, dinheiro pra cá, eu nunca dei liberdade. Exigia respeito! Mas a dificuldade, por ser mulher, é que eles tentam te roubar, tentam te passar pra trás, põem revolver na sua cara procê entregar a mercadoria. Na época eu era sozinha e o lugar era muito manjado. Depois que eu amiguei com um traficante, eu tinha 26 anos e fiquei casada com ele por 13 anos, eu só fazia o papel e punha na mão dos meninos, não punha o peito. Deixava pra ele. (Sula, rede de empreendedores de boca)

Esse enlace não obstaculizou sua autonomia em termos de algumas decisões relativas às práticas e garantia de controle sobre os recursos que ela havia conquistado, antes dele, ou seja, sua rede de clientes, fornecedores etc. Ainda que essa decisão significasse um rompimento, em um dado momento, ela optou por desvencilhar-se do caminho seguido por esse companheiro, quando ele se deslocou para atuar em uma rede em São Paulo. Segundo a sua narrativa, as redes do crime naquela cidade não se relacionavam ao perfil da atividade que ela queria para si (“venda e não o crime”).

“(…) uma vez ele tava de descida e não voltou, foi pra São Paulo, eu aí fui com ele. Mas eu achei o crime em São Paulo muito pesado! Meu negócio era vender, não era o crime. E aí eu voltei” (Sula).

Também foram observadas situações em que o relacionamento com um homem foi um fator que proporcionou sair de uma posição anteriormente vivida no espaço familiar. Essa saída pode ter sido devida às situações de violência ou vulnerabilidades pessoais e aqui é entendida como a especificidade de uma trajetória de vida permeada por desigualdades estruturais, de formas e possibilidades de acesso aos recursos e direitos sociais e econômicos, incluindo-se aqui o trabalho protegido, acesso equitativo aos bens coletivos garantidores de proteção social, acesso à justiça e garantia de integridade física (KOWARICK, 2010; KAZTMAN, 2005; MARQUES, 2005; 2010). O movimento realizado por muitas mulheres não foi em direção a um homem, mas em busca de uma posição de autonomia financeira e de gerenciamento sobre uma atividade que elas já empreendiam, em patamares mais baixos. Na associação com os homens com quem passaram a viver, aos poucos, o agente menos ativo, no cotidiano do negócio do varejo passou a ser ele, como nos caso de *Baby* e Regininha que após estabelecerem uma parceria afetiva, assumiram o controle sobre a administração do negócio.

Eu tava na 7ª série e me envolvi com um homem que vendia toneladas, buscava os corre, era de buscar os quilo. E eu passei a dar as cargas pros menor. Ele só distribuía, eu entregava os papel. O dinheiro ia todo pra mim. Eu gostava muito dos filho dele, eu separava o dinheiro pra casa, pra comprar as coisas pros meninos. Ele perdia a cabeça, no meu caso eu pensava mais. Ele saia pra beber, pagava conta pros outros, eu dizia: fulano, tem que manerar! (*Baby*, rede de empreendedores de boca)

Dos seis aos 12 anos eu morei num internato. Sem condições! Saí de lá, fui trabalhar de doméstica em uma casa. Engravidei quando eu tava com 13 anos. Ai eu conheci ele numa festa, era uma turma de amigos. Aos 15 anos eu fui morar com ele. Mas ele era analfabeto, não sabia fazer conta direito, tudo que ganhava na boca, gastava. Então eu ajudei ele a abrir uma conta no banco, a guardar o dinheiro, administrar o negócio: tomei conta da contabilidade, comprei uma casa, os móveis. Daí a pouquinho ele acomodou e eu assumi! (*Regininha*, rede de empreendedores de boca)

Esses dois exemplos fazem mais um contraponto com os pressupostos do estudo de Maher (1996), cujo estudo sobre o mercado do crack é entendido como tendo mantido, assim como os demais mercados do varejo da droga no EUA, uma forte estratificação de gênero. Essa estratificação restringiria o acesso feminino às posições hierárquicas mais lucrativas e submetendo-as às posições menos nobres e arriscadas. Esse argumento parece partir do suposto de que as redes de comercialização do tráfico são abertas aos ganhos igualitários de todos, desde que sejam agentes masculinos.⁸

⁸ Cunha (2002, p. 121), a partir dos estudos de Adler, 1993; Duprez e Albini, 1992; Kokoreff, 2000, afirma que a “figura do grande traficante” parece bem mais evanescente do que supõem as comuns elaborações discursivas que dele se fazem.

De maneira diferenciada, na pesquisa que realizei, tanto homens quanto mulheres com as quais me deparei, tiveram seus ganhos (mas também perdas) relativos às posições assumidas através das redes em que atuaram. Poucos e poucas estiveram nas posições de patrão, aquele a quem, talvez, efetivamente possamos chamar de um traficante, um empresário do setor, ou na categoria encontrada em campo, “um homem de óculos”⁹. Tampouco as posições de comando/gerência de uma boca são disponíveis para uma pluralidade de agentes, pois dependem não somente de um desempenho adequado, mas de fatores relativos à lógica de poder interna das redes. Nesse sentido, a exclusão dos lugares de maior rentabilidade não é dada por uma lógica de gênero, mas pelas desigualdades que também nas redes se verificam. A apreciação de Tatá sobre as conexões da sua rede e a diferença entre “os meninos” (inclusive ela, que afirma que “o dinheiro que eu ganhava eu só pensava em gastar, só pensava em roupa, eu tenho que ter isso e aquilo, nunca adquiri nada, só roupa, sapato, tanto que depois eu perdi tudo”) e o “patrão” cuja disposição apresenta um caráter empresarial e acumulador:

O traficante, lá tem poucos, é bem mais velho, é tipo o cara que conquistou suas coisas, tem um carro, sua casa, tem dinheiro. Ele dá festas, tem mulheres, tem poder; são considerados, polícia num pega. Tem um cara lá, que polícia num pega, de jeito nenhum, isso tem anos. Tem o filho dele que agora tá com 21 anos, o filho dele tem tudo, tudo que uma pessoa deseja ter: carro de luxo, os carros mais bonito que tem lá são deles. Eles são os donos, são os cabeça. Eles num trabalham, tem os funcionários. Tem esse povo que fala que é, porque lá os meninos, eles têm cabeça muito pequena, eles acha que ter dinheiro só pra bancar droga e ter muié, cabô! Eles são os tais! É só nisso que eles pensa. Se ganhar R\$ 10.000 hoje eles gastam R\$ 10.000 hoje mesmo. São pessoas que nunca têm nada, nada! E acham que são os cara porque vende uma droga ali e acha que são os patrão. Mas isso não é ser patrão, porque patrão é o cara cabeça que tem tudo e comanda tudo, esse é o patrão!

No caso de Tatá, o encontro e associação com um homem implicou em uma situação em que houve trocas, subordinações e afirmações de poder, de ambos os lados. No primeiro momento, essa associação mostrou-se como uma forma de estar ao lado de um agente masculino, “de conceito”, qualidade que lhe proporcionava a conquista de respeito, de “ser considerada” nas redes pelas quais circulava. Mas esse poder não foi dado somente por ele, no sentido de uma espécie de busca de “colagem do capital simbólico” que ele possuía. Para estar com ele, Tatá acionou o recurso da coragem (“ele tinha muito problema”) como uma característica que lhe era própria e já exibida na rede em que atuava. Para além de ser uma mulher “muito doida”, a parceria estabeleceu-se, também, pelo recurso da confiança que ela buscou demonstrar nas situações em que era necessário acionar esse atributo que, como já discutido anteriormente, é de grande valor de troca dos agentes.

⁹ Nas palavras de uma das participantes da pesquisa: “Eu nunca tive ligação com tubarão, tipo assim não tive convívio com um cara de óculos, eu sempre era um soldado do tráfico, uma pessoa de confiança” (Sula, presidiária, 38 anos).

Ele já tinha passado por muitas coisas, ele morava no RJ e com aquelas confusão do Complexo do Alemão, aquela guerra, ele tinha muito problema e teve que fugir pra cá. Ele era MC lá, eu achava o máximo! Ah, eu vou ficar com esse menino! Mas, no caso, ele sempre evitava eu ficar muito perto dele, ele sabia dos riscos, eu também sabia, só que eu num ligava, já tinha acontecido várias coisas, por exemplo, ele envolver em briga e eu ia atrás pra não deixar as coisa acontecer; eles me ameaçava, porque eles via que eu tava com ele e me ameaçava. Ele via e preocupava. Então a gente começou a ficar junto. Tipo isso, o cara protege, quando o cara gosta da pessoa, porque se não gostar, num tá nem aí.

Foi com esse jovem que Tatá conheceu outras redes fora do espaço da cidade em que morava, vivenciando tanto as delícias de conhecer uma dimensão espacial com forte sentido simbólico para ela, uma favela (“... eu pensei: cheguei no meu lugar!! Eu fiquei louca, eu disse pra ele eu quero ficar é aqui, eu era doida pra morar numa favela. Eu era doida com favela, eu via uma favela na televisão meu olho até brilhava!”), quanto de vivenciar os perigos de redes mais belicosas, comparativamente às redes nas quais circulava, em que o poder armado se exerce sobre “os inimigos”.

Ele me contava as histórias eu achava que era mentira, porque lá em X num é a mesma coisa de lá. Ele foi e me contava das pessoas que ele tinha matado, das vezes que ele foi preso, dos amigo que ele tinha. E aí ele falou que ia me provar e me levou numa favela, o X. E a casa que a gente ficou, a polícia invadiu, era a casa de um traficante. E o pessoal dizia: agora nós vamos posicionar e se a polícia entrar nós mete fogo. Eu falei, agora, pronto!!!. E eles me dizia, cê tá com medo, menina, cê começa a rezar porque se a polícia entrar nós vai meter fogo! E o cara tava com uma arma uma 38 e pôs na minha mão e eu num conseguia segurar, eu tremia toda. E a mulher que tava lá era uma mulher mais vivida, né? E ficava gozando a minha cara ‘minha filha, cê tá começando agora, cê ainda num viu nada!!!’ E ela ria da minha cara e eu tava quase chorando. E eu tava de salto alto eu tava em tempo de cair, minhas perna tremia tanto, eu num conseguia sair do lugar (...)

5.3 DESLIGAMENTOS E NOVAS CONEXÕES

Como último ponto a ser tratado neste capítulo, os fluxos das conexões que ligam agentes, também podem significar situações que acionam desligamentos desejados, impostos ou necessários. E também, o último contraponto que trago, com a pesquisa de Maher (1996), diz respeito aos arranjos femininos na busca de alternativas para os usos e a comercialização segura do crack. A autora aponta a moradia como uma das situações mais prementes, que induziram, dentre outras buscas, à associação das mulheres usuárias, e eventualmente comerciantes, com homens que pudessem oferecer-lhes esse tipo de guarida. A prestação de serviços domésticos, a oferta de sexo, drogas ou a simples companhia para homens mais velhos eram recorrentes, em troca da obtenção de um espaço seguro e para recomposição das forças. Mas aquilo que é interpretado pela autora como uma posição subordinada, entendida por vivências que não rom-

pem com a reprodução das hierarquias de gênero, talvez possa ser lido como micropolíticas de sobrevivência, em que o gênero funciona como recurso, mesmo que temporário.

As trocas dos atributos femininos clássicos, sexo e serviços domésticos é um dos exemplos que, para o caso de Tatá, que não tinha uma moradia fixa, significou, no primeiro momento da sua aproximação com o parceiro, um ganho e a possibilidade de ter um lugar mais estável para permanecer. No entanto, a partir dessa troca, uma situação de subordinação, que até então ela não vivenciara, mostrou-se como uma ameaça à sua autonomia. Junto a ele, ela passou a eventualmente ter que cuidar dos seus filhos, fato que restringiu seus rendimentos regulares na comercialização de drogas e vivenciou restrições em relação à sua rede de amigos e às formas de se vestir. Enfim, foi aos poucos sofrendo uma série de perdas de várias dimensões de autonomia até então conquistadas e negociadas como recursos, na sua rede de atuação.

No entanto, as permanências de posse ou subordinação não são uma realidade das redes, nem em termos comerciais nem nas relações que são estabelecidas. Rede é movimento das conexões. O poder desse homem sobre Tatá vai aos poucos perdendo a força pelo fato de, ele também, ter perdido grande parte do seu domínio na rede sob seu comando, pelas disputas em que se envolveu, sobretudo devido ao vício. Mas, para além desse embate de forças, somente entre o casal, o fato de ela ainda ter conexão com pessoas ligadas à sua rede de comercialização na condição de ser “um deles”, foi um recurso que ela acionou para por fim a esse relacionamento, de forma relativamente segura. Em suas palavras, “mandou um recado”. Segurança ou paz, às vezes é adquirida somente após a morte de um dos agentes e, como vimos, é uma situação recorrente nas conexões das mulheres, aqui ilustrada pelo caso de Tatá.

A gente ficou morando junto pouco tempo, porque tanta coisa aconteceu, meu Deus! Ele falava que se eu separasse dele ele me matava. Ele tinha três filhos e eu cuidava deles porque a mãe num ligava, era muito drogada e eles ficava muito carente. Eu ficava em casa fazia as coisas, parei de sair, ele não deixava eu usar droga, num deixava eu fazer nada. Eu fiquei tipo presa, num podia falar com ninguém, fiquei sem telefone. Num podia fazer nada. Passou um tempo eu tava doida pra terminar, porque eu gostava de fazer as minhas coisas e ele num deixava eu fazer nada. Um dia ele falou que a mãe dos meninos dele ia aparecer e eu pensei, agora é que eu vou dar no pé! Eu fui pra casa de uma amiga, e mandei um recado que se ele quisesse, pra ele ir lá. Ele num foi e eu dei por terminado. Ele ficou me perseguindo muito tempo, eu só tive paz depois que ele morreu.

A partir desse rompimento os trânsitos das conexões que ela estabelece ganham novas direções. Tatá volta a atuar nas redes e aprofunda uma experiência em que a conjugação entre uma prática com a sua autonomia, em termos do uso do corpo, é um recurso que ela busca acionar de maneira bem intensa. Mas essa intensidade é vivida na ativação de novas experiências de comercialização em que a sociabilidade é um ingrediente importante, implicando em uma

intensidade do uso de drogas. Sua narrativa nesse momento é direcionada para as experiências das práticas de comercialização, vividas principalmente nos bailes *funk* e nas festas que ela passou a frequentar com bastante assiduidade. A partir desse momento, ela se aprofunda no vício e seus rendimentos passam a estar comprometidos com essa “ostentação”, para usar uma expressão que tem sido muito usada nas redes de boca. A situação que ela narra como tendo ocorrido uma semana depois do término do seu relacionamento ilustra um pouco isso:

Passou uma semana eu já tava saindo de novo, voltei a sair com meus amigos. Um outro dia, um amigo me liga e disse: “Tatá, tá rolando um baile funk”. Esse amigo me ligou falou que sabia que eu tava meio sem dinheiro e que ia pagar pra mim. Eu arrumei roupa, arrumei sapato, arrumei tudo. Rachei pro baile, cheguei lá bebi todas, cheirei, fiquei ruim, fiquei ruim mesmo, fiquei com um tanto de menino, tirei a barriga da miséria!

Essa vivência que a aproxima dos “meninos” que como ela anteriormente afirmou (“não têm cabeça, eles acha que ter dinheiro só pra bancar droga e ter muié, cabô!”), mas também aproxima um tipo de vivência entre as redes de empreendedores de bocas e das redes de empreendedores. Ao contrário do entendimento de um “*ethos* hedonista” em contraponto ao “*ethos* do trabalho” nas redes de comercialização pesquisadas, não me parece haver uma moralidade contraposta. Nas dinâmicas de conexão de uma rede, um desfrute compulsivo em um mercado de mercadorias compulsivas, é parte de uma mesma engrenagem. O momento da sociabilidade, do baile, dos encontros, das festas, são situações de dinamização da comercialização nas quais um agente se apresenta como ativo.

E assim, Tatá segue no seu movimento de conexões e sua narrativa é aqui concluída com uma nova rede à qual ela se liga, uma Igreja Pentecostal. Sua conexão com essa rede religiosa foi estabelecida, de maneira mais decisiva, no momento em que ela vivencia uma extrema precarização da sua condição financeira (“eu tive que voltar pra casa da minha tia, porque eu tinha perdido tudo, eu tava sem nada mesmo!”). Além disso, sua saúde estava precarizada pelo vício (“eu quase morri porque eu fiquei cinco meses com uma gravidez nas trompas e eu nem cuidava, eu só tava querendo usar droga, num tava nem aí”) e, exatamente devido ao seu aprofundamento no vício, há a perda da possibilidade de atuar de maneira mais intensa na sua rede de comercialização. Um agente, com alto grau de vício, sofre uma perda gradativa da confiança no valor da sua conexão. Sobretudo para uma mulher que deve acionar uma *performance* de posturas ideais como recurso para a garantia da funcionalidade moral feminina. Juntamente com esse quadro pessoal, as redes nas quais atuava com mais frequência passaram por um processo de reconfiguração, devido a uma forte incidência de encarceramento e violência intestina (“Depois que eu parei de sair, vai fazer um ano que eu tô na Igreja, os meninos morreu, outros foi preso, os meninos quase tudo morreu. Os meninos mais doido de antes acabou tudo”).

As mudanças, que encerram o caso de Tatá, retomam o argumento inicial da ideia das conexões como um processo de interação e não de determinação. É uma absorção e renovação dos fluxos e práticas que dinamizam o movimento das redes. Relações de troca. Como afirma Capra (2006, p. 95) “cada comunicação cria pensamentos e um significado que dão origem a outras comunicações, e assim a rede inteira se regenera”. Novamente, a entrada em uma nova rede depende da forma como as conexões se movem e seus resultados contingentes. Não necessariamente os deslocamentos são movimentos ascendentes, ou abrem possibilidades de novos fluxos cujas conexões significam melhoria dos padrões de renda, menor vulnerabilidade e exposição ao risco. Mas são acionamentos circunstanciais na busca pela permanência, mesmo que marcados por novas dimensões de conflitos, de disputas. Mas isso está posto para todos, e não somente para os que vivenciam (ou vivenciaram) uma dinâmica criminal.

A perspectiva da mobilidade remete também à ideia da funcionalidade moral como uma dimensão constituidora da permanência. Na dinâmica específica de cada rede de relações renovam-se fluxos das conexões, mobilizam-se as essências como um sentido prático. Ocultar-se no “véu dos sentidos”, supostamente próprios do espaço doméstico, ou expor-se na visibilidade necessária de um mercado social coloca os agentes em relação e não em determinação de posições femininas ou masculinas. São distinções, cujo valor é dado nas relações estabelecidas na própria dinâmica do tráfico. Não há uma diferença *a priori*, definida por uma suposta unidade social determinante das práticas e seus respectivos valores [de gênero]. Manipular a crença de uma constituição substantiva de um ser é buscar a permanência em uma rede. As redes não são somente comerciais, são rede de relações. Relações de poder e de negociações. De imposição e submissão. De silêncios e visibilidades. De conexões e desligamentos. Isso não se traduz por uma relação de subordinação de gênero já dada. As posições e seus sentidos estão em disputa.

Mudança e permanência são, também, dinâmicas relativas à diferença entre as redes, reveladas pelas dimensões de classe das conexões que lhe são constitutivas. Uma rede de empreendedores ou de empreendedores de boca são, antes de tudo, distinções de classe. Na dinâmica própria de cada uma dessas categorias de redes há um apagamento da funcionalidade moral de gênero, como uma mobilização estratégica para as dinâmicas comerciais, ganhando destaque a funcionalidade moral de classe. Isso não significa que uma ou outra prescindida da funcionalidade moral de gênero. No entanto, ela se faz menos estratégica do que o acionamento da diferença social. As implicações dessa distinção para as práticas, a criminalização dos agentes, a constituição das moralidades e a permanência dos agentes nas redes de comercialização serão discutidas próximo capítulo.

6 “EU NÃO SOU ÍNDIO, EU ESTOU ÍNDIO”: O SER E O ESTAR DOS EMPREENDEDORES

Nos anos de 1980, o ministro da educação Eduardo Portela, do governo do general João Batista Figueiredo, cunhou uma frase de grande repercussão naquele momento: “Eu não sou ministro eu estou ministro”. Cacique Juruna, liderança indígena eleito deputado federal em 1982, portando seu lendário gravador, parodiou o ministro Portela e afirmou para a imprensa nesse mesmo período: “Eu não estou índio, eu sou índio!”.¹ Essa emblemática passagem da história política brasileira foi utilizada como autorreferência, por uma mulher de classe média, que me testemunhava sobre sua experiência, em um tipo específico de rede de comercialização de drogas ilícitas. O permanente ou impermanente acionado pelo ser ou estar, citado acima, conecta-se às circunstâncias que envolvem os deslocamentos e posições, ocupados por um agente, em um espaço social de relações. As conexões, estabelecidas no âmbito de uma rede de comércio ilícito, são delineadas por particularidades de experiências de mobilização de recursos. Busco aqui tomar essas experiências, não como relativas a uma essência, uma *persona* vasculhada na sua formatação *suis generis*, na linear genialidade ou desastre de sua existência, mas sim, assumindo a perspectiva das condições de possibilidade de participação, em um mercado ilícito. Possibilidades essas, entendidas como formas de conexão a uma diversidade de redes de comercialização, intermediadas por mecanismos sociais que, por sua vez, particularizam as práticas relativas, tanto à dinâmica própria dessa diversidade de transação, quanto à dos agentes nela implicados.

Na diversidade e tipos de enfrentamentos específicos das mulheres exemplificadas neste capítulo, procuro, através de contrapontos entre essas experiências, os “voos livres” empreendidos, assim como os limites para os horizontes até então alcançados. Tomo as práticas e disposições narradas, como perspectivas próprias de uma “personalidade” e/ou posição, afirmada frente aos “fatos da vida”, como sendo amplamente reveladora de um lastro social, em que a diferença assume formas distintas de acessar os recursos disponíveis e/ou mobilizados pelas próprias práticas, tornando-os recursos válidos e, portanto, a especificidade dos seus respectivos controles. Os tipos de redes de comercialização das quais se participa, as redes de relações e práticas que

¹ Eduardo Portela foi nomeado ministro da Educação no governo militar de João Baptista Figueiredo, entre os anos de 1979 a 1980. Realizei uma busca nos jornais da época, para localizar tanto a fala de Portela quanto a de Cacique Juruna. Somente foi encontrada a fala do ministro, “eu não sou ministro eu estou ministro”.

elas implicam, as escolhas, decisões e seus desdobramentos apresentados nas narrativas dos participantes da pesquisa revelam tensões, um “ser e estar”, presente no quanto foi possível esticar a corda na afirmação da autonomia de uma trajetória pessoal. Esse movimento marca a forma em que, no tráfico, a funcionalidade dos agentes é constituída também na sua relação com mecanismos sociais, através dos quais, também se conformam as diferenças entre as redes, nas quais a funcionalidade moral se apaga como atributo estratégico e ganha destaque a configuração de classe dos mercados de droga ilegal.

6.1 REDES E DIFERENÇAS

Uma abordagem inicial, para o mapeamento da diferença, pode ser extraída do trabalho de Eduardo Marques (2005; 2010) sobre a segregação sócio espacial, em que o espaço é tido como uma variável central, referente aos seus diferenciais, em termos de uma oferta desigual de acesso aos recursos socialmente disponíveis e suas respectivas dinâmicas de integração/exclusão social. Sua análise das configurações multidimensionais da vulnerabilidade e exclusões sociais, considera que tanto as condições estruturais (do mercado de trabalho e da terra e as possibilidades de acesso a ambos), quanto as práticas sociais presentes no espaço (relativas às redes de relações e pertencimento), “encerram mecanismos (relacionais e ambientais), que medeiam acessos e influenciam decisivamente as condições de vida” (MARQUES, 2010, p. 58). Nas redes de relação espacialmente localizadas, os atributos dos agentes são contextualizados, em termos das características de composição das redes e a conformidade da formação dessas redes, com os mecanismos implicados na produção e reprodução das desigualdades. A tangibilidade desses mecanismos evidencia-se na forma como os atributos conciliam, de forma diferenciada, os recursos mobilizados pelas redes, entendidas estas como “contextos de relações reconhecidos pelos agentes, como lhes sendo próprios, independentemente da sua forma de atuação e padrão de conexão” (MARQUES, 2010, p. 50).

Os recursos são tanto acessados, como também produzidos e mediados pelas redes de relacionamentos e, portanto, salientam-se como relativos aos mecanismos de relações por “homofílias”, ou seja, semelhanças de atributos entre os agentes que compõem o conjunto dos nós que constituem as conexões de uma rede. A homofilia é uma das dimensões estruturantes das redes de relações, caracterizando-as, ao mesmo tempo em que determina os modos operatórios pelos quais os mecanismos sociais condicionam padrões de proximidades e distâncias, induzem a encontros e oportunidades, canalizam os acessos ou obstáculos presentes nas conexões entre os agentes, e cujos atributos sociais guardam similaridades (McPHERSON, 2001; MARQUES, 2010). A “propinquidade”, ou seja, a propriedade de semelhança das redes no espaço caracteriza-as em uma dimensão

de segregação: “A maior disponibilidade (devido a uma concentração espacial) de similaridades de atributos sociais, que tornam possível a construção de um padrão de relações, caracterizada, também, pela separação entre grupos de atributos similares” (MARQUES, 2010, p. 42). A semelhança de propriedades da rede referencia o espaço por uma conjunção e, ao mesmo tempo, uma separação de padrões de conexões (segregação por propriedades). Transpondo essa perspectiva para as redes de comercialização de drogas ilícitas, espaço e homifilia das conexões das redes atuam como condições de possibilidade para a formação de um núcleo. As propriedades de uma rede são constituídas por formas diversas de conexão, em níveis locais, nacionais e transnacionais, cuja natureza, extensão e padrões de ação incluem formas, também diversas, de criminalização de uma rede de comercialização. Isso inclui um espaço e seus agentes e as marcações sociais dos seus atributos, traduzindo uma dimensão política das redes. Adapto aqui a perspectiva de *embeddedness* de Martin Hess (2004) e do “sistema de comercialização ilícita”, de Rosinaldo Sousa (2004), quanto à existência de um embricamento entre os aspectos relacionais – lógicas estruturantes da dinâmica de conexão dos agentes implicados em um mercado de drogas ilícitas e seus aspectos estruturais – e as propriedades específicas, que constituem as lógicas de funcionamento das redes. Essas propriedades incluem conexões com agentes não diretamente implicados no contexto da comercialização e impactam seu funcionamento e resultados (como, por exemplo, a natureza das políticas de repressão e os agentes de segurança pública). Sendo composta pela especificidade de uma dinâmica de conexões, uma estrutura em rede é uma formação autogerada “um contexto comum de significados, um corpo comum de conhecimentos, regras de conduta reveladas pelo seu movimento” [que se traduzem como uma forma] (CAPRA, 2005 p. 119).

As redes de comercialização de drogas ilícitas são um exemplo privilegiado de um sistema aberto de conexões, formado por um padrão ampliado e autônomo de adesões, dinamizando práticas e sentidos que lhe são conformadores. As conexões efetivam-se em espaços, temporalidades e permanências relativas à própria dinâmica da rede. Essa dinâmica, de maneira objetiva e simbólica, evidencia os mecanismos sociais que aproximam e apartam, por semelhanças, tanto as propriedades dinamizadoras, quanto os atributos dos agentes conectados para a dinamização de uma rede.

As propriedades das redes de comercialização definem os termos da diferença, não somente pelas lógicas diferenciadas de mercado que agenciam práticas, mas pela relação dessas lógicas com os contextos espaciais e sociais e suas resguardas políticas, e nas trajetórias dos agentes nas quais essas lógicas constituem, igualmente, sentidos diferenciados de crime e/ou práticas criminais.

6.2 ATRIBUTOS EM RELAÇÃO: AS REDES E SEUS AGENTES

Tina é uma mulher nascida em 1985, na capital mineira. É branca, solteira, moradora de um bairro de classe média da Região Centro Sul de Belo Horizonte e possui ensino superior completo, formada em jornalismo. Ela atua em uma rede pessoal de comercialização de drogas, desde os 15 anos. Quando a conheci, em 2012, vivia com a família, composta pela mãe e duas irmãs. Sua trajetória profissional é marcada pela realização de trabalhos temporários e/ou informais, sendo o primeiro aos 12 anos, no âmbito de uma empresa familiar, no setor de bares e restaurantes. No seu discurso, uma ocupação é afirmada como uma busca por autonomia financeira, cuja clareza nesse ponto de vista lhe foi precoce, iniciada já na adolescência. A figura do pai, ausente na chefia de família e as limitações financeiras da mãe para custear as demandas de consumo de uma adolescente de classe média, justificaram, na sua fala, a firmeza com que decidiu enfrentar o mercado de trabalho precocemente:

Eu comecei a trabalhar com 12 anos de idade no restaurante do meu tio. Minha mãe é separada do meu pai desde que eu tinha 7 anos de idade, e meu pai é daqueles que aparecia de vez em quando (risos) e eu fui criada pela minha mãe. Eu fui trabalhar por trabalhar mesmo, pra juntar um dinheiro pra poder ter as minhas coisas. Agora o negócio é o seguinte: droga eu conheço desde que eu era criança, eu cresci sabendo o que era isso. O dia que a curiosidade aflorou, eu pedi pra uns amigos me aplicarem, eu tinha 13 anos. Eu cheguei em casa minha mãe disse: “por que cê foi fumar na rua, cê devia ter me pedido que eu te aplicava!”. Isso influenciou muito na minha trajetória de vida. Porque junta a droga, a adolescência, a rebeldia que é básica. Mas hoje eu e meu namorado a gente compra muito, eu pego uma quantidade grande e ligo pros meus amigos, “olha tem um bom aqui!” Mas é só no meu grupo de amigos, a gente pega pra todo mundo e divide. Eu só repasso quando neguinho tá pedindo pelo amor de Deus, rastejando no chão, porque eu penso o seguinte, é uma coisa ilegal, pode dar problema!

Fred, também nasceu em Belo Horizonte, em 1980. É um homem pardo, casado, possui ensino médio incompleto. Quando nos conhecemos, em 2012, ele era morador e proprietário de um pequeno restaurante, na região leste de Belo Horizonte. Tal como Tina, possui uma rede própria de comercialização de drogas, que teve início aos 16 anos. Nesse período da sua adolescência, ele estudava e já trabalhava no comércio, além de frequentar um curso de formação em teatro. Foi no âmbito das relações de amizade do teatro que, segundo ele, foram estabelecidas, tanto as primeiras possibilidades de experimentação de drogas, quanto uma posterior atividade comercial nesse mercado. Inicialmente atuava na figura de fornecedor da rede de amigos, uma forma de obter independência em termos do seu próprio uso. Com o passar do tempo, essa atividade tornou-se permanente, sendo incorporada como uma complementação da renda obtida através de outras ocupações, situação que permanece até hoje.

Eu sou ex-bailarino e também fui ator de teatro. Eu estudei até o ensino médio, parei depois do 2º ano, mas eu também estudei teatro. Eu trabalhei muito no comércio, comecei lá no meu bairro, trabalho até hoje com minha mulher, nós temos um restaurante que também fornece marmitex. Eu sempre gostei de trabalhar, mas também tinha que trabalhar pra ter a minha independência, né? Eu comecei a usar maconha, quando entrei no curso de teatro. No curso droga tem muito acesso. Uma vez eu fui fazer uma oficina de teatro com meu grupo lá no festival de Ouro Preto. Lá era um lugar de muita festa, de muito jovem, aí tem muito consumo né? Aí, nessa época, eu tinha meus 16 anos, eu comecei a usar e vender pros meus amigos e pra fazer o meu também, né? Nessa época era uma grana a mais que eu tinha, tipo um complemento de renda.

Maria é uma mulher branca, solteira, que nasceu em 1984, em uma cidade de porte médio do interior de São Paulo. Estudou até o 1º ano do ensino médio. Atualmente, ela cumpre uma pena de 14 anos, por vários enquadramentos na lei das drogas – 11.343/2006, em uma penitenciária feminina, situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sua trajetória de trabalho tem início, aos 12 anos, com uma curta passagem em uma fábrica de sapatos. Aos 13 anos, ela inicia uma participação em uma biqueira, na qual seu irmão, seis anos mais velho do que ela, já atuava desde os 15 anos, na região onde a família morava no interior de São Paulo. A figura desse irmão será central na profissionalização de Maria no tráfico, quando ele, aos 21 anos, torna-se proprietário de uma biqueira e toda a família, (uma irmã, dois anos mais velha e a mãe que era costureira) passam a atuar nesse negócio familiar.

Eu sou a caçula e fui criada com minha irmã e meu irmão, pela minha mãe. Ela era costureira e também trabalhou como doméstica. Ela era mãe solteira, então imagina! Era aquela correria, né? Eu trabalhei em uma fábrica de sapatos, mas fiquei só um mês. Aí, com 13 anos, eu comecei em biqueira que o meu irmão já trabalhava, desde os 15 anos, pra um dono, um patrão que era de lá mesmo. Com 21 anos meu irmão saiu dessa biqueira porque ele conhecia o fornecedor. Aí a gente se mudou e ele abriu um bar que chamava “X”. Eu dividia com a minha mãe, minha irmã e ele os turnos de trabalho, igual na fábrica. Eu trabalhava de 7 às 14h, minha irmã de 14 às 19h, a minha mãe de 19 às 24h e ele de 24 às 6h.

Maria José é uma mulher branca, solteira, que nasceu em 1981, em uma região rural no interior do estado de Minas Gerais. Possui o ensino fundamental incompleto. Atualmente, ela cumpre uma pena de 35 anos, em uma penitenciária feminina, situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, dentre outros crimes, pelo Artigo 33 da Lei de Tóxicos. Sua trajetória de trabalho tem início com a atividade agrícola, ainda na infância, na pequena propriedade da família. No ano de 1995, ela decide deixar a família e vai morar com uma irmã em São Paulo, capital. No lugar em que passou a morar² ela frequentava a escola e, naquele mesmo período, começa a praticar alguns pequenos delitos (tais como furtos); posteriormente integra-se ao trabalho em uma

² No sentido de preservar todos os participantes da pesquisa, e de comum acordo com eles, uma referência mais precisa do lugar de moradia não será apresentada.

biqueira. Aos 18 anos, quando foi presa pela primeira vez, ela já praticava crimes mais graves, tais como roubos. Pouco tempo depois, ela retorna a Minas Gerais e assume o controle sobre sua própria biqueira, em uma cidade onde passou a viver, distante 200 km da capital mineira.

Até 14 anos eu trabalhava na roça, no norte de Minas. Minha família tem 10 irmãos, sou dos mais velhos. Lá em casa todo mundo trabalhava pra ajudar o pai. Aí, quando eu tinha 14 anos eu fui pra São Paulo, morar com a minha irmã. Na roça é tudo difícil, vem o sol e matava tudo, vem a chuva e matava tudo. Com a minha irmã eu ajudava na casa, cuidava dos meninos e de menino de algum vizinho, levava pra creche, pra escola, essas coisa. Mas aí você conhece um mundo que te dá resultado muito rápido!

Não seria demasiado destacar que, a despeito da semelhança ou proximidade etária, do início da atividade de trabalho e de participação em redes de comercialização ilícita entre esses jovens, não exatamente para todos eles, estamos falando de pessoas, cuja sobrevivência do grupo familiar depende do trabalho do conjunto dos seus membros, fundamentando esse padrão precoce de inserção. Nos excertos das narrativas, inicialmente aqui apresentadas, uma mesma geração têm caminhos que deságuam em rios distintos, na perspectiva do leque de oportunidades e de sentidos mas se abrem em termos do tipo de inserção nessas redes. Há uma disposição semelhante nas justificativas estratégicas apresentadas por Tina e Fred, de uma ocupação para busca de independência financeira, que se realiza de forma concomitante entre uma atividade legal e ilegal, podendo ou não ser exercida como um caminho “pra juntar um dinheiro pra poder ter as minhas coisas/“ter a minha independência”. Abertamente distinto, esse horizonte de autonomia é revelado pela descrição de um trabalho em uma indústria de sapatos aos 12 anos, trocado por uma biqueira, iniciado aos 13 anos, ou a permuta de um trabalho agrícola exercido desde a infância, pela inserção em ocupações urbanas precárias e, posteriormente, pela prática de crimes “um mundo que te dá resultado muito rápido”. Em ambos os pares de situações, a busca por acesso e controle sobre recursos materiais é diferenciada e diversamente significada em termos do que se nomeia como uma decisão pessoal para a conquista de autonomia financeira e as formas mobilizadas para tal. São distâncias e proximidades vinculadas ao “ser e estar” da experiência desses jovens, na constituição das suas diferenças, a partir da atribuição de sentidos diversos para práticas que, embora guardando semelhanças (estamos falando de comercialização de drogas ilegais), são distintas pelas dinâmicas espaciais, objetivas e simbólicas que as caracterizam (e que caracterizam os próprios agentes envolvidos) como diferenças.

A diferença aqui referida relaciona-se à maneira como se estrutura, não só a participação em uma rede diferenciada de comercialização, pela semelhança entre os atributos adquiridos dos agentes, mas também o valor de determinados atributos ativados por essa participação. A homofilia das redes (e intra redes) é constituída pelas semelhanças dos seus agentes conectores,

não somente pela especificidade dos seus atributos, social e espacialmente determinados, mas pelas especificidades dos sentidos (sociais e políticos) das práticas empreendidas pelos agentes, através dessas redes. Novamente, o espaço não é, por si só, portador ou deficitário de um recurso. Os recursos são também sentidos atualizados nas dinâmicas sociais que credenciam a conexão dos agentes em redes de natureza diversa. As redes mobilizam os ativos necessários à sua constituição e isso não está somente circunscrito a um espaço. Em princípio, a distinção dos agentes é decorrente de uma dimensão política de acesso aos recursos que, a despeito do seu padrão de igualdade, caracteriza-os como um valor social hegemônico. No entanto, os resultados sociais de um recurso podem incidir de forma particularizada, não necessariamente universal. Um recurso é mobilizável por um agente sob determinadas condições na especificidade das redes em que se insere e lhe dão um significado, enquanto valor. A distinção é operada, não em termos da ausência ou presença de acesso a esses recursos, mas da diferença do valor de uso que alguns recursos assumem, a despeito do acesso, em termos dos seus resultados práticos, para os agentes em questão. Assim, a operacionalização da diferença é constituída na distinção dos significados, que incorporam e, portanto, apartam ou igualam por semelhanças de sentidos; “não é apenas a separação que especifica acesso desigual, mas também (ao mesmo tempo) a desigualdade específica e reproduz a separação (MARQUES, 2005, p. 35). Esses sentidos de importância da “separação”, tida como constituição de um valor que qualifica a diferença, no âmbito das redes pesquisadas, foram salientes em três domínios: a escolaridade, o acesso ao trabalho e a classificação empresarial da comercialização.

6.2.1 *Sentidos de um recurso: a escolaridade*

As credenciais escolares são consideradas como um dos principais recursos para o alcance da autonomia financeira e mobilidade social, sendo a desigualdade do seu acesso relativa às desigualdades de inserção, em contextos sociais de oportunidades das famílias e indivíduos, e de uma desigual transição, para o mercado de trabalho, definidora das trajetórias pessoais (CARDOSO, 2010; 2013). A perspectiva da formação das redes de relacionamento, conectadas por homofilias escolares, apresentada por McPherson *et al.* (2001), estabelece o reforço desse atributo, adquirido nos efeitos de proximidade e distância social, entre todos os grupos educacionais. Nos estudos apresentados pelo autor, esse efeito se desdobra, por exemplo, em termos dos tipos de ocupação e prestígio a eles relacionados; com a predisposição das escolhas; homogamia educacional dos casamentos em alguns países; com as estruturas de ocupação; e com o pertencimento a grupos de elite educacional.

Tomando as experiências aqui ilustradas, a credencial escolar não traz, em si, esse significado universal de um recurso mobilizável, independentemente da possibilidade de acioná-lo, como tal, e isso não depende do voluntarismo de um agente. Por um lado, a escolaridade, de forma hegemônica, posiciona-se como um recurso que possibilitaria mobilidade social, devido ao acesso, supostamente universal, ao mercado formal de trabalho e renda. Mas esse acesso não é fato, nem universalidade; é relativo a uma estruturação social “de posições e oportunidades abertas (ou fechadas) aos indivíduos, famílias e classes sociais que constituem (...) as linhas de força da dinâmica social” (CARDOSO, 2010, p. 270). Entre os pesquisados, o valor desse recurso reforça a perspectiva desses mecanismos discutidos por Cardoso, ao constituir o valor da escolaridade como uma particularidade gestada no cruzamento da dinâmica social, com as necessidades das dinâmicas de conexão das redes de comercialização. A própria perspectiva de McPherson (2001) contribui para essa reflexão. Uma vez que predominam as semelhanças entre os atributos dos agentes constituintes das redes de relações (formais, informais, de *status* adquiridos), englobando aquilo que vivenciamos como algo que nos é próprio ou similar (*people like us*), um recurso pode tanto não ser acessível em termos socioespaciais, como também não ser acionado, devido à dimensão contextual do seu valor. Ou seja, aquilo que um recurso é capaz de mobilizar, no âmbito de uma rede, como mediador de acesso a outros contextos, recursos e respectivas autonomias.

A homofilia, como um princípio que favorece a conexão por semelhanças, tensiona a pretensa hegemonia de valor do recurso escolaridade, uma vez que ele não atua, universalmente, em qualquer tipologia de rede, como um mobilizador simbólico e prático, para a mediação entre as conexões necessárias à dinâmica da comercialização. Ainda que o acesso à escola possa ser percebido como uma dimensão relevante, na estratificação dos atributos socialmente indicados ou adquiridos, sua operacionalidade como valor, é tensionada na correlação de forças entre o que é hegemonicamente dado (em termos sociais) e o particularmente configurado na dinâmica de uma rede. Isto, em última instância, dimensiona o valor dado a esse recurso. É a especificidade de uma rede de comercialização que significa ou atualiza, um sentido de acesso (ou desigualdade de acesso) e o próprio recurso. As redes também operacionalizam a diferença.

Esta é uma espécie de luta travada entre a hegemonia de sentido e o uso de um recurso, cuja quebra incide de forma particularizada sobre grupos, distanciando-os, ou aprofundando uma diferença social, e que não se resume ao espaço. As diferenças dos valores de troca, acionados pelos atributos pessoais, advindos do acesso a um recurso, são dados pelos contextos dos seus valores de uso. A perspectiva de McPherson (2011) de que a escola fornece a maioria dos laços não advindos de parentes e acionados, ao longo da trajetória de vida, como pontes para a inserção em contextos diversos, tem que ser relativizada quando se fala em redes de comercia-

lização ilícita e nos espaços em que elas atuam. Não necessariamente a credencial escolar é, de maneira universal, requerida como um “pedágio”, pois é necessário especificar qual é o acesso que proporciona, para qual lugar e em que tempo ela é requerida para a efetividade dos seus resultados, na trajetória dos agentes em questão. É uma não sintonia entre as urgências e os valores, que fundamenta o tempo das instituições (empresariais, educacionais e o próprio Estado) e os indivíduos (CARDOSO, 2010). Chamou-me atenção, quando da pesquisa em campo, a importância que a mochila escolar de Marquinhos passou a ter para ele, quando a utilizou para ganhar os seus primeiros “duzentos contos” e os próximos “contos” que se seguiram:

Ele era adolescente, também num arranjava emprego, tinha que ficar em casa tomando conta dos irmãos e tava vendo aquela galerinha ali se movimentando. Aí bate alguém na porta dele e fala: “Aqui, véio. Cê num leva essa mochila pra mim, ali, não?”. “Te dou 200 contos!”. Ele levou a mochila, comprou sorvete, todinho, uns pão diferente, levou pra casa, todo mundo comeu, se fartou... Aí viu vantagem né?

Nas trajetórias pesquisadas, não me pareceu que a credencial escolar fosse percebida como um valor que permeia as diferenças próprias das posições sociais. No entanto, é no âmbito das propriedades de uma rede que o valor de uso dessa credencial se estabelece, como algo que faz ou “não faz sentido”, em termos dos seus resultados, como recurso de mobilização para os agentes nas diversas posições e distinções, operantes no conjunto das práticas e das redes de conexão, que lhe são pertinentes. Por exemplo, nas redes de empreendedores, a dinâmica de formação da rede de conexões não depende de um nível de escolaridade, mas esse atributo é, geralmente, inerente ao perfil das conexões do hiperlink, o empreendedor. A amplitude das suas conexões está correlacionada à variabilidade das redes, em que as suas conexões se inserem, tais como as redes profissionais, de lazer, de amizade, cujas homofilias correlacionam-se, também, ao nível de escolaridade. Isso reforça o valor de uso desse recurso, distanciando-a de uma rede de empreendedores de bocas, em termos daquilo que o atributo escolaridade mobiliza, para a formação e dinâmica das conexões. Nesse sentido, reitero que as redes também são constituidoras dos termos que demarcam as diferenças.

Na narrativa das trajetórias aqui apresentadas, iniciando por Tina, a rede de relações em que ela está inserida é permeada pelo valor da escolaridade e por trajetórias pessoais, cuja mobilidade (de renda e *status*) está estreitamente correlacionada às credenciais escolares – por ela exemplificadas na figura do *status* social e independência financeira adquirida pelas amigas, devido à continuidade dos estudos até o ensino superior. Diferentemente delas, a trajetória escolar de Tina foi marcada por algumas interrupções, até a conclusão recente do ensino superior. Sua primeira interrupção dos estudos ocorreu, na fase inicial do ensino médio (quando ela iniciou

suas atividades de uso e comercialização), segundo ela por decisão própria. Mas para tanto, ela busca legitimar essa interrupção, perante a família, recorrendo ao argumento de uma atividade muito comum ao espaço doméstico de algumas mulheres: a ajuda na criação da irmã caçula. Não que essa atividade fosse necessária como estratégia familiar, mas a postulação desse argumento e a aceitação pela família [na figura da sua chefia, a mãe] demonstram o quanto essa prática ainda está arraigada na clássica divisão sexual do trabalho, podendo inclusive ser acionada como uma estratégia mistificadora de uma decisão pessoal, que não lhe é correlata como posição social. Nesse momento, sua rede de comercialização era bastante ativa, fato que articula esse argumento estratégico com a possibilidade de auferir alguma renda, fora do mercado formal.

Formei normal na 8ª série e depois cismeiei que eu não ia mais estudar. Cismeiei! Eu saía de casa pra matar aula, era preferível ficar em casa dormindo né? Nessa época eu não trabalhava, mas a minha mãe teve uma menina quando eu tinha de 15 pra 16 anos. Então eu praticamente criei, brincava de boneca com ela com 15 anos de idade. Então eu fiquei esperta pra não trabalhar, com a desculpa que eu ficava cuidando dela. Então quando ela começou a ir pra escola eu tive que voltar a trabalhar. Não tinha mais que cuidar dela como desculpa. (Tina)

Fred parou de frequentar o ensino médio e a formação do grupo de teatro aos 19 anos, quando sua namorada engravidou e eles passaram a morar juntos. O nascimento da sua primeira filha retira-o da escola, ampliando sua inserção mais empreendedora na comercialização ilícita. A saída da escola não o encaminha para um trabalho regular no mercado formal, sendo este um caso exemplar do panorama descrito por Cardoso (2010) – aprofundamento de um caráter de precariedade, informalidade ou simples inatividade, para os jovens urbanos entre 18 e 22 anos, que, em 2000, haviam deixado a escola. No entanto, Fred concilia intermitentes inserções precárias e/ou informais e a inatividade com uma expansão da sua atividade comercial. Deixar a escola foi concomitante com a dinamização da sua rede, momento a partir do qual sua clientela se amplia devido à frequência a lugares típicos, para conexões comerciais de um empreendedor, como ele, que tinha relações com o ambiente artístico, devido ao grupo de teatro do qual participava. Assim, ele intensifica contatos com casas noturnas, bares e demais lugares franqueados pelas redes de relações que possuía, consolidando-se como uma rede de conexões, cuja base de sustentação não é originária do ambiente escolar. A inatividade é um atributo relativo ao mercado formal de trabalho, mas não se deixa a escola para uma simples inatividade.

No caso de Maria, a escola foi uma experiência que na adolescência foi dividida entre o trabalho na biqueira e, aos 16 anos, com os cuidados que ela passou a ter com a sua primeira filha. Suas referências familiares em termos da escola, como um recurso acessado e valorizado talvez tenha maior força negativa na figura do irmão, que de forma bem-sucedida iniciou o trabalho em

uma biqueira aos 15 anos e não chegou a terminar o ensino fundamental. Essa conexão permitiu a ele, posteriormente, gerenciar sua própria biqueira, que se tornou sustentáculo financeiro de todo o grupo familiar. Apesar dessa referência negativa, Maria afirma ter concluído o ensino fundamental e dá início ao ensino médio. Mas a escola não lhe estabeleceu vínculos, posteriormente importantes, na dinamização de pontes, capazes de ir além das que ela criara, com esse negócio familiar ilícito. O suposto defendido por Granovetter (1973) é de que a restrição das possibilidades de acesso às informações, fora do circuito da rede de pertencimento, e sua mobilização em benefício próprio, estão correlacionadas às homofilias das redes de relações. Os atributos das redes, condicionados pelas agregações entre semelhantes, levariam ao estabelecimento de “laços fortes”, cuja dinâmica é restritiva e de movimento circular dos trânsitos das conexões. De forma contrária a essa perspectiva, no caso de Maria, os laços fortes da sua rede de relações composta por familiares e amigos ou vizinhos, alguns dos quais passaram a atuar para ela na sua biqueira, além do contato com outros empreendedores de boca possuidores de seu próprio negócio na região onde morava, reforçou o seu distanciamento em relação à escola (pela ausência de importância, que tal recurso vai assumindo na sua trajetória profissional e pessoal). Mas, o seu trânsito entre pessoas e regiões foi ampliado, devido à dinâmica de negócio que envolve fornecimento, transporte e distribuição no “ponto de venda”, exigidos pela comercialização de drogas, em uma biqueira. A heterofilia da sua rede foi possível devido à necessidade de estabelecer conexões com outras redes de comercialização, até mesmo fora do estado, uma das razões pela quais ela e uma tia foram presas por atuação na RMBH. Essa dinâmica de conexão com outras redes, campos de poderes, pessoas e recursos não foi algo incomum, entre os pesquisados nas redes de empreendedores de bocas que supostamente habitariam pontos marcados pela homofilia das redes de relação, definidas pelo espaço e pela atividade ilícita.

Maria José, cujos pais eram analfabetos, possuía, até quando a conhecemos, o ensino fundamental incompleto, só agora sendo concluído na penitenciária onde cumpre pena. Os estudos são para ela uma vivência, inicialmente compartilhada entre o trabalho na roça e a ajuda no cuidado dos irmãos mais novos, quando ela ainda vivia na casa dos pais. Durante nossos encontros, a presença da escola somente foi citada como uma vivência de oportunidades quando ela já estava em São Paulo, morando com a irmã. Mas também é uma referência dada pelo horizonte que a escola lhe possibilitou, para as conexões com redes de atividades criminais nas quais ela foi se inserindo a partir de então. A sua narrativa do trabalho agrícola na infância, aliado ao cuidado das crianças na família concorrendo com a primeira fase escolar, foi um dado recorrente na história de vida de muitas mulheres que entrevistei e que atuavam nas redes de boca. A constância da exigência de cuidado dos irmãos e da casa está muito associada à referência

que algumas delas têm da escola, ou seja, uma passagem neutra ou como referência de mais um trabalho (e cansativo) como bem exemplificado com esta fala:

Eu parei de estudar com 11 anos. Minha mãe e o meu padrasto bebiam muito, então eu tinha que cuidar dos meus irmãos. Na época tinha um irmão com um ano e 8 meses, outro com 1 ano e 2 meses, eu lavava e quarava fralda, lavava a roupa da casa e cozinhava pra eles. Com 11 anos!... Depois, ao todo, foram sete irmãos e eu cuidava de todos. Eu perdi a virgindade com 13 e com 16 pra 17 anos tive minha primeira filha. Depois tive mais 2 filhos. Mas aí eu não tive tempo de cuidar dos meus filhos, eu já tava cansada e trabalhava muito. Eu cuidava só como dinheiro, só que não basta né? Eu não tinha tempo. O de 7 anos nem não sabe que eu tô presa! (Duda, rede de bocas, presidiária, 28 anos)

A ocorrência da primeira gravidez, que para a grande parte das pesquisadas ocorreu entre os 13 e 16 anos, parece ter tido pouco impacto, em termos da concorrência com a escola, fato que referenda o estudo de Aquino *et al.* (2003). De um montante de 42,1% das jovens pesquisadas, quando ocorreu a primeira gravidez, no momento da adolescência, elas já se encontravam fora da escola. Coincidindo com as interpretações de Chacham *et al.* (2010), no meu estudo, não foi a ausência de uma perspectiva profissional futura, que se interpôs como uma fronteira entre a continuidade da escola e a decisão por um projeto tradicional doméstico. Esse espaço nunca foi rompido por elas, para que se projetasse como uma escolha possível pelo “tradicional papel de gênero”, ou uma trajetória escolar supostamente promissora. A gravidez precoce é um indicativo forte de um domínio doméstico nunca transposto.

Em termos gerais, os estudos não só fizeram parte de um período muito curto na trajetória de vida dessas mulheres, como o fato de terem frequentado uma escola não impactou nos rumos futuros de suas trajetórias, seja nas redes de comercialização, ou em alguma vivência mais direta com outro tipo de criminalidade. Ao contrário dos homens, na rede de empreendedores de bocas, cujo relato de abandono da escola, também na adolescência, foi justificado como uma ausência de interesse frente a outros mais excitantes: (“Ah eu parei de estudar por conta de envolvimento mesmo, mas quando cê é adolescente cê num tá a fim de dar muita satisfação, todo mundo, cê num tá nem aí pra escola não”; “eu parei na 5ª. série porque eu gostava de ficar na rua, né? Mulherzada, gandaia, skate, patins”).³

Para a maioria das pesquisadas, das redes de empreendedores de boca, o histórico escolar na adolescência, foi justificado como interrompido em detrimento de ocupações desgastantes fisicamente: (geralmente faxinas, ambulantes, bicos como distribuição de panfletos, exposição de propagandas de rua, prostituição, dentre outras relatadas), aliados às obrigações dentro da própria

³ Falas de Guto (22 anos), em dezembro de 2013 e Lucas, (34 anos).

residência. A oportunidade de participação nas redes de comercialização, suas exigências para a dinamização comercial e atividades ligadas à sua sociabilidade, a concomitância dessa atividade com o aprofundamento do consumo de drogas e as situações relativas ao cumprimento de medidas socioeducativas, quando adolescente, e/ou posterior encarceramento mostraram-se como situações decisivas para esse abandono. No caso de Maria José a primeira vez foi antes de completar os 18 anos.

Quando eu ainda ia pra escola lá em São Paulo, meu 1º choque de realidade foi quando guardei uma sacola pra uns amigos e a policia pulou. Fui presa e eu ainda era de menor. Conheci assalto com 18 anos, mas aí eu já tinha várias passagens! Não tinha mais tempo pra escola. (Maria José)

6.2.2 *Sentidos de um acesso: o trabalho*

Nos anos 2000, em momentos etários próximos, mesmo em condições sociais muito distintas, Tina, Fred, Maria e Maria José assemelhavam-se, ainda que por motivos diferentes, em termos da parcela da população jovem não inserida nem no ambiente escolar, tampouco no mercado de trabalho formal. Segundo os dados apresentados por Adalberto Cardoso (2013), entre os jovens de 18 a 25 anos em 2000 a proporção dos que se encontravam nessa posição era de 20,9%; e em 2011, 19,5%. No inelutável recorte de gênero, no caso das mulheres, essa proporção representava 30,4% contra 11,5% dos homens em 2000, e 26,0% contra 13,1% em 2011. Se tomarmos Maria e Maria José como referência, utilizando os resultados encontrados no modelo logístico de Cardoso, a magnitude da possibilidade de elas serem um “nem-nem”, uma vez que se encontravam no estrato dos 10% mais pobres, era de 233% em 2000, e, em 2011, esse valor era de assombrosos 800%. Utilizando os próprios termos do autor, isso dá um “caráter de classe” a um dos mecanismos a que ele faz menção como um “elemento estruturante da persistência das desigualdades entre nós [Brasil]” (CARDOSO, 2013, p. 310). Em termos da diferença entre as redes, a dimensão de classe se evidencia no tempo de permanência nesse “lugar ausente” onde as trajetórias dessas mulheres, por um breve período, igualam-se entre si, depois se distanciam quanto à centralidade que essa atividade ilegal passa a ocupar, assim como marca distâncias de maneira significativa nos rumos assumidos por essas trajetórias, daí pra frente.

Busquei cruzar as narrativas apresentadas neste capítulo, com alguns dados do IBGE sobre a população jovem, escola e trabalho no Brasil, no período da adolescência desses jovens, na década de 1990. Em 1997, a proporção de jovens ocupados entre 12 e 14 anos era de 15%, do total dessa população (17.048.297). A proporção dos que estudavam e trabalhavam nesse período era de 14,1% (9,3% entre as mulheres); e no período de 15 a 17 anos, a proporção era

de 22,6% (27,8% entre os homens, como o irmão de Maria e Fred). Estes dados revelam a já discutida concorrência entre trabalho e escola na adolescência. Aos 12 anos, Tina estudava e trabalhava no comércio do tio, fazendo parte dos 20,4% dos jovens que entre 12 e 14 anos que trabalhavam sem carteira assinada (9,7%), sendo 12,5% deles atuando no comércio. No caso de Maria e seu irmão, talvez pudéssemos encaixá-los na categoria de ocupação de “atividades mal especificadas”, em que se enquadravam 370.466 jovens de 10 a 14 anos, segundo o censo do IBGE de 2000 ou 16% de trabalhadores por conta própria, encontrados em 1997, sendo 41% mulheres. O trabalho de Maria José a mantinha fora da escola (ou com uma frequência irregular) posicionando-a entre os 54,6% de jovens trabalhadores na área agrícola, (45,9% mulheres) conforme dados de 2000. Destes, 54,7% dos que tinham entre 12 e 14 anos (44,8% mulheres), trabalhavam sem remuneração. Sua atividade agrícola se dava na pequena propriedade familiar e, pela sua condição de filha, era obrigatoriamente incorporada como uma atividade não remunerada. Em São Paulo, enquanto não se insere nas redes de comercialização ilícita, essa condição de atividade não remunerada se mantém, para Maria José.

No caso de Tina, a saída temporária da escola e a participação em uma rede de comercialização pessoal não a impediram de retomar os estudos posteriormente, através do ensino supletivo e de tentar uma segunda experiência com o mercado de trabalho. Por volta dos 20 anos, ela busca integrar-se, momentaneamente, como parte do “maciço proletariado MacDonald’s”⁴. E, mais uma vez, ela não permanece nessa ocupação, alegando um conflito de foro íntimo, qual seja, a incompatibilidade desse trabalho com os seus princípios de higiene. Essa passagem me pareceu, inevitavelmente acionar essa tomada de posição como aquilo que Bourdieu (1999) nomeia de um princípio relativo às disposições, entendidas em termos da orientação das práticas, percepções e apreciações das experiências objetivas que o acionam. A recusa de um tipo de trabalho, em uma conjuntura de oferta pouco propícia às declinações expressas na fala, “olha mãe, você me desculpa, mas não é pra mim não!” revela-se uma autonomia ajustada à estruturação dessa disposição.

Entrei naquele teste do McDonald’s na maior empolgação. Ai fui trabalhar no MCDonald’s. Pra quê? Que decepção! Eu não lavo banheiro nem na minha casa, vou ter que lavar banheiro de funcionário? Trem mais nojento. Aquilo foi me dando um nojo! E ao mesmo tempo em que você lava banheiro depois cê tá lá fazendo sanduíche, tá limpando chão, cada hora cê tá fazendo uma coisa! A parte do sanduíche era uma delícia, mas na hora de lavar banheiro, não era comigo! Ai eu cheguei em casa e falei pra minha mãe: “Olha mãe, você me desculpa, mas não é pra mim não!”. (Tina)

Quanto a Fred, nesse período, ele estava fora da escola e passou a atuar de maneira intermitente no comércio, em funções tais como atendente em lojas de shopping, ocupação que

⁴ Termo usado por Lasch (1997, p. 146).

ele exerce esporadicamente até hoje, no período de ampliação de ofertas de vagas no Natal. O setor do comércio, segundo dados do censo 2000, empregava 29,6% de jovens, sendo que, entre 15 a 24 anos, essa proporção era de 26,7%, 36,8% desses possuindo de 4 a 7 anos de estudo. A remuneração média para os ocupados com carteira, nessa faixa etária era, para os homens, de 2,8 SM e para as mulheres 2,5 SM, sendo que 52,4% dos homens e 40,2% das mulheres, nessa faixa etária, trabalhavam sem a garantia desse direito.⁵

De maneira distinta à de Tina, Maria José, para o rompimento com uma condição de trabalho indesejada (e também por questões pessoais relativas à vivência da sua sexualidade, dimensão complexa no seu relato, tendo em vista as restrições morais mais rígidas do padrão rural em que ela estava inserida),⁶ deixa a família em 1995 e vai morar com a irmã em uma favela em São Paulo, lugar que ela não explicita. Evidentemente, a direção desse processo migratório não se abre como uma possibilidade aleatória, uma decisão autônoma (a esta altura uma adolescente de 14 anos), cuja racionalidade sobre o custo/benefício pessoal dessa mudança teria sido, em última instância, a variável definidora da transposição do espaço/do trabalho/afirmação da sua sexualidade. Não por acaso seu destino é São Paulo, que se constituiu, historicamente, como uma rota clássica dos fluxos migratórios brasileiros. De fato, 24,72% do total de entradas das migrações urbanas internas no censo 2000⁷ têm esse destino, dinâmica essa que somente começou a se alterar em finais da década de 2000.

Inserindo a trajetória de trabalho de Maria José, em um conjunto mais ampliado de trajetórias migrantes, segundo os dados do IBGE em 1995, ano em que essa jovem aos 15 anos, se desloca para São Paulo, o percentual de jovens mulheres moradoras em meio rural significava 16,08% do total, entre 15 e 24 anos (14,3 milhões).⁸

Nos dados do Censo sobre Migração e Deslocamento populacionais no Brasil,⁹ no ano de 2000, de um total de 26.765.925 pessoas que se encontravam fora do seu município ou unidade

⁵ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, Síntese dos Indicadores 2011/IBGE, Censo 2000, Rendimento e Trabalho/IBGE, Censo 2000, População Jovem no Brasil – O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características diferenciais e desafios.

⁶ Não quero afirmar a existência de um essencialismo moral do meio rural. A minha pesquisa não me permite uma empiria suficiente para tal. No entanto, a identidade de gênero de Maria José me foi descrita por ela como conflituosa no seio de uma família de 10 irmãos, criados sob uma rígida referência paterna. Todos os irmãos eram trabalhadores rurais e as únicas experiências que ela me relatou, fora da região de moradia no interior de Minas foram, inicialmente, a migração da irmã mais velha para São Paulo, depois de casada e a dela própria. Essa rigidez parece exercer ainda uma ação sobre ela, uma vez que, no seu relato, a família desconhece o seu paradeiro e o envolvimento com a criminalidade, assim como a sua atual situação de encarceramento.

⁷ Censo Demográfico 2000, Migração e deslocamento Resultados da amostra – Comentários dos resultados.

⁸ IBGE, Censo 2000 – População Jovem no Brasil – O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características diferenciais e desafios.

⁹ IBGE, Estudos e Análises – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 1, Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil.

da federação de origem, 51,15% eram do sexo feminino; 11,67% estavam em São Paulo; 6,7% se encontravam na faixa etária de Maria José quando migrou (15-19 anos); e, destas, 52% eram mulheres. Em termos dos fluxos migratórios interestaduais, em 1995, do total de emigrantes, 32,3% eram do Sudeste sendo que, como no caso de Maria José, 14,9% se deslocaram para outra região, dentro do próprio Sudeste.

Dessa forma, a decisão de Maria José pelo deslocamento relaciona-se, também, à atratividade de um espaço que se abre em termos do estabelecimento de uma conexão com uma rede de relações familiares. Sua irmã já havia feito o mesmo percurso e esse fato coloca-se como amparo e meio facilitador para, hipoteticamente, ampliar seu acesso em ambientes de trabalho, escola, entre outros campos possíveis, que se acenavam, naquele momento, como novas possibilidades. Em 2000 a população de moradores não-naturais de São Paulo correspondia a 45,3% da população total do estado, o que nos dá uma dimensão da amplitude das redes de migrantes formadas nesse espaço a partir dos processos de conexão com conhecidos, amigos e familiares já residentes.

As redes pessoais e/ou familiares têm sido discutidas na literatura atual, em termos do seu peso nas decisões individuais, ou de grupos, para os deslocamentos e na busca por oportunidades, em contraponto ao excessivo valor dado à dimensão estrutural, nos anos de 1970, fortemente influenciado pelas correntes estruturalistas marxistas.¹⁰ Segundo essa corrente, o modelo superexcludente de desenvolvimento brasileiro manteve uma parcela da população em uma “zona de vulnerabilidade” social e espacial que, nos centros urbanos, foi empurrada para as favelas e zonas periféricas, desprovidas do acesso aos bens de consumo coletivo, providos pelo Estado. Essa vulnerabilidade também se expressava na forma de integração ao mercado de trabalho e permaneceu precária e/ou informal, desvinculando esse contingente dos sentidos da cidadania moderna (KOWARICK, 1975).

Ainda que amplamente debatida e contestada, a proposição da dimensão estrutural da precariedade e/ou informalidade de grande parte da inserção produtiva dos trabalhadores brasileiros migrantes, como explicativa para as raízes configuradoras dos perfis da marginalidade urbana no Brasil, parece permanecer válida em vários aspectos. Se tomarmos como exemplo o caso das décadas mais recentes, pode-se verificar que, para os migrantes entre regiões do Sudeste, a informalidade nas relações de trabalho se manteve acima de 50% durante toda a década de 1990, tendo uma queda inicial somente em 2008, quando o percentual da categoria de trabalhadores informais migrantes atinge 44,09%, com uma proporção, em 2011, de 22,1% de pessoas ocupadas sem carteira, no Brasil. É necessário destacar que essa informalidade também está relacionada à baixa qualificação desses migrantes. Entre 1995/2000 34,2%, dos que entraram

¹⁰ A referência aqui utilizada baseia-se no relatório de Oliveira & Oliveira (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**, 2011, realizado pelo IBGE.

no Sudeste, não haviam concluído o ensino fundamental, tal como Maria José. Se tomarmos os trabalhadores ocupados, possuindo somente de quatro a sete anos de estudo, em 2000 eles representavam 57,5% daqueles, cujo rendimento mensal variava de 1/4 a dois salários mínimos.

Foi-me reveladora a similaridade da trajetória de Maria José, quando me deparei com o estudo de Marques (2010), que identifica, nas redes de relações por ele estudadas, a dos migrantes caracterizados por fortes homofilias, nas sociabilidades (predominância de conterrâneos) e níveis de precariedade, acima das médias observadas em relação aos demais grupos identificados (de trabalho, de habitação, de uma média de 6 anos de estudo). No entanto, “embora relações e redes produzam pontes e coesão, os mesmos vínculos podem possibilitar vários movimentos em situações diversas, para indivíduos diferentes, ou para as mesmas pessoas em momentos distintos” (MARQUES, 2010, p. 43).

Maria José, até onde sua narrativa me permitiu compreender, a partir dos contatos na rede dos novos amigos conhecidos, no lugar onde passou a morar com sua irmã, encontrou ocupações, que lhe pareceram vantajosas, ou que se abriram como exequíveis para serem trilhadas, considerando a precariedade da sua condição (imigrante, pouco escolarizada e necessitando de buscar seu sustento em curto prazo). Inicialmente, ocupou-se de pequenos trabalhos em uma rede de bocas, no tráfico de drogas local (aviãozinho, guardar droga e pequenos “corres”). Aos poucos, foi-se envolvendo em conexões que praticavam roubos, assaltos à mão armada e outros crimes violentos. Esse envolvimento será fundamental para os rumos que sua trajetória no tráfico assumirá.

No lugar em que eu morava conheci gente nova, gente do crime. Eu via tudo como normal! Saí e comecei a vender. Eu era do tipo que quando tava no crime não dava valor pra estudar, pra trabalhar. O crime te chama. Família é família, crime não tem laço nenhum, só interesse. (Maria José)

Por um lado, temos a autonomia de Tina para a recusa de uma subordinação a um tipo de ocupação formal, percebida como inadequada ao seu perfil (mas de adequação a uma comercialização de algo ilegal). De outro, a autonomia de Maria José para conectar-se a uma prática ilegal (“eu via tudo como normal!”), mas a sua inadequação profissional para a subordinação a um trabalho formal. A classificação de adequação, presente nas duas, não parece indicar uma atualização de classe de uma disposição, mas de uma ativação que se processa no âmbito das práticas das conexões estabelecidas, rompidas ou não realizadas. As inserções e suas percepções justificadoras aqui apresentadas, ao contrário da perspectiva de Bourdieu (2009), não são exatamente um reflexo da disposição, no sentido de uma incorporação maior do que o agente e os seus atos. Como bem nos indicam as conexões de Tina e Maria José, a objetividade e contingência da experiência instrumentalizada como disposição, não somente instrumentalizadora das práti-

cas, supostamente determina essas práticas, uma espécie de núcleo duro, uma incorporação de natureza estruturadora. É o que Lahire (2005), na crítica à Bourdieu, nomeia como o “indivíduo como um patrimônio de disposições”.

Cardoso (2010, p. 280) aponta a década de 1990, etapa da adolescência desses jovens, como um período em que a insegurança, a precariedade e a “ideia de uma carreira para a vida ficou ainda mais sem sentido no mundo do trabalho flexível”. No entanto, a perspectiva de uma “carreira para a vida” no mercado formal de trabalho, talvez sempre tenha feito sentido, mais no universo de inserção de Tina e Fred, do que de Maria e Maria José. A precariedade e a insegurança e abertura para uma ocupação em um mercado ilegal foram para estas últimas, não uma conjuntura, mas um pilar estruturador da própria ideia de trabalho. Talvez isso seja uma das questões envolvidas na habilidade que buscam desenvolver, muito mais afeitas a uma perspectiva empresarial do que de se inserirem em um “trabalho” informal ou precário, voltadas para o gerenciamento autônomo de um negócio, mesmo quando seu enquadramento fosse em relação a uma atividade ilegal. O ir e vir no mercado formal, por parte de Tina, que sempre aciona uma disposição de incompatibilidade com uma ocupação, baseia-se também na sua experiência com uma rede de comercialização própria. Novamente, as redes constituem um contraponto à hegemonia do valor do trabalho, no sentido de constituição de uma “carreira” para a vida.

O retorno de Maria José para Minas Gerais, momento em que ela inicia o gerenciamento da sua própria rede de empreendedores de bocas; as diversas ocupações assumidas por Maria, no gerenciamento da sua biqueira, em conjunto com o irmão; o restaurante de Fred e suas ocupações temporárias no trabalho formal, concomitantemente à sua rede de comercialização; o ir e vir de Tina no trabalho formal; são parte de um quadro social em que as inserções nessa variedade de contextos e as próprias concepções dos sentidos de formalidade/informalidade, legalidade/crime têm se mostrado como “fronteiras borradas entre situações que antes se pensava como claramente definidas” (AZAIS, 2012, p. 168). Entre as narrativas aqui apresentadas a perspectiva de autonomias referentes ao empresariamento das redes, a representação da atividade exercida como um negócio a ser gerido, administrado e mantido sob domínio (“ser dona”) ou uma prática assumida como uma dimensão que permeia a sociabilidade é a marcação mais forte dessa diferença. No entanto, as produções de sentido sobre as práticas são constitutivas das formas como elas são classificadas por seus agentes. Também, através dessas classificações, incidem outros mecanismos (institucionais, legais, objetivos e simbólicos) e com eles os “sujeitos políticos” que lhes são ajustados. É o que será discutido na última parte deste capítulo.

6.2.3 *Redes e empresariamentos: disposições, recursos e controles*

A reflexão sobre o conceito de empreendedorismo, como uma possível apresentação de um agente no seu atributo qualificador de empregabilidade (ou marginalidade) apresenta semelhanças, em alguns dos argumentos de Luiz Antonio Machado (1997; 2001; 2006) e a questão da informalidade (LAUTIER, 1997). A concepção da precarização, a informalidade vulnerabilizadora pós-fordista, são formas de mobilização da força de trabalho que já não se restringem às sociedades salariais, tornando-se uma referência global com impactos específicos em termos locais. No caso brasileiro, ainda que essas situações já fossem uma realidade vivenciada no cotidiano de grande parte dos trabalhadores (CARDOSO, 2010), a “novidade” tem como ponto de partida o âmbito restrito das atividades “socialmente valorizadas” e/ou vinculadas, formalmente, ao mercado de trabalho. É essa equalização “por baixo” o fato social destacado (DRUCK, 2006).

(...) na atual informalidade encontra-se uma diversidade muito ampla de trabalhadores, cujas diferentes formas de inserção estão nas mais modernas atividades produtivas privadas e públicas, através dos processos de terceirização (...) cujos perfis reúnem os de altíssima qualificação e especialização, que em geral recebem altos rendimentos, com os menos escolarizados, sub-remunerados e tratados como de “segunda categoria” e “sem direitos”. (DRUCK, 2006, p. 94).

A despeito da posição valorativa, em que o formal/informal se mesclam com um juízo sobre o justo/injusto, legítimo/ilegítimo (NORONHA, 2003), há uma nova dimensão que se delineia, para além da inclusão dos grupos médios, nas condições de informalidade: o pressuposto de que a empregabilidade é uma característica individual, um valor pessoal a ser publicizado no mercado, sendo essa visibilidade uma prova da capacidade empreendedora “objetiva” de um agente. A utilidade social, indicativo de desempenho no mercado, atomiza essa situação ao lançar sobre o indivíduo a exclusividade das luzes com a sua marginalidade: o sucesso, ou seja, a sua condição de empregabilidade, de atualidade pessoal frente à contemporaneidade das demandas. Essa condição, dentre outras formas, traduz-se pela capacidade de comunicação do seu desempenho (COCCO, 1995); pela capacidade de negociação da subordinação entre parceiros, supostamente equalizados nas suas condições de negociação (CASTEL, 1997); pela suposta capacidade de sair da informalidade através do auto empresariamento (LAUTIER, 1997); e pela demonstração pública de um engajamento empreendedor (MACHADO DA SILVA, 1997). Um dos destaques de Machado para esses “pacotes interpretativos” é esse autoempresariamento, que torna o trabalhador uma pessoa jurídica, não implicando somente na destituição paulatina e velada dos direitos sociais vinculados ao trabalho, mas é também fundamentado no pressuposto de que é uma condição aberta a todos

aqueles que são “por natureza” dotados dos atributos adequados, capazes de serem instrumentalizados para o empreendedorismo de si mesmos.

Reforçando a perspectiva dos autores para as narrativas aqui apresentadas, parece pouco evidente que o fundamento da utilidade social de um agente (SOUZA, 2006), decorar em um campo neutro de correlação social de forças. A dinâmica empreendedora implica em disputas permanentes por interesses, em ambas as redes de comercialização, mas as exigências de tomada de posição dos competidores, para efetivação da sua “capacidade empreendedora”, é dada por valores diferenciais relativos ao espaço, onde a atividade empreendedora é desenvolvida e pela própria concepção do empreendimento, dada pelos seus agentes. A análise de Gonzalo Saravi (2004) em relação ao espaço como constitutivo da vulnerabilidade social, da sua condição de portador de desvantagens sociais, indica a dimensão espacial como um dos focos analíticos para a marcação política da diferença dos empreendimentos. A reiterada afirmação das favelas e/ou periferias, como lócus da violência, tem como matriz, uma destituição desses espaços pelos seus atributos tangíveis em termos de precariedade das moradias e da oferta dos bens públicos de infraestrutura, assim como pela restrição na validade da regra jurídica, sujeitando seus moradores a situações cotidianas de violência, oriundas de matrizes, tanto legais, quanto ilegais (KOWARICK, 2010). Ou seja, são advindas dos próprios agentes empreendedores e do feixe de conexões ilegais e legais que estabelecem.

É desnecessário reiterar a diferença de enfrentamentos nos negócios empreendidos por Tina e Fred, Maria e Maria José, em termos da proximidade entre esses jovens por terem exercido, em momentos semelhantes, um mesmo tipo de prática, juridicamente considerada como crime: a comercialização de drogas ilegais. No entanto, as diferenças objetivas e simbólicas dos enfrentamentos com o aparato repressivo do Estado, os conflitos inerentes a essa criminalização e as formas de garantir internamente a dinâmica dos negócios demarcam processos de constituição de sujeitos políticos, diferenciados pela própria natureza, entre esses negócios. Maria José, ao atingir os 18 anos, já havia acumulado várias passagens pela polícia. Na sua narrativa, esses momentos, descritos como de enfrentamento com uma violência, cujas marcas físicas e psicológicas foram motivadoras (ou justificadoras, no seu argumento) do seu revide com práticas também violentas em outras situações de delito em que ela esteve envolvida como, por exemplo, nos assaltos cometidos. No período em que se posicionava como “dona” de uma rede de empreendedores de bocas, ela afirma que o seu “negócio” era recorrentemente interceptado por prisões e negociações, (“a tal da conversa”), cujos resultados, ao longo do tempo, tiveram como consequência a inviabilidade do seu negócio e sua concentração em crimes que pudessem lhe dar menos imprevisibilidade e maiores rendimentos. E é também na posição de “dona” que

a sua trajetória vai ratificando um sentido de criminalidade, cuja conduta violenta incorporada é, segundo Machado da Silva (2004), um processo de socialização, uma espécie de “imersão em uma forma de vida” e não simplesmente uma carreira criminal, no sentido do exercício de *performance* (modos, representações e prática) de uma ocupação que, em algum momento, foi escolhida. A defesa dos seus interesses – da sua rede de comercialização, do seu próprio sustento e da sua família (ela passou a viver com sua namorada e tomou para si a responsabilidade do cuidado dos seus filhos), assim como da sua própria existência como agente inserido em redes ilegais, passou a ser garantida pelo recurso à violência, e também, exatamente devido ao uso recorrente desse recurso – passou a sofrer as interposições dos demais agentes, que se lhe confrontavam e disputavam com ela os mesmos interesses de negócios.

Com 19 anos eu peguei 6 anos. O abuso de autoridade, que eu vivi na vida da cadeia, me transformou em outra pessoa. Em liberdade, quando eu lembrava o que tinha visto e vivido, eu metia um assalto na hora, com toda a força. A primeira vez que fui presa por tráfico eu era dona, e na delegacia teve a tal da conversa. Eu paguei. Mas aí, com o tempo eu tive que ir pro assalto. Tava difícil, eles tavam comendo o meu dinheiro todo! (Maria José)

Embora menos marcada por uma narrativa de situações de enfrentamento com a violência de natureza institucional, legítima, na figura do Estado, quando o negócio familiar foi abalado pelo incidente sofrido pelo seu irmão, ao transportar uma carga entre bairros, foi parado em uma blitz policial. Nesse encontro, o irmão foi baleado, tendo perdido, de maneira definitiva, a visão em um dos olhos. A violência se fez presente, também, nas situações de cobrança incisiva ou sumária de atos moralmente interditados, no local onde seu negócio estava estabelecido. Segundo ela, essas atitudes são comuns e esperadas, tanto pela rede de negócios, quanto na rede de relacionamentos formada pelo entorno do negócio e são, por exemplo, justicamento por crimes sexuais, roubos dentro da favela, derrame ou roubo em carga vendida, dentre outros. Mas essas atitudes são também correlatas a posturas de negociação, tais como brigas entre amantes, mães que reclamam do vício excessivo dos filhos, clientes da boca. Atitudes como essas são narradas por ela como uma disposição exigida pelo negócio, para aderir às práticas de mediação de conflitos, sem atrapalhar o bom andamento comercial. Nas suas palavras, um empreendedor “tem que ter rebolado”, “ter precisão para resolver tudo o que aparece”, uma vez que a “boca fica sendo uma base comunitária”.

(...) tem gente que perdeu o dinheiro da noite, deu derrame, mas o derrame é mais difícil eles procura não fazer; tem estupradores que estão aliciando menores, tem polícia, tem ladrão, tem mãe que o filho tá usando muita droga. Na vida pessoal a gente não se intromete, mas não pode trazer problema para dentro da favela. Se ele trabalha com a gente e a amante traz problema ele toma gancho, fica três dias sem trabalhar. Mas eu não posso tomar uma decisão, que vem a cobrança. A boca fica sendo uma base

comunitária tem que ter um rebolado, precisão para resolver tudo que aparece. Agora a execução nunca está a cargo da boca, nem de ninguém, só do comando. Uma vez um menino que trabalhava na boca estava roubando um varal. Ele fumava muito crack e os “pé de pano”¹¹ pediram pro irmão matá-lo. A mãe não quis ver isso e não quis que eles fizessem isso com o menino. Mas a gente teve que fazer.

De maneira bem distinta de Maria José, as trilhas seguidas por Tina e Fred, com as redes de comercialização já comentadas, são experimentadas e por eles justificadas como uma prática de sociabilidade, a partilha de um momento de descontração entre o grupo de amigos. Inicialmente, na adolescência, o início da comercialização corresponde a uma busca por uma relativa autonomia financeira, necessária para custear essa prática. Essa situação, aos poucos, vai compatibilizando o uso recreativo com a comercialização que lhes garante remuneração, seja financeira ou em espécie, dentro da rede de relações. Experimentar, sem conflitos, essa fronteira tênue entre lícito/ilícito, somente é possível por uma situação relacional, que desfruta da segurança civil e simbólica sócio espacialmente garantida.¹²

Tina também foi alvo das investidas da repressão policial, ainda na adolescência, por uso e comercialização em áreas públicas da cidade (especificamente o Parque Municipal de Belo Horizonte e o entorno da sua escola). Mesmo que essa prática fosse restrita à sua rede de amigos, na sua narrativa, o resultado desses enfrentamentos se dava como conflito, muito mais nas negociações realizadas no âmbito familiar, do que em âmbito legal. Na medida em que a mãe, com quem vivia, era acionada nas suas prisões, cabia inicialmente a ela a resolução, institucionalizada ou não, dessas situações. O conflito era, posteriormente, desviado para o domínio doméstico. Passava a ser uma questão de família. Na maioria, ela vivenciou, também, uma situação de enfrentamento com a polícia, devido ao porte de drogas (que ela afirma ter sido somente um *back*).¹³ Segundo ela, isso lhe causou alguns problemas legais, que ela não especificou, para além da fiança paga. No entanto, ela jamais vivenciou uma situação de encarceramento. Essa resolução “pacífica” de algumas situações é, também, relatada por Fred, que afirmou ter boa capacidade de resolver os problemas causados pela comercialização, situações incorporadas, aos poucos, como problemas próprios do negócio.

Por três vezes eu tive problemas com a polícia, mas em duas delas eu ainda era menor de idade. A primeira vez foi no parque municipal, já tinha acabado o *back*. A outra foi na escola. Um dia uma amiga minha vendia e eu tava com ela e a polícia chegou. A

¹¹ Referência aos matadores na favela que se aproximam silenciosamente (sem o ruído dos pés) para execução de alguma tarefa encomendada.

¹² Um trabalho pioneiro sobre drogas e sociabilidade é o de Gilberto Velho (1999). Recentemente, um trabalho etnográfico foi realizado por Grillo (2008), também, sobre drogas e sociabilidade entre jovens da classe média carioca. No mesmo período a pesquisa que a autora participou, também, identificou esse formato de rede na RMBH (SAPORI; SENA; SILVA, 2008).

¹³ Um cigarro de maconha.

outra vez minha mãe tinha saído pra almoçar e eu fui fumar na rua, o cara reclamou e a polícia chegou na hora. Eu, quando já era de maior, estava com meu namorado e o idiota fumava pedra e, do nada, começou a me agredir. Uma mulher veio pra me ajudar mas achou um back na minha bolsa. Isso me deu muito trabalho e eu tive que pagar R\$700,00. Mas ainda tenho uns problemas com isso. (Tina)

Eu fui incorporando os problemas que a droga causa. Teve uma época que eu trabalhava numa boate, eu tava vendendo, rolou um problema e o cara da boate, que era meu amigo, me salvou. Tive um problema uma vez também quando eu tava com uma pequena carga lá no bairro X e quando eu tava atravessando a linha do trem, eu encontrei com a polícia. Mas eu resolvi logo. Mas foi só uma vez, normalmente eu não tenho problema. (Fred)

Em relação à maneira como se nomeia aquilo que se faz, a natureza classificatória dada pelo próprio empreendedor implica, também, em uma forma de assumir os custos exigidos pelo gerenciamento do negócio. A literatura sobre empreendedorismo classifica o agente empreendedor como aquele que cria uma empresa própria (GATNER, 1989), sendo essa uma “plataforma de relacionamentos”, de onde derivam muitas das novas iniciativas empreendedoras (VALE, 2010, p. 329). Mas o empreendedorismo como uma “opção de carreira” sugestivo título de Jean R. Degen, é somente destinado àqueles que são dotados de disposições específicas, tais como a capacidade para assumir riscos, o capital social adquirido ao longo da vida, sendo a disposição de maior destaque, para o sucesso do negócio, a ascense:

Ser empreendedor não é só ganhar muito dinheiro, ser independente ou realizar algo. Ser empreendedor tem um custo que muitos não estão dispostos a pagar (...). O preço do sucesso e da independência econômica pode ser muito alto para o empreendedor. Para muitos potenciais empreendedores, alto demais. Mas, para poucos, vale a pena o sacrifício pessoal na realização de seu próprio negócio. (DEGEN, 2009, p. 14)

No entanto, descaracteriza-se o perfil ilegal de uma prática (“não é uma coisa pensada”), uma vez que a comercialização (“movimento”) é entendida como uma “ação entre amigos”, uma forma de facilitar o acesso de todos a algo que, quem tem os “canais adequados”, atua no papel de fornecedor dos demais componentes da rede. A representação daquilo que se faz, como inerente ao perfil da rede de relacionamentos (“ação entre amigos”), como uma mobilização das amizades, não é dada pela ausência de desconhecimento da ilegalidade dessa prática, mas pela própria classificação realizada pelos agentes, em um mercado social que permite essa representação de si (BOURDIEU, 2006).

Na minha rede de amigos, a gente pega pra todo mundo e divide. Eu pego uma quantidade grande e ligo pros amigos. “Olha tem um bom aqui!”. Fica mais barato. Quando você pega uma grande quantidade fica mais barato, ai fica mais fácil. Mas não é uma coisa pensada não. Acaba que você vai juntando vários amigos, pega uma quantidade maior, fica mais acessível, fica mais fácil. Mas nem gosto de ficar fazendo movimento, nem que fica me ligando pra isso. (Tina)

Eu tenho um grupo seletivo de amigos, de pessoas, basicamente trabalho com eles. Você é quem faz a sua própria rede. Ninguém vai à minha casa procurar por isso. No bairro são três amigos no máximo. Eu não trabalho no bairro, eu faço ação entre amigos. Não tem entra e sai. Tem amigo que vai almoçar no meu restaurante e sei o que ele quer. É um mercado muito demandado e é significativo. E faço em [questão de] horas; já resolvi, peguei uma quantidade e resolvo rápido. É um bom custo/benefício do trabalho (Fred).

No caso de Maria José, o “crime” é a representação de uma guerra, quando essa prática é relativa aos homens. Mas para ela, afirmando-se como uma mulher, essa prática é significada como a busca de um bem, que considera maior, quer dizer, a família. “A mulher tá ali pra ganhar dinheiro e não pra guerra. Eu pensava na minha companheira, eu não tava lá pra andar de marca. Eu dava pra minha família do bom e do melhor. Você acha que tá fazendo o melhor pra sua família!”.

A semelhança de representações, nas narrativas de Maria, com relação ao uso de adjetivações como “normal” ou “de resultados rápidos” e de Tina, como “distribuição não é movimento”, “acessível”, “guerra” “pensar na família”, são referências que só fazem sentido nas redes de comercialização e relacionamento, e nos respectivos espaços onde se efetiva e se qualifica a natureza dessas práticas. O suposto campo aberto de autonomia dos indivíduos, pelos seus projetos empreendedores, tem a suas “demarcações dos possíveis”. Assumir os riscos de uma trajetória *outsider*, onde as práticas ilícitas caminham de forma paralela, ou como ela sendo a própria trajetória profissional, têm implicações de classe distintas. Conforme definição de Bourdieu (2009), a representação de uma prática em oposição à outra, no conjunto das posições ocupadas no espaço social, não é uma percepção individual de um agente, mas guarda relação com as disputas pelas representações hegemônicas, com as categorias classificatórias, isto é, relações de poder que estão na base das distinções.

A perspectiva da sujeição criminal, discutida por Michel Misse (1999), pode ser traduzida em um desses esquemas de apreciação. Com esse conceito o autor quer afirmar que as práticas, hegemonicamente tidas como criminais, necessitam da incorporação de um sujeito social, aquele que, não somente será rotulado como criminoso, mas que assume sua própria transgressão como parte constitutiva da sua subjetividade.

(...) a sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como ‘um mundo à parte’, o “mundo do crime”. Há sujeição criminal quando há reprodução social de ‘tipos sociais’ representados como criminais ou potencialmente criminais, bandidos. (MISSE, 1999, p. 66)

Nesse sentido, espaço é condição de possibilidade para a sujeição criminal, no sentido de isentar ou incriminar. Conforme já foi apresentado, na trajetória de Tina, as práticas relacionadas à comercialização de drogas não são vivenciadas como ilegais, mas como situações envolvendo

o desfrute na sua rede de sociabilidade; são próprias de um estilo de vida em que está incluída a vivência familiar e o itinerário profissional errático, aqui narrado. E essa percepção não é devida a uma condição alienada de existência do agente em questão, mas por uma disposição que incorpora as representações negativas das práticas ilícitas, como condizentes com um status diferenciado ao seu, tanto em termos de classe, quanto de gênero. É nesse sentido que a fala sobre as situações vivenciadas por Tina no período passado, no Nordeste, são uma mescla de relatos de experiências de prazer e sociabilidade, permeadas por “pequenos delitos”, tais como pequena comercialização de drogas, ou unir-se ao um amigo envolvido com práticas ilegais,¹⁴ concomitantemente ao emprego como garçomete em bar, sem nenhum vínculo empregatício, em troca de moradia para si e todo esse grupo.

Esse embricamento já vem sendo apontado, na literatura, como uma questão que atravessa o cenário social brasileiro, permeado pelos “mercados e práticas ilegais” (FELTRAN, 2010; 2011; MISSE, 2010; TELLES, 2011). De maneira reiterada, os autores têm chamado a atenção para o abaloamento dos limites rígidos, entre as concepções e vivências, entre o ilegal/legal, lícito/ilícito, que não são desconhecidos, mas passaram a ser apresentados como ordens de legitimidades coexistentes. No entanto, nas trajetórias apresentadas, essas “fronteiras de tensão”, para usar o feliz termo de Feltran (2010), o conflito que essas fronteiras implicam, tem lastros de marginalidades e vulnerabilidades, que lhe são inerentes.

Permeando essas fronteiras também está implícito um padrão social ajustado a uma dimensão global que se firma na contramão da solidez da clássica instância do trabalho, na fluidez da sociedade do “hiperconsumo” (BAUMAN 2008; LIPOVETSKY, 2007), apelando ao status e potência individual, mensurados pela capacidade de incorporação ao consumo e respectivo descarte, de marcas, objetos e pessoas.

No Brasil dos anos 2000, o discurso do empreendedorismo, da gestão por resultados e do rompimento das fronteiras através dos dispositivos tecnológicos, foram ingredientes dinamizadores da ideologia do individualismo potente do consumo. Sua prova mais concreta tem sido a proclamada inclusão social mensurada pela “nova classe média brasileira”. Esse apelo firmou-se como um diálogo direto e agressivo, sobretudo com uma parcela da juventude que sempre esteve alijada das esferas de cidadania e não somente do consumo, bem representada na fala de uma das participantes deste estudo na referência da sua vida, quando inserida em uma rede de comercialização: “Eu tinha uma vida boa, eu vivia como uma pessoa civilizada” (Sula, Rede de empreendedores de bocas).¹⁵ A ideia de pertencimento à “civilização”, não por acaso, reapareceu de maneira surpreendente na fala

¹⁴ Decidi não mencioná-las dada a natureza dessa prática.

¹⁵ No momento em que escutei essa frase não pude deixar de me lembrar do título do artigo de Jessé de Souza (2003) em que ele faz referência à pesquisa de Florestan Fernandes (1970), dos que afirmaram que “queriam ser gente”. A recorrência dessa fala parece revelar a dimensão estrutural dessa questão.

de um participante da pesquisa, que aciona o discurso social sobre a igualdade de consumo, como uma promessa não universalizada, justificativa, em seu ponto de vista, para as formas individuais de buscá-la, o comando de uma rede de bocas, no seu caso específico.¹⁶

A sujeição criminal também não é algo que se coloca em termos de gênero. A reflexão de Tina sobre as diferentes performances femininas e masculinas na comercialização, são afirmadas como decorrentes de uma essência feminina, qual seja, o fator inteligência, um cálculo racional, supostamente próprio só das mulheres, que as impede de se exporem a certas práticas:

Quer saber a minha opinião? É porque eles são mais burros. A mulher pensa duas vezes porque ela sabe qual vai ser a consequência lá na frente. O homem não! Ele pensa no agora, no dinheiro que ele vai ter, na vantagem que ele vai ter. Ele não pensa que ele pode ser preso, vai ficar mofando na cadeia, que o filho dele vai ficar na rua. Eu acho que a questão é de inteligência mesmo, não é de autonomia, nem de ser mais forte, é burrice mesmo! (Tina)

A diferença em relação a Fred coloca-se aqui, de maneira central no caráter empresarial dado por um e outro. Tina permanece em casa, chefiada por uma mãe. Fred chefia o próprio domicílio. No entanto há nessa divisão do caráter empresarial dado ao negócio, um aspecto da funcionalidade moral discutida anteriormente. Os usos da cultura são práticas incorporadas por Tina, para o gerenciamento do seu negócio; na medida em que ela assume a posição de uma jovem que vive com a mãe, de alguma forma, ela se escuda na sua *performance* de gênero, no exercício e qualificação da sua prática. Mas Fred, também, se escuda na chefia familiar masculina, na formalidade da sua microempresa, no perfil de uma família estruturada. A diferença é, para ambos, uma face da mesma *performance* de gênero e classe, demarcando a diferença em relação a Maria e Maria José.

Maria e Maria José vivenciam, de maneira distinta, uma interseção entre classe e gênero, uma espécie de sujeição criminal. Maria José, no momento em que foi encarcerada, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tinha 26 anos e era a única responsável pelo domicílio, onde morava com uma companheira e seus filhos, organização familiar de 63,4% dos domicílios no Brasil em 2010.¹⁷ Na sua narrativa, “a cadeia foi feita pra pobre e hoje ela é feita pra noiado”.¹⁸ São pessoas que tão implorando por misericórdia e a misericórdia é uma algema”. Ela se inclui nessa sujeição. Uma mulher pobre que encontrou uma algema. Ela fazia parte, em 2011, dos 22% das mulheres encarceradas que tinham entre 25 a 29 anos, 42% com escolaridade fundamental incompleta, 49,7% presas por tráfico de drogas, 20,3% por crimes contra o patrimônio, 5% por

¹⁶ Entrevista com Guto, rede de empreendedores de boca.

¹⁷ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores, 2011.

¹⁸ Referência aos viciados em crack.

homicídio.¹⁹ Esses enquadramentos se tornaram próprios a ela, em termos legais e identitários, dentro e fora do mundo prisional. Ela os assume dizendo que a sua hora de acertar as contas com a justiça chegou. Nas suas palavras é a opção pela vida (que o crime exige), ou a algema (no encontro com a justiça). Na sua percepção, ela “optou” pela última e segue na solidão do percurso que tem pela frente (“Depois que eu tomei essa cadeiada aí veio o abandono”). Agora tem a sua fé, amparo encontrado dentre os muitos que não teve, durante a sua trajetória até aqui.

O crime é uma ilusão. O verdadeiro bandido é aquele que sua a camisa de segunda a segunda no trabalho. Quando o seu momento chega, tá na hora de acertar as contas com a justiça. A fé é fundamental em tudo. Eu encontrei a minha fé. Quando ela deixa de acontecer não acaba bem. (Maria)

Tal qual Tina, Maria vê diferenças entre homens e mulheres, em termos daquilo que são, de como pensam, na forma como agem. As mulheres, para Maria, são percebidas como guiadas por uma essência diferente, não por uma racionalidade feminina, uma inteligência acima dos homens, mas por sentimentos próprios da natureza feminina. Sua fala é de que elas não querem o poder ou fazer a guerra, enquanto eles sim, conforme afirmação sua: “O homem, se tem um pouquinho de poder, ele quer matar”. Ainda na sua percepção sobre essa essência, ela entende que as mulheres amadurecem, pensam na família, condoem-se pela mãe do outro, porque também são mães, pensam na cadeia e o que será feito de seus filhos, se ela cair. As mulheres, mesmo no crime, são mais piedosas: “O homem não tem perdão!”.

Finalmente, pontuo a percepção dessas mulheres que, ao narrarem a sua trajetória, afirmam escolhas e marginalidades. As possibilidades e incertezas do itinerário profissional, as redes de sociabilidade construídas e seus meandros com as práticas ilícitas são percorridos como “erros e acertos”, ou “normalidades, partilhas de uma sociabilidade”. Para Tina é um caminho, que não trouxe as complicações legais ou acusações morais, próprias dos condicionantes da sujeição criminal. Contextos em que ser mulher é um jogo de cintura. Aquilo que se faz não é realmente o que se quer fazer e, sim, uma contingência à qual é necessário saber adaptar-se. Para Maria e Maria José é uma marca, um mercado que lhe configura, como uma identidade, algo que lhes é próprio, não como negócio, mas como crime. Mas, para elas uma prática criminal não colocou em questão a sua autonomia, porque os recursos e seus controles são também um “jogo” em que se ganha afirmando, mas também negociando e perdendo. É uma forma pessoal de ser, ou estar.

Eu acho que a gente tem que ter jogo de cintura. Tem hora que a gente tem que enfrentar e tem hora que a gente tem que ser mais submissa, fazer o que eles gostam. Não

¹⁹ Ministério da Justiça, banco de dados estatísticos do InfoPen.

sei se a minha trajetória de trabalho fez aumentar a minha autonomia. Acho que foi a minha trajetória de vida, das coisas que a gente vai vivendo e aprendendo, às vezes mais mulher, mais homem, mais submissa, mais autônoma. A gente vai aprendendo com os erros e com os acertos (Tina).

No momento final a porta fecha. Primeiro acertando cadeia, segundo pagando com a vida. O que o crime quer é a vida. Ou muda de vida no momento em que a justiça chega, ou ele faz justiça com a vida. A justiça não foi falha comigo. Eu mudei, eu tive escolha (Maria José).

Entre as trajetórias pesquisadas, a perspectiva de autonomias relativas ao empresariamento das redes, a representação da atividade exercida como um negócio a ser gerido, administrado, mantido sob domínio (“ser dona”), ou uma prática assumida como algo que permeia a sociabilidade (“distribuição não é movimento é uma ação entre amigos”) é a marcação mais forte da diferença que acentua, não a dimensão de gênero, mas de classe.

A natureza classificatória da prática, dada pelo próprio empreendedor através da nomeação do que faz, implica, também uma forma de assumir os custos exigidos pelo gerenciamento do mercado social (de classe), onde o negócio se desenvolve. Novamente, a semelhança ou diferença das representações sobre as práticas, o valor atribuído aos recursos e atributos dos agentes, sua forma de mobilizá-los, só fazem sentido nas próprias tipologias das redes e respectivos espaços em que se dinamizam os qualificadores de distinção. O suposto campo aberto de autonomia dos indivíduos, através de seus projetos empreendedores, tem as suas “demarcações dos possíveis”. Conforme definido por Bourdieu (2009), a representação de uma prática em oposição à outra, no conjunto das posições ocupadas no espaço social, não é uma percepção individual de um agente, mas guarda relação com as disputas pelas representações hegemônicas, com as categorias classificatórias, isto é, são relações de poder que estão na base das distinções. Mas essas relações não se dão somente nas instâncias de poder externas às redes, elas são constituídas, também, no âmbito das dinâmicas internas, nas relações estabelecidas e significadas pelas redes de conexões.

As “fronteiras de tensão” para utilizar o termo de Feltran (2011) implicam em lastros de marginalidades, de vulnerabilidades, de classificações relativas aos mecanismos estruturais em que se inscrevem as experiências pessoais, através de formas estratégicas de acionar as disposições e práticas de construir valores sobre as hegemonias. São instâncias de diferenciação que retiram a primazia da categoria gênero como unidade analítica, em si explicativa da diferença e a colocam em relação à mobilização de acessos, recursos e sentidos definidos pela territorialidade política das redes. Esse fato correlaciona-se à semelhança assumida por Fred e Tina, cuja fronteira demarcatória da diferença de gênero parece anular-se. Da mesma forma, Maria José e Maria se igualam como gênero, não pelas mesmas trajetórias ou sexualidade, mas por vivências

de uma rede e suas práticas, tais como o recurso à violência. Por Maria José, violência efetivada em várias circunstâncias, em nome da defesa do “seu negócio”. Por Maria, a violência é acionada por quem de direito (“os pé de pano”) e deve ser executada em nome das moralidades relativas ao negócio de todos. E ambos pares Fred/Tina, Maria/Maria José aproximam-se entre si e se distanciam pelos perfis do encarceramento no Brasil. Assim, é no âmbito de uma experiência que são tipificados tanto as redes, quanto seus agentes, definindo-se as diferenças como desigualdades constitutivas dos sujeitos políticos, incluindo, ou não, a especificidade de gênero desses sujeitos.



A questão da diferença, demarcada neste capítulo, remete ao seu contraponto: a essência, a permanência, uma ontologia dos agentes do crime. Constituição de uma substância própria, um ser, não por uma verdade passível de ser verificada, mas pelo nexos entre uma materialidade e as injunções normativas próprias dos contextos políticos, sociais, culturais e históricos (BUTLER, 1988). Os dados, anteriormente apresentados, sobre a ampliação das taxas de encarceramento por tráfico, em relação a todos os demais crimes, nos anos 2000, tornam-se quase autoexplicativos dessa ontologia.

É no seio dessa injunção política que se constitui uma “essência jurídica transgressora”, o traficante. É um processo de autonomização de um enquadramento penal, o tráfico, (in)corporado em um agente: constituído em si, não como uma substância especificamente contravencional, mas uma nomeação transcendente, uma marcação política, o próprio “sujeito da diferença”.

Agrega-se, então, outro essencialismo, o sistema sexo/gênero no crime. Produto das relações sociais específicas, hierarquizadoras das posições de gênero (Rubin, 1986), esse sistema é um referencial de grande parte das análises sobre gênero e crime. Toma-se o crime como unidade, independentemente dos contextos e da especificidade das dinâmicas nas quais ocorre. Nessa unidade as relações de gênero, constituídas por uma estrutural dominação masculina, é utilizada como matriz explicativa da qual derivam as relações, supostamente, organizadoras de um sistema sexo/gênero no crime. As perspectivas do *intitutionalized sexism underworld, feminist pathways, Life course theory*, anteriormente apresentadas, são exemplares desse escopo teórico como guia. A clivagem de uma diferença feminina, ser essencial na sua subordinação, permanece mesmo nas perspectivas que dialogam com as interseções de outras dimensões (socioeconômicas, classe, raça/etnia), como constituidoras dos processos discriminatórios.

Partindo desse referencial, a “mulher no tráfico” torna-se um significante da diferença em si, configurada pela autonomização de uma prática criminosa e por uma condição essencial de subordinação. É uma categoria demarcadora da diferença. Diz respeito a um tipo de mulher,

constituída por uma unidade referente (moral, social e cultural). É a metamorfose dos significados, historicamente consolidados, dos agentes transgressores, em que novos significantes (MISSE, 1999) vão sendo incorporados como indicativos de uma subjetividade particular: “as cachorras”, “a mulher do chefe”, “a psicopata”, suposto gênero da transgressão relativa ao tráfico. Mas as inegáveis diversidades de formas de opressão e discriminações sustentadas pelas relações de classe, não se restringem à experiência nesse campo. As arenas de inserção “dessas mulheres” são constituídas por uma diversidade de experiências e formas de configuração social e cultural da diferença; subordinações ou ausência delas; trajetórias materiais e simbólicas particulares. Os pares Tina/Fred e Maria/Maria José são exemplares dessa afirmação.

As discussões apresentadas pelos capítulos têm como núcleo argumentativo o processo de constituição contextual das posições de sentido da diferença de gênero. A forma como a diferença, no tráfico, estabelece relações de conexão com as desigualdades estruturais e com as relações de dominação de natureza diversa, posicionam as Marias e a Tatás. Investem de poder a “fiel”, que se apropria de um sentido de dominação e a subvertem como recurso. Isso implica tomar as suas dinâmicas como ponto de partida, identificar as práticas que acionam as posições como sentidos e representações particulares dos agentes que as incorporam. Os sentidos das dinâmicas que recortam as chances de enquadramentos por sexo e não nos enquadramentos definidos a priori por um sistema de subordinação sexo/gênero que opera no crime.

A funcionalidade moral da mulher nos mercados ilegais da droga em que o gênero é definido como uma articulação entre as diferenças estruturalmente dadas e seu uso contextual e estratégico no tráfico diz respeito às moralidades próprias para a regulação das transações dos mercados ilegais. A ordem localizadora dos agentes pelo gênero é dada como distinção prática, portanto, impermanência. Esse recurso é utilizado para uma transação de bens, para as mobilidades entre as redes, as formas de adesão, cooperação ou subordinação. O gênero é definido como posição diferencial de sentido e práticas, o ser e o estar das trajetórias.

Se a funcionalidade moral é recurso estratégico e ao mesmo tempo configurador de um sentido de diferença de gênero, as moralidades políticas que configuram as redes de comercialização também definem os termos da diferença. São lógicas comerciais que dinamizam moralidades e práticas diferenciadoras dos mercados e dos seus agentes. São dinâmicas que implicam em criminalizações. Mas as redes não são somente alvos distintos de criminalizações, são quebras de sentidos que aprofundam distâncias. Acionam uma dinâmica que implica na reversão dos valores hegemônicos. Constituem fluxos e conexões que conectam e produzem valores que definem suas lógicas a despeito de um suposto universo normativo. Nesse aspecto, revelam o “mundo do crime”, não como anomia, mas como uma falsa ideia da unidade moral conformadora do “mundo social”.

Marcam-se diferenças entre gêneros por um apagamento das suas distinções por classe. Evidencia-se a semelhança e diferença de sentidos de gênero intra redes e entre redes. E novamente, gênero e diferença são constituídos em ato, em posições de sentido, que guardam conexões com as estruturas, com as determinações e valores hegemônicos. Mas, também, mostram-se dimensões contextuais, produto das relações e valores dinamizados pelas redes ilegais de comercialização.

7 “MULHERES NO REGISTRO DO TRÁFICO DE DROGAS”

Através dessas considerações finais, falar das “mulheres no tráfico de drogas” é retomar a ideia de “registro” que dá nome ao estudo.

O “registro” inicial de uma percepção do avanço feminino no crime do tráfico, reiterado pelos participantes como “mais uma das fronteiras rompidas pelas mulheres”. Percepção que bebe em fontes relativas ao lugar dos participantes, na pesquisa e no mundo social, ganhando, através dos dados prisionais, uma dimensão de tamanho. O operador institucional de justiça revela uma prática, o crime do tráfico como “tipicamente feminina”, recortada por algumas tipificações: o crime de associação e a prática em lugares de interesse público. O crime violento permanece como sendo próprio dos homens. Mas, esse operador político-institucional, para além das clássicas variáveis, através das quais se opera tanto a diferença quanto a desigualdade, não é capaz de nos revelar a dinâmica que sustenta essas tipificações.

A despeito de uma incorporação, muito adequada, da constituição social da diferença de gênero, adotada para uma teoria do crime, especificamente, as perspectivas teóricas detalhadas neste estudo, o registro das essências permanece como centralidade explicativa. Um núcleo moral onde se definem as concepções e obrigações relativas à maternidade ou à paternidade; a ética do cuidado ou a violência; os estigmas de participação no crime e o controle familiar e social das mulheres, em detrimento desse exercício sobre os homens. Definições essenciais que fundamentam a diferença de gênero no crime.

No entanto, conforme apresentado nas redes estudadas, a estrutural constituição das essências como diferenciais de gênero não é condição de determinação que franqueia ou inibe os agentes a participarem de determinadas práticas. É na especificidade dos próprios contextos sociais e sua inter-relação com as redes de comercialização do tráfico, que se incorpora, ou não, uma prática. Ação e moralidade de um gênero definido por diferenças que se constituem, indo ao encontro, ou de encontro, às supostas essências, instrumentalizando-as, subordinando ou empoderando os agentes.

O mercado ilegal de drogas, entendido como uma específica dinâmica criminal é a medida do que se constitui como o registro das mulheres no tráfico de drogas. “Registros” constituídos como posições de valor, individuais e transitórias.

“Registro” do jogo dos agentes com os princípios mais arraigados do mundo social e da cultura, historicamente constituídos como essências, reafirmando-os através das necessidades práticas, estratégicas e simbólicas das redes de comercialização.

“Registro”, instituição particular do valor substancial de um agente, como um atributo que inibe ou franqueia uma prática, através da qual também, um gênero se apresenta como portador essencial de uma competência.

“Registro” da participação das mulheres, não como uma condição, *a priori*, subjugada ou empoderada, mas posição contingencial para ela e todos os agentes implicados nas redes onde atuam.

“Registros” de uma funcionalidade de natureza moral, que não se traduz por determinações estruturais, mas por acionamentos estratégicos das disposições definidas pelo valor contextual das essencialidades.

“Registro” de confrontação e constituição contextual e específica de hegemonias, de acesso e controle sobre os recursos.

“Registro das redes” como operadores políticos da diferença. Processo em que o gênero deixa de ser a uma unidade de análise, em si, da diferença e ganham centralidade os contextos socioespaciais de formação das redes. Distinção constituída pelas dinâmicas criminais através dos fluxos e das formas de conexão dos agentes, da constituição das moralidades e quebra de valores sociais hegemônicos. Práticas que posicionam os agentes. Distâncias sociais, nas quais o gênero entre redes é unidade e intra redes é separação de práticas, sentidos, distinções, mas unidade de criminalizações.

“Registros” de deslocamentos como condição de permanência. Permanência transitória como requisito, para atuação e sobrevivência de um agente. Deslocamento de sentidos de gênero, em um jogo estratégico com a funcionalidade moral. Encontro entre as marcações estruturais, presentes nos percursos individuais e os fluxos das redes. Mulheres e homens em conexão comercial ou afetiva; práticas violentas efetivadas ou demandadas por aqueles que devem se servir delas, ou podem se imiscuir desses atos; trajetórias permeadas por vulnerabilidades de natureza diversa, que encontram guarida nos narcomercados.

“Gênero” como substância prática, simbólica e transitória de um recurso utilizado como valor de troca acionado para as conexões nos mercados do narcotráfico. Registros da mercadoria-gênero que torna seu agente identificador o próprio recurso.

“Registro” de uma transação em que a exposição ou ocultação de um recurso, por aqueles que o possuem e dele se apropriam, é uma mesma face da visibilidade de um poder. Capacidade de fazer agir em nome da necessária demonstração da cooperação adquirida ou exigida entre os agentes. De um lado, exibição da cooperação nos ritos que tornam valorizados aqueles que dela se apropriam. De outro, o valor daqueles que, naturalmente, possuem esse recurso. Valor consagrado pela sua demanda e apropriação.

Finalmente, registros de mulheres no tráfico de drogas.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as Ciências Sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 664 p.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2011, 316 p. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social, USP, São Paulo.

AGAR, Michel. The story of crack: towards a theory of illicit drug trends. **Addiction Research and Theory**, 2003, v. 11, n. 1, p. 3-29. Abril <http://fcx.sagepub.com/content/8/1/3.full.pdf+html>. Acesso em: 12 abr. 2014.

AQUINO, Estela M. L. et al. Gravidez na adolescência: heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz e Garamond, 2006. cap. 8.

ARANTES, Pedro Fiori. **Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970**. Novos Estudos Cebrap. n. 83, mar., p. 103-127, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária. Editora da Universidade de São Paulo, 1972. Cap. I e II.

AVTAR, BRAH. **Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión**. Madrid: Maggie Schmitt y Traficantes de Sueños, 2011. cap. V.

AZAIS, Christian. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: AZAIS, Christian; KESLLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (Org.). **Ilegalismos, Cidade e Política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. cap. 6.

BARAK, Gregg; FLAVIN, Jeanne; LEIGHTON, Paul. **Class, race, gender and crime: Social Realities of Justice in America**. Lanhan: Rowman & Littlefield, 2010. Disponível em: http://www.academia.edu/547480/Class_Race_Gender_and_Crime_The_social_realities_of_justice_in_America. Acesso em 27 de Dezembro de 2014.

BARBIERI, Teresita de. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórica metodológica. **Debates em Sociologia**, n. 18, 1993, p. 2-19. Disponível em: http://estudios.sernam.cl/img/uploads/barbieri_sobre_categoria_genero.pdf. Acesso em: 15 out. 2011.

BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, 2009, p. 1843-1853. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&format=iso.pft&lang=p&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=BARCINSKI,+MARIANA>. Acesso em: 04 ago. 2012.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v5n1/v5n1a07.pdf>. Acesso em: 04 de agosto de 2012

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tomke Lask (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 107-139

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.) (2003). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes. Parte I.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 199 p.

BEATO, Cláudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012. 291 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v. . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 309 p.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 264 p.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, cap. 3.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.

BERCKERT, Jens. The social order of markets. **Theory and Society**, v. 38, n. 3, 2009, p. 245-269. Springerlink.com. Disponível em: http://www.mpifg.de/pu/mpifg_ja/Theor_Soc_38-09_Beckert.pdf. Acesso em: 05 jul. 2013.

BECKERT, Jens; WEHINGER, Frank. **In the shadow: illegal markets and economic sociology**. MAX-PLANK INSTITUT FÜR GESELLSCHAFTSFORSCHUNG- MPIFG Discussion Paper 11/9. June, 2009, p.1-27. Disponível em: http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp11-9.pdf. Acesso em 5 de julho de 2013.

BELKNAP, Joanne; HOLSINGER, Kristi. The gendered nature of risk factor for delinquency. **Feminist Criminology**, v. 1, n. 1, 2006, p. 48-71. Disponível em: <http://online.sagepub.com>. Acesso em: 28 dez. 2014.

BIONDI, Karla. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2010.

BOURGOIS, Philippe. In search of Horatio Alger: culture and ideology in the crack economy. **Contemporary Drug Problems**. v. 16, Winter, 1989, p. 619-649. Disponível em: <http://heinonline.org>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BRASIL. Lei de Tóxicos – Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Brasília, 23 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

BRASIL. Lei de Drogas de 1976 – Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de outubro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

BUMACHAR, Bruna (2012). Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paul”. COGO, Denise; ELHAIJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (Org.). **Díaspóras, Migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. 1. ed. Barcelona: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, v. 1, p. 449-468.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “**Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizações**”. In: BIANCO, Bela Feldman. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. cap. I e VI.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996. Cap. I.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Mariesta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.183-191

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. cap. 3 e 9.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da Crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2014. cap. 1.

BURGESS-PROCTOR, Amanda. Intersections of race, class, gender and crime: future directions for feminist criminology. **Feminist Criminology**, v. 1, n. 1, Jan. 2006, p. 27-47. Disponível em: [HTTP://fcx.sagepub.com/content/1/1/27.refs.html](http://fcx.sagepub.com/content/1/1/27.refs.html). Acesso em: 25 fev. 2014.

BUTLER, Judith. **Variações sobre sexo e gênero – Beauvoir, Wittig, Foucault**. In: CORNEEL, Drucilla; BENHABIB, Sylva (Coord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987. p. 139-153.

BUTLER, Judith. Performativity, precarity and sexual politics. **AIBR: Revista de Antropologia Iberoamericana**, v. 4, n. 3, p. 321-336, 2009. Disponível em www.aibr.org. Acesso em: 17 jul. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 236 p.

CAPRA. Frijot. **A teia da vida**: uma compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010. cap. 5

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, maio/ago. 2013

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999. 611p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. II.

CHACHAM, Alessandra; CAMARGOS, Malco Braga; MAIA, Monica Bara. O impacto da desigualdade de gênero no comportamento sexual e reprodutivo de mulheres jovens de diferentes classes sociais. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu. **Anais...** 20 a 24 de setembro de 2010. p. 1-36.

CHAGAS, Fernanda Galvão Leite; VENTURA, Carla Aparecida Arena. Cooperação internacional em prevenção do uso abusivo de drogas no Brasil. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas** (Ed. Portuguesa), v. 6, n. 1, Ribeirão Preto, 2010, p. 1-20. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=1806-697620100001&script=sci_issuetoc. Acesso em: 9 abr. 2014.

CHESNEY-LIND, Meda. Women and crime: the female offender. **Journal of Women in Culture and Society**. v. 12, n. 11, 1986. Download by JUSTOR, 23 Nov. 2013, p. 78-96.

CHESNEY-LIND, Meda. (2006). Patriarchy, crime, and justice. Feminist criminology in a era of backlash. **Feminist Criminology**, v. 1, n. 1, p. 6-26, Jan. 2006. Disponível em: <http://fcx.sagepub.com/content/1/1/6.short?rss=1&ssource=mfr>. Acesso em: 07 dez. de 2014.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ZIMBALIST, Rosaldo; LAMPERE, Louise (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.

COCCO, Giuseppe. A nova qualidade do trabalho na era da informação. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º. sem. 2002. p. 171-188.

CUNHA, Manuela Ivone. **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetórias**. Portugal: Fim de Século, Edições Sociedade Unipessoal Ltda, 2002.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. London: Routledge, 3. ed., 2002.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. **CPMI da Violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>. Acesso em: 03 fev. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP. **Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil**. Distrito Federal, 2012, Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf. Acesso em: 04 abr. 2013.

DAILY, Kathleen; CHESNEY-LIND, Meda. Feminism and criminology. **Justice Quarterly, Academy of Criminal Justice Sciences**, v. 5, n.4, p. 497-538, 1988. Disponível em HeinOnline. Acesso em: 18 de fev. 2014.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. cap. 2-4.

DENTON, Barbara; O'MALLEY, Pat. Gender, trust and business: women drug dealers in the illicit economy. **British Journal Criminology**, v. 39, n. 4, Autumn, 1999. p. 513-530.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron C. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 303 p.

DUBBY, George; PERROT, Michelle (1990).

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista VeraCidade**, Ano 3, n. 3, maio de 2008, p. 1-22.

FAGAN Jeffrey. Women and drugs revisited: Female participation in the cocaine economy. **Journal of Drug Issues**, v. 24, Issue 1/2, Jan. 1994, p. 179-225.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010.

- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP, CEM, 2011. 360 p.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. Parte 2.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. xvi, 479p.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 262p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 295p
- GAARDER, Emily; BELKNAP, Joanne. Tenuous borders: girls transferred to adult court. **Criminology**, v. 40, Issue 3, Aug. 2002. p. 481-517. Disponível em: http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fj.1745-125.2002.tb00964.x?r3_referer=wol. Acesso em: 18 Dez. 2014.
- GATNER, W. B. Who is the entrepreneur? Is the wrong question. *Entrepreneurship theory and practice*. Summer edition, p. 47- 68, 1989. Disponível em: <http://www.freepatentsonline.com/article/Academy-Entrepreneurship-Journal/175065811.html>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo. Unesp, 1990.
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, Issue 6, May 1973, p. 1360-1380. Disponível em www.jstor.org. Acesso em: 07 May 2014.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, p. 1-41, 2007.
- GRILLO, Carolina Christoph. **Fazendo o doze na pista**: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. 2008, 128p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ.
- GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese (Doutorado). 2013, 281 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 158 p.
- HARRIS, Anthony R. Sex and Theories of Deviance: toward a functional theory of deviant type-script. **American Sociological Review**, v. 42, n. 1, p. 3-16, Febr. 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2117728?sid=21105703762073&uid=2&uid=4>. Acesso em: 20 Fev. 2014.
- HARLOE, Michael. Marxismo, o Estado e a questão urbana: notas críticas a duas teorias francesas recentes. **Espaço & Debates**, n. 28, p. 80-100, 1989.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 1 e 2.
- HESS, Martin. Spacial relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 2, 2004, p. 165-186. Disponível em [HTTP://www.phg.sagepub.com](http://www.phg.sagepub.com) Acesso em 2 de setembro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/trabalho_rendimento/censo2000_trab_rend.pdf. Acesso em: 23 jan. 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, Síntese dos Indicadores 2011/ IBGE, Censo 2000, Rendimento e Trabalho/IBGE, Censo 2000. **População Jovem no Brasil – O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características diferenciais e desafios**. Disponível em: http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm. Acesso em: 26 jan. 2014.

IBGE, Estudos e Análises – Informação Demográfica e Socioeconômica, no. 1. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Investigando a chefia feminina de família. **Comunicado n. 65, 2009**. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf. Acesso em: 18 fev. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. **Comunicado n. 88, 2011**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110427_comunicadoipea88.pdf. Acesso em: 18 fev. 2014.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 20, n. 2. 2003, p. 157-176.

JACOBS, Bruce A; MILLER, Jody. Crack dealing. Gender and arrest avoidance. **Social Problems**. v. 45, n. 4, Nov. 1990, p. 550-569. Disponível: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3097212?sid=21105167221411&uid=4&uid=2>. Acesso em: 12 maio 2014.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-43.

KAZTMAN, Ruben. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. CEPAL, Oficina de Montevideo, 1999. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28665/LCmvdR173rev1_es.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 maio 2014.

KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade estrutura de oportunidades (Aveo)”. In: CUNHA, José Marcos Pinto (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2005. pp.67-94.

KOWARICK, Lúcio (1975). **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009. Parte I.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal**. Dissertação (Mestrado), 2014, 95p. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LAHIRE, BERNARD. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, 2005, p. 11-42.

- LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania. **Cad. CRH**. Salvador, n. 18, p. 5-48, 1993.
- LAUTIER, Brun. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n. 1, 1997.
- LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, Ulrick; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- LAVINAS, Lena. Identidade de gênero: um conceito da prática. Encontro Anual da ANPOCS, 13, Caxambu/MG. **Anais...**, 1989.
- LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, jun. de 2002. p. 25-59.
- LAVINAS, Lena; ALVES José Eustáquio Diniz; NICOLL Marcelo. Pobreza, trabalho e desigualdades de gênero: conexões diversas. Rio de Janeiro, XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** 2006, p. 1-20.
- LAURETIS, Tereza de. **A tecnologia do gênero**. Indiana University Press, 1987.
Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis>.
Acesso em: Sept. 2013.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1983. cap. I, X, XV.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 402 p
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Polícia e Violência Urbana em uma Cidade Brasileira. **Etnográfica**, n. 15, p. 67-82, 2011.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 10, n. 2, 1995.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles**: entre a cooperação e o conflito. São Paulo e Rio de Janeiro: Perseu Abramo/FASE, 2004. p. 291-315.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. Sobre “Violência hoje”. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 2006, Supl. 0, v. 11, p. 1157-1159.
- MACHADO DA SILVA; CHINELLI, Filippina. **Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual**. **Contemporaneidade e Educação**. Revista semestral de Ciências Sociais e Educação. Ano II, n. 01, p. 24-45, 1997.
- MCPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L; COOK, J. Birds of a feather: homophily in social networks. **Annual Review of Sociology**, n. 27, p. 24-45, 2001. Disponível em <http://www.jstor.org>. Acesso em: 02 Aug. 2014.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBSCS**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAHER, Lisa; DALY, Kathleen. Women in the street-level drug economy: continuity or changes? **Criminology**, n. 4, Nov. 1996, 34, p. 465-488. Disponível em: <http://jod.sagepub.com/content/37/4/805.refs.html>. Acesso em: 20 Jan. 2014.

MAHER Lisa et al. Gender, Power and alternative living arrangements in the inner city crack culture. **Journal of Research in Crime and delinquency**, n. 33, May, 1996, p. 181-205.

MAHER,LISA. **Sexed work**: gender, race and resistance in a Brooklim drug market. New York: Oxford University Press Inc.2. ed. 2003.

MAHER, Lisa; SUSAN, L. Hudson. Women in the drug economy: a metasynthesis of the qualitative literature. **Journal of Drug Issues**. v. 37. n. 4, Oct., 2007, p. 805-826. Disponível em <HTTP://jod.sagepub.com/contetn/37/4/805.refs.html>. Acesso em: 20 Jan. 2014.

MALLICOAT, Stacy L. **Women and crime**: a text/reader. Washington DC: Sage Publication, 2012. Section I e II.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2012.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório. Algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, v. X, n. 1, p. 121-158, 2006.

MARQUES, Adalto. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropologia a partir das relações entre ladrões. Dissertação de mestrado (Antropologia Social), 2010, 119p, USP.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (Org.). **São Paulo**: segregações, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005. p. 19-56.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARWAY, Herjeet. Scandalous subwomen and sublime superwomen: exploring portrayals of female suicide bombers' agency. **Journal of Global Ethics**. v. 7, n. 3, p. 221-240, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17449626.2011.635677>. Acesso em: 27 dez. 2014.

MENDONZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologia**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jun./dez. p. 440-470, 2005.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Do original Understanding Sex and Gender. In: INGOLD, Tim (Ed.). **Companion Encyclopedia of Antropology**. Londres, Routledge, 1997. Tradução de Julio Assis Simões, exclusivamente para uso didático. p. 810-830.

MORGAN, Patricia; JOE, Karen Ann. Citizens and outlaws: the private lives and public lifestyles of women in the illicit drug economy. **Journal of Drug Issues**. v. 26. n. 1, p. 125-142, Jan. 1996. Disponível em: <http://connection.ebscohost.com/c/articles/9604164487/citizens-outlaws-private-lives-public-lifestyles-women-illicit-drug-economy>. Acesso em: 26 Mar. 2014.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999, 413p. Tese (Doutorado), – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ.

MISSE, Michel (2007). **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados, v. 21, n. (61), p. 139-157, 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC. v. 8, n. 2, p. 9-41, 1999.

NOVARO, Marcos. O debate contemporâneo sobre a representação política. **Novos Estudos Cebrap**, n. 42, p. 77-97, jul. 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista; o desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, CEBRAP, 1977. 134 p

ORTNER, Sherry. Está a Mulher Para o Homem Assim como a Natureza Para a Cultura? In: ZIMBALIST, Rosaldo; LAMPHERE, Louise (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.

PADOVANI, Natália Corazza. **“Perpétuas espirais”**: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. 2010, 186p. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

PARENT, Collet. Au-delà Du silence: les productions féministes sur le « criminalité » et criminalisation de femmes. **Déviance et Societé**, v. 16, n. 3, p. 297-328, 1992.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

PIERROT, Michelle. Prática da memória feminina. São Paulo, **Revista Brasileira de Historia**, v. 9, n. 1, ago./set., p. 9-18, 1989.

PIRES, ALVARO. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico metodológico. In: PIRES et AL.(2008). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154-211.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, p. 71-82, 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação Residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. In: **Saúde nos grandes aglomerados urbanos: uma visão integrada – Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde**, Organização Mundial da Saúde; Organização Pan-Americana de Saúde, Brasília, 2003.

ROSALDO, Michele Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ZIMBALIST, Rosaldo; LAMPHERE, Louise (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia Política do sexo”. In: ZIMBALIST, Rosaldo; LAMPHERE, Louise (Coord.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.

RUGGIERO, V.; SOUTHN. The late city as bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. **The British Journal of Sociology**, v. 48, n. 1, p. 54-70, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/591910?sid=21105705169293&uid=2&uid=4>. Acesso em junho de 2013.

RUI, TANIELE CRISTINA. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SANTOS, Vanderlei Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SABA, Mahmood. Teoria feminista, agência e sujeito libertário: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa, v. X, n.1, 2006, p. 121-158. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a07.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, 2001, p.115-136.

SAPORI, Luis Flávio; SENA, Lúcia Lamounier; SILVA, Braulio. A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **Crack**: um desafio social. SAPORI, Luis Flávio; MEDEIROS, Regina (Org.). Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008, p. 38-80.

SAPORI, Luis Flávio; SENA, Lúcia Lamounier. **Espaço urbano e redes de comercialização das drogas ilícitas**. Texto apresentado no Congresso Internacional de Pós-graduação da Universidade de São Carlos, 2013.

SARAVI, Gonzalo. Segregación urbana y espacio público: los jóvenes en enclaves de pobreza estructural. **Revista de la Cepal**, n. 83, p. 33-47, Ago. de 2004.

SCOTT, Joan W. Experiência. **Revista de Estudios Feministas**. Traducción de Moisés Silva *La Ventana*, Universidad de Guadalajara, México. n. 13, p. 42-73, 2001.

SARAVI, Gonzalo. O enigma da desigualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – InfoPen. Ministério da Justiça, Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SOMMERS, Ira; BASKIN, Debora R. Situational or generalized violence in drug dealing networks. **Journal of Drug**, v. 27, Issue 4, p. 833-849, 1997.

SOUSA, Rosinaldo Silva. Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Río de Janeiro. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 66, n. 1, p. 141-192, enero-marzo, 2004. Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/rms/2004-1/RMS04105.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

SOUZA, Jessé. (não) Reconhecimento e subcidadania, o que é “ser gente”? **Lua Nova**, n. 59, 2003. p. 51-73.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

STEFFENSMEIER, Darell; ALLAN, Emilie. Gender and crime: toward a Gendered Theory of Female Offending. **Annual Reviews of Sociology**, n. 22, 1996, p. 459-487. Disponível em: www.annualreviews.org. Acesso em: 13 maio 2014.

STEFFENSMEIER, Darell; TERRY, Robert M. Institutional Sexism in the Underworld: a view from the inside. **Sociological Inquiry**, v. 56, Issue 3, p. 304-323, 1986. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-682X.1986.tb00090.x/abstract>. Acesso em: 9 nov. 2012.

STEFFENSMEIER, Darrell J.; CLARK, Robert E. Sociocultural vs. biological/sexist Explanations of sex differences in crime: a survey of american criminology textbooks, 1918-1965. **American Sociologist**, v. 15 Issue 4, p. 246-255, Nov., 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/27702433?sid=21105705601663&uid=4&uid=2>.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 20. Jun. de 1991, p. 101-119.

SUPERINTENDENCIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO DE VAGAS – DIRETORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO PENITENCIÁRIA. NÚCLEO DE INFORMAÇÕES/ARMAZÉM DE DADOS DO INFOPEN – MINAS GERAIS.

TELLES, Vera, HIRATA, Daniel Veloso (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismo populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera da Silva (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

TELLES, Vera da Silva; Hirata, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 2, p. 39-59, nov. de 2010.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; GUIMARÃES, Liliane de Oliveira. Redes sociais na criação e mortalidade de empresas. **RAE**, São Paulo. v. 50, n.3, jul./set. 2010, p. 325-337.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 144p.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v. V, cap. V, p. 244 -316.

ZALUAR, Alba. Women of gangsters: chronicle of a less than musical city. **Estudos Feministas**. Ano 7, p. 109-115, 1999.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 265p.

VARGAS, Eduardo Viana. Multiplicando os agentes do mundo: Gabriel Tarde e a sociologia infinitesimal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 172-176, 2004.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos Cebrap**, n. 80, p. 9-19, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WEBER, Florence. Transactions marchandes, échanges rituels, relations personnelles? Une ethnographie économique après Le Grand Partage. **Genèses**, v. 4, n. 41, p. 85-107, 2000.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1991.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIRTH, Louis (1938). O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

ANEXO 1

Quadro 1 – Relação dos participantes da pesquisa – População encarcerada

Nome fictício	Idade	Tipificação da rede	Posição na rede	Situação atual
Maria	28 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedor	Encarceramento
Maria José	33 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedor	Encarceramento
Ritinha	34 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedor	Encarceramento
Lica	32 anos	Empreendedor de Bocas	Varejo de venda	Encarceramento
Rutinha	20 anos	Empreendedor de Bocas	Esposa	Encarceramento
Lila	37 anos	Empreendedor de Bocas	Fornecedora/Distribuição	Encarceramento
Baby	19 anos	Empreendedor de Bocas	Empreendedor	Encarceramento
Sula	41 anos	Empreendedor de Bocas	Empreendedora	Encarceramento
Sônia	39 anos	Empreendedor de Bocas	Mula	Encarceramento
Tônia	28 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedora	Encarceramento
Tetê	31 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedora	Encarceramento
Liza	28 anos	Empreendedores de Bocas	Prostituta	Encarceramento
Rosa	47 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedora	Encarceramento
Cleo	52 anos	Empreendedores de Bocas	Fornecimento/Distribuição	Encarceramento
Luzia	35 anos	Empreendedores de Bocas	Empreendedora	Encarceramento

Quadro 2 – Relação dos participantes da pesquisa – Rede de empreendedores autônomos

Nome fictício	Idade	Posição na rede	Situação atual
Rafa	47 anos	Empreendedor	Atuante
Fred	31 anos	Empreendedor	Atuante
Phil	28 anos	Empreendedor	Atuante
Tina	28 anos	Empreendedora	Atuante
Liz	57 anos	Empreendedora	Atuante

Quadro 3 – Relação dos participantes da pesquisa – Rede de empreendedores de bocas

Nome fictício	Idade	Posição na rede	Situação atual
Guto	22 anos	Empreendedor	Atuante
Diva	28 anos	Fornecedora/Distribuição	Não Atuante
Xuxa (homem)	31 anos	Fornecedor/Distribuição	Não Atuante
Grego	39 anos	Fornecedor/Distribuição	Não Atuante
Silvaninha	21 anos	Namorada de Homero	Não Atuante
Homero	26 anos	(Guerreiro) Namorado de Silvaninha	Não Atuante
Malu	22 anos	Namorada de um empreendedor atuante	—
Tatá	22 anos	Diversas	Não Atuante

Quadro 4 – Relação dos participantes da pesquisa – Agentes de segurança pública

Nome fictício	Setor de atuação	Situação atual
Policial 1 e 2	Setor de Inteligência Gepar	Ativo
Policial 3	Investigador Seccional de Homicídios	Ativo
Policial 4	Delegado da Divisão de Tóxicos	Ativo
Policial 5	Policial de rua	Ativo
Grupo de policiais	Divisão da Delegacia de Tóxicos	Ativo

Quadro 5 – Relação dos participantes da pesquisa – Entrevistas Informais ou não estruturadas

Nome fictício	Instituição	Profissão	Situação atual
Fê	Escritório de advocacia popular	Advogada	Advogando
Mãe	Escola Estadual Bairro Cabana	Serviços Gerais	Empregada como funcionária de serviços gerais
Psicóloga 1	Complexo Penitenciário Estevão Pinto	Psicóloga	Ativa no Complexo Penitenciário
Psicóloga 2	Complexo Penitenciário Estevão Pinto	Psicóloga	Ativa no Complexo Penitenciário
Assistente Social 1	Complexo Penitenciário Estevão Pinto	Assistente Social	Ativa no Complexo Penitenciário
Assistente Social 2	Complexo Penitenciário José Abranches	Assistente Social	Ativa no Complexo Penitenciário
Advogado 1	Complexo Penitenciário Estevão Pinto	Advogado	Ativo no Complexo Penitenciário

ANEXO 2

O TESTE DO QUI-QUADRADO

No texto do qui-quadrado são testadas duas hipóteses. A H_0 : as variáveis são independentes; e H_1 : as variáveis são dependentes. O teste para H_0 compara os valores das frequências observadas (f_o) com os valores das frequências esperadas (f_e) que satisfaçam a hipótese. Portanto, f_e é a frequência esperada se as variáveis forem independentes. A Estatística-teste Qui-quadrado resume o quão próximo as frequências esperadas estão das frequências observadas. É simbolizada por χ^2 e é igual a:

$$\chi^2 = \sum \frac{(f_o - f_e)^2}{f_e}$$

Quando H_0 é verdadeira, f_o e f_e tendem a estar próximos para cada célula da tabela de contingência e o χ^2 é relativamente pequeno. Se H_0 é falsa, pelo menos alguns valores de f_o e f_e tendem a não estar próximos. Quanto maior o valor de χ^2 , maior a evidência contra H_0 e em favor da hipótese alternativa de dependência estatística.

O valor-p para o teste Qui-quadrado representa a probabilidade de se obter um valor de χ^2 da mesma magnitude ou mais extremo do que o valor observado. O valor-p é menor, quanto maior for χ^2 . Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula de independência entre as variáveis e se aceita a hipótese alternativa, de dependência.

TESTE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINOMIAL

Essa é uma técnica estatística multivariada que busca estabelecer ou identificar relações entre uma variável dependente (y) e uma ou mais variáveis explicativas (x_n), sendo y uma variável categórica e binária, de resposta 0 (zero) e 1 (um) (AGRESTI; FINLAY, 2012). A equação que descreve o modelo logístico deste tipo é dada por:

$$\log \left[\frac{P(y = 1)}{1 - P(y = 1)} \right] = \alpha + \beta x$$

Sendo $P(y = 1)$ a probabilidade de um indivíduo assumir o valor 1 de y , variável de acordo com a resposta de x , $\log [P(y = 1) / 1 - P(y = 1)]$ é entendido como o logaritmo de chance que este evento ocorra na população, normalmente abreviado como *logit*:

$$\log [P(y = 1)] = \alpha + \beta x$$

O coeficiente β indica o sentido da curva da função *logit*, sendo que para $\beta > 0$, $P(y = 1)$ aumenta à medida que x aumenta e para $\beta < 0$, $P(y = 1)$ diminui à medida que x aumenta. Para $\beta = 0$, $P(y = 1)$ não se altera com a mudança de x .

Neste estudo, a resposta de y , (a probabilidade de um indivíduo assumir o valor 1 de y) foi analisada em função de múltiplos previsores x . Dessa forma pode-se representar o modelo de regressão logística utilizado da seguinte forma:

$$\log [P(y = 1)] = \alpha + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k$$